COMUNICARTE

13/14

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
PUCCAMP

COMUNICARTE

Revista semestral do Instituto de Artes e Comunicações da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO VII/VIII — nºs 13/14 — 1989/1990

DIRETOR: Mário L. Erbolato (Registro nº 115 no Ministério do Trabalho).
EDITOR: Gilberto Gonçalves (Registro nº 11.576 no Ministério do Trabalho).
CONSELHO DE REDAÇÃO: Eduardo de Melo Ferreira (Presidente), Cleuza G. Gimenes Cesca, Gilberto Gonçalves, J. B. Pinho, João Ribeiro Júnior, Marcel Cheida e Maria Sílvia Barros de Held (membros).
CORRESPONDENTE EM SÃO PAULO: Francisco de Assis M. Fernandes.
Secretária Administrativa: Isabel Cristina Rossi

Capa: Wladimir Fera.
Departamento de Composição e Gráfica — Supervisão Geral: Anis Carlos Fares.
Composição e Past-up — Coordenadora: Celia Regina Fogagnoli Marçola; Equipe: Maria Rita Aparecida Bulgarelli e Silvana Dias de Souza; Desenhistas: Alcy Gomes Ribeiro e João Daniel de Araújo.
Fotolito, Impressão e Acabamento — Encarregado: Benedito Antonio Gavioli.
Equipe: Ademilson Batista da Silva, Douglas Heleno Ciolfi, Eduardo Paulo Mageste, Jamil Aparecido Milani, João Divino Pereira Pardin, Luiz Carlos Batista Grillo, Nilson José Marçola e Ricardo Maçaneiro.

COMUNICARTE, órgão oficial do Instituto de Artes e Comunicações, da PUCCAMP, é redigida por professores e alunos desta unidade e divulga também trabalhos que lhe forem enviados, a convite ou espontaneamente, por especialistas da área. **Os temas abordados serão os relacionados com as artes, a comunicação social e o turismo. **COMUNICARTE não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados, mas dá ampla liberdade de pensamento aos seus colaboradores. **Todos os trabalhos são submetidos ao Conselho de Redação que, pela sua maioria, pode sugerir ao autor alterações não substanciais em seus textos, visando sobretudo a aprimorar aspectos técnicos. A linguagem deve ser simples e acessível. **Recomenda-se que as colaborações tenham o mínimo de cinco e o máximo de 12 páginas datilografadas, em espaço dois com 70 toques por linha. **Não haverá, em hipótese alguma, devolução de originais. ***O conteúdo de **COMUNICARTE** inclui artigos, teses, pesquisas, noticiário sobre atividades da PUCCAMP e do IAC, resenhas e recensões de livros, notas sobre acontecimentos ligados ao ensino, correspondência recebida e quaisquer outras matérias julgadas oportunas pelo Conselho de Redação. **As ilustrações poderão ser fornecidas pelos autores. ***A redação segue integralmente as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, quanto a notas, citações bibliográficas, referência e outras, ligadas à publicações de artigos. ***As matérias eventualmente publicadas não serão renumeradas. ***Permite-se a transcrição dos artigos de autoria de professores do IAC/PUCCAMP, desde que mencionada a fonte. ***COMUNICARTE é enviada gratuitamente a Faculdades, Institutos e Escolas de Comunicação Social, a professores e entidades da área, mediante solicitacão escrita.

INTEGRANTE DA REDE IBERO-AMERICANA
DE REVISTAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

COMUNICARTE
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campus I — Rodovia "D. Pedro I", km 112
Caixa Postal 317 — Telefone (PABX) 52-0899 — CEP 13100
CAMPINAS (Brasil)

ISSN 0102 – 0242

COMUNICARTE

R. COMUNICARTE	CAMPINAS	V. 7/8	Nos 13/14	p.1-196	1989/1990

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

Grão-Chanceler: D. Gilberto Pereira Lopes
Reitor: Prof. Eduardo José Pereira Coelho
Vice-Reitor para Assuntos Administrativos: Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber
Vice-Reitora para Assuntos Acadêmicos: Profª Drª Vera Silvia Marão Beraquet

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÕES

Diretora: Profª Geny de Oliveira L. Vieira
Vice-Diretora: Profª Cleuza G. Gimenes Cesca.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
Rodovia D. Pedro I, km 112 — tel.: 52-0899 — ramal 176
Caixa Postal 317 — CEP 13100 — Campinas — SP

SUMÁRIO

Pesquisa e Documentação

Opinião e Debate

Pensamento Ibero-Americano III

Notícias

APRESENTAÇÃO

O presente número de COMUNICARTE mantém atuantes as características da publicação: temática ligada à Comunicação e às Artes, com tratamento acadêmico, racional, especializado, dos problemas levantados, proporcionando-se espaço para autores que deixem transparente seu engajamento criativo a esses parâmetros. Apresentamos contribuições de grande qualidade provindas de colegas da PUCCAMP — Arnaldo Lemos Filho, Elisete Zanlorenzi, João Baptista de Almeida Júnior, João Ribeiro Júnior, Mário Erbolato e Norma Felicidade Lopes da Silva. Por outro lado COMUNICARTE se orgulha de poder apresentar os excelentes artigos provindos da ECA-USP, de Flavio de Almeida Calazans, de Tupã Gomes Correa, e de Yolanda Lhullier dos Santos, bem como da UFMG, de Omar Souki de Oliveira, e da Universidade Federal do Ceará, de Gilmar de Carvalho.

A pesquisa de alto nível, além de exposta nos artigos teóricos já referidos aparece tratada de forma modelar em "Órgãos de defesa do consumidor em Campinas: um estudo exploratório", trabalho de alunos do IAC-PUCCAMP, coordenado e sintetizado por J. B. Pinho. **Opinião e Debate**, *sessão fixa de COMUNICARTE apresenta a primeira parte das discussões do* **I Forum de Debates Interdisciplinares da Comunicação**, *promovido pelo IAC e pelo ITCR da PUCCAMP, com as comunicações do Pe. Luiz Roberto Benedetti. Dentro da perspectiva de integração cada vez mais ampla na* **Rede Iberoamericana de Revistas de Comunicação** *continuamos a série* **Pensamento Iberoamericano** *com o artigo "Filosofía de la Communicación". Agradecemos os trabalhos de arte minimal da professora Dulcimira Capisani, da Universidade Federal de Campo Grande. Por fim lamentamos o atraso no aparecimento deste número de COMUNICARTE, que temos certeza será sanado nos próximos números.*

CINEMA E O SAGRADO

Arnaldo Lemos Filho
(Professor do ICH – PUCCAMP)

"É o interior que domina. Eu sei que isso pode parecer paradoxal numa arte que é toda exterior. Mas vi filmes em que todo mundo corre e que são lentos. Outros em que os personagens não se agitam e que são rápidos".*

Robert Bresson

Introdução

O cinema é uma arte. As discussões em torno dessa afirmação já estão superadas. Ultrapassando as fronteiras de um mero tecnicismo luminoso, a que o movimento da imagem fotografada conseguiu dar inesperado encanto, o filme abriu-se ousadamente para sucessivas inovações. O aparecimento de sugestivos temas humanos e o seu alto grau de simbolismo e de poder de expressão fizeram com que o cinema adquirisse algo acima do campo inferior do espetáculo fácil. Não seria exagero afirmar que, em certos campos, o cinema, hoje, passou a desempenhar muitos papéis confiados no Renascimento e na época medieval, por exemplo, à pintura. "La Dolce Vita", de Federico Fellini, para muitos críticos, constitui um afresco gigantesco da sociedade contemporânea, como os afrescos da escola flo-

(*) O presente trabalho, cuja primeira parte é publicada nesta edição, é um ensaio sobre as relações entre o cinema e a religião. Embora a pesquisa cinematográfica que o fundamenta se encerre na década de 60, os princípios que defende são válidos até hoje e podem ser aplicados a filmes mais recentes, como "O Evangelho segundo São Mateus", de Pasolini", Je vous salue, Marie", de Godard, "A Última Tentação de Cristo", de Scorcese e o recente filme canadense "Jesus de Montreal", de Denys Arcand.

rentina retratavam toda a sociedade toscana do século XVI. Os filmes de Bersmann, René Clair, Bresson, De Sica, Rosselini, Visconti e outros integram uma verdadeira antologia da cinematografia internacional.

Historicamente todas as artes possuem suas raízes na religião[1]. Assim por exemplo, a dança se originou na atmosfera mágica e mística das cerimônias religiosas. Em todas as suas manifestações primitivas, as artes se inspiraram nas crenças religiosas[2]. O cinema, "la sola arte non nata del culto", teve, ao contrário, das outras artes, origens eminentemente profanas. Nascido do desenvolvimento moderno da técnica, no contexto do cientificismo e da ideologia do progresso do homem, é profano também por sua estrutura industrial e comercial. Embora nascido no início da civilização técnica, o cinema se preocupou desde sua infância com as realidades sobrenaturais. Assim é que Lumière e Meliées realizam, cada um a seu modo, e segundo o seu estilo uma evocação de Cristo. Em 1897, Lumière realiza um documentário, "La vie et la passion de Christ" e Meliées em 1898, monta uma cena intitulada "Le Christ marchant sur les eaux". Somente no primeiro período do cinema mudo foram realizados 37 filmes com temas religiosos.

O cinema, procedendo e diferenciando-se das várias artes, é uma síntese; a sétima arte. Muito bem explica Robert Claude: "O cinema se desenvolve no **espaço**. Sobre uma superfície plana, usa toda uma gama de **elementos visuais:** a imagem e suas combinações, conbinações de planos, angulações, luz e cor. O cinema é ainda **movimento**. Como a música descreve-se numa duração e desenvolve-se no **tempo**. Pelo encadeamento e confrontação dos elementos audiovisuais, a montagem precisa ou modifica a significação das imagens e dos sons. Pelo equilíbrio e tamanho dos planos cria o **ritmo**"[3].

Diante desta arte, a Igreja considerou primeiramente o aspecto moral. Charles Ford nos dá um histórico da atitude da Igreja desde os primórdios da sétima arte: uma atitude senão de total rejeição, pelo menos de restrições e, às vezes, de desconfiança. Pouca coisa foi feita de positivo diante do fenômeno cinematógrafico[4]. A encíclica "Vigilanti Cura" (1936) de Pio XI, embora escrita aos bispos norte-americanos pelo sucesso da Legion of Decency, desejava ver os católicos se interessarem pelo cinema como arte e assim impor nele uma presença cristã. Infelizmente durante muito tempo o aspecto negativo foi posto em evidência. Ainda hoje se vê, embora, pequena, uma ação repressiva e moral diante do cinema como podemos ter nos relatórios anuais dos congressos do OCIC[5]. Mas o aprofundamento cultural do fenômeno artístico levou os católicos para uma ação positiva. Os discursos sobre "O Filme Ideal"[6] e a encíclica "Miranda Prorsus"[7], de Pio XII abriram caminho para uma melhor compreensão da sétima arte[8].

Se bem que legítima a preocupação da Igreja com a moral, estou com René Ludmann ao dizer que o cinema é mais um problema de fé do que moral[9]. A moral só se explica referenciada com a fé. A vida de um homem não se julga só pelo que ele faz, mas segundo o que ele pensa, segundo sua concepção de vida e segundo os seus princípios.

A finalidade deste pequeno ensaio é mostrar que apesar de suas limitações (arte, técnica, indústria) e apesar de toda tirania econômica de um comercialismo sem consciência, o cinema pode trazer ao mundo contemporâneo as questões da fé e da religião cristã. Os problemas colocados pelas relações entre a arte e o sagrado, os limites e o poder da imagem para a comunicação "espiritual", do religioso, a análise concreta de obras cinematográficas que exprimem o sagrado, são as questões principais que tentaremos estudar.

O tratamento do sagrado no cinema tem sido objeto de estudo de vários críticos. Henri Agel, Amedée Ayfre, Lemaitre Luigi Gedda, René Ludman, Amargier O. P., Morlion O. P., Charles Ford[10] e outros, quer por livros, quer por artigos em revistas especializadas ou não, preocupam-se ultimamente no estudo da expressão do sagrado na tela, procurando o apronfundamento estético filosófico e teológico do problema. Este trabalho segue a linha dos autores citados, principalmente dos notáveis estudos de Agel e Ayfre.

Pode-se abordar o estudo do fenômeno religioso no cinema como estudo teológico. A partir da noção revelada pode-se perguntar em que condições a fidelidade à Revelação tem sido respeitada por essas expressões cinematográficas. Meu intuito é somente dar uma contribuição ao estudo do sagrado no cinema. Não viverão os teólogos, muitas vezes presos às categorias dos séculos passados e não vivendo com o mundo moderno?

A pergunta nos coloca diante de um problema de grande importância: as relações entre a arte e a teologia. Toda obra de arte, por mais profundo que seja o seu tema, implica uma teologia ainda que seu autor não saiba. Para dizer melhor, toda obra de arte, ainda que anti-religiosa ou a-religiosa tem uma relação com a teologia no sentido de que é susceptível de uma interpretação religiosa. É do dramaturgo O'Neill a seguinte expressão: "Não existe verdadeira obra de arte que não trate essencialmente da relação entre Deus e os homens, seja pronunciada seja veladamente.[11]

A atualidade de Deus na arte é indiscutível. Muitos católicos denunciaram, com escândalo, não a atualidade de Deus, mas do diabo. Carré O. P. ao estudar o problema dentro do teatro[12] cita M. Paul Leautaud que escreveu em "La Table Ronder": "Paulhan m'a cité un moy que lui a dit Gid: Je suis chretien, c'est entendu, mais je ne crois pas à l'existence de Dieu. Je crois beaucoup plus à celle du Diable. Je suis même sûr qu'il existe. Comme je l'ai dit à Paulhan, à voir les actions des hommes, dans tous

les demains, il parait bien que c'est plutet le Diable que existe"[13]. A discussão parece sem valor, no plano que nos interessa, pois a atualidade de Deus é recíproca. A obra de arte se inscreverá num plano religioso porque, ainda que negue a existência de Deus, traz um testemunho. Somente não será religioso o universo em que não há adesões nem oposição a Deus.

Sem dúvida alguma, como bem explica Henri O. P., o papel do Teólogo não é simplesmente explicitar o dado da fé, tal como se acha nos documentos da Tradição, mas também tornar explícitos todos os elementos da vida da Igreja que é essencialmente uma vida de fé.[14] Ora, a obra de arte interessa ao teólogo porque ela é um testemunho de fé vivida. Não dizemos da fé vivida do artista, que poderá ter uma fé bastante fraca ou intelectualmente pobre, mas o testemunho de seu meio e de seu tempo através de sua Criação.

Por outro lado, se o mundo da fé interessa ao artista é porque ele se torna atual para muitos homens de hoje. O cinema não faz senão traduzir por seus meios próprios o que passa no coração dos seres ou em sua vida. Se há arte em que Deus diretamente ou indiretamente é colocado como problema é porque evidentemente o homem moderno ao menos inconscientemente se interroga sobre suas relações com Deus. E o cinema, mais que as outras artes, pois é essencialmente a arte da comunidade, reflete as preocupações maiores de uma época.

Não é necessário que o artista (isto é, o diretor) seja cristão. Que um homem de talento, sensível ao espiritual e a esta face do ser onde se reflete a luz do alto, tende a dar forma e visão à doutrina do Evangelho, implicando-a nas alternativas do mundo, é bem possível que sua obra tenha um sentido autêntico. As "suppleances" que Regamey reivindica para os pintores e escultores incrédulos que tomam temas religiosos, poderiam ser aplicadas ao cinema.[15]

René Ludman considera as possibilidades das relações entre cinema e teologia. Não procura tirar conclusões precipitadas mas afirma ser indubitável que o cinema possa apoiar e vulgarizar o pensamento teológico. Não que a teologia seja concretizada pelo "ecran". A realidade será sempre invisível e a fé não se realiza senão pela fé. Mas cabe ao teólogo, diante de uma obra cinematográfica, explicar ou melhor explicitar a teologia implícita.[16] Para Amargier é demasiado cedo para sermos precisos neste ponto. Trata-se de uma aventura, pois não é em técnica que o teólogo pode tratar de obra cinematográfica. Contudo permanece a possibilidade de se encarnar algumas verdades essenciais através de obras cinematográficas.[17]

Razão tem Charles Moeller ao dizer que a teologia tem má impressão muitas vezes por culpa dos teólogos. Em sua monumental obra sobre a literatura contemporânea, Moeller fez verdadeira teologia, pois a teologia autêntica deve também confrontar as premissas da fé com os dados do tempo presente[18]. Sem a pretensão do escritor belga sinto como

ele uma dificuldade. É possível que perseguindo duas lebres ao mesmo tempo eu as deixo escapar ambas. Receio que nem os teólogos e nem os estudiosos do cinema fiquem satisfeitos.

I – O CINEMA E O SAGRADO

1) O SAGRADO

A noção de sagrado é complexa e ambígua. Existem mesmo várias espécies de sagrado na arte do mundo contemporâneo, desde o sagrado estético inerente a toda a obra de arte até o sagrado demoníaco, passando pelo sagrado religioso, o sagrado cósmico e o sagrado maravilhoso, etc...

A primeira afirmação que fazemos é a existência do sagrado estético, isto é, a exigência de um caráter sagrado que se deve conhecer em toda verdadeira obra de arte. Qual é a natureza deste sagrado e como ele se encontra nas obras de arte cinematográficas? Prescindindo da análise estética, repetimos aqui o que diz Etienne Souriau. Ele distingue vários níveis de existência de uma obra artística: a **existência física** que é a obra em seu estado material da tela pintada, do bloco de pedra, ou do conjunto de sons; a **existência fenomenal** que é a da obra enquanto apresentada aos sentidos, sob a forma de certo jogo de aparências sensíveis; a **existência "chosale"** enquanto que a obra evoca diretamente (nas artes representativas) ou indiretamente (nas obras não representativas) certo número de seres ou de coisas existindo no mundo; e enfim a **existência transcendental**, isto é, uma espécie de halo místico que envolve a obra de arte e evoca todo um mundo de idéias e sentimentos, e que faz com que a obra tenha certa profundidade.[19]

Esta transcendência pode não ter uma qualificação precisa, ou mesmo ser discutido seu aspecto estético[20] – Por isso é dessa transcendência que se fala quando se afirma que toda obra de arte, sob certo aspecto, é sagrada.

Delimitando mais o termo, procura-se a natureza do sagrado em si mesmo. O problema, que têm suscitado polêmicas e debates[21], é saber a natureza própria do sagrado na arte. Para Roger Caillois, grande estudioso do assunto, a única coisa que se pode afirmar validamente é que o sagrado se opõe ao profano.[22] Esta definição negativa implica o conceito de sagrado para "outra coisa." É necessário pois, que a perspectiva da obra de arte e a visão do autor nos orientem para esta "outra coisa" que nos transtorna totalmente e que permanece para nós um mistério. Daí a definição de Bazaine: "O sagrado é o sentimento misterioso de uma transcendência brilhando na ordem natural do mundo, no cotidiano[23]. Henri Agel afirma que nas suas formas atuais o sagrado pode ser considerado em três tendências:

a) **o sagrado da exaltação** das potências obscuras e dionisíacas do inconsciente (a música de jazz)

b) **o sagrado da ascese**, mais mágica no fundo do que verdadeiramente espiritual pelo qual a poesia tenta entrar em contato com o inefável (o surrealismo).

c) **o sagrado da comunhão patética**, à altura do homem com os grandes impulsos dolorosos que o lançam no engajamento revolucionário. (Os romances de Malraux)

Mas, como diz o mesmo crítico, na visão do cristianismo, estes três aspectos do sagrado contemporâneo parecem mais degradações de sua verdadeira concepção[24]. Para o cristianismo, o sagrado não é outras coisa que Deus enquanto é ao mesmo tempo acessível e inacessível aos homens. É Deus que se revela aos homens, mas é também Deus, que nesta própria revelação, se esconde. Isto é, para a expressão do sagrado, é preciso inserí-lo no universo das experiências humanas, sem no entretanto humanizá-lo, afim de que continue transcendente a eles.

Amedée Ayfre, em três diferentes lugares, discorre longamente sobre a questão[25] e dele tiramos estas considerações. As mais perfeitas manifestações do sagrado, diz o autor de "Dieu au cinema", se encontram na Bíblia e na pessoa de Cristo. No episódio da sarça ardente, por exemplo, Deus se revela a Moisés sob a forma misteriosa de uma chama de fogo. E quando Moisés lhe pede o nome, a resposta é uma revelação e um mistério: "Eu sou o que sou". Moisés também expressa com gestos muitos simples o sentimento do sagrado que possui: descalça as sandálias e cobre a face. Deus se revela de uma maneira misteriosa. É a **Transcendência**.

Para o Cristianismo, a revelação suprema de Deus se realiza na pessoa de Cristo: a **Encarnação**. Cristo é o sagrado por excelência, porque Ele é a face humana de Deus. Ele incarnou a transcendência.

Daí se inferem duas vias, ou melhor, duas leis na evocação do sagrado: uma acentuando a transcendência que se encarna, a outras acentuando a encarnação da transcendência.

A primeira via atinge o sagrado por estilo de transparência. Para evocá-lo, faz uso de um simbolismo quase "abstrato" que não se preocupa tanto com a semelhança entre o símbolo e o simbolizado nem a procura da evocação direta do sobrenatural, focalizando não tanto a representação quanto a uma evocação do invisível por meio de uma purificação das aparências externas. Esta transcendência da encarnação deve seguir na obra de arte o admirável exemplo da liturgia. A liturgia nunca procura representar Deus humanamente, mas procura evocá-lo em sua própria invisibilidade. A liturgia da Vigília Pascal, por exemplo, não pretende representar servilmente o episódio histórico do mistério pascal por uma celebração estilizada do tema da luz e do círio pascal. O cirio é uma imagem que

quase poderíamos classificar de "abstrata", se o seu pesado corpo e a sua chama ardente não fossem precisos também para uma sólida presença das realidades espirituais que evoca: não são somente Cristo ressuscitado, mas a graça batismal, a vida eterna, a parusia.

Esta lição da liturgia, diz Ayfre, estende-se a numerosos artistas de ontem e de hoje. Aos artistas mosaicos, bizantinos, por exemplo, e a Rouault, com seus Cristos e faces de santos, onde a riqueza dos matizes é uma deslumbrante transfiguração desse barro, desse sangue, dessa mistura que manchava o véu de Verônica.

A segunda via atinge o sagrado pela linha da encarnação inserindo a transcendência e o carnal no cotidiano.

Cristo é o exemplo pois para os cristãos é o verbo Encarnado. Na primeira via, vimos que depois de Cristo nenhuma face humana poderá representá-lo diretamente, mas aqui podemos dizer num outro sentido, que, depois de Cristo qualquer face humana poderá ser, para os homens, a face humana de Deus. Isto se prova pela existência concreta dos santos vivos, daqueles que não sabemos se hão de ser santos, daqueles que encontramos na rua, imagens vivas de Cristo.

Da observação atenta e fiel do homem em sua vida cotidiana, emana o senso de uma presença misteriosa, discretamente sugerida. O artista compreende o mundo real e evoca a presença divina. Ayfre dá ainda o exemplo de Roault. Não é somente quando ele pinta as "faces" de Cristo que evoca uma presença misteriosa, porque esta presença já estava em todas as faces dolorosas do seu Miserere e mesmo como um vazio e um apelo no aspecto sórdido de suas mulheres. É preciso que o artista conheça as situações humanas e as descreva com o máximo de fidelidade. Isto trará, sem dúvida alguma, o problema da presença, ou da ausência de Deus no mundo.

2 — O Sagrado e o Cinema

Cada arte tem, em si mesma, os meios próprios de comunicar e expressar o sagrado. Todas possuem, mais ou menos, certo poder de evocação do sagrado, uma capacidade de criar um clima de eternidade e mistério. O cinema também possui esta capacidade de construir e criar obras com este poder transcendente de evocação. Como arte plástica e de movimento procura atingir determinados valores através do sensível. Pelas suas imagens, criadoras de uma realidade, possibilita o conhecimento de um mundo novo, "o universo fílmico". As próprias estruturas cinematográficas, construidas pela montagem, favorecem a comunicação de uma realidade sagrada através das seqüências das imagens.

Henri Agel chega a perguntar se existe uma arte no mundo de hoje que se presta à expressão do sagrado de uma maneira mais flexível, mais completa e mesmo mais contagiosa que o cinema. Porque a sétima arte possui, em grande grau, qualidades plásticas e intelectuais que, em mãos hábeis, permitirão a evocação do sagrado. Com efeito, diz o crítico francês, "os meios de que dispõe o cinema (mobilidade de câmeras, enquadramento, diversidade de planos, iluminação, ritmo, valor de detalhes) têm o poder de conferir a todos os seres, a todos os objetos, a todas as paisagens da criação, a todos os dados psicológicos, a todos os valores morais uma espécie de "surrealidade" pela qual todos os caracteres do criado são levados a seu mais alto ponto de significação.[26]

Como todas as artes, o cinema ao evocar o sagrado segue também as duas vias: Transcendência e Encarnação. Na primeira via, a linguagem fílmica permite uma estilização análoga da realidade, apta a descobrir através das aparências uma realidade sobrenatural. O cinema atinge deste modo o sagrado por um estilo de transparência, pela ascese e austeridade no decor, na iluminação e na música. São poucos os filmes que alcançam a vocação do sagrado por esta via, e devem este êxito aos dons verdadeiramente criadores de seus diretores. Estas obras cinematográficas nos colocam em face de homens e mulheres que não somente, em toda a verdade e no sentido mais forte da palavra, têm uma alma, mas que põem de uma maneira absoluta o problema da existência diante de Deus. Deus é verdadeiramente para eles Alguém em função do qual se definem, Alguém que aceitam ou afastam, que evocam nas trevas ou recebem na luz.[27]

Temos assim um Dreyer, um Bresson. O primeiro nos deu "La **Passion de Jeanne D'Arc"; "Dies Irae" e "Ordet"**. O segundo **"Anjes du Peché", "Les Dames du Bois de Boulogne", "Le journal d'un curé de campagne", "Un condamné à mort s'est échappé" e "Pickpock et."** Há uma pureza quase litúrgica nestas obras, em busca da transcendência. O penúltimo filme de Bresson, por exemplo, é um modelo excepcional. A vontade, a obstinação, a atividade de Fontaine lembra o movimento da prece: energia, mas submissão, confiança mas confiança resignada. É esta purificação de si mesma que lhe vale o auxílio sobrenatural. "Seria muito cômodo se Deus se ocupasse de tudo", diz ele ao pastor protestante, companheiro de prisão. "O Espírito sopra onde ele quer" é o subtítulo do filme. Para sugerir a dimensão espiritual de seu filme, Bresson usou a estética da transparência. Todos os elementos do filme tornam-se um sistema de sinais que, sem trair a densidade da realidade, despoja-a o mais possível de tudo o que não é essencial. Acha-se no cenário do filme, na iluminação e na música, a mesma austeridade que banhava os muros do convento em "Anjos du Peché" e o quarto em "Le Journal d'un curé de campagne".

Na segunda via, a encarnação da transcendência, o cinema se coloca dentro de seus limites, procurando atingir o sagrado pela linha da

encarnação, inserindo a transcendência no carnal, no cotidiano. A face de um homem pode tornar-se para seus irmãos a face humana de Deus: um santo, um pobre, um pecador. Aqui se situam filmes como "Francisco, arauto de Deus", de Rosselini, na retratação da vida cotidiana do pobre de Assis, **"Umberto D"** de De Sicca-Zavattini, mostrando os minutos mais vazios de um pobre funcionário, **"A Trapaça"** de Fellini, a visão de pecado em Augusto. Como se nota, sobressai-se aqui o neo-realismo italiano. Escolhendo enraizar-se na banalidade e insignificância do cotidiano, o neo-realismo apresenta fimes que se aproximam do Mistério da Encarnação. "Parece inegável, diz um crítico, que é por este refúgio austero do maravilhoso e de toda uma retórica do sublime, que se pode melhor comunicar uma presença inefável."[28]

3 – O Sagrado e o Cinema Religioso

Os termos "sagrado" e religioso não são idênticos. Um tema religioso não constitui condição nem necessária, nem suficiente para atingir o sagrado[29]. Um filme pode atingir a evocação do sagrado sem possuir um tema estritamente religioso. Há mais sentido de sagrado, por exemplo em "Um condenado escapou à morte" do que em certos filmes de vida de santos ou temas bíblicos. Por outro lado, o tema religioso pode conduzir mais facilmente o diretor à evocação do sagrado. Para Lemaitre, o primeiro é a perfeição do segundo e é por isso que é mais difícil e mais perigoso que qualquer outro meio na evocação do sagrado.[30]

Pio XII, em um discurso sobre o filme ideal, coloca bem a questão do filme religioso: "Por outro lado, é necessário reconhecer que nem todo o fato ou fenômeno religioso se pode transferir para a tela, ou pela intrínseca impossibilidade de o apresentar em cena, ou porque se opõem a piedade e o respeito. Além disso, o argumento religioso apresenta muitas vezes para diretores e atores, dificuldades especiais, e talvez a principal esteja em evitar toda a aparência de artifício e amaneiramento, e toda a impressão de coisa aprendida maquinalmente, porque a verdadeira religiosidade é, por si, contrária à exterior ostentação, e não se deixa facilmente representar".[31]

Os filmes considerados sob o ponto de vista religioso, podem classificar-se em três grandes categorias: contra Deus, sem Deus, com Deus[32]. O cinema diretamente anti-religioso, iniciado por W. Paul em 1898 com **"Os Frades"** ainda existe, embora em pequena escala. Assim temos a realização de Claude Autant Lara **"O Vermelho e o Negro"**, baseado no romance homônimo de Sthendal, e **"Madre Maria dos Anjos"**, filme polonês de Jersey Kawlerowica. São numerosos os filmes que prescindem de Deus. Há vários filmes de caráter profano. Não basta que uma atriz apresente uma cruz em seu colo, nem que o crucifixo esteja de-

pendurado na parede de um quarto. São numerosos estes filmes e sua existência pode trazer a questão da ausência de Deus na sociedade atual. Nos filmes de Clouzot, por exemplo, ignora-se Deus. Seus filmes **"Salário do Medo"**, **"As diabólicas"**, **"Os Espiões"**, **"A Verdade"** mergulham-nos num mundo de fatalismo e aniquilação. No terceiro grupo, filmes com Deus — há duas espécies de filmes: espiritualistas e religiosos. **"Na estrada da vida"**, de Fellini, é um filme espiritualista mas não é religioso. **"Le journal d'un curé de campagne"**, de Bresson é um filme religioso, pois possui um tema estritamente religioso.

Os filmes religiosos caracterizam-se por três manifestações:

1) **Cinema religioso-social** — a fita tem como tema uma das manifestações do religioso na vida de sociedade.

2) **Cinema religioso-psicológico** — preocupado mais nas situações humanas, apresentando grandes dificuldades nos temas que são pouco cinematográficos.

3) **Cinema religioso-fenomenológico** — onde predominam a realidade, as coisas e os acontecimentos com toda a sua colorida variedade de modo que o espectador se sinta abandonado na vida do filme.

II — O Filme Religioso

O filme espiritual, no sentido estrito, é o que nós chamamos **filme religioso**, em virtude de seu tema ser especificamente religioso; vida de Cristo, temas bíblicos, vida de santos, de personagens religiosos, etc. Deparamos primeiramente com um grande problema. O filme para muitos, e principalmente para os produtores, significa antes de tudo, um comércio e meio de vida. Os argumentos culturais valem somente na medida em que o filme traz lucros. É uma verdade que é muitas vezes esquecida. Evidentemente não nos interessa aqui tratar das relações entre valores comerciais e valores espirituais,[33], mas não podemos negar que, para o produtores, o público católico representa uma massa enorme de espectadores virtuais. Abstraindo-nos destes valores, constatamos o interesse e as ardentes polêmicas que suscitam certos filmes. Houve uma verdadeira discussão em tôrno de "Desespero d'Alma". Grande foi o sucesso de "O Bom Pastor" quando de seu lançamento. Outros filmes religiosos suscitam somente uma curiosidade criada pelo comportamento de uma religiosa ou de um padre colocados em situações ridículas.

Há outro problema importante que também é somente lembrado aqui. Trata-se das relações entre o filme religioso e o crente[34]. O filme religioso tem para o crente o valor de uma grande manifestação espiritual. Leva-lhe as grandes figuras e os grandes temas de sua fé. Estando ausente

de nossa época o sentido do sagrado, o nosso espírito encontrará na arte uma ocasião de se emocionar e de ter alegrias espirituais. A representação de temas religiosos, em meio a filmes que representem o triunfo da sensualidade, a exaltação da violência, é um descanso para vida do crente. São porém escassas as obras válidas e verdadeiramente significativas sob o ponto de vista estético e religioso. Segundo muito somente Dreyer e Bresson conseguiram fazer um cinema de elevado valor espiritual, como **"Paixão de Joana D'Arc"** (1928) e Dies Irae (1940) do primeiro e **"Anjo do Pecado"** (1943) e **"Diário de um Pároco de Aldeia"** (1950) do segundo. Por isso suas obras são poucas trazendo grandes intervalos umas das outras.

No início do cinema foram numerosos os filmes com temas religiosos. A simples relação destes filmes mostra a preocupação dos cineastas do cinema mudo pela religião:

1897 — Bonne Presse, Lear. A Paixão
1897 — Lumière: A Paixão, em Horitz (220 ms)
1897 — W. Haggar: O Sinal da Cruz
1898 — Hollanan (ESA): Paixão
1898 — Gaumont: A Vida de Cristo (quadros)
1898 — Gaumont: O Angelus
1898 — W. Paul: Os Monges (ant-clerical)
1898 — Melliérs — A tentação da S. Antão
1899 — O diabo no convento Meliés
1899 — Melliés-Cristo marchando sobre as águas
1900 — Melliés: Joana D'Arc (270 ms)
1900 — Biografia (USA) Leão XIII no Vaticano
1901 — Pathé, Zecca: O menino prodígio, Quo Vadis
1902 — Pathé, Zecca e Noguet: A Paixão (primeira cena)
1903 — Pathé, Zecca e Noguet: A Paixão (cont.)
1903 — Pathé, Zecca e Noguet: A Paixão (cont.)
1903 — Gaumont: Peregrinação Nacional à Lourdes
1905 — Morte de Leão XIII — Eleição de Pio X (reconstituição)
1903 — Pathé: Peregrinação a Lourdes (reconstituição c/um milagre)
1904 — Pathé: Zecca e Noguet: Cont. da Paixão
1904 — Meliées: A Providência de N. S. de Flots
1905 — Pathé, Zecca e Noguet: Cont. da Paixão
1905 — Meliées: O anjo de Natal
1905 — Warwich: A Paixão, em Horitz (700 ms)
1905 — Bonne Presse: A Paixão, em Nancy
1906 — Pathé, Zecca e Noguet: Nova versão de A Paixão
1906 — Gaumont: A vida de Cristo
1907 — Pathé, Maitre: A paixão
1907 — Pathé, Carre: O menino prodígio
1908 — Ambrosio-Itália: Satan

1908 – Vitagraph (USA): Salomé, Saul e Davi – Julgamento de Salomão.

1908 – Edison (USA): Nero e o incêndio de Roma

1908 – Kalem (USA): Ben-Hur

1908 – Cines (Itália) Joana D'Arc

1908 – Milano-Film: O Inferno (de Dante)

1908 – Pathé: Quo Vadis

1905-1908 – Bonne Presse: série de filmes de edificação[35]

Se bem que numerosos, falta quase a todos os filmes o sôpro da fé. A inexperiência dos realizadores aliada às técnicas primitivas foram as causas do malogro. Preocupações comerciais fizeram com que se aperfeiçoassem as realizações.

Após o primeiro período do cinema mudo, numerosas foram as películas baseadas em temas religiosos, quer no próprio cinema mudo quer no sonoro. Embora por motivos utilitaristas, acompanham atualmente as preocupações religiosas que envolvem o mundo. Tornou-se uma verdadeira moda.[36]

O filme religioso traz problemas de fundo e de forma. Lumière desejou simplesmente a realidade sem nenhuma inquietação formal. Meliées, ao contrário, preocupou-se demais com as estruturas formais. De então para cá, o filme religioso tem se inclinado ora para um lado ora para outro. Determinados elementos formais podem modificar o sentido do conteúdo religioso. Às vezes, a qualidade da obra sob o ponto de vista religioso depende muito menos de seu conteúdo estrito do que de sua forma. A correlação entre valores estéticos e valores religiosos é de grande importância.

Eis o que diz Ayfre: "O papel dos valores estéticos é, com efeito, oferecer-nos a ilusão da realidade dos valores religiosos, qualquer que seja a posição metafísica do espectador com respeito a isso. É necessário que dentro do universo da obra, a realidade do Mistério, do Sagrado, da Transcendência, não seja posta em discussão, sem que se imponha de golpe a todo espectador susceptível, ante uma obra de um mínimo de atividade estética."[37]

Sem dúvida alguma, a forma deve ser o caminho para a realidade religiosa e não um obstáculo. Porisso que todo problema estético e religioso do cinema religioso reside na correlação entre as realidades e as formas estéticas.

Não é fácil a realização de um filme religioso. Com efeito, o cinema tenta exprimir as idéias por imagens. Concretiza, de alguma maneira, o abstrato. Segundo J. Roger[38] seria um pouco comparável às parábolas que Jesus empregava para se dirigir às multidões, deixando-lhes sempre, o cuidado de tirar as conclusões. A imagem cinematográfica, como

a parábola, reveste uma idéia da qual não é senão a expressão para torná-la sensível. Mas a dificuldade está em que o drama pode ser sempre ilustrado, mas a graça, o verdadeiro apelo dirigido por Deus a uma alma não é fácil de se traduzir concretamente. Quando muito poderá ser sugerida através da correlação imagem-palavra. Fellini nos dá exemplo magnífico em "A Doce Vida".: Marcelo na praia, surdo aos chamados de Paola, é o símbolo de todo um universo fechado ao apêlo da Graça.

NOTAS

(1) Etienne Souriau, Prefácio de "Dieu au Cinéma", Ayfre, Amedée, Presses Universitaires, 1953.
(2) Morienval, J., Le fait religieuse a l'ecran, in Lumen Vitae, 3, 1948.
(3) R. Claude, Panoramique sur la Zeme art, Ed. Universitaires, 1959, pg 65.
(4) Charles Ford, "Le cinéma au service de la foi", Plon, 1953, pg. 26.
(5) "Les catholiques parlent de cinema", Ed. Univ., 1958.
(6) A locuções sobre o Filme Ideal. Ed. Vozes, Doc. Pont. nº 112, 1956.
(7) Encíclica sobre o cinema, rádio e televisão, Ed. Vozes, nº 123, 1958.
(8) Um crítico como Salles Gomes reconhecia em 1957 os esforços que os católicos fizeram neste sentido. Cf. "Catolicismo e Cinema", Suplemento Literário de O Estado de São Paulo, nº 16, 1957.
(9) René Ludman, "Cinema, Fé e Moral", Aster, Lisboa, 1959, pg 18.
(10) Cf. Bibliografia.
(11) Citado por Bergman em entrevista Cf. R. C. C., 16, 1960.
(12) Carré O. P. L'actualité de Dieu au Theatre" in "Le Théatre Contemporain", Recherches et Débats, Artheme Fayare 1952.
(13) Journal littéraire, "La Table Ronde", março de 1952.
(14) Henri O. P. Iniciation Théologique, I, pag. 012 Ed. Gallimard, 1958.
(15) Regamey "Les possibilites chrétienes des artistas incroyants" em "La vie intellectuelle", março 1951.
(16) Op.; Cit., pag. 74.
(17) Amargier O. P., "La grace à l'ecran", RIC, 26.
(18) C. Moeller, "Literatura do sec. XX e Cristianismo", Flamboyant 1959, e pg 26.
(19) Etienne Souriau, La correspondance des arts — Flamarion 1947 pág. 67.
(20) A. Ayfre, Cinéma et Transcendance, em Le cinema et le sacre. Ed. Cev. Paris, 1953, pag. 113.
(21) Veja Art Sacré, nº 4,5, 1947 — "Recherche du Sacré".
(22) Roger Caillois, "L'Homme et le sacré — Presses Universitaires 1939, pag. 7.
(23) Bazaine, "Notes sur la peinture d'aujourd'hui — Flomy-1948.
(24) Henri Agel, Le cinema et le sacré, Du Cerf, Paris 1953, pg. 7
(25) A. Ayfre. "Cinéma et foi chrestienne" Col. Je sais-Je crois p. 81 "Cinéma e o sagrado", Filme. "Cinéma et le Sacré", Art d'Eglise, nº 113, 1960.
(26) Henri Agel, "Le cinema a-t-il un âme"? — Ed. Cerf, Paris 1951 — página 5.
(27) Cf. Ayfre, "Cinéma et foi chrétienne", pág. 86.
(28) H. Agel, "La grâce" — RIC 26.
(29) Debates do Centro Católico de intelectuais franceses sobre Cinema e Sagrado, RCT, fev. 58.
(30) Lemaitre, "Le Sacré", RIC 26.
(31) Pio XII, Alocuções sobre o Filme Ideal-Vozes nº 114.
(32) Jean Bernard, na Semana Internacional do Cinema religioso realizada em Viena, nov. 1950. Cf. Filme, 10. jan. 1960.

(34) Veja Luigi Gedda, "La cinéma religieux et la foi", RIC, 4, 1949.
(35) Extraido de A. Ayfre, "Dieu au cinéma", apêndice.
(36) É o que constatou a 5ª Bienal do Filme Religioso, reunids rm Viena, 1958. Cf. RIC. 29, 1958.
(37) Ayfre, "Dieu au cinéma", pag. 45.
(38) J. Roger, "La doctrine mariale et le cinema", Nouvelle Revue Théologique, fev. 1953.

Referências Bibliográficas

Livros

AGEL, Henri, **Le cinema et le sacré**, Ed. Du Cerf, 1953.

AGEL, Henri, **Le cinema a-t-il un âme?** , Ed. Du Cerf, 1951.

AYFRE, Amedée, **Dieu au cinéma**, Presses Universitaires, 1953.

AYFRE, Amedée, **Cinéma et foi chrétienne**, Ed. Fayand, 1960.

CAILOIS, Roger, **L'Homme et le sacré**, Presses Universiteires, 1939.

CLAUDE, Robert, **Panoramique sur le septième art**, Presses universitaires, 1959.

FORD, Charles, **Le cinéma au service de la foi**, Ed. Plon, 1953.

HENRI, O. P., **Initiation Théologique**, Ed. Gallimard, vol. I, 1958.

LUDMANN, René, **Cinema, Fé e Moral**, Ed. Aster, Lisboa, 1960.

MOELLER, Charles, **Literatura e Cristianismo no século XX**, Ed. Flambyant, 1960.

ARTIGOS

AGEL, Henri, "La Grâce", 26, 1958.

AYTRE, Amedée, "O Cinema e o Sagrado", Revista Filme, nº 2, 1960.

AYTRE, Amedée, "Le cinéma et le sacré", Rev. Art d'Eglise, nº 113.

AMARGIER, O. P., "La grâce à l'ecran", RIC, 26, 195.

GEDDA, Luigi, "Le cinéma religieux et la foi", RIC nº 4, 1949.

LEMAITRE, O. P., "Le Sacré", RIC, 26, 195.

MARCELO-VARSO, "Valeurs comerciales et valeurs spirituelles", RIC, nº 4, 1949.

MORIENVAL, Charles, "Apport chrétien à l'histoire du cinema français"; RIC, nº 3.

PONDI, Luigi, "Neo-realismo, arte christiana", R. C., nº 1, 1954.

REGAMEY, O. P., "Les possibililités chretiennnes des artistas incroyants", **La Vie Intelectuelle**, março, 1951.

ROGER, J., "La doctrine mariale et le cinema," RIC, nº 4, 1949.

SALLES Gomes, P. Emilio, "Catolicismo e cinema", O Estado de São Paulo, Suplemento Literário, nº 16, 1957.

REVISTAS

RIC — Revue Internationale du Cinema, OCIC, Bruxelas, Bélgica

R. C. — Rivista del Cinematografo, Centro Catolico Cinematografico, Roma.

FILM-Ideal, Madrid.

RADIO-Cinema-Television, Paris.

FILME, Revista Mensal de Cinema, Lisboa.

DOCUMENTOS DA IGREJA

PIO XI — Encíclica "Vigilanti Cura, 1936.

PIO XII — Discursos sobre o Filme Ideal, 1955.

PIO XII — Encíclica "Miranda Prorsus", 1957.

Lė cinema dans l'enseignement de l'Eglise, Ed. Vaticano, 1955.

L'IDEA DI UN NUOVO ORDINE MONDIALE DELLA COMUNICAZIONE

Domenico de Gregorio

L'idea di nuovo ordine mondiale della comunicazione è nata quasi contemporaneamente a quelle di un nuovo ordine economico mondiale e ne è, in un certo senso, una conseguenza.

L'uno e l'altro progetto intenderebbero porre rimedio ai forti squilibri oggi esistenti nel mondo tra Paesi sviluppati e paesi in via di sviluppo o, come ormai si dice convenzionalmente, tra Nord e Sud.

Tralasciando il problema dell'equilibrio economico mondiale, che pur tuttavia proprio in questi ultimi tempi è stato all'ordine del giorno dei vertici della politica planetaria, vediamo di esaminare quello, più ridotto ma non meno importante, della comunicazione, sino allo scorso anno oggetto di particolare attenzione da parte dell'Unesco in quanto rientra più specificamente nella sua sfera di competenza.

Ma prima di entrare nel vivo del problema sarà opportuno premettere alcune idee generali sulla libertà di informazione e sulle sue connotazioni.

La libertà di comunicazione, cio è il diritto dei cittadini di diffondere e ricevere notizie da un capo all'altro del mondo, è una delle conquiste del secolo scorso, punto essenziale delle rivendicazioni dei movimenti rivoluzionari che, sulla scia della rivoluzione francese, si manifestarono in tutta Europa. I popoli chiedevano questa libertà insieme con tutti gli altri diritti civili.

Ma le libertà così ottenute rimasero quasi sempre confinate all'ambienti nazionale, sia perchè i mezzi di comunicazione non erano allora rapidi come aggi, sia per la riluttanza dei pulblici poteri ad allargare molto la sfera della conocenza dei popoli. Fu così che, per iniziativa delle Nazioni Unite, subito dopo la fine della seconda guerra mondiale si tenne a

Ginevra la conferenza internazionale per la libertà di informazione, che avrebbo dovuto predisporre una serie di trattati internazionali intesi a garentire la libera circolazione delle notizie e delle opinioni in un mondo che vedeva raccorciarsi sempre di più le distanze granzie al vertiginoso progresso dei mezzi di comunicazione.

Non si giunse alla conclusione dei trattati per lopposizione dei Paesi a democrazia popolare che, ancora sottoposti a regimi di tipo stalinista, non permettevano che le informazióne penetrassero liberamente dal mondo occidentale nei loro confini.

Oggi la situazione è totalmente cambiata e, anche se non si è raggiunta al cento per cento l'auspicata libetà di circolazione delle notizie, si può affermare che ci si è molto avvicinati.

Ma questo non è che un primo passo verso il traguardo finale, che è quello di raggiungere, accanto a questa che possiamo chiamare libertà **giuridica**, anche quella **economica** della comunicazione. Infatti, perchè il cittadino possa veramente avvalersi di queste libertà, è necessario che abbia i **mezzi** per farlo. L'alto costo dei mezzi di comunicazione, compresi quelli audiovisivi, hanno nella realtà prodotto una **concentrazione** di questi mezzi nelle mani del grosso capitale. E ciò vanifica il conseguimento effettivo di una vera libertà di informazióne, che è data dalla pluralità delle fonti.

Cio avviene nell ambito dei singoli paesi, ma più ancora a livello internazionale. Su base mondiale, le informazióne che circolano di più sono quelle che provengono dalle grandi agenzie, come la United Press e la Associated Press (USA), la Reuther (G. B.), ecc. Si è quindi determinato una specie di monopolio della grande informazione, a danno dei paesi meno dotati che non possono competere con i colossi del mondo occidentale.

Il paesi emergenti lamentano che, così stando le cose, l'opinione pubblica mondiale è condizionata da questo monopolio, con tutte le conseguenze che possono derivarne anche sul terreno politico.

Naturalmente, nessuno vieta ai paesi del terzo mondo di crearsi i loro organi di informazione e di competere quindi con quelli che dominano il mercato della notizia; ma essi non dispongono dei mezzi economici necessari né, a volte, della capacità tecnica.

Nel tentativo di ovviare a questa situazione, l'Unesco aveva lanciato un programma per un Nuovo ordine mondiale dell'informazione. Il precedente direttore, Mathar M'Bow, aveva addirittura aggiunto la parola "Comunicazione" alla denominazione dell'Unesco, che avrebbe dovuto chiamarsi quindi l'Organizzazione delle Nazioni Unite per l'Educazione, la Scienza, la Cultura e la Comunicazione. Un provvedimento che, però, riteniamo avrebbe dovuto esssere preceduto da una modifica dello Statuto. In base a questo progetto, così come nel Nuovo ordine economico

mondiale gli Stati più ricchi dovrebbero aiutare i più poveri ad usiire dalla loro condizione di inferiorità, nel settore della comunicazione avrebbero dovuto provvedere ad equilibrare la situazione. Ma in che modo?

Il progetto non ha avuto seguito, avendo coinciso con l'uscidall'organizzazione degli Stati Uniti e della Gran Bretagna, un fatto che ha inferto un grave coloo sia al prestigio che alle finanze dell'Unesco, essendo venuto a mancare più del 25% delle risorse che, come è noto, sono costituite dal contributo degli Stati. Si era parlato di un Centro di Comunicazióne per l'America Latina, ma non sappiamo se l'iniziativa sia andata avanti.

Sembra comunque che tutti questi progetti siano stati una delle ragioni per l'abbandono dell'Unesco da parte degli Stati Uniti. Si è detto che sono state le grandi agenzie nordamericane che, temendo di perdere il loro presunto monopolio, hanno fatto pressioni sul governo per indurlo ad uscire dall'Unesco. Non sappiano se ciò sia vero, ma stentiamo a credere. Riteniamo piuttosto che questa incursione dell'Unesco nel campo della comunicazione sia stata la goccia che ha fatto traboccare il vaso. Da tempo gli Stati Uniti mostravano di non essere soddisfatti del mondo in cui veniva gestita l'organizzione. Le decisioni vengono prese, ovviamente, a maggioranza, ma ogni paese ha diritto a un voto, quale che sia la sua dimensione. Così il voto della Repubblica di Andorra vale quanto quello degli Stati Uniti o della Cina. Il che è ovviamente assurdo.

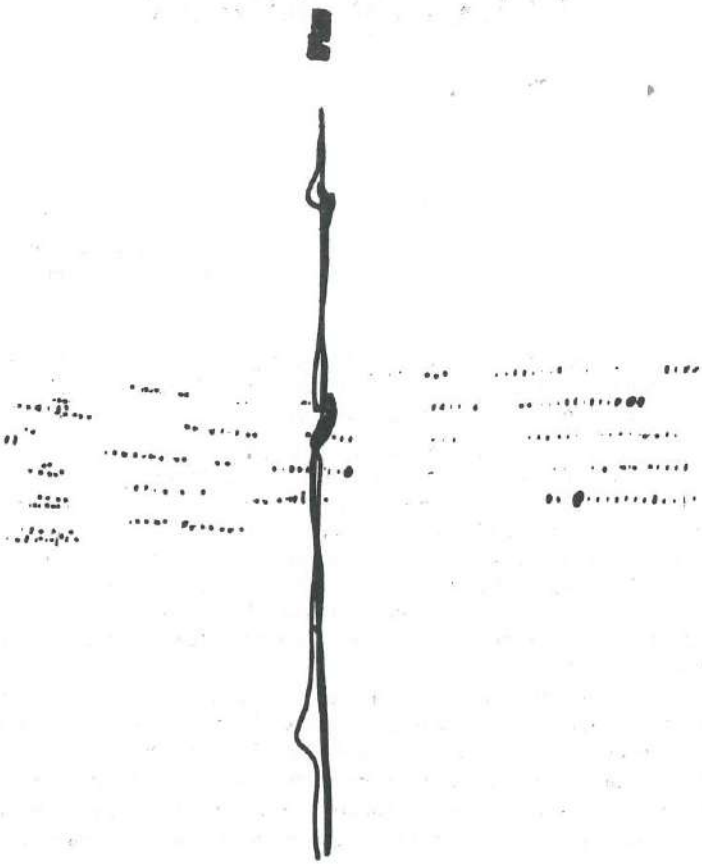
Quando poi si profilava il progetto di creare, con i mezzi dell'Unesco, delle agenzie di stampa terzomondiste che, con ogni propabilità, non sarebbero state tenere con "l'imperialismo yankee", il governo americano ha ritenuto che non era giusto che il denaro del contribuente venisse adoperato per sovvenzionare o addirittura creare organismo chessi profilavano come centri di informazione antiamericana.

*

A questo punto, cerchiamo di dare una risposta a questo problema. La questione ci sembra mal posta. E' nostro convincimento che i paesi meno sviluppati dourebbero puntare anzitutto su due obiettivi: progresso economico ed elevazione culturale delle popolazioni.

Per il progresso economico, il piano di un Nuovo ordine economico mondiale ci appare come un valida soluzione, se studiato ed applicato con onestà e spirito di altruismo. L'elevazione culturale delle masse è invece il compito principale dell'Unesco, sul quale essa dovrebbe concentrare tuttel le sue risorse.

Risolti il problema economico e quello culturale, quello della comunicazione si risolverà da sé.



VOCÊ QUER BRINCAR?*

Elisete Zanlorenzi
(Professora da ICH – PUCCAMP)

O mundo adulto é tão sério porque a seriedade é implícita à idade madura ou porque vivemos em uma sociedade que não nos permite vivenciar a nossa esfera lúdica cotidianamente?

Grosso modo, podemos afirmar que nas sociedades capitalistas é em torno do fator tempo que se dá a dominação de uma classe por outra. É o tempo de trabalho de que o capitalista se apropria que lhe permite acumular riquezas e, conseqüentemente, reproduzir a desigualdade. Nesse sentido, talvez se possa dizer que o tempo gasto com o lúdico seja um tempo que corre às margens das relações capitalistas. É um tempo mágico, não mensurável em termos da eficácia do sistema. Um tempo onde o real pode ser repensado, reinventado e revivido de forma mágica e no plano da representação simbólica.

A atividade lúdica localiza-se, portanto, na esfera da fantasia e do prazer. Por isso, talvez não seja de todo errôneo afirmar que, no que diz respeito ao adulto, o lúdico e o trabalho só consigam conviver juntos em situações onde os sujeitos sejam donos de seu próprio trabalho e sintam prazer em realizá-lo. Sob tal perspectiva, a desigualdade econômica e social — em qualquer sistema social — parece ser um dos principais obstácu-

(*) Em 1987/88, o Museu Universitário da Puccamp desenvolveu o projeto "Brinquedos e Brincadeiras Tradicionais do Município de Campinas", coordenado por Regina Márcia Moura Tavares. A pesquisa foi realizada por Elisete Zanlorenzi e Margarita Barreto, que, com uma equipe multidisciplinar de estudantes, percorreram as ruas de Campinas, durante vários meses, para documentar, através de recursos audio-visuais e da escrita, o acervo de brincadeiras tradicionais existente na cidade. A descrição das 150 brincadeiras encontradas, com suas diversas versões, será publicada em forma de livro.

los à atividade lúdica, ao retirar de grande parte das pessoas a possibilidade de vivenciarem o trabalho — e a própria vida — de forma prazerosa. Que prazer existencial poderia ter um escravo colonial ou, em nossos dias, um trabalhador urbano que passa a maior parte do tempo em função do trabalho e, mesmo assim, tendo que conviver com a miséria e com a falta de perspectiva?

Nas sociedades modernas, a seriedade inerente ao trabalho a que somos obrigados a assumir na vida adulta (a muitas vezes, até, na infância) é contingência da visão de mundo capitalista, que mede tudo em função da produtividade, da eficiência e de precisão. A atividade produtiva do homem passa a ser encarada do ponto de vista de seu valor enquanto mercadoria, na qual está incorporada o tempo de trabalho socialmente necessário para que seja produzida[1]. Impossível, portanto, imaginar uma fábrica onde os trabalhadores pudessem estabelecer relações lúdicas entre si e com as máquinas que operam (só se fosse uma fábrica de loucos!)

Vale a pena observar, no entanto, que a atividade lúdica, com maior ou menor intensidade, está presente em todas as sociedades, a exemplo de jogos e brincadeiras tradicionais, que compõem parte do acervo das manifestações culturais de todos os grupos humanos. E não são só eles os portadores desse privilégio de fazerem parte implícita da condição de **ser-humano**. Todas as sociedades possuem códigos linguísticos e simbólicos de comunicação, através dos quais emitem e recebem mensagens; criam regras para a proibição do incesto, que determinam o estabelecimento de uma rede de parentesco entre famílias, clãs, aldeias, etc; mantêm relações de troca, nas quais aos objetos está incorporada a circulação e o estabelecimento de relações econômicas, de poder, de amizade, de parentesco, etc. (Além disso, também inventam rituais para marcar momentos sociais importantes para o grupo). Sem esses alicerces — fundamentos de condição de humanidade — não haveria comunicação possível entre grupos sociais e, portanto, o homem não poderia caracterizar-se como tal, sendo, provavelmente, um ser de uma outra espécie, que não a humana. Em outras palavras, é a **comunicação** — expressa na troca de mensagens, bens e indivíduos — que permite a criação de uma rede de relações entre os homens, fundando o nascimento da cultura, que é o que os diferencia dos outros animais.

O que dizer dos jogos e brincadeiras tradicionais? Se podem ser encontrados em todas as sociedades, o que representam em termos da expressão de parâmetros que nos definem como seres humanos? Que funções sociais eles cumprem, para que sejam inbuídos desse caráter de universalidade?

É certo que os animais também brincam. Mas a diferença fundamental é que **os homens criam regras e inventam instrumentos** para brincar. Essa é uma diferença que projeta jogos e brincadeiras para a categoria de uma das pontes que separa a natureza da cultura.

Nessa perspectiva de universalidade é que jogos e brincadeiras tradicionais devem ser pensados para que sejam percebidos como patrimônios culturais de toda a humanidade, independentemente de sistemas econômicos, políticos e sociais. São, quase sempre, criações coletivas, de domínio público, dificilmente de origem identificável e transmitidas oral-

mente pelos membros da sociedade. Uma mesma bricandeira — a exemplo do **cabo-de-guerra** — pode ser encontrada na Birmânia, na Coréia e entre os esquimós. A amarelinha já era praticada na Roma Antiga e hoje é jogada em toda a Europa, América, Rússia, Índia e China[2]. Há inúmeras brincadeiras e jogos que remontam à idade cristã e que se manifestam em lugares que, aparentemente, não estavam conectados historicamente entre si[3].

Será que é apenas pela difusão cultural, pelos meios de comunicação, que jogos e brincadeiras saltam de um local para outro, atravessando séculos de existência? Ou será que um mesmo jogo pode surgir em pontos desconectados do mundo e, por razões que dizem respeito às categorias lógicas do pensamento humano, acabam tendo a mesma estrutura, tal qual acontece com certos mitos e rituais? [4]. Que razões fazem com que essa atividade lúdica seja tão importante, a ponto de poder ser considerada como uma das bases sobre as quais se alicerçam todas as culturas do mundo? Que conteúdos sociais elas carregam?

Para situar melhor essas questões, parece conveniente remeter-mo-nos ao estudo que E. Leach realizou sobre os Kachin (Birmânia). Observa o autor que, de grupos com a mesma estrutura social e econômica, é possível emergirem manifestações culturais distintas, assim como estruturas sociais diferentes podem representar-se pelo mesmo conjunto de símbolos[5]. Sendo jogos e brincadeiras tradicionais uma forma de linguagem simbólica — que, conforme sugere J. Huizinga, pode ser analogamente comparada à linguagem ritual[6] — quem sabe poderíamos imaginar que diferentes sociedades pudessem, de fato, produzir um conjunto estruturalmente semelhante de jogos e brincadeiras, sem que para isso tivesse que haver, necessariamente, um contato anterior entre elas.

Por outro lado, se essa atividade lúdica se reveste de um caráter universal, certamente é porque desempenha algumas funções importantes para os grupos sociais. Sobre essas funções é que gostaríamos de tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, como vimos anteriormente, brincadeiras e jogos constituem-se em uma **linguagem** específica inter e entre grupal. São **meios de comunicação** eficazes, que carregam em si o imaginário social, ou seja, os conteúdos que compõem a visão que o grupo tem sobre si e sobre o mundo. São, portanto, espelhos que refletem simbolicamente as regras e parâmetros da sociedade, ou seja, a própria cultura. Nesse sentido, talvez se possa afirmar que uma das funções mais importantes dos jogos e brincadeiras seja o fato de se constituírem em uma linguagem através da qual os homens podem se comunicar, manipulando símbolos que alcançam seu pleno significado apenas nesse momento mágico do faz-de-conta. O tempo lúdico permite um tipo peculiar de elaboração simbólica da realidade, possibilitanto aos atores sociais entrarem em contato com dados importantes de sua cultura.

Se na Europa dos séculos XVII e XIX praticavam-se vários tipos de jogos e brincadeiras com a finalidade de se ensinar história, geografia e botânica[7], atualmente há jogos e brincadeiras que se utilizam de temas contemporâneos, como a conquista espacial, a estrutura política e a situação econômica; ou, ainda, que refletem a influência que os meios de comunicação exercem sobre o imaginário social[8].

Os adultos esquimós contam histórias para as crianças formando figuras com cordões nas mãos — praticando a conhecida brincadeira **cama-de-gato**. As figuras servem para ilustrar e auxiliar o narrador a lembrar episódios da própria história[9]. Certamente, esse tipo de brincadeira tem a ver, originalmente, com uma das formas encontradas por sociedades ágrafas para repassar suas tradições de geração a geração.

Em Campinas encontramos uma brincadeira denominada **brigadeiro**, que se utiliza de hierarquia militar, numa seqüência onde a atenção dos participantes é fundamental para que consigam manter-se nos postos mais elevados da carreira militar[10]. Interessante salientar que, em uma sociedade onde o aparelho militar tem exercido tanta importância histórica, não é de se estranhar que o imaginário social se aproprie desse tema e o reelabore de forma lúdica. A conhecida brincadeira **mamãe-rica** reflete relações sociais de desigualdade, onde a mãe rica vai, gradativamente, apropriando-se dos filhos da mãe pobre, que acaba sozinha, já que não tem condições de dar uma profissão a seus filhos. Outra brincadeira, denominada **detetive**, claramente urbana, remete a um tema fundamental das grandes cidades: a violência. Nela é montado um esquema de investigação, que tem por objetivo descobrir qual dos participantes é o assassino que faz tantas vítimas de morte.

Quando uma criança interioriza uma brincadeira ela está incorporando e tendo oportunidade de reformular uma série de conhecimentos que compõem o patrimônio cultural da sociedade a que pertence. E, o mais importante, é que tudo acontece no plano lúdico, como se a própria vida tivesse em si mesma um prazer implícito, coisa, aliás, que o mundo adulto parece não mais perceber. Seja por causa da seriedade exigida pelas relações capitalistas de produção; seja pela desigualdade social, que retira de uma grande parcela da população a possibilidade de viver dignamente; seja por causa dos meios de comunicação de massa, que nos entregam um produto cultural pronto, do qual somos meros consumidores; o mundo adulto (e, até, o infantil) está ficando sério — no sentido de não poder mais vivenciar espontaneamente a esfera lúdica — e, muitas vezes, insensível à importância que tem a experiência lúdica para a nossa condição de seres humanos e cidadãos das cidades modernas.

A diferença entre o adulto e a criança, com respeito ao ludismo, é muito bem apontada por P. S. Oliveira[11]. Em seu ponto de vista, quando um adulto penetra na esfera do divertimento, ele o faz tentando

evadir-se da realidade, fugindo dos padrões de comportamento que a sociedade lhe impõe. Ao contrário, quando uma criança brinca, ela está mergulhando de corpo e alma no mundo que a rodeia, pois é sobretudo na situação de brincadeira que a criança se relaciona com o real.

J. Huizinga faz uma substancial abordagem sobre a relação entre o lúdico e a seriedade, destacando que jogos (e brincadeiras), apesar de se localizarem na esfera lúdica, no plano do faz-de-conta, da dramatização, são atividades sérias, no sentido de que é através de estabelecimento de regras — que seria a própria estrutura da brincadeira — que as crianças se organizam para brincar. Tanto é, que fraudar as regras da brincadeira pode significar, do ponto de vista dos participantes, a aplicação de sanções e castigos ao infrator, por parte dos outros participantes. Como afirma J. Huizinga, "...esta consciência do fato de que "só faz de conta" não impede de modo algum que ele se processe com a maior seriedade"[12].

O que se contrapõe aqui não é a seriedade em relação à brincadeira, mas a seriedade significando a perda da relação lúdica, mágica, fantasiosa e divertida com a realidade, que é, enfim, o que a criança faz quando está brincando. É a perda da possibilidade de tomar contato com o real de forma a extrapolar as suas próprias limitações. Por exemplo, quando um grupo de crianças está fazendo de conta que uma delas é um gato que está perseguindo um rato[13], como se isso fosse absolutamente real e sem que nenhum dos participantes tenha que vestir uma fantasia para que a dramatização ocorra, elas extrapolam os limites da realidade e passam a viver uma "realidade" situada agora no nível da fantasia, como se — no momento de brincar — isso fosse absolutamente verdadeiro.

No plano da fantasia, mas, ao mesmo tempo, através de regras que se inserem em uma lógica própria, as brincadeiras imitam a vida. São formas peculiares de socialização e de apreensão de parâmetros sociais. Exemplo disso é a dramatização do cotidiano, manifesta no brincar de casinha, de médico, de bombeiro, de festa junina, de escola, de casamento, pegar ônibus, laçar boi, passear, fazer teatro e, até, pesquisa[14]. Nesse faz-de-conta, que é o próprio teatro, elimina-se a vida cotidiana e elabora-se uma representação da mesma através de um jogo dramático que não só expressa padrões de comportamento e valores que repousam no imaginário social, como também permite uma reelaboração simbólica das regras sociais, com a possibilidade, sempre presente, da transgressão e do inusitado. Na brincadeira de médico, quando participam crianças de diferentes sexos, há partes do corpo que não podem ser vistas e, muitos menos, tocadas. Mas há, também, a possibilidade de que isso venha ocorrer e todos os participantes sabem disso! A estrutura do **beijo, abraço, aperto de mão** baseia-se, exatamente, na trapaça[15]. As regras da brincadeira nunca coincidem com a sua prática, já que é na trapaça que a brincadeira ganha o seu real significado, permitindo que as crianças trabalhem ludicamente a se-

xualidade e o prazer. Ou seja, é a transgressão que confere sentido a muitos jogos dramáticos, nos quais, as crianças sempre fazem de conta que estão respeitando as regras dos mesmos.

J. S. Oliveira[16] refere-se à interpretação freudiana sobre o ato de brincar. Conforme Freud, quando uma criança brinca, ela está realizando a satisfação de necessidades e liberando emoções, inclusive a nível das angústias pessoais. Na dramatização, a criança reproduz situações conflituosas que, a nível do faz-de-conta oferecem a possibilidade de reconstruir, à sua maneira, a sua relação com o real.

Por outro lado, jogos e brincadeiras organizam os indivíduos em grupos, estabelecendo regras de convivência, vínculos sociais e efetivos e formas de se elaborar ludicamente a fantasia, a agressão, o medo e, até o sexo. Na Coréia e na Malásia, por exemplo, os **papagaios** (pipas) desempenham uma função psicanalítica. Costuma-se escrever neles os problemas pessoais e empiná-los a grande distância, quando a linha é cortada ou queimada, para que os problemas desapareçam e a pessoa possa começar uma nova vida[17].

Há exemplos de como jogos e brincadeiras podem representar formas específicas de relação do homem com a natureza, com o sobrenatural e com fenômenos que ele não consegue explicar. A **amarelinha**, conhecida em quase todo o mundo, tem relações com mitos sobre os labirintos que compõem o caminho dos espíritos para o céu, após a morte[18]. Originalmente, seria, então, uma maneira da criança se relacionar ludicamente com o sobrenatural, da mesma forma que o adulto o faz através de búzios, cartas e dados, quando tenta, através deles, prever a sorte e o destino.

Em algumas partes do mundo o **cabo-de-guerra** representa a dramatização simbólica entre forças da natureza, como é o caso dos esquimós, que fazem um festival esportivo no outono para antever se o inverno será rigoroso ou não. Também na Coréia é realizada uma disputa entre aldeias vizinhas, numa tentativa de se adivinhar quem vai ter a melhor colheita. Já na Birmânia, os grupos opositores, simbolizando o sol e a chuva, tentam prever a meteorologia do ano seguinte[19].

Além desse papel mediador da relação que os homens têm com a realidade social e com a natureza, as brincadeiras desempenham outras importantes funções. Colocam as crianças em estreito contato físico, possibilitam a elas o manuseio de diferentes materiais (pedra, metal, cereais, fibras, papel, etc), que permitem, inclusive, a descoberta de leis e princípios que regem a natureza[20]. Desenvolvem a habilidade motora, o espírito sadio de competição, a força, a destreza, a percepção sensorial, a memória, a atenção e, até, a musicalidade.

Há outra dimensão dos jogos e brincadeiras tradicionais, que diz respeito ao caráter de disputa entre adversários. C. Lévi-Strauss de-

senvolveu um extenso trabalho em sociedades ágrafas, argumentando que o pensamento humano, independentemente de sistemas culturais, classifica o mundo através de uma oposição binária entre termos. Diz ele, fazendo uma analogia com a linguagem: "...Os termos jamais possuem significação intrínseca: sua significação é de "oposição", função da história e do contexto cultural, por um lado e, por outro lado, da estrutura do sistema em que irão figurar"[21]. Grosso modo, então, cada grupo social, clã ou sociedade se auto concebe como tal a partir de seu próprio contexto sócio-cultural e tendo sempre como referência uma oposição a outro grupo, clã ou sociedade. Esse caráter binário, de dualidade, conforme o autor, é universal e se apresenta como uma das formas de cada um dos grupos afirmar sua própria identidade social. Refletindo sobre a atividade lúdica, percebemos que, no caso dos jogos esportivos, a oposição pode ser de idade, sexo, classe social, local de residência, etc. Para os jogos e brincadeiras tradicionais, a disputa tende a ocorrer sem a existência de grupos pré organizados, sendo que os participantes, normalmente, formam facções opositoras no momento mesmo em que a brincadeira irá ocorrer. A disputa, então, não só reafirma uma oposição entre os grupos participantes, colocando-os como adversários e reforçando a identidade de cada um deles, como, também, estabelece entre eles uma unidade, já que a oposição acontece, de fato, apenas no nível do faz-de-conta. Se o vencedor é recompensado com prestígio, que se estende para todo o grupo, isso não significa, necessariamente, que a rivalidade continuará a existir após o término da brincadeira, quando se dá a passagem do tempo lúdico para o tempo real. Ao contrário, o prestígio, via de regra, não extrapola para o plano da vida cotidiana, exatamente porque diz respeito apenas ao contexto da dramatização.

Talvez possamos sugerir que, em nossa sociedade, essa seja uma das grandes diferenças entre, por um lado, jogos e brincadeiras tradicionais e, por outro lado, o esporte. Neste, quando os adversários entram em uma disputa, fazem-no a nível de uma oposição real, sobre a qual, inclusive, pode estar montado todo um esquema capitalista de competição entre empresas patrocinadoras. Nas bricandeiras tradicionais, os opositores trabalham a oposição apenas no nível do imaginário, da fantasia, da dramatização lúdica. Acabada a brincadeira, tudo volta ao normal e a oposição desaparece, dando lugar a uma unidade ainda maior entre os participantes, que, durante o ato de "brincar de", trocaram experiências, respeitaram-se, criaram regras de convivência, tiveram um contato mais estreito entre si e, acima de tudo, divertiram-se juntos e se conheceram melhor.

Nos bairros onde realizamos nossa pesquisa, pudemos observar que existe uma relação direta entre o fato de as crianças brincarem nas ruas e os pais se conhecerem. Há ruas socialmente tão intensas que as crianças passam de uma casa a outra como se todas fossem a sua própria casa. As mães, conseqüentemente, acabam sendo espécies de "mães comunais", já

que ter um filho significa ter que abrir o espaço doméstico e existencial para outras crianças. Do ponto de vista da criança, a idéia da casa e da rua como espaços de convivência social certamente oferece a ela parâmetros bem distintos daquele que informa a visão essencialmente capitalista da propriedade privada e do individualismo.

A rua representa o espaço por excelência de produção da cultura popular, que se caracteriza, exatamente, por ser de domínio público. É onde reside um tipo de saber que não está nos livros, nos bancos escolares e nos veículos de comunicação. Um saber que circula de boca em boca e que, do ponto de vista do mundo infantil, significa, sobretudo, brincar. Nesse sentido, vale a pena refletirmos sobre que tipo de crianças pode produzir uma sociedade cujo espaço da rua está cada vez mais ocupado por carros, assaltantes, polícia, menores abandonados, famílias marginalizadas, etc. Ou, ainda, que raízes culturais poderá ter o adulto que passou a sua infância diante de video-games, video-cassetes e um arsenal de armas, super-heróis galácticos, carrinhos e bonecas que se movimentam sozinhos?

Quando nos referimos aos jogos e brincadeiras tradicionais, apontamos para o fato de que eles poderiam ser equiparados a um dos alicerces que fundamentam o aparecimento da cultura, na medida em que são instrumentos através dos quais os homens se comunicam. Ficam, então, colocadas algumas questões: o que significa o desaparecimento gradativo das brincadeiras tradicionais nas sociedades modernas? Que tipo de seres humanos poderá edificar uma sociedade cujo espaço da rua — lugar, por excelência, de aprendizado da cultura popular — está deixando de ser o local de produção e reprodução de sua própria identidade cultural? O que vamos colocar no lugar desse alicerce de comunicação que está sendo derrubado?

NOTAS

(1) "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias". Cf K. Marx, **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, livro 1, vol. I, p. 54.
(2) **Os melhores Jogos do Mundo**. São Paulo: Editora Abril, 1978.
(3) Ibid.
(4) Ibid.
(5) E. Leach. **Political Systems of Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure**. The Athlone Press University of London, 1970, p. 39.
(6) J. Huizinga. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
(7) **Os Melhores Jogos do Mundo**, op. cit.
(8) A exemplo de brincadeiras encontradas em ruas de Campinas, que remetem a Menudo, Xuxa, Gretchen, etc.
(9) **Os Melhores Jogos do Mundo**, op. cit.
(10) Nessa brincadeira, cada um dos participantes representa uma patente militar, de major a soldado. Abaixo do soldado vem o lixeiro, que é uma posição em que

nenhuma criança quer estar. Interessante observar que, em uma das vezes em que presenciamos as crianças de um bairro de Campinas brincarem, havia um participante a mais, que foi prontamente denominado "presidente" e colocado entre o lixeiro e o soldado. Essa atitude espelha claramente a maneira pela qual aquelas crianças concebem o papel do presidente da república em nossa sociedade!

(11) P. S. Oliveira. **Brinquedos e Indústria Cultural**. Petrópolis: Vozes, 1986.

(12) J. Huizinga, op. cit., p. 11.

(13) Brincadeira **Gato e Rato**, encontrada nas ruas de Campinas.

(14) Percorrendo as ruas de um bairro de classe média-alta, encontramos duas crianças caminhando com pranchetas, papel e caneta. Paramos para conversar com elas, na tentativa de obtermos alguma informação sobre o bairro (se crianças costumam brincar nas ruas ou não). Ficamos surpresos quando soubemos que elas estavam brincando de pesquisa, enquanto nós estávamos fazendo pesquisa de fato.

(15) Uma criança coloca as mãos sobre os olhos de outra, estando ambas diante dos outros participantes, e pergunta: "É esse? ", apontando para um dos participantes. A criança que está com os olhos vendados deve responder "sim" ou "não". Quando diz "sim", a outra interroga "O que você quer dele? ". Ela deverá responder "um beijo" ou "um abraço" ou "aperto de mão" ou "passeio no escuro" ou "tuti-fruti" (beijo na boca), etc. Supondo que ela não soubesse realmente para quem a outra apontou, poderia pedir "tuti-fruti" para uma criança do mesmo sexo que o seu. No entanto, isso nunca acontece, porque quem está vendando os olhos dá um sinal para indicar que tipo de pedido deverá ser feito. Um aperto de mão acaba ocorrendo sempre com crianças do mesmo sexo e os beijos e passeios no escuro ocorrem (coincidentemente?) com crianças de sexo oposto.

(16) J. S. Oliveira, op. cit.

(17) **Os Melhores Jogos do Mundo**, op. cit.

(18) Ibid.

(19) Ibid.

(20) Para construir um **fliperama** (com madeira, pregos e linha), que será jogado com bolinhas de gude, o inventor deve ter noções sobre a lei da gravidade, caso contrário, o tabuleiro não permitirá que a bolinha escorregue na velocidade desejada.

(21) C. Lévi-Strauss. **El Pensamiento Salvaje**. México: Fondo de Cultura, 1964, p. 87.

EPIQUEREMA: A FORMA UNIVERSAL DE ARGUMENTAR

Flávio Mário de Alcântara Calazans
(Mestrando em Comunicação Social na ECA/USP)

Introdução

Desde há muito, psicólogos vêm desenvolvendo as teorias junguianas sobre a possível existência de um Inconsciente Coletivo, onde residiria um acervo de símbolos, formas primordiais, os frutos da experiência humana acumulada por todas as épocas, em sua trajetória até aqui e agora.

Tais formas primordiais, ou arquétipos, seriam parte de um vocabulário comum a todo e qualquer ser humano, independente de raça, sexo, idade ou instrução; seriam algo como que inaprendido, algo natural ao homem.

Já na Idade Média falavam vários juristas sobre a existência de um Direito Natural ou Jusnaturalismo, doutrina segundo a qual haveria algumas regras ou costumes do convívio social humano inatas, presentes em todos os povos.

Antropólogos e folcloristas ao estudarem os repertórios de contos populares em vários países, descobriram semelhanças inesperadas, chegando a identificar a mesma lenda em todos os países estudados, inclusive entre culturas que nunca tiveram qualquer contato entre si.

Desde modo, apesar das diferenças culturais, quer lingüísticas, estéticas, éticas ou de organização social, em todos os grupos humanos seriam encontrados alguns símbolos, algumas formas primordiais comuns, estruturas presentes em todos os homens.

Por outro lado, desde a rixa entre Sócrates e os Sofistas, encampada por seu discípulo Platão e, posteriormente, por Aristóteles, que chegou mesmo a batizar o raciocínio errôneo de Sofisma, efetuando uma intensa propaganda ideológica anti-sofistas. Desde esta antiga rixa que tem surgido, na Civilização Ocidental, um tipo de pré-juízo ou pré-conceito contra a persuasão, elemento que os Sofistas consideravam como parte integrante de qualquer discurso.

Assim sendo, o vocábulo persuasão, após toda a propaganda dos filósofos oficiais do Ocidente, tornou-se um termo pejorativo, sempre vindo associado a fraude, engodo, má-fé e mentira.

Tal preconceito tem inviabilizado maiores estudos sobre a possibilidade da existência de uma forma ou estrutura de raciocínio lógico, retórico ou persuasivo que seja comum a todos os homens.

Algo como um tipo de "arquétipo" do pensamento humano, uma forma presente em todos os povos, em todas as épocas, manifestando-se sempre que houvesse a necessidade de comunicar, divulgar, propagar algum ideal ou valor.

O problema da comunicação, criar, alterar, cessar ou manter um comportamento do ouvinte, passa, assim, pelo crivo do preconceito anti-persuasão, por parte de alguns comunicólogos.

Observando vários povos que legaram à História documentos sobre suas lógicas, pode-se tentar encontrar uma forma de comunicação, um modo de argumentar e persuadir que seja universal, esquecendo os possíveis preconceitos contra a persuasão que eventualmente possam levar a valorações éticas viciosas e dogmáticas.

Epiquerema: A Forma Universal de Argumentar

> **"Toda arte e investigação, e igualmente toda ação e todo propósito, parecem ter em mira um bem qualquer." Aristóteles,** A ética, **p. 17.**

Todo ato de comunicação apresenta-se como contendo uma axiologia subjacente, ou seja, um conjunto ou sistema de valores eleitos como bons e verdadeiros pelo comunicador, e cujo conteúdo passa este a comunicar de maneira compreensível, agradável aos receptores, segundo as técnicas da retórica, tendo como objetivo persuadir o ouvinte, faze-lo aderir a esta verdade boa.

Isto acontece com o jornalista, o relações públicas, o publicitário e com todo profissional de comunicações ou artista.

Deste modo, "o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo"[1] e como tal deve ser objeto de estudo da comunicação.

"Como é sabido, os idiomas que mais influíram sobre o português foram o hebraico, o grego e o latim."[2]

A palavra "verdade" apresenta-se em 3 diferentes acepções de acordo com o idioma que cada uma destas culturas produziu:

Hebraico: Emunah – Verdade como Confiança, Deus verdadeiro por cumprir suas promessas, sua palavra, um comportamento.

Grego: **Ateleia** – Descoberta, tornar claro, as coisas certas pesquisadas (Episteme-ciência).

Latim: **Veritas** – Exato, fiel, sem omissões, um depoimento verbal sobre algo que aconteceu.

Segundo o lógico Hegenberg: **Emunah** seria uma expectativa de comportamento futuro, **Ateleia** uma descoberta pesquisada no presente, e **Veritas**, o depoimento sobre o passado.

O comunicador pesquisa o universo e descobre então um fato (Ateleia), discursa para seu público sobre a descoberta passada (Veritas), depõe com lógica e de maneira agradável e compreensível, retórica, para persuadi-los desta verdade boa, sendo que ele está convencido desta comunicação ser eticamente correta, e seu discurso é confiável por sua reputação, explica e prevê, adverte sobre o futuro (Emunah).

Tal comunicador não necessariamente seria um profissional da comunicação, jornalista ou publicitário, mas qualquer pessoa em situação que torne necessário a comunicação, quer doméstica, quer profissional, como políticos, diplomatas e até mesmo cientistas, como ver-se-á mais adiante.

Uma vez convencido da verdade como boa, o comunicador passa a organizá-la mentalmente com Lógica, para poder então dedicar-se às técnicas de comunicação, de Retórica, que a tornem agradável e persuasiva para seu público.

Lembrando que são 3 os pontos da Retórica Clássica:

1 – Invenção – a busca de fatos, provas e exemplos.

2 – Disposição – organização, encadeamento lógico destas provas e exemplos.

3 – Elocução – maneira clara e precisa de expor.

Aristóteles, na **Retórica**, mais de uma vez afirma a correspondência entre Lógica e Retórica, deixando claro que "...todos os oradores procuram que as provas sejam aceitas pela demonstração".[3]

Grécia, Índia e China

Os próprios Sofistas, que a propaganda aristotélica persuadiu a todos que são filósofos malditos, tornando o termo "Sofista" um pejorativo. "... called Sophists. The word means **wise men**, and had originally no bad meaning... The Sophists were passionately interested in ideas".[4] Os Sofistas, filósofos gregos antecedentes de Sócrates, ensinaram lições levadas em conta até hoje pelo Ocidente, como "tolerar uma oposição... aceitar a legitimidade possível de um discurso contrário ao do poder constituído"[5] e que a "persuasão é para o discurso o que o remédio é para o médico";[6] e seus argumentos e discursos sempre apresentavam provas e e exemplos para reforçar e ilustrar o que alegavam.

Todavia, a Grécia não seria o único berço da Filsoofia, Lógica e Retórica. Ao contrário do que quer persuadir a história oficial, com suas técnicas de seleção de informações, censura e desinformação.

Deslocando o foco de observação para a **Índia**. Pode-se encontrar entre os hindus, um povo com características étnicas, lingüísticas, religiosas e culturais totalmente diversas dos gregos, por volta do 2º Milênio antes de Cristo, o surgimento de uma outra Lógica, a NYÃYA.

"**Nyãya** designa interpretação, ou aquilo por meio do qual se é levado a uma conclusão... O sistema fornece uma técnica de argumentação destinada a eliminar o conhecimento falso e a proporcionar o verdadeiro... há um famoso silogismo de cinco membros... os membros que teriam sido estranhos a Aristóteles são acrescentados, antes por razões psicológicas e retóricas, do que lógicas".[7]

"1 – Afirmação: Há fogo no monte.

2 – Fundamento: Porque nele há fumaça.

3 – Exemplo: Onde há fumaça, há fogo: como em uma cozinha.

4 – Aplicação: Agora bem no monte há fumaça.

5 – Conclusão: Logo, nele há fogo".[8]

Esta busca da verdade, uma Lógica Crítica, apresenta o emprego de exemplos e provas que complementem, fundamentem, e dão apoio ao argumento apresentado.

Por outro lado, na China, 60 anos após Confúcio, surge o pensador Mozi, cuja seita desenvolveu uma arte do discurso, fazendo "um progresso no encadeamento das idéias e uma simplificação da frase. Propunham-se a ilustrar seus sermões com exemplos e ampliá-los usando analogia".[9]

A preocupação chinesa com exemplos e analogias, com aplicações práticas e provas do argumento comunicado, é encontrada também em

todas as outras civilizações Orientais que desenvolveram documentos escritos, passíveis de serem objeto de estudo atualmente, e os arqueólogos e estudiosos de Filosofia Comparada puderam concluir que em toda a Lógica Oriental "... se dá um exemplo, pois a Lógica Oriental insiste em que um exemplo concreto deve ser citado em qualquer processo legítimo de dedução".[11]

Mas não apenas em povos antigos ou distantes, alheios até, à formação da Civilização Ocidental, encontra-se a preocupação com a Lógica, a ordem do discurso, e com o emprego de provas e exemplos que possam auxiliar a demonstrar a verdade boa que se deseja comunicar, provas que possam melhor persuadir o ouvinte.

Já os judeus, povo que pode ser considerado como um dos fundadores da Civilização Ocidental (tanto que muitos escritores a denominam Civilização Judaica-Cristã), desenvolveram um corpo literário, filosófico, teológico e jurídico denominado **Talmud** (estudo), uma coleção de atas dos comentários, exemplos e aplicações práticas feitas pelos rabinos, dos textos bíblicos.

O Direito Talmúdico, herdeiro das leis e códigos anteriores da Suméria, como os de UR NAMMUD e HAMURABI, deles manteve a preocupação com contratos escritos, documentos e testemunhos que viessem a servir de provas do alegado, tudo visando comprovar logicamente os argumentos das partes.

"**Din** (Lei)... entendidas como leis racionais... O primeiro termo também descreve Lógica... o uso da mesma palavra para Lei e Lógica mostra o papel importante da última no desenvolvimento da primeira."[11]

"... a lei de provas incluía conclusões lógicas ou algumas experiências."[12]

No Direito Ocidental,desde Justiniano em Roma, passando pelo Direito Canônico e Eclesiástico da Igreja Católica até nos sistemas jurídicos nacionais e internacionais contemporâneos, pode-se observar a existência de leis de provas que fundamentam as alegações.

Para tanto basta abrir os volumes dos Códigos de Processo Penal e Civil Brasileiros, onde há títulos e capítulos inteiros versando sobre as provas apresentadas em juízo para demonstrar as verdades alegadas.

Tal preocupação com provas, que já foram observadas nos Sofistas, Indianos, Chineses e Hebreus, e que permeia o pensamento jurídico contemporâneo, não passou desapercebido pelo pai da Lógica, o filósofo grego Aristóteles, com seu ORGANON.

A classificação dos silogismos irregulares apresenta os tipos compostos, mais complexos, onde encontra-se a modalidade denominada **Epiquerema**, como afirma Jacques Maritain: "Epiquerema: em que uma ou outra premissa, ou mesmo ambas, são munidas de sua prova".[13]

Assim sendo, pode-se afirmar que, estruturalmente falando, em termos de Lógica Formal, o silogismo irregular denominado Epiquerema, onde as premissas ou afirmações são comunicadas, apresentadas ao ouvinte acompanhadas de provas ou exemplos que demonstram sua verdade, este epiquerema seria uma forma de raciocínio que encontrar-se-ia presente em vários povos simultaneamente; tais como os gregos sofistas, a nyãya indiana, a técnica chinesa do discurso de Mozi, o Talmud hebraico e os autos processuais de todos os cartórios do mundo jurídico.

Como afirmam os lógicos: "A causa final da argumentação é provar, tornar evidente uma determinada asserção".[14]

Deste modo, toda a Lógica teria por objetivo fazer provas, apresentando fatos que levem ao público, o receptor, o ouvinte, a aceitar a verdade apresentada.

"O sucesso da argumentação depende de que os fatos sejam examinados e de que a cadeia de conseqüências lógicas seja verificada."[15]

Entretanto, não apenas a Filosofia oficial, dominante, apresentava uma Lógica. Na Grécia, além dos Sofistas, havia outros rivais da hegemonia e monopólio dos filósofos oficiais estabelecidos.

A Comunicação e a Igreja Católica

Epicuro, outra vítima de propaganda depreciativa, esta chegando a gerar associação pejorativa entre Epicurismo e culto desmedido dos prazeres, desenvolveu em sua Filosofia ascética e simples uma Lógica própria, a canônica, os cânones do pensamento lógico, cuja estrutura serviu de base à sua Física e sua Ética.

"Na Era Cristã, antes do período de Constantino, os epicuristas e os cristãos tinham muito em comum: o seu método de propaganda... e como os epicuristas eram três séculos mais antigos, o padrão provavelmente foi criação deles."[16]

Assim, este "Pai da Propaganda" precursor das técnicas da Igreja Católica com suas Bulas Papais de propaganda, serve como exemplo da preocupação em comunicar, divulgar as verdades boas em que se acredita.

A comunicação, divulgação ou propagação das crenças sempre foi crucial para o crescimento, desenvolvimento e sobrevivência mesmo dos grupos e seitas com suas ideologias unificadoras.

Aqui no Brasil temos o jesuíta Anchieta escrevendo e encenando peças de teatro escritas em tupi-guarani com o objetivo de catequizar os nativos, propagando, espalhando assim as verdades boas em que acreditava.

Até mesmo os famosos **Sermões** do Padre Antônio Vieira podem ser exemplo desta propaganda, onde as afirmações são acompanhadas de provas e exemplos concretos para melhor comunicar, para melhor compreensão por parte dos ouvintes.

Esta preocupação com provas e exemplos concretos é algo sempre presente na Igreja Católica, onde fica evidente a intenção de demonstrar concretamente com os ícones religiosos, a estatuária sacra, com imagens de santos e mesmo com a narração figurativa, as cenas da crucificação de Cristo que ilustram as paredes dos templos pelo mundo, falando numa linguagem universal, compreensível até pelos analfabetos em qualquer país, imagens que evocam, tornam presentes os momentos da Paixão de Cristo, servindo de exemplo concreto do martírio e prova da fé e bondade do Salvador. O mesmo princípio aplica-se aos presépios e às iluminuras dos manuscritos medievais.

A própria arquitetura das igrejas góticas, com sua geometria euclidiana exata e equilibrada, servia como uma prova, um exemplo concreto, a persuasão visual da perfeição, do mais puro pensamento de Deus.

O estilo estético do Barroco é o melhor exemplo ilustrativo da transposição do Epiquerema como silogismo da Lógica Verbal para o campo da percepção visual. "Alguns autores teóricos traçaram um paralelo entre as artes visuais e a retórica — a arte da persuasão — e desenvolveram uma doutrina primitiva de empatia, mas isso não era novidade no século XVII. O que era novo era a sua expressão em arte."[17]

Mesmo a sabedoria popular, em seus provérbios, ensina que "é preciso ver para crer", e sabemos que "Vox populi, vox Dei".

São Tomé já tinha por lema o "ver para crer", e Napoleão afirmava que "quem quer falar às massas, fale primeiro a seus olhos". A percepção visual, a visão é o sentido supervalorizado em nossas tecnologias de comunicação de massa, onde televisão, cinema, vídeo, out door, jornal e revista são mídias onde o visual predomina ou é elemento básico.

Textos Jornalísticos e Retórica Visual

A diagramação de um texto de jornal ou revista segue os princípios de uma retórica visual, e o emprego de fatos e ilustrações serve de comprovação, de prova ou exemplo concreto do texto publicado.

Deste modo, a foto no jornal ilustrando e dando veracidade ao texto pode ser comparada à apresentação de provas e exemplos concretos no Epiquerema, bem como nos argumentos sofistas, nos discursos chineses de **Mozi**, na **Nyãya** indiana, no **Talmud** hebraico, nos processos judiciários e na iconografia, arquitetura e hieráldica cristã.

Do mesmo modo, a realização de todas as pesquisas de campo onde as entrevistas são codificadas, tabuladas e apresentadas visualmente sob a forma de gráficos, segue a mesma estrutura lógica do Epiquerema, servindo de prova das conclusões da pesquisa, servindo de exemplo concreto e visual das afirmações alegadas.

Gráficos de vendas, demográficos, todos os tipos e usos de gráficos seguem o mesmo princípio demonstrativo visual.

Esta retórica das imagens não fica restrita ao campo religioso ou comercial, frutificando também na propaganda política.

A Propaganda Política

Joseph Goebbels, ministro da Propaganda nazista, apresentava grande preocupação com o emprego da comunicação visual. O logotipo do Partido Nacional Socialista, a suástica, era apresentada em todos os cartazes, bandeiras, viaturas, uniformes, armas, e até mesmo nos talheres dos restaurantes. "Para Goebbels – a propaganda tem de ser o ponto mais elevado da arte política."[18]

Goebbels inicia uma estética de espetáculo nos comícios políticos que é empregada até hoje, onde o visual era cuidado em detalhes. Esta preocupação talvez fosse fruto de seu Doutorado em Filosofia, onde estudou o teatro alemão.

Contudo, Goebbels apresentava conceitos éticos sobre a propaganda e a verdade, passíveis de discussão: "O propagandista tem de construir sua própria verdade. O que for útil ao progresso do Partido é verdade",[19] bem como seu líder Adolf Hitler: "A mentira gritada muitas vezes, bem alto, ganha na opinião do povo características de verdade".[20]

A posição moralmente mais correta estaria condizente com o axioma "não faça aos outros o que não quiser que lhe façam", que deveria nortear o comportamento de todos os comunicadores, segundo o qual, apenas convencido da verdade e utilidade, emprego para o bem dos ouvintes, seria correta a comunicação de um conteúdo ideológico.

O emprego de mentiras e dados falsos mais cedo ou mais tarde será desmascarado pelos adversários, que farão uso do exemplo como prova em sua contrapropaganda, sendo assim mais convincentes e de acordo com a estrutura formal do Epiquerema.

Há comunicadores que realmente acreditam no bem de suas verdades, como Lênin na sua obra **Propaganda e Agitação:** "A propaganda e agitação orais contribuem também para a elevação da consciência de classe das massas".[21]

A persuasão pode ser considerada, por analogia, como o cimento da construção que é um Estado Nacional.

Machiavel teria afirmado que "governar é levar a acreditar"[22].

Sem a submissão, o convencimento e cooperação passiva dos cidadãos não haveria a possibilidade de funcionamento da máquina bélico-tributária-burocrática governamental, razão pela qual todos os sistemas políticos, quer de esquerda, quer de direita, perseguem as filosofias libertárias, consideradas subversivas, por incentivar o desenvolvimento crítico dos indivíduos, criando assim entraves ao bom funcionamento do Estado, o qual fica exposto à avaliação e julgamento por parte do cidadão, que pode questionar e exigir explicações, o que seria inadmissível pelos governos corruptos onde negociatas sopram as conveniências políticas do bem-público.

Exemplo do perigo destas posições libertárias pode ser a Desobediência Civil de Gandhi, discípulo do anarquista cristão Tolstoi, cujo livro **Guerra e Paz** era uma homenagem à obra homônima de Proudhon, considerado Pai do Anarquismo. Gandhi e seu movimento foram extremamente nocivos ao Estado Britânico.

Deste modo, a persuasão interna dos súditos ou contribuintes seria básica, imprescindível e vital mesmo para a sobrevivência de um Estado, sem a qual estaria o governo instabilizado, sujeito à revolução ou guerra civil.

Evidentemente tal persuasão das massas far-se-á tendo por base os fatos, provas e exemplos de uma administração honesta e competente, que por si só convencerão os cidadãos como todo Epiquerema.

Por outro lado, no cenário internacional, os Estados apresentam em suas relações exteriores, relações diplomáticas, cujos embaixadores profissionais são rigorosamente treinados, tal qual os militares "... a estratégia poderia ser tida como a arte de vencer, e a diplomacia como a de convencer",[23] sendo que a persuasão é uma arma para evitar o conflito armado onde são aplicadas as tecnologias bélicas, fruto dos avanços da ciência, como as bombas atômicas, de hidrogênio, neutrons, etc...

Apesar dos mitos, fantasias e racionalizações sobre uma ciência pura e racional, os Epistemólogos como Thomas Kuhn nos falam da psicologia dogmática e arraigada dos cientistas, apegados aos paradigmas, que precisam ser persuadidos a aceitar os avanços científicos, as novas teorias.

O cientista sempre vai "testar a conjectura ou hipótese. Se esta passar por uma quantidade suficientemente persuasiva de testes, o cientista fez uma descoberta".[24]

"... os cientistas não fazem uso da Lógica (e da Matemática) em seus argumentos, incluindo os que tem por fim persuadir um colega a renunciar a uma teoria e abraçar outra."[25]

Mesmo a demonstração de um teorema matemático tem por objetivo pô-lo a prova, persuadindo assim de sua validade.

Deste modo, os cientistas, como todos os seres humanos, também estão sujeitos às leis da Psicologia, e a esta estrutura argumentativa acompanhada de provas ou exemplos concretos, presente em vários povos e épocas, tão semelhante ao Epiquerema aristotélico.

Porém, nos meios de comunicação modernos, onde os programas e matérias veiculados são pagos pelas vultosas verbas dos patrocinadores, graças às inserções dos comerciais, seria lógico que, com tantos gastos, os anunciantes desejassem a maior eficiência em suas mensagens.

Tal eficiência é obtida por meio do mais rigoroso emprego das técnicas de redação e argumentação; técnicas estas, postas à prova por meio de pesquisas de mercado frente ao público-alvo, pesquisas de apelo de propaganda, pesquisas estas que consagram a técnica de redação ou argumentação a seguir esquematizada:

Basic Promise — argumento, a tese, o benefício prometido.

Reason Why — a justificativa, a razão do benefício, que o torna possível, crível, provas e exemplos do uso do produto.

Ora, tal esquema vem de encontro à estrutura formal do Epiquerema, onde a premissa vem acompanhada de provas.

Em todos os cursos de publicidade aprende-se que o "bom anúncio" é aquele que:

a) Reconhece uma necessidade ou desejo do público-alvo.

b) Oferece satisfação desta necessidade ou desejo.

c) Oferece comprovação ou exemplos de que a satisfação será real.

d) Justifica o ato de compra, racionalização.

É evidente que a letra "c" desta cartilha de redação lembra muito a familiar estrutura argumentativa do Epiquerema.

A deusa grega da persuasão Pitho (Svada em Roma), filha de Vênus, sempre sorridente e feliz, atraía um animal de 3 cabeças: macaco — o desejo de bens úteis (Ego); gato — o desejo de bens agradáveis (Id) e cão — o desejo de bens honestos (Superego).

E uma regra atual de redação publicitária, fruto do emprego das leis da Psicologia, versa justamente sobre o **Tríplice apelo**, onde o texto acena com um prazer (id-gato) que seja útil, com provas e exemplos racionais (ego-macaco) e de acordo com os imperativos morais e sociais (superego-cão) sendo o melhor exemplo os anúncios de empresas de viagens onde afirma-se "você merece o Havai — 20 vezes sem juros" a promessa de um prêmio (o Havai) ao id-gato é permitida por ter mereci-

mento pelo superego-cão, e o modo é econômico e racional, como prova a alegação "20 vezes sem juros" apelando ao ego-macaco.

O apelo ao ego-macaco é racional, fazendo uso de provas ou exemplos concretos do emprego do benefício, novamente demonstrando o Epiquerema como estrutura redacional publicitária.

David Ogilvy, um publicitário bem sucedido dos Estados Unidos, em seu livro **Confissões de um Publicitário** aconselha os redatores publicitários a apresentar fatos, provas, informações sobre o produto, e alerta contra a mentira, pois não se vende peixe podre duas vezes, além de aconselhar o uso de testemunhas que dêem credibilidade, e afirma que ele próprio sempre usa os produtos que anuncia, demonstrando assim acreditar na verdade do que afirma, na boa utilidade dos produtos.

A verdade como algo bom é a primeira coisa que o comunicador convence-se antes de comunicar.

Conclusões

Apesar das elocuções de vários lógicos e filósofos em inúmeras tentativas para extirpar os preconceitos que obstruem a mente dos homens, tal qual os "idola" de Bacon, ainda notam-se em algumas áreas o predomínio de certas posições irrefletidas, irracionais, e entre estas pode-se afirmar que o preconceito contra a persuasão é um destes exemplos claros.

Tal postura, provavelmente originária da propaganda socrático-platônico-aristotélica anti-sofistas, tem cegado certa categoria de comunicólogos para a persuasão como elemento lógico do discurso, levando-os a considerar a persuasão como sinônimo de manipulação desonesta, mentira e má-fé, adjetivando pejorativamente toda forma de comunicação que lhes pareça "persuasiva", tal qual as atividades de publicidade e propaganda.

Esta cegueira pode impedir a clara visão de que, o que tem se evidenciado como técnica publicitária nada mais seria do que a decorrência lógica das técnicas argumentativas ancestrais, devidamente evoluídas e com roupagem moderna.

Pode-se também afirmar que, entre os recursos e técnicas de comunicação, convencimento humano, haveria uma estrutura formal, "arquetípica", presente em todas as civilizações, em todas as épocas e todas as raças, que um levantamento superficial e incompleto identificou como presente entre os gregos sofistas, em Aristóteles, na indiana Nyãya, na China de Mozi, no Talmud hebreu, no Direito Romano e Contemporâneo, na propaganda epicurista, na arquitetura e iconografia católicas, nas fotos com legendas dos jornais e revistas, nos gráficos dos relatórios e

pesquisas, na Diplomacia, entre os cientistas e na Publicidade, sendo esta forma denominada pelos lógicos como **Epiquerema.**

O **Epiquerema**, ou silogismo irregular onde as premissas são acompanhadas de provas, seria, assim, uma forma de demonstração, argumentação lógica, possivelmente comum a todo o gênero humano.

A apresentação de imagens ou gráficos que tornem visual, concreto e presente o alegado; provando, comprovando ou exemplificando o argumento, podem também, por analogia, ser considerados como aplicações do mesmo princípio demonstrativo que rege o **Epiquerema.**

Já as três formas de verdade: Ateléia, Emunah e Veritas, permeiam o discurso do comunicador que faz uso da técnica do **Epiquerema.**

Por exemplo, o anúncio publicitário segue alguns princípios:

1) Demonstra a satisfação de uma necessidade.

2) Testemunha com o depoimento de personalidades, estrelas, etc...

3) Objetiva conquistar a lealdade de marca.

Portanto, é evidente que:

1) A pesquisa que encontrou a necessidade que o produto satisfaz, é a **verdade-Ateléia.**

2) O testemunhal, o depoimento de quem foi satisfeito com o produto, é a **verdade-Veritas.**

3) A qualidade do produto, julgada pelo consumidor, e que o levará a re-compra e à lealdade de marca, fidelidade, deve-se à sua confiança na reputação da empresa ou do produto, é a **verdade-Emunah.**

Os mesmos princípios aplicam-se a qualquer ato comunicacional.

Para fazer jus ao afirmado, tome-se por exemplo este ensaio:

1) A pesquisa de uma forma de raciocínio em vários povos que seja presente na comunicação de massa moderna foi a **Invenção** em retórica, a busca de provas e exemplos da tese, a **verdade-Ateléia.**

2) A redação do texto, composição e organização destas provas, **Disposição** em retórica, foi a **verdade-Veritas**, o depoimento do autor sobre o que observou.

3) A apresentação do texto final, expondo a tese, **Elocução** em retórica, solicita a confiança no afirmado, a **verdade-Emunah** de que o alegado pode ser comprovado na prática, nos textos dos anúncios, ou conferidos nas citações bibliográficas que acompanham e encadeiam o raciocínio.

E mesmo a própria apresentação das citações bibliográficas nada mais configura do que a própria estrutura do **Epiquerema**, onde as alegações são acompanhadas das fontes como prova.

NOTAS

(1) Citelli, Adilson, **Linguagem e persuasão**, p. 6.
(2) Hegenberg, **Significado e conhecimento**, p. 11.
(3) Aristóteles, **Arte e retórica**, p. 36.
(4) Lewis, John, **History of Philosophy**, p. 3.
(5) Romeyer-Dherbey, Gilbert, **Os sofistas**, p. 18.
(6) Idem, ibidem, p. 47.
(7) Moore, Charles, **Filsoofia: Oriente e Ocidente**, p. 31.
(8) Nascimento, Edmundo Dantés, **Lógica aplicada à advocacia**, p. 121.
(9) Gernet, Jacques, **O mundo chinês**, v. 1, p. 94.
(10) Moore, Charles, ibidem, p. 183.
(11) Falk, Zeev W., **Curso de introdução ao direito talmúdico**, p. 4.
(12) Idem, ibidem, p. 3.
(13) Maritain, Jacques, **Lógica menor**, p. 278.
(14) Telles Júnior, Gofredo, **Tratado da conseqüência**, p. 50.
(15) Rapoport, Anatol, **Lutas, jogos e debates**, p. 207.
(16) Farrington, Benjamin, **A doutrina de Epicuro**, p. 147.
(17) Kitson, Michael, **O barroco**, p. 13.
(18) Manvell, Roger & Fraenkel, Heinrich, **Doutor Goebbels**, p. 104.
(19) Wikes, Alan, **Goebbels**, p. 65.
(20) Op. cit. p. 127.
(21) Lénine, I. **Propaganda e agitação**, p. 7.
(22) Fabre, Maurice, **História da comunicação**, p. 58.
(23) Aron, Raymond, apud Sardenberg, Ronald, **Curso de Introdução às Relações Internacionais**, v. III, p. 27.
(24) Lakatos, Imre & Musgrave, Alan, **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**, p. 9.
(25) Idem, ibidem, p. 322.

Bibliografia

ARISTÓTELES. **A ética**. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s. d.

_____. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s. d.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo, Ática, 1985. (Coleção Princípios)

FABRE, Maurice. **História da comunicação**. S. L. p. Morais Editora, lc1963, Switzerlandl.

FARRINGTON, Benjamin. **A doutrina de Epicuro;** tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Zahar c1968.

FALK, Zeev W. **Curso de introdução ao direito talmúdico.** São Paulo, Associação de Cultura Judaica Universitária, s. d.

GERNET, Jacques. **O mundo chinês.** Lisboa, Cosmos, 1974, v. 1.

HEGENBERG, I. **Significado e conhecimento.** São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

KITSON, Michael. **O barroco.** Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1978.

LAKATOS, Inre & MUSGRAVE, Alan, org. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento:** 4. volume das Atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência em Londres, 1965. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1979.

LÉNINE, I. **Propaganda e agitação.** Moscavo, Edições Progresso, [c1984]

LEWIS, John. **History of Philosophy.** London, English Universities Press [c1962]

MANVELL, Roger & FAENKEL, Heinrich. **Doutor Goebells;** trad. de Paulo Nasser. Rio de Janeiro, Record [c1960]

MARITAIN, Jacques. **Elementos de filosofia II: a ordem dos conceitos: lógica menor. (lógica formal);** tradução de Ilza das Neves revista por Adriano Kury. 8. edição. Rio de Janeiro, Agir, 1977.

MOORE, Charles, org. **Filosofia: Oriente e Ocidente;** tradução de Agenor Soares dos Santos. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1978.

NASCIMENTO, Edmundo Dantés. **Lógica aplicada à advocacia:** técnica de persuasão. São Paulo, Saraiva, 1981.

OGILVY, David. **Confissões de um publicitário.** Rio de Janeiro, Difel, 1976.

RAPOPORT, Anatol. **Lutas, jogos e debates;** tradução de Sérgio Duarte. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. (Coleção Pensamento político, 21).

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. **Os sofistas.** Lisboa, Edições 70 s. d. (Biblioteca Básica de Filosofia)

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática.** 2. edição. São Paulo Pioneira, 1970. (Manuais de Estudo)

SARDENBERG, Ronaldo & ARON, Raymond. **Curso de Introdução às relações internacionais: o meio internacional.** Brasília, Ed. da UnB, s. d.

TELES JÚNIOR, Gofredo. **Tratado da conseqüência: curso de lógica formal.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 1949.

WIKES, Alan. **Goebbels.** Rio de Janeiro, Renes, s. d. (Coleção Líderes, 7).

MARILENA CHAUÍ E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Gilmar de Carvalho
(Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará)

1 – Introdução

Marilena Chauí é exemplo do intelectual que não apenas reflete sobre, mas interfere na vida do País, fazendo uma ponte entre uma carreira acadêmica de brilho e as refregas que se dão no âmbito da sociedade civil. Filósofa, com teses defendidas sobre Merleau-Ponty e Espinosa e estudos que vão do integralismo à repressão sexual da mulher, conhecida pelo vigor com que rompe com o marasmo das formulações meramente teóricas, se destaca na "intelligentzia" nacional pela lucidez de suas propostas e do papel crítico que vem desempenhando ao longo da história recente do Brasil.

Ainda que não tenha se detido a pensar a comunicação num sentido mais estrito ou com uma disciplina e determinação mais rígidas, conceitos como os de ideologia, discurso competente, questões como a cultura popular, o massivo, o conformismo e a resistência das classes subalternas são fundamentais para a elucidação de pontos básicos polêmicos do campo da comunicação social.

Este caráter interdisciplinar da comunicação, que incorpora o que o pensamento de Marilena representa de novo e instigante com o olhar comprometidamente brasileiro é, inegavelmente, um fator de enriquecimento pelo aporte de experiências várias e pelo aproveitamento de múltiplas contribuições a um campo que permanece aberto a estas influências, tirando partido da acusação que alguns autores fazem da falta de um objeto próprio e de sua autonomia como ciência.

Este texto pretende acompanhar, a partir de quatro de seus livros*, a reflexão da autora no campo da comunicação social, tentando organizar o que está aparentemente disperso e cristalizar um "corpus" básico da maior relevância para quem pretende repensar o campo comunicativo com a multiplicidade de enfoques que o tema permite em função de sua complexidade e importância na esfera social.

2 – A Controvertida Questão da Ideologia

Depois de Marx fica difícil considerar ideologia como um conjunto ou representação de idéias. Insistir nesta abordagem evidencia uma operação ideológica de esvaziamento da carga polêmica e contestatória da expressão, o que é feito, basicamente, pelo funcionalismo norte-americano que chega ao cúmulo de decretar, com Daniel Bell, a "morte" das ideologias, num mascaramento da luta de classes e da questão da dominação, conceitos diluídos numa concepção de história engendrada pelo capitalismo, que faz questão de não avançar no que essa história tem de contraditória e de possibilidade de ruptura.

No texto **O que é ideologia**, que inaugurou a coleção Primeiros Passos, da Brasiliense, e que constituiu um sucesso de vendagens, tendo superado, em mais de dez edições, a marca de 100 mil exemplares vendidos, Chauí parte de Marx e da "ideologia como ocultamento da realidade social" para colocar questões nem sempre suficientemente claras para quem pensa e vive a comunicação com todas suas repercussões e alcances éticos e políticos.

Se a ideologia como mascaramento da realidade mantém uma universalidade que já foi real, num determinado momento, ela é possibilitada pela luta de classes que, paradoxalmente, este conjunto de representações tenta mascarar, tornando prevalentes as idéias da classe dominante. A impessoalidade do discurso ideológico faz com que ele paire com a força de sentença e com a validação pelo chamado "senso comum", ganhando a aparência de significar a defesa dos interesses de toda a sociedade.

Esta operação consiste em apresentar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando, na verdade, é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.

A ideologia é possibilitada pela alienação, na medida em que os homens se percebem produzidos pelas condições reais de existência e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes.

(*) O autor deste texto procurou sintetizar o pensamento de Marilena Chauí e articulá-lo em função dos temas básicos da comunicação social, tendo optado por fazer poucas citações aspeadas deste mesmo pensamento.

Uma tentativa de superar a rigidez esquemática desta concepção marxista veio com o conceito de hegemonia de Gramsci, o que implicaria na conservação das idéias e valores das classes dominantes, mesmo quando se percebe esta dominação e se luta contra ela .

Marilena não insiste muito nessa passagem da ideologia para a hegemonia, se atendo a uma concepção marxista mais ortodoxa, o que não significa que ao chamar a atenção para "as idéias fora do lugar", onde se evidencia o papel dos meios de comunicação de massa, ela não esteja contribuindo para que a discussão retome e aprofunde esta questão do ocultamento da realidade, de que a hegemonia gramsciana poderia representar um aperfeiçoamento, passível de revisões ainda mais radicais nestes tempos em que a comunicação passou a ter mais ênfase no contexto social.

3 – O Discurso Competente

Fica bastante claro que no discurso ideológico há vazios que são, em última instância, responsáveis por sua coerência. Ele não diz tudo porque não pode dizer tudo, é de sua essência.

Marilena Chauí aprofunda em **Cultura e Democracia** a necessidade de um emissor autorizado, o especialista, o que reforçaria a crença na objetividade científica. O receptor também seria autorizado e para ele seria preparado um espaço de fala como opinador ou contraditor, desde que no interior do espaço previamente definido pela própria estrutura da emissão. Esta estrutura do campo comunicativo, destinada a produzir o sentimento da comunicabilidade plena e da participação teria a função de anteceder, regular, controlar e pré-determinar a própria comunicação.

Importante chamar a atenção para o fato das lacunas existirem não para serem preenchidas, mas para dar coerência a este discurso chamado competente, ao qual não se pode pensar em contrapor um discurso "ideológico" que não mascare o real, como forma de anular a operação ideológica propriamente dita. Serão inúteis as tentativas de reverter o quadro a partir deste ponto de vista.

A competência do emissor vem, num certo sentido, reforçar a exigência do diploma para o exercício da profissão jornalística, polêmica que sempre retorna à pauta das discussões sobre comunicação. A qualificação, que seria para muitos responsável por um jornalismo mais crítico e pelo salto qualitativo da qualidade editorial, é tida por outros como exigência cartorial, reserva de mercado de uma categoria que fecha as portas à livre manifestação do pensamento. Chauí não entra no mérito desta questão, mas mostra a contradição, pelo menos aparente entre a liberdade de expressão e a existência de tantos emissores autorizados quantos assuntos a serem tratados.

Se esta oposição da competência à livre manifestação não tem sido bem explicitada, a questão da democratização dos meios ocupa grande parte dos debates que envolvem a comunicação. Marilena Chauí chama a atenção para o monopólio dos meios, mais importante que sua capacidade manipuladora que tem sido cada vez mais questionada nos últimos tempos, com a valorização dos receptores, capazes de ler atenta e lucidamente as mensagens, selecionando as informações que irão fazer parte de seus repertórios. Este monopólio reforçado pela democratização das pesquisas e dos índices de audiência orienta a emissão dos veículos.

O chamado discurso competente, além de autorizado, seria o verdadeiro, porque enunciado pelo especialista que detém os segredos da realidade e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participação do saber. O discurso competente exige a interiorização de suas regras sob pena de exclusão dos refratários sob as rubricas da incompetência, insociabilidade e marginalidade. Mas o especialista se distancia do discurso que enuncia, donde a magia da comunicação de massa de forjar uma comunidade transparente de emissores/receptores de mensagens sem autor, como tudo o que reproduz as operações ideológicas de dominação e manutenção do "status quo".

4 – Comunicação e Culturas Populares

A contribuição de Marilena Chauí ao estudo das culturas populares é significativa no contexto brasileiro e extrapola os limites da universidade ou dos círculos de iniciados em razão de sua ligação com a realidade que se traduz no exercício coerente de uma prática que se perfaz no cotidiano.

O recorte que ela propõe em **Conformisso e Resistência** é o de uma perspectiva marxista que analisa a questão a partir da luta de classes, aproximando as culturas populares da concepção oriunda do direito romano e que considerava a "plebs" como um conjunto de indivíduos sem cidadania. A partir desta raiz, até mesmo etimológica, fica fácil compreender cultura popular como a cultura dos dominados, o que, por sua vez, evidencia uma divisão social (ao popular corresponde um não-popular) que a ideologia visa a mascarar.

Marilena mergulha na filosofia e na história para buscar no embate permanente entre a Ilustração e o Romantismo, a explicação para a alternância que no Brasil estas posições assumem na explicação das manifestações subalternas. A oposição que se coloca é entre razão e sentimento, arte e natureza, luzes e tradição, presente racional e futuro progressivo versus o passado. Importante destacar a tutela das classes populares que chegou a ser exercida mesmo por segmentos das vanguardas revolucionárias; como no caso do CPC da UNE, na década de 60 e a domesticação

como estratagema para folclorizar ou regionalizar o popular, esvaziando-o de todo conteúdo potencialmente novo e revolucionário.

Neste sentido não se pode embarcar no equívoco dos países de capitalismo avançado que fizeram com que as expressões cultura popular e cultura de massas passassem a ser sinônimas. Fica evidente, nesta operação, o ardil para escapar do conceito de luta de classes e para situar as manifestações massivas como apogeu de uma democracia cultural criada pelos MCM, símbolos da liberdade de pensamento e expressão e da plena transparência da informação. Esta identificação entre popular e massivo chegou a ser defendida até pelos teóricos de Frankfurt (com exceção de Marcuse), acusados de um viés elitista, em que pese sua filiação marcadamente marxista.

No caso das culturas populares, assevera Chauí, a lógica se constitui durante os acontecimentos, o povo seria o sujeito da ação e não mero destinatário ou consumidor de mensagens, como no caso da cultura de massas. As diferenças entre os dois conceitos iriam além da organização e espontaneidade e adviriam de uma prática cuja lógica seria, no caso da cultura popular, a da constituição dispersa respondendo a condições novas, enquanto que a cultura de massas teria uma estrutura totalizante, dotada de referenciais e de regras anteriores à própria prática da comunicação.

Ainda em relação aos pontos de divergência entre a cultura popular e a cultura de massas, Chauí chama a atenção para a diferença entre produtores e destinatários. No caso do popular, seria uma manifestação cultural na qual os participantes de exprimem e se reconhecem em sua humanidade e condições sociais. Sob o ponto de vista massivo, existiria uma estrutura cultural da qual os indivíduos seriam convidados a participar, sob pena de exclusão e invalidação sociais ou de destituição cultural.

Admitir o caráter conformista da cultura popular diante da aceitação de padrões massivos não implicaria, por sua vez, numa regressão à perspectiva romântica do povo não ter direito à fruição do moderno e ser privado do contato com manifestações culturais contemporâneas. Tampouco na adoção da perspectiva liberal/ilustrada onde a minoridade da plebe vedaria o acesso à cidadania.

O caráter autoritário brasileiro, que nem teria chegado a concretizar liberalismo nem República, segundo Marilena Chauí, estaria presente na forte hierarquia com aparência de fluidez e nas relações com base na tutela e no favor. Este autoritarismo levaria, por sua vez, a uma memória autoritária que privilegiaria ações do alto e minimizaria a contestação e resistência populares. O aparato ideológico seria acionado para transformar diferenças e assimetrias em desigualdades e estas em relações de hierarquia, mando e obediência, que viriam à tona na ideologia da união e indivisão nacionais, num contexto em que a cidadania seria outorgada e retirada

pelas ditaduras, sendo a violência disfarçada em paternalismo e clientelismo e a cultura popular apropriada pelas classes dominantes através do Nacional-Popular.

Convém salientar, ainda segundo Chauí, que esta dupla articulação (Nacional-Popular) não se vincula à concepção gramsciana de resgate do passado histórico-cultural italiano como patrimônio das classes populares. No caso brasileiro, afirma Marilena em **Seminários**, o Nacional-Popular seria uma forma de anular a riqueza do popular e mascarar a questão da luta de classes a partir de uma mitologia verde-amarela, da elaboração de uma síntese com o nacional. Esta dupla operação negaria a nação como um fato discursivo e se basearia na unidade e indivisibilidade dos dois conceitos (nacional/popular), um sendo considerado a face externa, outro sua interioridade, operação realizada sob a égide do Estado, que é quem define, em última instância, o Nacional-Popular.

A possibilidade do caráter de resistência das manifestações subalternas é evidenciado por Marilena Chauí, sem cair numa idealização populista, mas levando em conta que a ambigüidade do popular é traço que denota sua fraqueza e força e que na lógica das culturas populares, o campo comunicativo se reestrutura segundo a prática, o desejo e o pensamento dos participantes.

5 — Algumas Conclusões

Ao fazer uma leitura cuja fundamentação é marxista, mas que se vale de outras tendências para uma compreensão da realidade, Marilena Chauí avança em relação à postura acadêmica sobre o popular, que constitui a essência de sua reflexão, sem o elitismo das barreiras que separam o "scholar" do povo, sem o equívoco do iluminismo autoritário e messiânico e sem o paternalismo de quem recorre a um sistema de valores para tornar a participação subalterna como típica e de menor importância no contexto social.

A maneira como a autora trata o popular conduz a um desvelamento de relações, a um esclarecimento de pontos de vista e à ruptura com papéis pré-estabelecidos. O saldo é um mergulho onde fica claro que no popular, a valorização do saber em oposição ao fazer, só se justifica enquanto reprodução de esquemas ideológicos que não têm sido rompidos ou denunciados por parte das camadas populares.

Do ponto de vista do exercício do jornalismo, a questão da ideologia vem esclarecer muitos itens omitidos ou não explicitados na nervosa rotina da atividade. Quanto à ética, a situação de emissor autorizado, dentro de veículos cujos critérios de concessão e cuja atuação cabe

aos profissionais manter em posição de permanente questionamento, vem a ser a pedra de toque de relação comunicativa.

Ao valorizar a questão da recepção, romper com o determinismo e passividade de quem consome as mensagens, que também podem vir a assumir o papel de emissores, Chauí se posiciona num contexto que se enriquece com as reflexões de Lins da Silva, Ciro Marcondes, Anamaria Fadul, Marques de Melo e que coloca o Brasil no centro de uma discussão polêmica, sujeita a permanentes revisões, mas atual, por tudo que a comunicação vem representando no contexto social contemporâneo.

Bibliografia

CHAUÍ, Marilena, **O que é ideologia.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

——— **Seminários** (o nacional e o popular na cultura brasileira). São Paulo, Brasiliense, 1983.

——— **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo, Editora Moderna, 1984.

——— **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1986.

ÓPERA DO MALANDRO: UM EXERCÍCIO DE LEITURA CINEMATOGRÁFICA

João Baptista de Almeida Júnior
(Professor do IAC – PUCCAMP)

O Centro de Cultura e Arte (CCA) da PUCCAMP realizou um Ciclo de Cinema Brasileiro entre 22 a 26 de agosto de 1988, no cine Jequitibá, evento comemorativo do 33º aniversário da universidade.

O tema de debate que nos coube, por ocasião do filme "Ópera do Malandro", foi a linguagem cinematográfica. Tema deveras pertinente, visto que a maioria dos freqüentadores das salas de projeção está mais acostumada a **ver** o filme ao invés de **ler** o filme.

A proposta de se debater sobre o tema da linguagem cinematográfica pressupõe a necessidade de identificação e leitura dessa linguagem, como um conjunto mínimo e organizado de signos especiais, suficiente para comunicar o fato fílmico. Este artigo objetiva mostrar algumas das características da linguagem cinematográfica e as alternativas de leitura decorrentes.

Ver e ler o filme são ações perceptivas complementares e realizadas simultaneamente com o intuito de se tomar consciência do que o filme significa.

Ver o filme é apreciar, contemplar, reconhecer as imagens, perceber o fio histórico (o enredo), pre(ver) o desfecho, envol(ver)-se na trama da tela.

Ler o filme é, não somente colher o significado de cada imagem ou o significado do conjunto de signos mas, também colher o evento de comunicação fílmica como tal; perceber a linguagem cinematográfica que expressa e veicula a história; compreender os processos de

articulação dos signos que procuram revelar o que o autor quer significar com o filme.

Ler o Filme é um Exercício de Metalinguagem

O termo leitura é mais comumente usado quando nos referimos à linguagem escrita. Na escrita os signos lingüísticos tem funções normatizadas pela Gramática e Sintaxe e a leitura depende em grande parte do conhecimento dessas normas. Vírgula, hífen, dois pontos, ponto final são alguns signos utilizados na escritura, que condicionam uma leitura rítmica dos demais signos linguísticos, apresentados em forma de palavras e frases. Via de regra, não se pode dispensar esses signos "cimentadores" de outros signos na formulação de enunciados com significado.

O filme também é composto de elementos sígnicos: imagens, planos, angulação, iluminação, movimentos de câmera, cortes, cenário, vestuário, trilha, sonoplastia, montagem... Cada elemento justifica seu emprego dentro da linguagem articuladora do filme quando implica significações não descartáveis para a compreensão do discurso cinematográfico.

Do mesmo modo que na escrita, na linguagem cinematográfica, não se pode eximir de ler os vários componentes sígnicos que, associados, trazem à tona o significado central do filme. Uma cena ou imagem, à primeira vista destoante do processo narrativo, deve ser apreciada com interesse e lida com suspeição significativa dentro do contexto geral da estória.

Faço um pequeno parêntese para observar que apesar de referir-me a aparentes dicotomias do estruturalismo — significante e significado, forma e conteúdo, sincronia e diacronia — não estou encaminhando uma leitura essencialmente estruturalista. As categorias empregadas são do domínio geral da Semiótica e devem ser encaradas como aspectos de uma mesma realidade — o filme. Explicando melhor. Ao ver o filme, deve-se ler de maneira metalinguística (significantes) e poética (significados), simultaneamente. A identificação e a leitura dos significantes na composição da linguagem cinematográfica reforçam a observação e a leitura estética do conteúdo narrativo. O efeito resultante da dupla leitura é a interpretação do fato fílmico como um processo uno de comunicação que envolve linguagem e mensagem.

Afinal, que valor crítico ou cultural pode ter a leitura de um filme sobre fatos sociais, históricos, ideológicos ou simplesmente estéticos se ignoramos o que seja realmente o filme? Que interesse artístico tem um filme se ignoramos a linguagem cinematográfica ou se captamos superficialmente detalhes da obra de linguagem?

Nenhum valor, se não percebemos que um filme é uma construção de linguagem feita propositalmente pelo autor para comunicar de modo integral sua mensagem.

Se considerarmos a linguagem como um sistema extremamente complexo de signos que se estruturam segundo leis próprias para significar alguma coisa, a linguagem cinematográfica é singular porque envolve signos de naturezas diversas: imagens, sons, gestos, etc.

A linguagem do filme, a linguagem cinematográfica, materialmente compreendida, é um feixe de linguagens convergindo para uma estrutura de narrração de que se serve o autor para deixar algo à reflexão do espectador.

A linguagem cinematográfica abrange outras linguagens complementares que enriquecem o fato fílmico na obtenção dos efeitos esperados sobre o público receptor. A especificidade da linguagem cinematográfica é exatamente a confluência de outras linguagens em uma única, como afluentes que engrossam as correntes de um rio sem ser possível separar suas águas.

As várias linguagens — icônica, gestual, verbal, musical, teatral, linguística, vestuário — com sua infinidade de signos próprios se interrelacionam para compor intencionalmente a estrutura do filme.

Se autor, diretor e "troupe" são competentes na composição da linguagem cinematográfica em torno da idéia central que se desenvolve no filme, este se constituirá numa unidade expressiva e será reconhecido como uma obra prima da cinematografia. Caso contrário, resultará numa acumulação de signos disparatados, numa montagem caricata.

Portanto, em um bom filme, as linguagens empregadas e os respectivos componentes sígnicos que se destacam no enredo devem compor, como em uma sinfonia, o fio condutor (o'leit motiv') do filme. Em um bom filme tudo é significativo e pertinente em termos de linguagem, não sobrando qualquer signo que possa ser prescindível por não ser significativo no contexto da mensagem.

O Filme "Ópera do Malandro"

O filme "Ópera do Malandro" de Ruy Guerra e Chico Buarque se apresenta como exemplo para a análise de linguagem cinematográfica pelo seu primor poético. Mesmo contando com recursos de uma média produção, pode ser considerado um filme de bom nível técnico e bem confeccionado esteticamente, com uma montagem musical envolvente, que surpreendeu espectadores e críticos.

A peça teatral homônima que estreou em 1978, ainda sob às sombras da censura, vem co-assinada por nada mais que dois grandes dramaturgos: John Gay e Bertold Brecht.

O roteiro primordial "Ópera dos Mendigos" foi escrito pelo inglês John Gay em 1728 e, devido aos problemas com os censores da época, apresentado somente em 1777. No início do século, 1928, Bertold Brecht e Kurt Weill fazem nova adaptação em "Ópera dos Três Vinténs".

Cerca de duzentos e cinqüenta anos separam o filme do texto original, cinqüenta anos separam-no de Brech e apenas oito anos separam-no da montagem teatral. Contudo, há pouca coisa em comum entre as quatro obras.

A razão da elaboração do filme, se a montagem teatral já tinha feito sucesso, pode ser encontrada na explicação do próprio Chico em entrevista à revista VEJA em fevereiro de 1982; "Existem algumas coisas que quero dizer e que não cabem na música ou não podem ser ditas dentro dos compassos de uma canção". Mais que a preocupação constante com a censura, este depoimento revela a busca incessante do poeta de novas formas de expressão, de novas linguagens que complementam sua produção artística.

O filme, portanto, suplanta a peça teatral.

Chico compos músicas e letras novas, sintetizou diálogos e modificou o roteiro da peça, demonstrando conhecimento da especificidade da linguagem cinematográfica sob a direção de Ruy Guerra. Mais do que simples transposição do palco para a tela, o filme recria situações históricas, trabalhando com o imaginário do espectador.

A estória do filme, ambientada no Rio de Janeiro, no período final do Estado Novo, mostra a ascensão de um malandro de rua, Max Overseas (Edson Celulari), influenciado pela cultura norte-americana. Max é um cafetão típico da Lapa que explora a dançarina de cabaré Margot (Elba Ramalho), despedida pelo proprietário do "night club" Hamburgo, Otto Strudell (Fábio Sabag), no momento em que o alemão, simpatizante de Adolf Hitler, descobre que a dançarina mantém um caso comercial-amoroso com Max, adversário dos integralistas. O cafetão decide se vingar de Otto, seduzindo sua filha Ludmila (Cláudia Ohana), que acabara de ser expulsa de um internato por ter tido uma aventura amorosa também com um elemento do "corpo docente". A menina, ambiciosa e determinada, revela sua capacidade, propondo sociedade numa suspeita firma de importação, na verdade uma empresa ilegal de contrabando. Tigrão (Ney Latorraca), policial corrupto e competidor de Max desde a infância, pressionado pelo nazista Otto, tenta impedir o casamento de Max e Ludmila.

O filme tem uma trama dinâmica em que um personagem está sempre prestes a aplicar um golpe em outro. É difícil concluir qual deles é

o mais malandro. Em suma, a história faz uma apologia da malandragem brasileira em todos os níveis: desde o malandro de rua até o malandro em escala industrial, não esquecendo o policial, a colegial de carinha ingênua e até o "acordo internacional". (a entrada do Brasil na segunda guerra, à última hora, ao lado dos aliados).

Ruy Guerra, dominando os recursos da linguagem cinematográfica, pode detalhar gestos e expressões faciais, em sintonia com a linguagem musical, a fim de caracterizar as atitudes da malandragem. Explorando o "close", as tomadas rápidas, os "flashes" e os cortes, o diretor apresenta um mosaico rítmico de imagens que transporta o espectador à atmosfera esfumarada de cabaré, ao clima denso de guerra iminente.

A iluminação fraca do filme, com a maior parte das seqüências realizadas com luz artificial em estúdios, reforça o ambiente de penumbra e a sensação de obscuridade da transição política no contexto da história — década de 40, e no contexto da obra — década de 70.

A linguagem icônica é predominantemente metonímica, enfocando de maneira significativa olhos, mãos, sapatos, rostos, letreiros e fachadas de edifícios. Estas imagens, sincronizadas aos movimentos musicais, marcam o ritmo das cenas e os movimentos de câmera. Quase não há tomadas panorâmicas ou "travellings", nem mesmo quando se trata de evoluções coreográficas. O "close" e o detalhe sugerem uma relação de intimidade e uma maior introspecção, facilitando a identificação projetiva do público com as personagens.

A linguagem musical, por sua vez, tratada com genialidade indiscutível por Chico Buarque, é metafórica e coloca em evidência o estado psíquico, os ânimos e paixões das personagens. Alguns exemplos podem ser constatados nas músicas "O Malandro" e "Hino de Duran" que caracterizam a malandragem; em "Folhetim" a sensualidade feminina; em "O Meu Amor", no duelo das amantes, o erotismo; em "Viver do Amor", paradoxalmente, o desamor e a angústia do "amor-ofício" da prostituta; em "Canção Desnaturada" o arrependimento materno por ter dado à luz a "curuminha".

As músicas e letras de Chico Buarque merecem uma análise à parte pela densidade poética que apresentam. Trabalho para outra oportunidade.

Os trajes dos protagonistas também se constituem numa linguagem, que deve ser lida e interpretada dentro do contexto do filme. Tal linguagem, além de caracterizar o estilo típico do vestuário da época, reforça em algumas cenas a trama que envolve as personagens. Um exemplo é o traje de malandro, o tempo todo de terno branco e camisa vermelha, de Max Overseas. Quando porém quer "conquistar" a filha do alemão Otto Strudell, veste-se com um uniforme azul do exército americano fazendo-se passar por capitão Overseas.

Outro exemplo é a transformação mimética da própria Ludmila Strudell acompanhando sua iniciação no mundo da malandragem. Quando chega à Lapa, vinda do internato, veste-se como uma colegial recatada, uma típica "filhinha de papai" (a cena musical lembra o bailado antológico de "Singing in the rain"). Namorando Max na praia, usa um vestido champaghe de tecido fino, num modelo mais ousado e insinuante (lembra o famoso vestido esvoaçante de Marilyn Monroe no jogo de contraluz). Mais tarde, quando vai ao cabaré encontrar Max para dizer que precisam se casar, usa um vestido preto colado ao corpo, com saia rodada, demonstrando ter desistido da imagem de "boa moça" (na seqüência quando disputa com a prostituta Margot o amante Max, numa briga feito rinha de galos, a tomada da câmera em "plongée" das duas atrizes lembra um pouco o filme "All that Jazz" de Bob Fosse). Finalmente, na cerimônia do seu primeiro casamento com Max no galpão de contrabandos, Ludmila se apresenta com um vestido de noiva(?) em tons de roxo e lilás, como se assumisse de vez a condição da mulher de malandro (o resultado coreográfico-musical lembra cenas do filme "Cabaret" com Liza Minelli).

Nesta colagem recriativa de cenas antológicas de outros filmes, falta ainda citar a atmosfera de noite contínua e chuvosa de "Blade Runner", com calçadas sujas e molhadas, paredes grafitadas e neons levitantes no fundo escuro.

Construindo esteticamente os detalhes de uma nova obra de linguagem, Ruy Guerra não faz uma versão em celulóide da ópera, nem transpõe para a tela a montagem teatral. A Ópera do Malandro é um filme que "fala" a linguagem do cinema. Isto que parece óbvio à primeira vista é registrado na estória através do aparecimento rápido, por duas vezes, de um operador de câmera, que em princípio parece não ter nada a ver com a trama. Esse ponta-coadjuvante quer saber do protagonista Max o que ele acha do filme que assistiu e o interroga se não vai haver "happy end".

A imagem do operador de câmera, num "big close" de seus óculos, é um signo que reporta sobre si mesmo e que convida o cinéfilo a fazer uma leitura metalinguística do filme para apreciar esteticamente a obra de arte como linguagem cinematográfica múltipla.

Outras leituras podem ser feitas a partir da identificação de novas linguagens dentro do filme. Há também a possiblidade de se combinar linguagens ou aspectos da linguagem cinematográfica para empreender uma leitura intersemiótica. Mas isto é um assunto para a próxima sessão de cinema.

O SIGNIFICADO DO ABSTRACIONISMO

João Ribeiro Júnior
(Prof. do IAC – PUCCAMP)

"As obras de arte têm seu mérito em si próprias de tal modo que basta que sejam produzidas com certa qualidade própria".

Aristóteles, **Ética a Nicômaco**, II, IV, 3.

As Origens da Arte Abstrata

O movimento de arte abstrata, isto é, obras inteiramente carentes de figuração (espaço real, objetos, paisagens, figuras de seres animados e inclusive formas geométricas se representadas como objetos reais, com iluminação e perspectiva), interessando não só a pintura, mas também, a escultura, a arquitetura, a música, a poesia, a fotografia, o cinema, é o fenômeno estético mais importante de nosso tempo, que surgiu por volta de 1910, na Europa Central e Ocidental e nas Américas, ganhando também regiões opostas, como o Japão, onde a caligrafia tradicional está sendo entendida como motor da arte abstrata.

As suas raizes são encontradas na arte neolítica, que se opôs ao naturalismo minético do Paleolítico, com a sua tendência geométrica. A linha abstrata, específica do Norte e do Centro da Europa, desenrola-se através da Idade Média, predomina no Românico e acorda-se com a linha naturalista do Sul, mediterrânica e grega, e no Gótico, e apresenta-se nas preocupações rítmicas do Renascimento, sob a lição pitagórico-platônica. No **Maneirismo**, no **"Trompe l'Oeil"** (pintura que dá a ilusão de realidade) e no **Realismo** do século XVII; nas "formas volantes" do **Barroco**, no

Romantismo, — está ainda presente uma constante abstrata, pela disposição de cânones espirituais, através de uma figuração que ultrapassa absurdamente o figurado ou dele se serve como pretexto progressivamente livre. Esta primeira etapa de uma genealogia abstrata terminará com Joseph Turner (1775-1851) e com o **Impressionismo**, que lhe é conseqüente, no qual o sujeito se dilui, transformando-se totalmente em pintura, e abordando-se assim, de uma forma crucial para um novo espírito pictórico, uma crise na concepção do universo.

A Visão Estética do Abstracionismo

De um ponto de vista filosófico, o **Abstracionismo**, ligado inicialmente às formas animistas do Neolítico, será também encontrado predominantemente nos povos que tem tendência para a angústia metafísica, como os alemães, os russos, os holandeses.

A abstração liga-se a uma organização mental intelectualista e analítica proveniente de um dualismo inicial e, por isso, a um sentido de infinito, por oposição ao sentido de finito, que compete à arte naturalista.

Na abstração, separados, o sujeito constrói sobre o objeto uma idéia, um ideograma, enquanto no naturalismo se estabelece uma ligação entre ambos (que no Paleolítico era de caráter mágico e geralmente simbolizava uma posse). Tal ligação quebra-se quando o mundo exterior, em determinadas conjunturas históricas, perde crédito por se apresentar hostil, mísero ou absurdo. Então a arte encaminha-se para a abstração e toma um papel de protesto romântico ou propõe-se idealísticamente uma pureza, uma perfeição, como fim absoluto, cujas implicações conceptuais visam a um certo cosmologismo. Por outras palavras, pode-se sociologicamente, afirmar que, há uma falta de acordo do Homem e do Mundo, ou seja, uma impossibilidade de se organizarem seus anseios e terrores de modo a projetarem-se ideológica e poeticamente em mitos.

O **Abstracionismo** traduz, afinal, uma crise mitológica. De um ponto de vista estilístico pode considerar-se que a passagem à abstração se efetua através dos acidentes da cópia (como se exemplifica com os motivos de moedas gregas transformados pelos Celtas), ou por uma especial consideração dos valores formais, tomados independentes da sua representação. O primeiro movimento dir-se-ia negativo por provir de uma decadência de gosto, e positivo o segundo, que tem como origem uma diferente "vontade de criação", mas a própria decadência de gosto pode ser mera suposição e representar realmente outro gosto que se exprime diferente.

Esteticamente, a discussão da própria designação torna-se difícil, pois a arte tem sempre abstratizado o mundo exterior, e nesse sentido fundamental, **toda arte é abstrata**. Chamar-lhe não figurativa, mais vaga-

mente, apresenta outro erro, pois se ela passou a não figurar o mundo exterior não deixa, por isso, de apresentar figuras. A mais moderna designação de **"concreta"** é discutível também, pois a arte é sempre um fenômeno concreto e de concretização. De qualquer modo, trata-se de uma arte em cuja expressão nada podemos reconhecer da realidade exterior, e que tem de ser encarada em si mesma. Em outros termos, a obra de arte abstrata significa ela mesma (como aliás toda obra de arte), mas com exclusão de qualquer outro significado. Não tem comportamento alegórico, isto é, não se refere a outra coisa, porém é sim tautológica, ou seja, refere-se a si própria.

As Múltiplas Feições do Abstracionismo

Uma vez chegada ao **Impressionismo**, (1874) a pintura evoluiu aceleradamente, podendo considerar-se subjacente a esse evoluir uma corrente carregada de abstração.

Com efeito, em Van Gogh (1853-1890), a cor fala de uma maneira própria e alheia-se de um poder representativo; em Cézanne (1839-1906) dele se alheiam os volumes; e em Gauguin (1848-1903), as representações são já de figuras irreais ou puras; e mais tarde, no **Fauvismo** (1905), o colorido é estritamente não-figurativo, procurando sensações puras ou abstratas. No **Cubismo** (1908), a abstração tem um papel mais evidente ainda: a arte intelectual, agindo sobre o mundo que os decênios anteriores tinham pictoriamente destruído, procurou reconstruí-lo, mas na prática desse propósito se terá dado conta do seu poder autônomo, e quase terá atingido uma verdadeira lógica pictural abstrata.

A partir do **Cubismo** pode estabelecer-se uma árvore genealógica imediata do **Abstracionismo**, marcada pelos vários movimentos que constituem uma só facção. Outra se deve desenhar a partir do grande movimento rival, o **Expressionismo** (1905) (e mesmo do **Fauvismo**) e, lado a lado, uma pintura abstrata geométrica e outra não-geométrica seguem, há mais de oitenta anos o seu caminho matemático ou lírico, friamente rigoroso ou explosivo, clássico ou romântico. Nos últimos anos também o **Impressionismo** propõe uma descendência abstrata, em metamorfoses sensíveis.

Vassily Kandinsky (1866-1944) e Piet Mondrian (1872-1944) apresentam-se como os chefes das filas extremas do Abstracionismo, e, entre eles, uma dúzia de movimentos ou de grupos propõem problemas afins.

Em 1910, Kandinsky pintou a primeira aquarela abstrata, com um ritmo expressionista, que marcará a primeira parte de sua obra, até aceitar, em 1921, elementos geométricos dos construtivistas, e escreveu o

seu basilar **Sobre o Espiritual na Arte** (Über das Geistige in der Kunst), em 1912.

Mondrian realizou a primeira abstratização em 1911; em 1915 criou uma obra fundamentalmente abstrata, e desde 1917, na revista **De Stijl** (O Estilo) expôs a sua doutrina do **Neoplasticismo** ou **Concretismo**, consistindo no uso exclusivo do jogo de verticais-horizontais, e no emprego das três cores primárias, além do branco, do preto e do cinzento. A ela se conservou fiel toda a vida, embora em Nova Iorque (1940) imprimisse uma nova exaltação à sua pintura.

Com Mondrian trabalharam o escultor Wantongerloo e os pintores Domela e Van Doesburg que, em 1925, lançaram o **Elementarismo**, como dissidência, proclamando a necessidade do emprego de oblíquas, para aumentar o efeito dinâmico do quadro.

Em 1911, em Moscou, Larionov e Gontcharov expuseram obras batizadas de **Raionismo** (1913), em que é verificável uma influência do dinamismo futurista. Estes trabalhos, em que se cruzam "raios" coloridos e vertiginosos, foram vistos em Paris, em 1914. Outro russo, Malevitch, cubo-futurista, em 1913 expôs um quadro preto sobre fundo branco, e com esta obra (na qual pela primeira vez figuravam elementos da geometria) lançou o **Suprematismo**, em que defendeu a supremacia da sensibilidade pura na arte. Em 1919, Malevitch exporá um quadro branco sobre fundo branco, a obra extremamente significativa da sua doutrina. Em 1919, o **Construtivismo** de Tatlin, que Gabo e Pevsner seguiram; em 1915, o **Não-Objetivismo**, de Rodchenko, sempre na Rússia, são vizinhos geométricos do **Suprematismo**.

O **Futurismo** (1910), perseguindo embora outros fins, deu notáveis obras abstratas, como as de Boccioni e de Bella; e o **Dadaismo** (1916) manteve relações com a abstração, através de pintores como Picabia, que, em 1913, fez pintura abstrata, figurando embora volumes, e Hans Arp, cujas primeiras obras abstratas datam de 1915.

Em França, onde o checo Kupka, em 1912, expõe as suas abstrações rítmicas de inspiração musical, o primeiro grande pintor abstrato foi Delaunay (1885-1941), que em 1912 criou o **Orfismo (Simultaneismo** ou **Vibraismo)** na tentativa de acentuar o caráter musical da nova pintura. Eram problemas de luz, que a sua sensibilidade lírica tratava de forma sutil.

Dois americanos, Morgan Russel e Macdonald-Wright acompanharam Delaunay e criaram o **Sincronismo**, em 1913. O grupo do **"Cercle et Carré"** animado por M. Seuphor e Torres Garcia, organizando uma primeira exposição internacional em Paris, em 1930, como que fez o ponto da situação do **Abstracionismo** entre as duas guerras, período em que apesar da aparição de novos nomes, como Bissière, Herbin, Harting, Moholy-Nagy, ele teve um êxito irregular, combatido pelo **Surrealismo**

(que sob certos aspectos dele se aproximaria) e por alguns dos grandes pintores do **Cubismo** e do **Fauvismo**, como Picasso, Braque e Matisse e, pelo **Purismo**, no entanto plasticamente próximo. No mesmo ano, Van Doesburg lançou o novo nome de **Concretismo**, que foi aceito por Arp e por Kandinsky, e que (com sucesso na Itália, onde se reclama a obra de Soldati) foi defendido por Max Bill e pela escola de Ulm (com grande influência na América do Sul), como designando uma arte que não abstratiza, mas que procura a "expressão pura das leis da harmonia". Em 1931, Wantongerloo e Herbin fundaram em Paris o grupo **"Abstraction-Création"**, como sucessor do **"Cercle et Carré"**. Na Alemanha, a **Bauhaus**, que entendia que a forma dos objetos e dos edifícios devia ser determinada por sua função, entre 1919 e 1933 realizou uma grande obra pedagógica tendente à compreensão do abstrato na arte. A **Bauhaus** era uma escola democrática, no sentido completo da palavra, porisso Hitler, chegando ao poder, a suprimiu.

Revistas, exposições, um primeiro museu, em Nova Iorque, de pintura "não objetiva" (designação genérica defendida ali por Hilla Rebay) cobriram ainda esse período. A partir de 1945, mortos Mondrian e Kandinsky, e terminada a guerra, o **Abstracionismo** passou a ter uma posição preponderante na criação artística, como que renasceu de novo, e algumas centenas de pintores, em todo o mundo, apareceram ou se firmaram dentro das suas estéticas expressionistas, através do **Tachismo** (da palavra francesa **tache = mancha**) e da sua conseqüência "informalísta", defendida por M. Tapié ou matematicista, ou ainda, mais recentemente, de derivação impressionista, ou abordaram-nas prudentemente, mantendo-se nos seus limites.

Ben Nicholson, Passmore, Alan Davis, na Inglaterra; Servrancky, na Bélgica; Nay, Werner, Winter, Ackermann, na Alemanha; Birolli, Afro, Corpora, Capagrossi, Reggiani, Vedova, Soldati, na Itália; Max Bill, na Suécia e Tapias, na Espanha. Nos Estados Unidos: Pollock (Jackson Pollock inventou a técnica **"dripping"** que consiste em derramar diretamente as cores sobre a tela, sem utilizar pincel ou espátula), Golky, Tobey, Still Kline, Motherwell e outros.

A **Nova Escola de Paris**, onde pontificam os franceses. Bazaine, Schneider, Ceyrolle, Estève, Le Moal, Doucet, Soulages, Chastel, Marie Raymond, Laoujade, Atlan, Piaubert, Prian, Mathieu, Claude Georges, Pillet, Dewasne; os belgas Ubac, Alechinsky; o italiano Magnelli; os holandeses Van Delde, Corneiller; os russos De Satell, Lanskoy, Poliakoff; o norte-americano San Francis; os alemães Hartuung, Wols; os hungaros Szènes, Vasarely, Kallos; o dinamarquês Mortensen; o canadense Riopello; o checo Sercan; o japonês Sugai; o chinês Zao Wou-Ki; a turca Faher-El Nissa; os brasileiros Cícero Dias, Bandeira; a portuguesa Viera da Silva, e muitos outros, — é dominada pelo **Abstracionismo**, que desde 1946 tem o

seu salão (**Des Réalités Nouvelles**), é estudado em ateliês, como o **De l'Art Abstrait**, é tratado em livros e revistas, e ocupa um dicionário, o **La Peinture Abstraite**, de M. Seuphor, publicado em 1962. Em 1957, uma exposição de **"50 Anos de Pintura Abstrata"** reuniu em Paris obras de 400 pintores de todo o mundo.

Para Concluir

Tal é a situação atual do **Abstracionismo**. Expressão específica do nosso tempo, afirmação da liberdade do homem, quer admitamos ou não, ele oferece uma emoção estética essencial, cujo valor para a sensibilidade já não é posto em dúvida, e podemos supor que, ultrapassada a crise da ambigüidade do mundo moderno, a consciência estética do **Abstracionismo** não se anulará, mas julgará dialeticamente nas imprevisíveis formas artísticas que hão de vir.

Referências Bibliográficas

ARGAN, G. C. **El Arte Moderno** (1770-1970), Valência, Ed. Torres Fernando, 1977.

BATTISTONI FILHO, Duilio. **Pequena História da Arte**, Campinas, Ed. Papirus, 1984.

FRANCASTEL, Pierre. **Arte e Técnica nos séculos XIX e XX**. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d.

HAUSER, Arnold. **História Social de la Literatura y Arte**. Madrid. Ed. Guadarana, 1969, 3 vols.

READ, Herbert. **O Significado da Arte**. Lisboa, Ed. Ulissea, s/d.

——— **A Arte Agora, Agora**. SP, Ed. Perspectiva, 1972.

——— **As Origens da Forma na Arte**, Rio, Zahar Ed, 1967.

RIBEIRO JUNIOR, João. "Algumas Considerações em Torno dos Valores Estéticos da Pintura Moderna" **in Reflexão**, PUCCAMP, 12 (39): 35-42, setembro/dezembro/87.

POLÍCIA E JORNALISMO: OBJETIVOS COMUNS

Mário L. Erbolato
(Professor do IAC – PUCCAMP)

Não há, talvez, quem desconheça **Notícias Populares**, jornal destinado às classes C e D, que dá preferência à divulgação de esportes, sexo e crime. Notícias aparentemente sem muito valor, ganham destaque com títulos sugestivos e descrição de pormenores que, sem fugir à verdade, levam o fiel leitor a não deixar um só dia, de inteirar-se com entusiasmo, dos assaltos, dos desastres e, especialmente, dos estupros e crimes passionais. Os tempos mudaram e o crime – a infração e o desrespeito à lei foram se ampliando. Dos ladrões de galinhas, de bicicletas (ou de pequenos objetos), passamos aos (muitas vezes impunes) **criminosos do colarinho branco**. O tema **polícia** não está mais circunscrito a algumas colunas ou páginas de jornais, mas em todas as Editorias tomamos ciência de ilícitos, desde os maiores até os de pequeno valor. Para combater ou prevenir a violência, há o aparato de segurança do Estado: a polícia. Entre ela e a comunicação existem vários pontos de semelhança e pouquíssimos contrastes.

Comecemos pelas definições. Que é **comunicação**? Tão ampla ela se apresenta, que seria difícil conceituá-la em poucas palavras. Os teóricos a resumem basicamente como a transmissão de idéias, informações e gestos entre as pessoas. Porém, após a revolução industrial, houve a propagação intensa da palavra oral e da palavra escrita que passaram a transpor fronteiras e obstáculos. Os homens se aproximaram intelectualmente, ainda que distantes geograficamente.

Jamais houve ou existirá uma sociedade que não se apoie nas várias formas de comunicação. Para William Rivers[1], foi a imprensa que levou o povo a compreender não só a sua real importância, mas também a

elevada participação, que realmente tem, no processo da democracia. A comunicação de massa auxilia a transmitir e a receber cultura, a vender produtos e serviços e a sabermos, enfim, o que se passa ao redor ou longe de nós. Os meios de comunicação social são responsáveis pela integração, união e comunhão de ideais.

Finalidades Idênticas

O jornalismo, segundo Octavio de La Suarée tem por objetivo informar e orientar a opinião, censurar e sancionar as ações públicas dos habitantes de uma região e de divulgar a cultura entre a população de um país[2]. Todo esse trabalho — acentua o Prof. Luiz Beltrão — tem, evidentemente, uma função educativa, visando esclarecer a sociedade, para que sinta e aja com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem na comunidade[3].

Que é **polícia**? A palavra vem do latim **politia/ae** e, entre seus vários significados[4] destacarem-os três: **1.** Conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão, para assegurar a moral, a ordem e a segurança pública. **2.** A corporação encarregada de fazer respeitar as leis e **3.** Indivíduo pertencente à corporação policial.

Essas funções são orientadas, supervisionadas, dirigidas, planejadas e executadas pelos delegados.

Nos conceitos de Octavio de La Suarée e de Luiz Beltrão sobre comunicação social e na definição de polícia, encontramos como finalidades comuns a busca, cada qual com seus meios próprios, da paz e da ordem nos grupos sociais.

Visam, pois, os mesmos fins os comunicadores e os delegados de polícia. Os jornalistas lutam para que ocorra sempre o melhor. Nos jornais impressos e nos meios audiovisuais, são oferecidos diariamente visões sobre a realidade em que vivemos e trabalhamos. O jornalismo é o porta-voz permanente do povo. Nas reportagens e nos editorais há denúncias, críticas, defesa da população e um contínuo esforço para que o bem prevaleça sobre o mal, a justiça sobre a injustiça, a ordem sobre a desordem, a lei sobre a baderna e a verdade sobre a mentira.

Na sociedade do século XX, agrícola, pastoril, industrial, intelectual ou da era da informática — e da mesma forma que durante a Colônia e o Império — o relacionamento entre as famílias, os indivíduos e as classes sociais foi e vem sendo feito visando atingir uma fórmula ideal, embora um tanto utópica, que permita alcançar o bem comum, com a harmonia e cooperação, se não de todos, pelo menos da maioria. Comunicadores e policiais desenvolvem esforços para que haja equilíbrio e

tranqüilidade. Os jornalistas com suas críticas e os delegados com a força da autoridade que possuem, representantes lídimos que são do poder do Estado.

O que orienta os homens em seu viver cotidiano? Clovis Bevilaqua[5] lembra que "devemos obediência à lei, que se distingue por ser uma norma geral (**commune praeceptum**), emanada de uma autoridade reconhecida e que é imposta coativamente à obediência de todos".

Na Nação juridicamente organizada, são sem conta os preceitos que indicam à coletividade as normas essenciais e vitais de conduta. Só é livre quem for escravo da lei, afirmava Cícero. Dai o exigir-se que no grupo social todos respeitem as normas constitucionais, civis, e, em conseqüências penais, comerciais, administrativas e tantas outras. Se os homens as violarem, por dolo ou culpa, receberão sanções. Pune-se, segundo os juristas, ou como castigo ou, então, como exemplo, para que outros não incidam nos mesmos erros.

Os meios de comunicação social apontam permanentemente os desiquilíbrios que ocorrem. Sempre que haja um ilícito penal, bem antes do soberano pronunciamento da Justiça, são formados os inquéritos policiais, muitas vezes enriquecidos com recortes das matérias jornalísticas. A publicidade, dos atos processuais, como regra que comporta poucas exceções, é um dos requisitos da legislação brasileira.

Para Evitar a Repetição de Erros

Em junho de 1952, ao falar na 21ª Reunião da Comissão Internacional de Política Criminal, em Estocolmo[6] o comissário da Sureté Nationale de Paris, P. Marabuto, afirmava: "O ideal seria, de certo, prevenir completamente o crime, mas isto não pode, ainda, ser alcançado e permanece como uma fantasia. Como a infração penal nem sempre pode ser evitada, parece que o melhor caminho a seguir está em buscar uma explicação para o ato criminoso e atinar com as suas causas, a fim de se evitar a sua repetição".

Mais de três décadas após, essas palavras são atuais. A polícia continua a reprimir (e deve fazê-lo sem violência) o que se possa considerar um **corpo estranho** à sociedade. Os delegados de polícia não se limitam a efetuar prisões e a destroçar quadrilhas. Vão além: elaboram estatísticas, participam de simpósios, mantém contato com psicólogos e sociólogos, integram mesas-redondas promovidas por jornais e emissoras de rádio e televisão, dão o seu testemunho, de grande valia, a fim de que — como acentuava P. Marabuto em Estocolmo, em 1952 — seja evitada a repetição das infrações penais. Ou, para que, pelo menos, diminua a incidência dos crimes, atacando-se as suas causas.

A guerra contra as drogas entre escolares, a situação dos menores abandonados e a violência que se intensifica têm sido temas constantes dos meios de comunicação social, que fazem as suas análises e críticas, baseadas, em grande parte, nas declarações e providências de delegados de polícia e nas conclusões a que têm chegado.

Os policiais constituem uma parcela **sui generis** do funcionalismo público: não são considerados burocratas e acreditamos que nunca foram chamados ou classificados de **ineficientes, parasitas** ou **desnecessários à máquina administrativa.**

Uma Atividade Acompanhada pelo Povo

Curiosíssima é a situação dos policiais (civis ou militares), diante dos meios de comunicação social. O médico, o engenheiro, o advogado, o dentista, o agronômo, o professor, o veterinário e tantos outros — mesmo quando exercem funções públicas — raramente vêem os seus nomes divulgados pela imprensa, a não ser quando prestam informações ou se a repartição a que pertencem se envolve com problemas que afetem o bem estar coletivo.

A profissão de policial tem características próprias. O trabalho dos delegados, investigadores, escrivães e seus colegas, surge diariamente nos jornais e emissoras. Se a população ignora o que se passou na véspera nos gabinetes dos secretários municipais, nos postos de saúde, ou nas divisões do ensino, ninguém desconhece, porém, as medidas que a polícia tomou para esclarecer um crime, ou qual o andamento de vários processos a ela afetos. E há momentos de expectativa, entre leitores e ouvintes, quando surgem pistas e é preciso efetuar a prisão de um criminoso que, com armas e munições, se refugiou em um prédio, ameaçando de morte os que dele se aproximarem.

Raros são os jornais que deixam de divulgar notícias ligadas ao crime. Só alguns semanários religiosos não se preocupam com o cotidiano policial. Porém, se algo importante ocorrer, que envolva um de seus seguidores, abrir-se-á exceção e algumas linhas serão publicadas, narrando o que houve e mencionando obrigatoriamente a atuação dos órgãos de repressão e prevenção.

As Editorias de Polícia deixaram de cuidar apenas dos crimes comumente do conhecimento popular, como os assassinatos, os ferimentos (leves e graves), os roubos, os furtos, os assaltos e os estelionatos. Até há poucos anos, eram lidas reportagens sobre diversos **contos**, que deliciavam os leitores de jornais: o do vigário, o do defunto (que para ser enterrado necessitava do dinheiro de todos), o do emprego, o do noivado e muitos mais, de acordo com a imaginação fertil dos infratores da lei.

Inúmeros jornais dedicam uma página inteira — em geral a última, — para as diversas notícias policiais, sejam elas da própria cidade, ou do exterior. Há sempre um furto durante viagem de ônibus, uma senhora que foi tomar satisfações da vizinha e lhe desferiu golpes com a pá de lixo, colisão entre moto e caminhão, mulher surrada pelo amásio, garoto ferido por ponta-pé durante jogo de futebol ou estabelecimento comercial assaltado.[7]

A função social da polícia vem aumentando e refletindo-se evidentemente no jornalismo, que acompanha **pari-passu** as suas atividades. Os inquéritos, os depoimentos, as perícias e as investigações passaram a ser destacados pelas várias Editorias. Há constantemente uma referência, direta ou indireta, ao trabalho da polícia, em cerca de trinta a quarenta por cento do total do noticiário, local, nacional ou do exterior. Enumerariamos, como exemplos, algumas dessas notas recentes: denúncias sobre trabalho escravo em uma fazenda, embargo de funcionamento de um circo em área residencial de S. Paulo, apreensão de carne clandestina, matança de pássaros para um churrasco, proteção às instalações de empresas com operários em greve, rebeliões e mortes em presídios, conflitos entre índios e posseiros, invasão de terras, agressões em campos de futebol, expulsão de estudantes do CRUSP, incêndios em instalações escolares e repressão aos mafiosos. Assaltos a bancos são rotina. No golpe do telefone, há pessoas que perdem os seus aparelhos, porque assinam documentos, como garantia de supostas dívidas. Organizações multinacionais, violando o monopólio postal da União chegaram a mandar para outros países, malotes com cartas e a EBCT, impotente para coibir o abuso, teve que recorrer à polícia.

Desapareceram da imprensa, como lembramos no início, os ladrões de galinhas, mas em lugar das notícias que jocosamente se referiam ao roubo de "penosas" surgiram os crimes do colarinho branco, os ligados à espionagem industrial e já se cogita de uma legislação que impeça o uso desleal dos computadores e das informações armazenadas em bancos de dados. Se a inteligência evolui para o bem como regra, há a exceção de se usar ilicitamente o que a técnica e a pesquisa nos oferecem.

Quando ocorrem feriados às quintas e/ou sextas-feiras — que passaram a ser conhecidos como "fim de semana prolongado", ninguém inicia a descida para o litoral sem ouvir pelo rádio ou ler nos jornais as condições das estradas, anunciadas pela Polícia Rodoviária.

O Fato Policial em Todas as Editorias

Na área da Economia, que foi a seção que mais se desenvolveu na imprensa, a polícia está presente muitas vezes. Quem não tomou conhecimento dos escândalos ocorridos a partir de 1980, envolvendo algumas financeiras que lesaram o povo?

Mil seiscentos e setenta centimentos quadrados do tradicional jornal **O Estado de S. Paulo** foram dedicados[8] à divulgação, na última página, de sete notícias com um conteúdo exclusivamente policial. Referiam-se elas à tentativa de roubo na residência de um advogado; ao assalto a um posto bancário no Tribunal de Contas; ao assassinato de um **office-boy**; a um juiz de direito que serviu de refém para que ladrões praticassem um assalto e a medidas para evitar fugas na Penitenciária do Estado.

A Penetração da Notícia Policial pelo Rádio

As emissoras de rádio dão ao trabalho policial um destaque maior que os jornais impressos e muitas delas têm programas bastante ouvidos e locutores de renome. Gil Gomes é um herói para a infância. Um dos menores internos da FEBEM disse[9]: "A gente escuta o programa de manhã, no rádio e ali só fala de morte. É ladrão é gente doente morrendo sem parar". Outro menino afirmou: "A PM não mata: pega e prende. Gil Gomes e a ROTA quando **morrerem** vão direto para o céu. Principalmente a ROTA que defende a nossa Pátria contra os bandidos"[10]

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo concluiu uma pesquisa, referente ao início de 84, para avaliar a violência nos meios de comunicação social. Em termos de liderança[11] Afanásio Jazadji era o locutor mais ouvido (986.855 pessoas em janeiro e 1.001.134 em fevereiro), seguido de Gil Gomes (749.500 em janeiro e 732.221 em fevereiro). Os dois dominavam a audiência das 8 às 10 horas, junto a 72,1% da população com o rádio ligado em janeiro e 67,0% em fevereiro.

Afanásio Jazadji, jornalista policial há 20 anos[12] e hoje deputado estadual comentou a sua posição: "Meu papel é informar meus ouvintes sobre o que está acontecendo. Se a violência é um fato cotidiano, ela vira notícia no meu programa sem qualquer sensacionalismo. A violência em si já é sensacional". Prova da receptividade do programa de Afanásio Jazadji é que lhe são enviadas por dia entre 300 a 400 cartas, todas respondidas pela sua equipe.

O então Secretário da Segurança Pública, Michel Temer[13] referindo-se à pesquisa da Comissão Justiça e Paz, declarou que todos os programas de rádio, televisão e as notícias dos jornais sobre fatos policiais são úteis, mas apenas quando criticam para apresentar caminhos à administração.

O Jornalismo Popular

Circulam no Brasil matutinos e vespertinos cuja política editorial consiste em dar, conforme acentuamos, destaque à trilogia **sexo, espor-**

te e **polícia**, com prioridade para a última. Esses jornais formam a **imprensa popular**, assim chamada por ser lida por pessoas sem grande cultura ou com pouquíssimo poder aquisitivo. Não são imorais, mas sensacionalistas.

O que é um **jornal popular**? Flávio Brito, chefe da redação de **O Dia** e **A Notícia**[14] do Rio de Janeiro, entende que assim devem ser considerados porque divulgam "assuntos ditos populares, capazes de estabelecer um equilíbrio entre todos os níveis de interesse que respondam à expectativa da comunidade como um todo. Esses veículos de comunicação são capazes "de atingir desde a doméstica até o governador".

Como precursor da imprensa de escândalos aponta-se **Le Petit Journal**, fundado em 1864 em Paris, por Polydore Millaud, um hábil financista e administrador que em poucos anos transformou seu periódico em verdadeira potência, vendendo-o por cinco centavos o exemplar, enquanto que os dos demais concorrentes custavam o dobro. Foram desenvolvidas e destacadas pelo **Le Petite Journal** em detrimento dos editoriais, quaisquer notícias que mostrassem pormenores dos acontecimentos sensacionais, como os crimes, os acidentes e os dramas de amor. De política, só referências às crises partidárias ou ministeriais[15]. Após dois anos de circulação **Le Petite Journal** alcançava a cifra invejável de duzentos mil exemplares e foi saudado "como uma vitória da imprensa de escândalos".

Emile Durkheim colocou em dúvida que a veiculação da violência influisse no aumento da criminalidade e ainda admitiu ser necessário muito cuidado com as restrições ao noticiário policial, porque a opinião pública deve conhecer e avaliar as atitudes e providências da polícia e dos magistrados[16].

Notícias Populares, que circula em S. Paulo, com grande aceitação, teve origem curiosa, pois foi fundado para fins políticos em 1963, por Herbert Levy, então presidente da União Democrática Nacional (UDN), visando ter acesso às camadas populares que contavam, desde 1952, com **Última Hora**, dirigida por Samuel Wainer e que era porta-voz do getulismo. Para fazer **Notícias Populares** foi contratado Jean Mellé, que o concebeu como um jornal de escândalos, a fim de conquistar a preferência das classes que pretendia atingir[17].

Em meados de 1984 circulou em S. Paulo o Jornal-revista **Agora, no Brasil e no Mundo**, da Editora Três, com textos mais minuciosos sobre crimes e caracterizado pela divulgação de fotos chocantes, sem retoques, de pessoas assassinadas e que mostravam em close as mutilações que sofreram.

No Rio de Janeiro, destacando os assuntos policiais domina **O Dia**, que segundo a sua própria propaganda "é o jornal mais lido pela classe C, na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta e no sábado" e que adota como **slogan**: "É um crime não anunciar em **O Dia**"[18].

O repórter policial como pesquisador que é das ciências, limita-se a escrever sobre os acontecimentos. Não é um puritano e nem moralista. Sua função é a de informar, sem emitir quaisquer juízos, assim como a polícia compila dados e forma processos, para o pronunciamento da justiça[19].

O Romance Policial

A literatura possui um gênero específico: o romance policial. Escritores se destacaram pela criação de tipos inesquecíveis, capazes de solucionar quaisquer crimes. Foi Edgar Allan Poe o criador dessa concepção de literatura, quando combinou ficção com raciocínio e interferências lógicas[20]. Nascido em 1809 e falecido em 1849, o escritor norte-americano Edgar Allan Poe começou com os contos **Os crimes da rua Morgue, A carta roubada e o mistério de Maria Roget**, destacando em todos eles o detetive Auguste Dupin. Dez anos após a morte de Edgar Allan Poe, nascia na Escocia Arthur Conan Doyle, que escreveu **Um estudo vermelho, O sinal dos quatro, O cão dos Baskervilles, Memorias de Sherlock Holmes, A volta de Sherlock Holmes, Um estudo em vermelho, Histórias de Sherlock Holmes e O vale do Terror**, além de outros.

Segundo os críticos, nessas narrativas policiais há um mistério que arrebata, o terror transfigurado em beleza, a pesquisa apaixonante e as soluções imprevisíveis. As aventuras mais perigosas e empolgantes contrastam inteligentemente com os mais difíceis raciocínios e com a argúcia genial do detetive Sherlock Holmes e no bom senso do Dr. Watson.

Agatha Christie (nascida em 1891 e falecida em 1976) criou o detetive belga Hercule Poirot e a Senhorita Jane Marpin, deixando, entre outros romances, **O caso dos dez negrinhos, A morte no espelho, Testemunha da acusação e O adversário secreto.**

Na história do romance policial poderiamos mencionar ainda Ellery Queen, pseudonimo adotado pelos escritores Frederic Danney e Manfred Lee. Deles são: **O mistério do sapato holandês, O mistério da tangerina, O mistério do ataúde negro e O mistério do chapéu romano.**

Georges Joseph Christian Simenon, escritor nascido na Bélgica em 1903 publicou romances policiais, com o personagem Inspetor Maigret. Sua obra é vasta e está sendo editada, agora, em português, pela Editora Nova Fronteira. Entre seus livros: **A velha senhora, O cão amarelo, Um suicídio duvidoso, O mistério das jóias roubadas, Crime na polícia, O gato, Testamento maldito, O assassino sem rosto, O louco de Bergerac, O Prefeito maldito, Porto das brumas e mais alguns.**

No Brasil o gênero policial somente é encontrado em contos esparsos. Autores que a eles se dedicaram não chegaram a ter uma produ-

ção volumosa. O escritor Edgar Cavalheiro que, com Raimundo de Menezes publicou uma analogia com histórias de crimes e criminosos, concluiu[21] que não temos um romance policial. E indagou: Como se explicará o desinteresse dos nossos ficcionistas pelo gênero, sabido ser ele um dos que mais leitores poderia contar? No entanto **A noite na Taverna**, de Alvares Azevedo "é quase um trabalho sobre a degenerescência e o crime". De Machado de Assis a Monteiro Lombato — frisou Edgar Cavalheiro — "com escalas maiores ou menores, todos eles se debruçaram sobre temas que tivessem como fixação um homicídio".

Afinal, como recorda Edgar Cavalheiro, "O crime é velho como a própria humanidade. No pai de todos os livros — a Bíblia — logo no Capítulo IV, do Gênesis, vem a história do primeiro. Um fraticídio".

Para o escritor e tradutor Torrieri Guimarães, porém, a ficção policial no Brasil teve início em 20 de março de 1920, quando o jornal **A Folha**, de Medeiros e Albuquerque iniciou a publicação do folhetim "O Mistério", escrito a quatro mãos, sendo transformado em livro, pela Companhia Editora Nacional, com três edições e mais de dez mil exemplares vendidos. O texto era de autoria do próprio Medeiros e Albuquerque e de Coelho Neto, Viriato Correia e Afrânio Peixoto.[22] Ainda segundo Torrieri Guimarães[23] Medeiros e Albuquerque publicou mais dois livros de histórias policiais: "O Assassinato do General", em 1929 e "Se eu fosse Sherlock Holmes", em 1932. Pouco depois, o radialista e jornalista Jerônimo Monteiro, com o pseudônimo de Ronnie Wells editou, na década de 30, várias novelas policiais, escritas originalmente para programas radiofônicos. O escritor Luiz Lopes Coelho criou um detetive tipicamente brasileiro: o doutor Leite[24].

Herói Recente

Mariel Maryscott virou herói, glamourizado depois de sua morte. A história de sua vida foi publicada em edição especial da revista Sétimo Céu, da Editora Bloch, na qual sua figura foi apresentada como a de um defensor da sociedade e dos padrões mais honrados da coletividade brasileira.[25]

Jornalismo e Polícia

A função do repórter policial não é mais, como outrora, a de descrever como ocorreu um assassinato, um desastre ou um roubo, narrando-os com excesso de adjetivação. Não só no rádio existem jornalistas

competentes e famosos. Percival de Souza, do **Jornal da Tarde**, especializou-se em temas policiais. Conhece a organização administrativa da Secretaria da Segurança Pública, está atualizado, coopera com as autoridades, dirige-lhes críticas e tem assinado centenas de artigos, muitos já reunidos em livros, que se transformaram em **best-sellers.**

Inúmeros são, como acentuamos no início deste artigo, os pontos de contato entre a polícia e os que trabalham nos meios de comunicação social. Jornais, revistas, livros, emissoras de rádio e televisão e o cinema, relatam a realidade ou mostram enredos de ficção, que envolvem detetives, delegados e os agentes civis ou militares.

O jornalismo impresso deixou de ser superficial e não se limita a informar que algo aconteceu. A concorrência do rádio e da televisão, instantâneos e bastante difundidos, exigiu que a imprensa passasse a interpretar os acontecimentos, localizando-os no contexto atual e referindo-se também às causas que os provocaram e às conseqüências que deles decorrerão.

Criou-se assim o jornalismo **investigativo** — e não simplesmente de consumo — que vai à profundidade das questões e que, sem emitir opinião, coloca diante do leitor o máximo de informação.

O repórter investiga — ouve, confere várias fontes, elimina algumas das informações, procura outras e, como desfecho, apresenta um roteiro, indica caminhos e propõe soluções. A polícia também investiga para esclarecer, deduzir e colocar a salvo a sociedade, pleiteando sejam punidos os que violaram suas leis. Os métodos são comuns a ambas as profissões. Carl Bernstein (companheiro de Bob Woodward nas reportagens sobre Watergate, que deram o Prêmio Pulitzer ao **Washington Post** em 1973 e terminaram por derrubar o Presidente Richard Nixon) ao visitar o Brasil em outubro de 84, declarou que a realizar aquela matéria "fez um trabalho básico de repórter policial, gastando muita sola de sapato e lutando para conseguir cada informação"[26].

Caminham lado a lado os comunicadores e os policiais. E, se vez ou outra algo os separa ou divide é mera exceção. As regras são as mesmas, em uma e em outra profissão, porque ambas servem à comunidade, com muito de interesse e idealismo.

Crime e Jornalistas

Na véspera do Natal de 1989, o casal Jorge e Maria Cecília Bouchabki, foi encontrado morto, a tiros, em sua residência, na rua Cuba, no aristocrático bairro paulistano do Jardim América. Não havia sinais de arrombamento na porta de entrada da casa e menos ainda em qualquer cômodo. A imprensa, baseada apenas nos depoimentos de testemunhas e

em peças do inquérito policial (que fora declarado sigiloso) deu destaque ao noticiário do "crime da rua Cuba", apontando como criminoso um dos filhos do casal, que depois foi denunciado pela promotoria. Diretores de vários jornais de S. Paulo reconheceram que houve excesso e a revista Imprensa ouviu vários deles sobre a conveniência ou não de ser adotado um Código de Ética.[27]

Os jornalistas não mais se limitam apenas a cobrir os casos de sequestros, mas deles têm participado como reféns voluntários, com o intuito talvez de obterem "a grande reportagem da sua vida", Francisco José, repórter da TV Globo no Recife ofereceu-se como mediador num caso de sequestro, ocorrido em Petrolina, em 1987. Em agosto de 1989, Mônica Calassa e Solange Franco, ambas de Goiânia, entraram em um carro-forte com os seqestradores de um menino daquela cidade, que haviam recebido NCz$100 mil de resgate e desejavam fugir, para ganhar a liberdade. Durante quatro dias permaneceram prisioneiras e passaram horas de grande tensão e perigo.[28]

Conhecimento das Leis Penais

Abra-se o jornal de hoje ou recorra-se ao arquivo. Neles encontraremos notícias de terror, de violência ou que exigem a intervenção da polícia administrativa e científica: reconhecimento do crânio de Mengele, sequestro de aviões, apreensão de toneladas de heroina, pelotões policiais que reprimiram piquetes grevistas, execuções na cadeira elétrica (EUA), treinamento de terroristas, conflitos raciais e religiosos, devastação criminosa de reservas florestais, rebelião ou fuga em presídios. E, ocupando maior espaço, denúncias e investigações de irregularidades ou crimes praticados por ex-Ministros quando no exercício dessas funções, tráfico de influência, prevaricação e outros.

Se a sociedade se corrompe — e é dever do jornalismo refletir com moderação, em suas páginas ou edições pelo rádio e televisão, um resumo do que ocorre — o repórter deve ter conhecimentos não só técnicos (de apuração dos fatos e redação), mas também da legislação penal. Não é sem tempo a inclusão no currículo de Jornalismo, de uma disciplina, mesmo que semestral, para dar ao estudante uma visão dos Códigos e leis penais a fim de que possa melhor se orientar, conhecendo e avaliando a importância de cada caso e sabendo as penas a que estarão sujeitos os infratores.

NOTAS

(1) Rivers, William e Wilbur Schramm. **Responsabilidade e comunicação de massa.** Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1970.

(2) Beltrão, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**, Rio de Janeiro. Livraria AGIR Editora. 1968.
(3) V. item 2.
(4) Cunha, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982.
(5) Bevilaqua, Clovis. **Teoria geral do direito civil**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1953. Vol. I.
(6) O trabalho social da polícia. In Revista do Departamento de Investigações. S. Paulo, Junho de 1952, Ano IV, nº 42.
(7) Registros policiais. Jornal da Cidade, Bauru. 06 de novembro de 1984.
(8) Estado de S. Paulo, S. Paulo. 16 de outubro de 1984. As notícias têm os títulos: Desta vez os assaltantes perdem. E dois morrem — Uma manhã de medo na casa do juíz Rodrigues — Pânico e terror que ninguém esquecerá — Tiroteio não evita roubo no Tatuapé — Ladrões até no Tribunal de Contas — Jorge morre na mira do menino de 10 anos — Revista para evitar fuga da cadeia e Delegado geral reúne todos e pede empenho.
(9) Folha de S. Paulo. **Entre a realidade e a fantasia, crianças falam da morte**. 02 de novembro de 1984. p. 20.
(10) Ver item 9.
(11) Folha de S. Paulo. **Justiça e paz pesquisa a violência no rádio**. 16 de novembro de 1984. p. 13.
(12) Folha de S. Paulo. **Afanásio nega ser sensacionalista e contesta Comissão de Justiça e Paz**. 17 de novembro de 1984. p. 17.
(13) Ver item 12.
(14) Brito, Flávio. **A manchete no jornal popular**. In ABI — Coleção comunicação hoje, vol. I, sem data.
(15) Weill, George. **El periodico, origenes, evolución y función de la prensa periodica.** Union Tipografia Editorial Hispano Americana (UTEHA), México, 1962.
(16) Mujica, Hector. **El Imperio de la noticia.** Colection Avance, nº 15. Universidad Central de Venezuela, 1967.
(17) Capelatto, Maria Helena R. **Populismo na imprensa: Última Hora e Notícias Populares.** In Populismo & Comunicação. José Marques de Melo, organizador. Cortez Editora. S. Paulo. 1981.
(18) Meio &Mensagem, S. Paulo. Nº 138. Ano VI. la quinzena de outubro de 1984. p. 17.
(19) Ver ítem 16.
(20) Reimão, Sandra Lucia. **O que é romance policial**. Coleção 1ºs passos. Editora Brasiliense, S. Paulo. 1983.
(21) Edgar Cavalheiro. O Crime na Literatura. In Revista do departamento de investigações, S. Paulo. Nº 37. Ano IV. Janeiro de 1952.
(22) O romance policial no Brasil — Entrevista de Torrieri Guimarães ao jornalista Assis Ângelo. In D. O. Leitura. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado S. A. — IMESP. S. Paulo 8 de outubro de 1989. Pág. 9.
(23) Ver item 22.
(24) Torrieri Guimarães, na entrevista a Assis Ângelo (D. O. Leitura, de 8 de outubro de 1989, S. Paulo) cita como autores de romances policiais brasileiros: Bariani Ortêncio, de Goiás, que escreveu "Morte sob Ecomenda"; Lucia Machado de Almeida, "O Escaravelho de Ouro"; Silvia Paezzo, "João Juca Júnior, Detetive Carioca"; Maria Alice Barroso, "Quem Matou Pacífico"; Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiróz, "O Mistério dos MM"; Glauco Rodrigues Correa, "O Mistério do Fiscal dos Canos" Rubem Fonseca, "O Caso Morel" e "A Grande Arte". Outros escritores, incluídos por Torrieri Guimarães entre os que produziram romances com características policiais: Jorge Amado, Guimarães Rosa, Antonio Callado, Lucio

Cardoso, Herberto Sales, José Condé, Marcos Rey, Lucia Machado de Almeida, Isa Silveira Leal e Stella Cart.

(25) In Boletim Intercom. S. Paulo. **Mariel vira herói da Bloch**. Nº 34. Ano IV.

(26) O **jornalismo na visão do reporter de Watergate**. In Jornal da Tarde. de 16 de outubro de 1984. pág. 12.

(27) Luís Carlos Cabral e Gérson Sintoni. **A fabricação de um criminoso**. In Imprensa. Ano I. Nº 19. Pp. 22/29. S. Paulo.

(28) Transcrevemos de O Estado de S. Paulo, de 16 de agosto de 1989 o editoral **Refens da notoriedade:**

"A libertação das duas jornalistas que durante quatro dias foram reféns de um grupo de seqüestradores deixou particularmente eufórico o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ronaldo Jaime. Desde que o carro blindado — a bordo do qual viajavam os criminosos e suas presas — cruzara a divisa de São Paulo, o secretário goiano vinha manifestando repetidamente às autoridades paulistas que cuidavam do caso sua crescente aflição, resumida numa pergunta: o que diriam dele, se o episódio tivesse algum desfecho dramático, as emissoras de televisão onde trabalham as duas jornalistas?

A hipótese de que a angústia do secretário Ronaldo Jaime se devesse à determinação de ver chegar a um final feliz um episódio desencadeado em Goiânia — portanto, em sua jurisdição —, com a libertação de três conterrâneos transformados em reféns, esbarra num detalhe muito significativo: segundo seus interlocutores paulistas, em nenhum momento o secretário de Segurança Pública demonstrou especial preocupação com o destino do motorista de táxi Cícero Alcides Tavares, o "Zelão", igualmente prisioneiro dos seqüestradores. Como suas parceiras de infortúnio, o motorista é goiano e fora feito refém. Mas há uma diferença essencial: "Zelão" não trabalha em emissoras de televisão.

A presença de jornalistas no grupo de reféns inibiu claramente a ação policial — da mesma forma que o secretário Ronaldo Jaime, também algumas autoridades paulistas se viram tentadas a ceder às exigências dos criminosos, para livrar-se do risco de exposição a aventuais acusações de truculência veiculadas em redes nacionais de TV. Essa constatação é um convite a que reflitamos sobre a moda, lançada há pouco tempo mas já bastante difundida, segundo a qual repórteres encarregados da cobertura de seqüestros devem oferecer-se como reféns.

Em princípio, trata-se de um gesto de irretocável generosidade. Na prática, não tem sido bem assim: muito compreensivelmente, os repórteres feitos prisioneiros acabam por ceder ao medo de perder a vida — o que os leva a aliar-se aos seqüestradores e a pressionar a polícia em busca de todas as concessões exigidas pelos bandidos. Foi assim desde que o jornalista Francisco José, repórter da **TV Globo** no Recife, resolveu transformar-se em refém num caso de seqüestro ocorrido em Petrolina em 1987.

Ao partir em companhia de seus carcereiros, o tranqüilo Francisco José parecia a caminho da grande reportagem de sua vida. Horas depois, o rosto transtornado pela tensão, ele pôde ser visto nas telas de TV num enfático discurso repleto de acusações à polícia — que não cumprira acordos celebrados verbalmente —, e temperado por surpreendentes elogios ao respeito dos seqüestradores pela palavra empenhada.

Não foi diferente desta vez: também as repórteres Mônica Calassa e Solange Franco (em reações, repetimos, muito compreensíveis) sucumbiram ao medo e à tensão. As duas jornalistas acusaram o secretário Ronaldo Jaime, por exemplo, de "jogar sujo", por não ter cumprido a promessa de estacionar no aeroporto de Goiânia um avião a bordo do qual os seqüestradores fugiriam para o Paraguai. Uma das cláusulas do acordo não-escrito estabelecia que Mônica e Solange seriam libertadas no aeroporto. Isso lhes garantiria, mais tarde, pungentes aparições na telinha, sem que tivessem corrido maiores riscos.

O descumprimento do acerto prolongou o drama por quatro dias, ao longo dos quais as duas jovens viveram a terrível experiencia de ser refém de verdade. Libertadas, ambas revelaram que, em determinados momentos, chegaram a conviver com seus

captores em clima de camaradagem. Já os policiais e, sobretudo, o secretário Ronaldo Jaime não mereceram qualquer menção amigável. Eis aí mais uma evidência de que, ao se oferecerem para substituir o refém original — o menino Said Agel Júnior, de 9 anos, seqüestrado em Goiânia —, Mônica e Solange imaginavam estar se candidatando a uma boa e pouco arriscada reportagem.

A menos que circunstâncias fortuitas subvertam a ordem natural das coisas, jornalistas são testemunhas dos fatos, e não protagonistas. Convém acabar de vez, portanto, com a improvisação de repórteres em atores — e maus atores — de episódios policiais como o seqüestro de Goiânia."

O SENTIDO DA CULTURA

Norma Felicidade L. da Silva
(Professora do IAC – PUCCAMP)

O homem nunca foi considerado pura e simplesmente um animal. O que se achou, durante muito tempo, fosse o sinal distintivo da humanidade do homem, foi, primeiramente, a consciência de seu ambiente próximo, em seguida distante e, por fim, a consciência de si mesmo.[1]

Por consciência entendia-se a capacidade de impor distância entre si e o mundo, capacidade de separar-se dele, para julgá-lo. Mas o julgamento sempre envolve reflexão, que, por sua vez, envolve representação, o que significa dizer que a relação do homem com a natureza, com outros homens e consigo mesmo nunca é imediata, mas sempre mediatizada pela representação que tem das coisas, idéias, a partir das quais, física ou mentalmente reage.

Então, de maneira genérica, definiríamos **Cultura** como o conjunto de representações que o homem faz de si mesmo e do mundo, e que se constitui dos costumes, de certo tipo de organização social, de produção de obras de arte e dos conhecimentos de ciência; enfim, como sendo a ordem que o homem introduz em sua vida em função do que ele acredita. Por outro lado, o que transforma a **Cultura** é menos o conteúdo da verdade, do que a preocupação em buscá-la.

Todas as sociedades que admitiram que o homem é capaz de pensar, referiram-se a uma realidade perfeita, subjacente às aparências das coisas, que constituiu o objeto de todas especulações, a norma de todos os atos, o ideal de todas as obras, o ponto focal de todas as crenças. Nestas sociedades haviam sábios, cujo grau de sapiência media-se pela explicação a respeito dos mistérios da vida e de princípios que deviam ser impostos aos

homens, como o **Bem**, o **Belo**, o **Verdadeiro** e, à medida que estes princípios fossem perseguidos, maior a possibilidade de se alcançar a felicidade. Perseguí-los, então, como princípios abstratos era menos fácil do que se tomassem concretude na natureza.

Assim, o pressuposto da boa **Cultura** era a de **integrar** o homem a essa Natureza. Contudo, o homem seguiu escravo de tratados de verdades íntimas, aos quais a Natureza recusou a submeter-se de modo rígido e permanente, o que fez com que se buscasse novas alternativas culturais para retificar, interiormente, o ordenamento do Cosmos. Ou seja, a **Cultura** que se perseguiu tinha como premissa dar coerência ao mundo e ao homem. Querer ser monstro da rígida coerência, eis a pior das incoerências humanas.

Em suma, contrariando a Natureza, os fatos, contrariando a sua própria natureza, o homem quis crer-se uma única pessoa o tempo todo, entregue a um só conjunto de pensamento, seguindo uma só linha de conduta; mas petrificado num rígido sistema filosófico, como a encarnação de um princípio ambulante, o homem viu-se novamente entregue à sua inerente inquietude, e prosseguiu na sua busca, trilhando o processo cultural.

Talvez porque o homem tenha tentado forçar a sua natureza e a natureza de sua cultura em algo mais simples e controlável, veio a recusar a consideração de todos os aspectos, necessariamente numerosos, da realidade, os quais não se deixaram explicar em termos desse sistema, tal como ocorreu com o advento das chamadas sociedades industriais.

Sucedeu que o homem pensou poder dividir o mundo em dois reinos: de um lado, o Homem; de outro a Natureza, que passou a ser massa externa, homogênea, regida não por fins, mas por causas, simples relações constantes entre os fenômenos. A Natureza, então, perdeu o sentido para ele. Mesmo que as coisas da Natureza pudessem permitir, com a previsão, as modificações do ambiente humano, pudemos, a partir daí, apenas constatá-las, e não mais compreendê-las.[2]

Noção de "Cultura" Comporta Três Concepções Essenciais

Destarte, o homem passou a ser a única realidade significativa num mundo desencantado; ou seja, que, entre as coisas, tiveram sentido apenas aquelas às quais o espírito ou a mão tinham dado forma. Já que não tinha sentido, o universo tornava-se maleável à vontade, visto que se conheciam suas leis, e que nada mais era revestido pelo manto do sagrado (pois que Deus não fora revelado pela Ciência).

Então, começou a ter vulto a idéia de que não só a Natureza era dominável pelo homem, mas também que para se conseguir ser

inteiramente livre em sua humanidade, era **necessário** concretizar esse domínio. Por isso, nas sociedades industriais, a convicção metafísica de que o aperfeiçoamento da espécie humana estava subordinado à vitória sobre tudo o que não era humano no mundo passa a regê-las a ponto de ameaçar-se o ecossistema. Enfim, à ameaça a sobrevivência de todas as espécies, parte justamente daquela que se diz racional, e que destrói em nome da razão, o que é, no mínimo, um paradoxo.

A partir dessa idéia, a noção moderna de **Cultura** comportou três concepções essenciais:

1. A **Cultura** tomou uma acepção mais estreita, designando, antes, um certo setor de nossa civilização, tomando um caráter estritamente ornamental, opondo-se à Ciência, como o supérfluo ao necessário;

2. A **Cultura** seria um simples divertimento, um "tempero" a se colocar na existência rotineira e banal de todos os dias;

3. E a **Cultura** tornou-se, ainda, a "expressão do eu", a livre criação, a opção original; como sendo um hino de subjetivismo. Uma das críticas lançadas contra esta noção de **Cultura**, consiste em querer ver nela um simples sinal de prestígio social.

Em ambos os sentidos, fica implícita a idéia de que não são todos os homens os fazedores de **Cultura**, mas que uma parcela a cria (como cria a Ciência), e o restante deles passa a introjetá-la.

A rigor, a educação é o aprendizado da **Cultura**. Se não houver aprendizado, a consciência cultural permanece ingênua, isto é, intransitiva, primitiva; mas, à medida em que o homem vai transpondo esse estágio, pode tornar-se não só apto a conviver com o universo cultural que o rodeia, mas também apto a criticá-lo num novo estágio denominado **consciência crítica**[3], onde a convivência passa a ser coexistência, onde o princípio não está no usufruir o presente, tal como este é dado, mas projetar um futuro distinto daquele.

Contudo, o futuro só poderá estabelecer-se sob condições mais apreciáveis do que antes, se, dessa esperança, emergir, da coexistência entre os homens e entre os mesmos e a natureza, o diálogo, numa experiência vivencial mais rica que possibilite, novamente, a convivência. Mas, para isso, seria necessário superar os dogmatismos e os integrismos: o marxista, o anti-marxista, o cristão, e outros integrismos. Seria preciso trabalhar para que o diálogo descesse do céu das idéias à terra das instituições e das relações vividas. E essa evolução cultural e existencial, às vezes, silenciosa, está em gestação.

Contradição ou Não?

Diz-se que a educação seria o aprendizado da **Cultura**, e que, numa sociedade de classes, essa educação fatalmente seria a transmissora dos modelos sociais, formando cidadãos que difundiriam idéias políticas

que viriam a consolidar os privilégios e, por isso, reproduzindo a dominação de classe. Enfim, que se desse prosseguimento às tradições, os costumes, à Ciência do passado. Contudo, as novas gerações guerem sempre algo mais além da pura reprodução, querem o incentivo da criação da nova **Cultura**, que brotaria através delas.

Isso não seria propriamente uma contradição, porque não existe contradição entre o conhecimento velho e o conhecimento novo. O novo brota do velho. É contradição, pois, em relação à própria **Cultura**, porque refere-se à mesma unilateralmente: só é **Cultura** o que a elite faz.

Podemos dizer que no Brasil, cuja tradição cultural é elitista e anti-popular, vive-se essa contradição.

Em 1920, houve o primeiro movimento educativo, como instrumento para participação dos trabalhadores na política. Seguirem-se outros movimentos, em 1930/40, na segunda metade da década de 50 e primeiros anos de 1960, para a organização da educação de base e organização popular, pois era consenso geral que um povo organizado era um povo educado.

Porém, esses movimentos nunca surtiram efeitos políticos. Em 1980, na reunião anual da SBPC, deliberou-se fazer um movimento de renovação da educação, sem precedentes na história do Brasil, mas, apenas, deliberou-se...

Por isso, a educação pretendida como ideal, jamais se viu abalada, no Brasil, tendo que ter contato com a cultura popular.

Em nossa sociedade, hoje, a educação caiu na ideologia da profissionalização, supervalorizando os meios, as técnicas, em detrimento dos fins. Ao nível, por exemplo, do uso do material didático apresentado, busca-se no aluno uma atitude de passividade.

Com isso, temos uma visão da cultura popular como sendo bárbara, primitiva e, portanto, indigna de ser transmitida ou sequer vislumbrada. Se isso for resultante da transmissão de culturas alienígenas, talvez explique o porque se tenha tão pouco sentimento de brasilidade, de civismo, correndo nas veias do povo; porque só se ama e defende o que parece ter valor. Pois as elites desconhecem como legítimos,valores que não objetivem o desenvolvimento nacional, fruto da industrialização, filho da ciência, que desmistificou o mundo e transformou toda a experiência cultural em algo que, no fundo, causa mal-estar ao homem, porque não o completa mais, porque não põe mais sentido na sua existência.

E a cultura popular seria diferente? Acaso o apregoamento de uma visão diferenciada do mundo, calcada em crenças, ritos-também advindos de outras regiões; do que as verdades científicas, podem trazer ao homem maior sensação de inteireza?

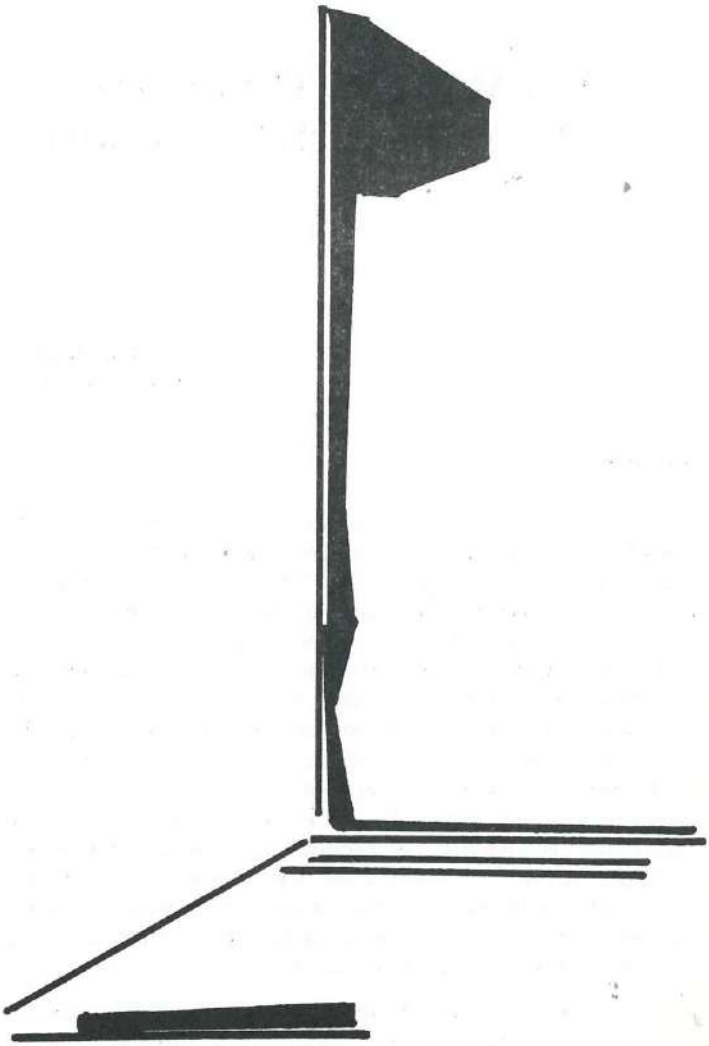
Sendo a resposta negativa, necessário, pois, seria conhecer os modelos passados, e aqueles tirados da própria realidade brasileira. Qual corrente de pensamento sairia vitoriosa? Não pode haver vencedor nem vencido quando há emulação entre grupos diferentes e divergentes para a realização do verdadeiro humanismo: o único ganhador será aquele que propuser a mudança que o leve à plenitude do ser.

NOTAS

(1) O homem tem sentido de si mesmo porque tem autoconsciência. "Por esta autoconsciência tomo contato com a patência do ser, com a verdade que reconheço como imutável, eterna, transcendente. Meu afã de plenitude subsistencial é estimulado pela verdade inesgotável para a qual se abre o meu ser. Habito na finitude mas sinto-me chamado por uma verdade e uma vida infinitas que me fundam e me transcendem. Não se trata de uma verdade imanente, mas presente com 'interioridade objetiva', como diria Sciacca. Os caracteres imutáveis e absolutos dessa verdade me estão dizendo claramente que ela não se pode originar nos seres exteriores e contingentes. A própria legalidade dos juízos está alicerçada na verdade absoluta". (Basave del Valle. **Filosofia do Homem.** São Paulo, Ed. Convívio, 1975, p. 11).

(2) Há uma diferença importante entre ciências da cultura e do espírito. Henri Rickert (**Ciência Cultural e Ciência Natural**) atenta no valor incorporado pelo homem, na natureza, enquanto William Dilthey (**Introdução às Ciências do Espírito**) insiste nos aspectos genésico e metodológico. Daí ser a psicologia, para Rickert, uma ciência natural, e para Dilthey, uma ciência do espírito. Inegavelmente, mais que a qualquer outro, é a Dilthey que ficamos a dever a autonomização das ciências culturais (do espírito) em relação às ciências naturais, não só no que se refere a métodos, mas também no que toca a hierarquias.

(3) "Consciência crítica não é nenhum dote artístico, cujo exercício pressupõe qualidades prévias. Para a consciência crítica todos já possuimos a base indispensável: existir como ser humano, livre e inteligente. Mas não é dado a todos, por circunstâncias culturais, poder desenvolver esse germe através de exercícios, de um processo de verdadeira conscientização e politização". (J. B. Libânio. **Formação da Consciência Crítica.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1983, p. 148).



IMPACTO DA TELEVISÃO EM HÁBITOS DE CONSUMO

Omar Souki Oliveira
(Professor da F. C. E. — UFMG)

Introdução

Estudos recentes de comunicação de massa e seus efeitos no Terceiro Mundo têm usado a **teoria da dependência** como referencial teórico. Esta abordagem enfatiza o fluxo internacional de mensagens e suas influências em sociedades tradicionais e diferentes culturas. O modelo propõe que os produtos culturais exportados para regiões menos industrializadas têm um impacto (negativo) significante em tais sociedades. Os dependistas têm concentrado seus estudos nos efeitos gerados nos sistemas de comunicação de massa dos países em desenvolvimento (15, 22, 34), e nos laços de dependência que estas instituições gradativamente estabelecem com o Ocidente (28, 29). Estes autores freqüentemente afirmam que tais ligações institucionais com o Ocidente tendem a encorajar a adoção de estilos de vida característicos de sociedades altamente industrializadas. Tal processo levaria inevitavelmente a um maior consumo de produtos industrializados. O modelo parece explicar amplas tendências institucionais, porém evidência empírica de mudanças de atitudes em indivíduos é raramente apresentada pelos estudiosos do assunto.

A **teoria da dependência** aplicada aos meios de comunicação sugere que existe um desequilíbrio na disponibilidade de produtos de comunicação, principalmente de programas de televisão (26, 33). Na maioria dos países do Terceiro Mundo um maior número de programas de televisão importados é transmitido do que produções locais (13, 34). A hipótese predominante é que quanto mais programas de televisão vindos do Oci-

dente, tanto mais "ocidentalizadas" ficarão estas sociedades do Terceiro Mundo (8, 28). Como na grande maioria dos casos os programas são importados dos Estados Unidos, a tal "ocidentalização" se relaciona com o estilo norte-americano de vida (2, 28, 34).

O objetivo deste estudo é testar hipóteses derivadas da teoria da dependência. O teste porém será feito a nível individual e não institucional. Na maioria dos casos de dependência a análise tem sido feita a um nível macro-sociológico. O estudo em questão adota uma perspectiva diferente e a seguinte pergunta é abordada: Existe também um processo de dependência se desenvolvendo a nível individual?

Raízes da Teoria da Dependência

A teoria da dependência foi desenvolvida como um modelo econômico explicativo do processo de empobrecimento sofrido pelos países em desenvolvimento (4, 31). De acordo com a teoria, os países em desenvolvimento constituem a periferia do sistema econômico internacional, e as nações industrializadas são o centro do sistema. Na periferia ainda há uma relativa abundância de matérias-primas, as quais são vendidas a preços baixos para os países do centro. O centro por sua vez exporta produtos industrializados para a periferia. Tais produtos são relativamente mais caros que a matéria-prima da qual são feitos, pois o preço dos produtos importados do centro, em última análise, contém o preço da matéria-prima importada anteriormente da periferia. Assim que os consumidores na periferia compram estes produtos, eles estão em essência pagando pela sua própria matéria-prima mais a cara mão-de-obra do centro, gasta para produzí-los (10).

Este processo tende a criar riqueza no centro e pobreza na periferia. Além da pobreza também cria na periferia uma forte dependência econômica. De certa forma as pessoas na periferia se tornam dependentes do centro para a aquisição de um vasto número de artigos de consumo. Os laços de dependência gradualmente se consolidam à medida que a periferia se empobrece e o processo de produção se torna cada vez mais dependente de tecnologia importada (3, 7, 10, 29, 31).

Alguns estudiosos do processo na área de comunicação (e. g. 21, 22, 28, 34) identificaram os produtos culturais norte-americanos (música, filmes, programas de televisão etc.) como um agente ativo dentro deste modelo econômico. Os meios de comunicação, de acordo com Beltran, Mattelart, Schiller (2, 15, 21) e muitos outros autores, facilitam a adoção de padrões norte-americanos de consumo na periferia. A importação de programas como "Bonanza", "I Love Lucy", "Leave It to Beaver", "Charlie's Angels", "Dallas" e muitos outros, expõe as populações periféri-

cos ao estilo de vida dos Estados Unidos, o qual pressupõe o alto consumo de produtos industrializados (2, 15, 16). Acredita-se que o grande nível de consumo de artigos industrializados, tais como geladeiras, aparelhos de ar condicionado, automóveis, cosméticos etc., mostrados nestes programas, têm um impacto direto nas atitudes de consumo dos indivíduos do Terceiro Mundo. Estes autores afirmam que tal contato com atitudes "modernas" de consumo tende a suplantar padrões mais tradicionais de consumo. Portanto, de acordo com os dependistas, os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, desempenham um papel importante no cenário de dependência econômica descrito anteriormente (21, 28, 34).

Autoridades no Terceiro Mundo têm denunciado o processo de "invasão cultural" que atinge o mundo em desenvolvimento (26, p. 67). No entanto, estudos recentes têm concentrado mais atenção no desequilíbrio da troca de programas do que nos efeitos da televisão. Como comenta Katz (14, p. 303), *"parece que há mais pessoas acreditando (nos efeitos da televisão) a medida que há menos prova disponível"*. Da mesma forma, Dennis e Merrill (6, p. 184) identificaram a necessidade de mais pesquisa a respeito dos efeitos da televisão:

> *As razões do domínio norte-americano na área de conteúdo são óbvias. Nós produzimos mais programas de maneira mais econômica que qualquer outra nação do mundo. Naturalmente, nós somos o fornecedor principal... Infelizmente, há pouca pesquisa sobre questões de impacto, efeito, e influência, daí haver tanta especulação nesta área.*

Dentro do contexto de dependência a premissa fundamental é que os produtos culturais importados do Ocidente têm um impacto significativo nas atitudes dos indivíduos de países em desenvolvimento. Este modelo enfatiza os efeitos dos meios massivos de comunicação a medida que cresce o número de programas importados dos EE. UU. Quanto maior este número maior será a preferência por produtos importados (15, 16, 33, 34).

Por outro lado, já existem países latino-americanos exportando programas de televisão para nações vizinhas (20). Alguns autores, como Falcon (9), acreditam que as tendências preditas pelo modelo de dependência podem ser invertidas por um aumento deliberado e constante na produção e transmissão de programação regional que enfatize temas relevantes ao Terceiro Mundo. Estes temas poderiam ter orientação educacional ou de entretenimento com atenção especial a acontecimentos culturais e valores intrínsecos da região.

Características do Estudo

Uma pesquisa de campo foi desenvolvida na nação centro-americana de Belize para testar a relação entre exposição à televisão e atitudes

de consumo. Lá não há produção de programas de televisão, mas transmissões diretas do México e dos EE. UU. varrem todo o norte do país.

Belize tem um território de 8.867 milhas quadradas, aproximadamente o tamanho de El Salvador. Sua independência da Grã-Bretanha só ocorreu em 1981 e sua reduzida população de 150 mil habitantes se divide em vários grupos étnicos e lingüísticos. Os criolos, descendentes de africanos e europeus, constituem 40 por cento da população. Os mestiços, uma mistura de espanhóis com índios maias, compõem aproximadamente um terço da população. Os garifunas, que descendem principalmente de africanos representam 10 por cento do total. E os restantes 20 por cento são compartilhados por índios maias, europeus, asiáticos, libanesas, indús, entre outros grupos (1). A língua oficial do país é o inglês, mas cada grupo étnico usa sua própria língua ou dialeto para comunicação informal. Em Belize, assim como acontece comumente em outros países do Terceiro Mundo, a identidade nacional ainda não está claramente estabelecida.

Além do desafio de unidade étnica e cultural, a jovem nação também confronta uma dívida externa em crescimento, devido, principalmente, a uma crescente dependência a produtos importados. O produto doméstico bruto em 1983 foi de $154,1 milhões de dólares, e o déficit comercial foi de aproximadamente 20 por centro daquela cifra. A renda anual per capita é de menos de US$1.000. As principais indústrias são a produção de açúcar, pesca e processamento de alimentos (32). O país depende muito de suas exportações de açúcar para obter moeda estrangeira. E por outro lado, tem que importar praticamente todo tipo de artigos de consumo, desde alimentos a aparelhos de televisão.

O distrito de Corozal, no norte de Belize, foi escolhido como local de pesquisa porque os residentes da região têm acesso às televisões mexicana e estado-unidense. Ambas as transmissões são entendidas pela maioria da população local que, em geral, fala espanhol em casa e aprende inglês na escola. A área pesquisada portanto, com uma população bilingüe exposta a transmissões de televisão estrangeira, ofereceu as condições necessárias para testes empíricos comparativos.

Hipóteses da Pesquisa

Como indicado acima, o norte de Belize apresenta um cenário ideal para o estudo das influências de televisão estrangeira em atitudes de consumidores. Não há produção local de televisão (30) e a população do distrito de Corozal está exposta a uma programação do Terceiro Mundo ao mesmo tempo que também assiste programas norte-americanos. A programação do Terceiro Mundo é transmitida diretamente da cidade de Chetumal, no México, enquanto a norte-americana chega desde os satélites

domésticos dos Estados Unidos. Há uma antena parabólica na cidade de Corozal que recebe os sinais. Estes por sua vez são retransmitidos na íntegra para a população local. Este tipo de operação é considerada como pirataria pois a estação local não paga "royalties" às emissoras norte-americanas (18).

A grande maioria das transmissões mexicanas e estado-unidenses são de natureza comercial. O cenro da programação mexicana são as telenovelas e os shows de auditório. Os programas dos EE. UU. são as notícias, ação policial, filmes, esportes e novelas (19, 25, 27).

Aproximadamente 18 horas diárias de televisão mexicana são oferecidas à audiência do norte de Belize. As novelas mexicanas mais conhecidas na época em que o estudo foi feito eram: "Guadalupe", "Amália Batista", "Tu Eres Mi Destino" e "La Fiera". "XETU" e "Siempre en Domingo" são exemplos de shows de auditório (27). As novelas de um modo geral tratam de tragédias pessoais. Porém o cenário é a América Latina, e o enredo se desenvolve dentro de um contexto social e cultural mexicano.

Uma dose diária de 19 horas de televisão norte-americana está também à disposição da audiência. "Another Life", "Solid Gold", "The 'A' Team", e uma variedade de filmes retransmitidos de estações dos Estados Unidos, todos chegam aos belizenhos (19, 25).

Além da televisão, há uma grande disponibilidade de artigos de consumo "made in USA". Geralmente, para cada objeto da América Latina encontrado nas lojas, um produto similar feito nos EE. UU. é também oferecido. Por exemplo, o consumidor de creme de cabelo tem a opção de comprar Brylcreem, que é manufaturado nos EE. UU., ou Parami, feito na América Central. O mesmo se repete para vários outros produtos de uso regular. Portanto, se uma pessoa precisa de um certo artigo, é bem provável que ela tenha a opção de comprar uma marca norte-americana ou centro-americana (18).

A pesquisa comparou a relação entre exposição às televisões dos EE. UU. e do México com a preferência do consumidor por determinados tipos de produtos. Dentro do contexto da **teoria da dependência** duas hipóteses foram levantadas. A primeira associa o número de horas gasto na frente da televisão com uma maior preferência por produtos importados. A hipótese é enunciada a seguir.

> **1. A quantidade de tempo que uma pessoa assiste a televisão dos EE. UU. se correlaciona positivamente com sua preferência por produtos dos EE. UU. e negativamente com sua preferência por artigos da América Central.**

A segunda hipótese se baseia na sugestão de Falcon (9), que sugeriu que poderia haver um alargamento do mercado para produtos re-

gionais desde que também se aumentasse o número de programas baseados no estilo de vida latino-americano. A segunda hipótese associa inversamente o número de horas dedicado à televisão mexicana com preferência por produtos norte-americanos:

> **2. A quantidade de tempo que uma pessoa assiste a televisão mexicana se correlaciona negativamente com sua preferência por produtos dos EE. UU. e positivamente com sua preferência por artigos da América Central.**

Questionário

O questionário foi composto de três áreas gerais que visavam medir o tempo gasto com televisão, grau de fluência em inglês e espanhol, e preferência por certos produtos, além de incluir as perguntas demográficas usuais.

1. Exposição a TV: três perguntas foram feitas nesta área. Uma delas se relacionava com horas totais gastas em frente à televisão, enquanto que as outras duas concentravam-se no tempo gasto separadamente com a televisão dos EE. UU. e do México.

2. Teste de Língua: um dos pré-requisitos da amostra era que todos os entrevistados fossem bilíngües, portanto, cada um deles foi testado em seu grau de fluência do inglês e do espanhol. Um conjunto de expressões idiomáticas em inglês e espanhol foi usado para testar o grau de bilingüalismo.

O teste de fluência nestas línguas foi desenvolvido em conjunto com Manuel Serna-Maytorena do Departamento de Línguas Modernas da Universidade de Ohio e Mary Keye Jordan do Programa de Inglês Intensivo de Ohio (OPIE). Eles recomendaram o uso de expressões idiomáticas para o teste de bilingüalismo devido a que, em geral, as pessoas que conseguem entender o significado destas expressões também demonstram altos níveis de proficiência nas línguas testadas (12, 24).

As perguntas contendo expressões em inglês e espanhol foram pré-testadas em uma classe de espanhol intermediário com 20 pessoas que falavam o inglês como língua nativa, e com um outro grupo que usava o espanhol como língua nativa. As duas situações de pré-testes, feitas na Universidade de Ohio, simularam as condições de entrevista encontradas posteriormente em Belize. A classe de espanhol com fluência em inglês era uma representação simulada das pessoas criolas, que usam o espanhol como sua segunda língua. Ao mesmo tempo o grupo fluente em espanhol se assemelha às condições de um grande setor da população do norte de Belize, que usa o inglês como sua segunda língua.

O pré-teste mostrou que indivíduos bilíngües eram capazes de responder corretamente questões sobre expressões idiomáticas em sua língua nativa. Também foram capazes de responder corretamente pelo menos duas das três perguntas em sua segunda língua. Por outro lado, pessoas com menos fluência em sua segunda língua não foram capazes de decifrar corretamente o significado das expressões naquela língua.

As expressões selecionadas foram as seguintes: "el que con lobos anda a aullar se enseña"; "no por mucho madrugar amanece más temprano"; "tanto peca el que mata la vaca, como el que le agarra la pata"; "save it for a rainy day"; "what's up? "; e "it was done under the table".

3. Preferência por produtos e consumismo. Estas variáveis foram medidas através de uma lista de pares de produtos, que foi lida para os entrevistados.

Esta escala de preferência foi pré-testada na cidade de Corozal. Os entrevistados foram testados no seu grau de conhecimento de marcas, importadas dos EE. UU. ou regionais. Vinte e quatros grupos de marcas registradas, os quais incluíram artigos de consumo duráveis, roupas, alimentos, cosméticos, produtos de papel e temperos foram selecionados dentre os produtos disponíveis nas lojas de Corozal. Os entrevistados foram testados em seu grau de familiaridade com as marcas. As marcas registradas resultantes foram usadas para formular os oito pares de escolha, que foram realmente usados no questionário final.

Os critérios usados para selecionar os itens foram os seguintes: eles tinham que ter qualidade equivalente, tinham que ser facilmente encontrados na região, um dos itens em cada par tinha que ser dos EE. UU. e ter um nome norte-americano, e o outro tinha tinha que ser feito na América Central e ter um nome centro-americano.

A questão que tratou da escolha de produtos apresentou uma seleção de marcas de creme para o cabelo, detergente para roupa, sal, ketchup, geléia de frutas, creme de amendoim, xampu e papel higiênico. Estes foram os produtos mais usados e suas marcas foram mais facilmente reconhecidas durante o pré-teste. Roupas e artigos duráveis não foram incluídos na lista final porque suas marcas não foram facilmente reconhecidas durante o pré-teste.

Quatro pares adicionais (sabão em barra, sabonete, xampu para caspa e toalha de papel) foram também incluídos na versão final do questionário. Eles constituíram itens simulados, com a finalidade de encobrir o verdadeiro objetivo da escala. Estes itens simulados comparavam artigos feitos em um mesmo país.

Durante a entrevista, os entrevistados foram solicitados a escolher um elemento de cada par, o qual melhor correspondesse à sua

preferência. Escolha de produtos norte-americanos foram somadas, constituindo uma medida da preferência por produtos dos EE. UU.. Esta escala tinha uma variação de 0 a 8. As escolhas de produtos da América Central, por outro lado, foram também adicionadas e serviram como medida da preferência por produtos centro - americanos. O grau de variação desta escala foi também de 0 a 8.

Também antes de cada alternativa envolvendo marcas diferentes para o mesmo tipo de produto, foi feita a pergunta "você usa...? ", seguida pelo nome do produto (detergente para roupa, creme de amendoim etc.). Cada "sim" foi contado e somado. A lista total, contendo 12 pares de artigos, foi usada como uma medida do grau de consumismo, que variou de 0 a 12. Em caso de respostas negativas, a escolha era contada como zero.

Amostragem

O número de pessoas entrevistadas foi de 96, aproximadamente um por cento da população regional. A população da cidade de Corozal é de 6.000 habitantes, enquanto que os povoados vizinhos são habitados por mais ou menos 4.000 pessoas (1). A tarefa de amostragem envolveu a seleção aleatória de adultos fluentes em inglês e espanhol na cidade e nos povoados vizinhos. Os povoados localizados dentro de um raio de 6 milhas da cidade eram considerados como povoados vizinhos para a finalidade da pesquisa. Seis milhas é a distância máxima em que chegam as retransmissões da televisão dos EE. UU., as quais se originam na cidade de Corozal (25). A televisão mexicana cobre todo o território do norte de Belize.

Dois procedimentos separados foram escolhidos para a seleção de 48 pessoas nas áreas rurais e 48 na região urbana. Um deles permitiu a seleção de entrevistados na cidade, enquanto que o outro garantiu a escolha aleatória de pessoas nos povoados. Esta separação da amostra em duas categorias, rural e urbana, além de aumentar a representatividade da amostra, também permitiu desenvolver uma análise comparativa dos dois grupos populacionais. A seguir explica-se o processo de amostragem.

Amostra Urbana — Um mapa da cidade de Corozal foi dividido em três zonas de tamanho semelhante, cada uma com o mesmo número de quarteirões. Oito quarteirões foram selecionados aleatoriamente em cada uma destas zonas. Com a ajuda da tabela de números aleatórios, duas pessoas foram selecionadas em cada quarteirão e subseqüentemente entrevistadas.

Os indivíduos que foram entrevistados em cada quarteirão foram selecionados de acordo com o seguinte método: a esquina do sudoeste

da primeira quadra foi usada como ponto de referência. O entrevistador parava ali e sorteava um número na tabela de números aleatórios. Este valor ditava o número de casas que o entrevistador saltaria, começando a contagem a partir da esquina de referência, na direção dos ponteiros do relógio. Uma pessoa era entrevistada na casa que seguia aquelas que tinham sido saltadas, caso fosse bilingüe. Depois que a entrevista era concluída, um outro número era sorteado e o processo se repetia. Usando esta técnica, duas entrevistas eram completadas em cada quadra.

Uma vez que a casa a ser visitada estava definida, o entrevistador perguntava alternativamente pela "dona da casa" ou o "dono da casa". Em caso deles não estarem, um adulto do sexo feminino ou masculino era entrevistado. No caso de não ser encontrado um adulto do sexo necessário ao processo alternativo mulher/homem, ou no caso da pessoa não ser bilíngüe, aquela casa era saltada e uma outra era elegida aleatoriamente.

Amostra Rural – Num mapa do distrito os povoados dentro do raio de alcance da televisão norte-americana foram divididos em três categorias: aqueles com menos de 200 habitantes, com um número de habitantes entre 200 e 500, e os povoados com mais de 500 habitantes. Dois povoados de cada categoria foram escolhidos aleatoriamente, na primeira, San Antônio e Santa Rita foram selecionados, na segunda, Ranchito e San Andrés, e na terceira, Xaibé e San Joaquin. Em cada um deles oito pessoas eram selecionadas usando a mesma técnica descrita para as zonas urbanas.

COLETA DE DADOS

As entrevistas foram feitas durante os meses de julho e agosto de 1984. Este pesquisador, que fala fluentemente o inglês e o espanhol, fez todas as entrevistas. As respostas eram marcadas em um questionário padronizado, que era lido para cada pessoa entrevistada.

Depois de cumprimentar cada entrevistado, o entrevistador explicava que gostaria de fazer algumas perguntas sobre seus hábitos relativos a televisão. Esta breve introdução era seguida de uma pergunta informal sobre a fluência do entrevistado nas línguas em questão. Assim, as pessoas que admitiam não ser bilíngües não eram entrevistadas. Caso a pessoa admitisse ser bilíngüe, então a entrevista prosseguia, e depois de algumas perguntas sobre horas com a televisão, cada entrevistado era sistematicamente testado no seu conhecimento dos dois idiomas. Se a pessoa não passasse no teste, a entrevista era interrompida.

Testes Estatísticos

As hipóteses da pesquisa foram testadas através do cálculo de correlações parciais. Para este cálculo foi removido o efeito da exposição total à televisão e estabelecido o nível mínimo de significância de 0,05.

O tempo total de exposição foi removido da análise correlacional porque a preferência por certos produtos poderia ser apenas um reflexo do tempo total gasto em frente da televisão, independentemente do conteúdo da programação. De fato, uma análise preliminar indicou que o tempo total dedicado à televisão era moderadamente correlacionado com a preferência por produtos dos EE.UU. ($r = 0{,}281$, $p < 0{,}050$), mas não se associava com preferência por produtos da América Central. Além disso, o tempo total de exposição se associou tanto com o número de horas dedicadas à televisão dos EE.UU. como com o número de horas de exposição à televisão mexicana ($r = 0{,}838$, $p < 0{,}001$; e $r = 0{,}600$, $p < 0{,}001$, respectivamente).

Resultados

Hipótese I

A quantidade de tempo que uma pessoa assiste a televisão nos EE.UU. se correlaciona positivamente com sua preferência por produtos dos EE.UU. e negativamente com sua preferência por artigos da América Central.

O tempo gasto com a televisão norte-americana foi medido em horas por semana. Esta medida foi fornecida diretamente pelos entrevistados. A preferência por produtos dos EE.UU. foi medida numa escala de 0 a 8, na qual os entrevistados tinham oito pares de escolha. Um item de cada par era um produto manufaturado nos EE.UU., enquanto o outro era um artigo similar produzido na América Central. As escolhas de produtos dos EE.UU. eram somadas e usadas como uma medida da preferência do entrevistado por produtos dos EE.UU.. As escolhas de produtos centro-americanos eram também somadas e o total usado como uma medida da preferência do entrevistado por produtos da América Central.

O método de correlação parcial foi usado para examinar a relação existente entre horas gastas assistindo a televisão norte-americana e a preferência por determinados produtos. O efeito do tempo total de exposição foi controlado como explicado anteriormente. Este tipo de cálculo estatístico foi selecionado porque em geral as pessoas que assistiam a televisão dos EE.UU. também assistiam a televisão do México.

O resultado do cálculo correlacional foi de 0,424 ($p < 0,001$), para a relação entre o tempo gasto com a programação norte-americana e a preferência por bens de consumo produzidos nos EE.UU. Inversamente, o tempo gasto assistindo televisão dos EE.UU. se correlacionou negativamente com a preferência por produtos da América Central ($r = -0,340$, $p = 0,001$).

Daí poder-se concluir que os dados confirmam a hipótese de que o tempo gasto assistindo a televisão norte-americana se correlaciona positivamente com a preferência pessoal por produtos dos EE.UU. e negativamente com a preferência por produtos da América Central.

Hipótese II

A quantidade de tempo que uma pessoa assiste a televisão mexicana se correlaciona negativamente com sua preferência por produtos nos EE.UU. e positivamente com sua preferência por artigos da América Central.

Como para a hipótese anterior, todos os 96 entrevistados contribuíram com dados e o efeito do tempo total gasto assistindo televisão foi controlado. A quantidade de tempo que as pessoas gastavam assistindo a televisão mexicana se correlacionou inversamente com preferência por produtos dos EE.UU. ($r = -0,310$, $p < 0,001$), e positivamente com a escolha de produtos da América Central ($r = 0,273$, $p < 0,005$).

Portanto, os resultados confirmam a hipótese de que os telespectadores que gastam mais tempo assistindo a televisão mexicana tendem a consumir um menor número de produtos norte-americanos, e são mais inclinados a consumir produtos regionais.

Resultados adicionais

Alguns cálculos adicionais foram efetuados a fim de explorar diferenças entre os entrevistados das áreas rurais e urbanas. Foram feitas comparações entre as sub-amostras retiradas da cidade de Corozal e dos povoados. Além disso, foram computadas análises correlacionais entre as variáveis principais.

Diferenças Entre as Áreas Rurais e Urbanas

Foi feito um estudo para verificar se as amostras rurais e urbanas diferiam significativamente com referência à preferência de produtos, tempo gasto com televisão, renda, educação, idade e o tamanho da família. A tabela 1 apresenta as médias em cada uma destas variáveis e os resultados do teste "t". Os cálculos para estas sub-amostras usaram um "n" igual a 48.

Tabela 1. Médias das Variáveis Principais e Testes "t" Entre os Habitantes da Cidade de Corozal e dos Povoados.

	Amostra Total	Povoados	Corozal	Teste "t"
Produtos dos EE. UU.	2.667	2.354	2.980	1.379
Produtos da América Central	3.979	3.979	3.979	0.000
TV dos EE. UU. (horas/semana)	10.313	8.938	11.688	1.148
TV do México (horas/semana)	8.385	9.729	7.042	1.579
Exposição Total à TV (horas/semana)	18.198	18.042	18.354	0.099
Consumismo	9.385	8.813	9.958	3.389 *
Educação (anos na escola)	7.875	7.396	8.354	1.252
Renda Familiar por mês/US$)	386	375	397	0.040
Idade	37.5	38	37	0.874
Tamanho da Família	6.708	6.979	6.438	1.020

* Significativo ($p < 0,050$)

Como mostra a tabela 1, as amostras rurais e urbanas diferiram apenas no índice de consumismo. Nenhuma outra diferença chegou a ser estatisticamente significativa. Habitantes da cidade usavam significativamente mais produtos do que as pessoas entrevistadas no campo.

Diferença Rurais-urbanas e a Influência da Televisão

Os testes calculados para cada hipótese estão reproduzidos abaixo para a sub-amostra rural, colhida nos povoados, e para a sub-amos-

tra urbana, selecionada na cidade de Corozal. A tabela 2 mostra os coeficientes de correlação parciais.

Tabela 2. Correlações Parciais (Removendo o Efeito de Tempo Total Gasto com a Televisão) Entre horas de Exposição às Televisões dos EE. UU. e México, e as Principais Variáveis.

	Povoados	Corozal	Amostra Total
TV EE. UU./Prods. EE. UU.	0.496*	0.328*	0.424*
TV Mex./Prods. EE. UU.	-0.311*	-0.257*	-0.310*
TV EE. UU/Prods. Am. Central	-0.397*	-0.270*	-0.340*
TV. Mex./Prods. Am. Central	0.270*	0.236*	0.340*
TV EE. UU./Consumismo	0.257*	0.155	0.209*
TV Mex./Consumismo	-0.121	-0.096	-0.128
TV. EE. UU./Educação	0.259*	0.050	0.169
TV. Mex./Educa[ao	-0.159	-0.142	-0.166
TV EE. UU./Renda	0.234*	0.410*	0.326*
TV Mex./Renda	-0.270*	-0.355*	-0.314*
TV EE. UU./Idade	0.150	0.091	0.100
TV. Mex./Idade	-0.032	0.032	0.001
TV EE. UU./Tamanho da Família	-0.029	0.126	0.040
TV Mex./Tamanho da Família	-0.052	-0.155	-0.090

*Significativo ($p < 0,050$)

Os resultados da tabela 2 sugerem que, na amostra rural, as correlações envolvendo horas gastas com a televisão e a preferência por bens de consumo tendem a possuir uma maior magnitude que na amostra urbana. Os testes "t" realizados não atingiram significância estatística. Porém, é possível que, se as amostras fossem maiores, uma diferença estatisticamente significativa pudesse emergir. De fato, a correlação entre tempo gasto com a televisão norte-americana e o consumismo foi significativa nos povoados mas não na cidade (tabela 2).

Diferenças entre outros coeficientes das duas sub-amostras são examinadas abaixo. Elas relacionam o tempo gasto com a televisão e as variáveis demográficas, tais como educação, renda, tamanho da família e idade. Os resultados estão expostos na tabela 2.

Educação e tempo gasto assistindo a televisão norte-americana se relacionaram significativamente nos povoados mas não na cidade. A renda familiar se relacionou positivamente com o tempo de televisão dos EE.UU. e negativamente com o número de horas dedicado à televisão mexicana em ambos, povoados e cidade. Nem o tamanho da família nem a idade se associam significativamente com horas gastas em frente à televisão.

De modo geral, a análise anterior indica uma tendência de diferenças crescentes entre as correlações encontradas nas amostras dos povoados e da cidade. A associação entre tempo gasto assistindo a televisão norte-americana e o consumismo foi significativa apenas nos povoados. O grau de consumismo, no entanto, foi significativamente mais elevado na cidade do que nos povoados.

Discussão dos Resultados

As pessoas mais expostas à televisão norte-americana apresentaram uma preferência sistemática por produtos manufaturados nos EE.UU. Esta tendência confirma a previsão teórica de que uma exposição maior à programação norte-americana pode levar a um aumento do consumo de bens importados no Terceiro Mundo. Beltran (2, p. 75), em sua revisão dos estudos de dependência, sugeriu que a televisão importada na América Latina *"está tentando induzir em sua audiência uma série de crenças sobre a vida e os destinos humanos"*. Entre estas crenças ele sublinhou o "consumismo", que definiu como *"o culto da compra de bens e serviços além das necessidades reais e primárias"*. Além disso, ele afirmou que os programas norte-americanos aos quais se expoem os latino-americanos *"têm conseguido convencê-los"* de que *"o melhor estilo de vida é o norte-americano"* (2, p. 79).

Tem sido freqüentemente sugerido na literatura que programas de televisão importados *"motivam o consumo de produtos feitos no exte-*

rior ou imitação deles, não motivam a poupança e hábitos pessoais de economizar, nem tendem a motivar a produção e venda massivas de produtos locais..." (34, p. 139). Os dependistas têm também observado a situação em outras regiões do planeta, e enfatizam o desequilíbrio na troca de programas, sugerindo que o contato sistemático com a programação importada do Ocidente tem um impacto negativo na preferência por bens de consumo do Terceiro Mundo.

Nesta pesquisa, as preferências do consumidor foram analisadas no contexto belizenho onde a audiência tem a opção de assistir a dois tipos de progamação importada, e o consumidor tem escolha de comprar produtos regionais ou importados dos EE.UU. Os hábitos dos telespectadores da cidade e do campo confirmam os princípios da **teoria da dependência**. A exposição a programas norte-americanos se relacionou positivamente com a preferência por produtos dos EE.UU. e negativamente com a escolha de produtos centro-americanos. Portanto, os resultados oferecem sustentação empírica para a suposição de que a programação norte-americana incentiva o consumo de bens de consumo produzidos nos EE.UU. ao mesmo tempo que desencoraja o uso de artigos feitos no Terceiro Mundo.

Por outro lado, foi feita a hipótese de que as pessoas mais expostas à programação mexicana estariam mais inclinadas a preferir produtos regionais ou domésticos. Aproximadamente 18 horas diárias de televisão mexicana cruzam a fronteira em busca de audiência em Belize. A programação da televisão mexicana é 70 por cento originada no próprio México (33, p. 146).

Os resultados confirmam a suposição que as pessoas que se expõem mais a esta programação, que enfatiza temas da América Latina, se identificariam positivamente com produtos centro-americanos e negativamente com artigos estado-unidenses. Mas de acordo com os dependistas, os meios de comunicação no Terceiro Mundo tendem *"a promover os valores e estrutura do centro dominante do sistema"* (21, p. 9). Em outras palavras: *"O que parece incontestável é que a mídia mexicana tem uma relação especial com a mídia dos Estados Unidos"* (28, p. 184).

A pressuposição generalizada é que os programas de televisão em grande parte do mundo são *"colocados em embalagens americanas"* (28, p. 273). Outros afirmam que, devido à televisão latino-americana ter desde o começo utilizado a televisão estado-unidense como modelo, ela também tem ajudado a promover a abertura de novos mercados para as companhias norte-americanas (17, p. 178). Portanto, se assume que mesmo quando a programação se origina no Terceiro Mundo, seu impacto provável é parecido com o efeito da televisão dos EE.UU.

Os resultados sugerem o oposto. A exposição a programas do Terceiro Mundo estava positivamente ligada à preferência por artigos de

consumo do Terceiro Mundo, e negativamente associada ao consumo de bens importados dos EE.UU. A explicação para este resultado talvez se encontre nas tendências gerais daquelas pessoas que preferem assistir a televisão mexicana. É provável que as pessoas que mais se identifiquem com os valores regionais tendam a assistir mais programas mexicanos do que norte-americanos. Isto talvez esteja acontecendo porque a televisão do México apresenta mais uma temática latino-americana do que o serviço de televisão dos EE.UU. As pessoas que preferem a televisão mexicana, neste caso, talvez já estejam inicialmente predispostas a consumir produtos latino-americanos. Em outras palavras, os temas e valores latino-americanos vistos na televisão possivelmente estejam reforçando valores pessoais já existentes assim como um estilo de vida latino. Nesta situação a temática central do serviço de televisão do Terceiro Mundo estaria representando um papel bem mais significativo que simples "embalagem" dos valores norte-americanos.

Uma outra dimensão do estudo foi a análise das diferenças entre o campo e a cidade. Os resultados mostraram que o ambiente de mídia parece ser de importância significativa no relacionamento entre a televisão e o consumismo. Entre os habitantes das áreas rurais a relação entre a televisão dos EE.UU. e o grau de consumismo foi estatisticamente significativa. Tal fenônemo não se repetiu com os residentes da cidade. Esta diferença poderia se explicar pela presença de uma variedade de "estímulos consumistas" na cidade, muito além da televisão. As ligações possíveis entre o uso da televisão dos EE.UU. e o consumismo das cidades se diluiria devido à exposição a outros "estímulos consumistas" tais como exposição de lojas, outros meios de comunicação, supermercados, painéis de propaganda, etc. De fato, o índice de consumismo na cidade foi significativamente maior do que o mesmo índice no campo. Como observou Chaffee (5, p. 368), em sociedades com muita opção de mídia *"o uso dos meios de comunicação está sob o controle de audiência... há um número excessivo de fontes para que os meios controlem as opiniões e comportamento do indivíduo"* porém em sociedades com pouca opção de mídia, as poucas fontes disponíveis parecem ter um efeito concentrado. Neste contexto, a cidade de Corozal pode ser considerada como tendo um ambiente com muitas opções de mídia relativamente aos povoados vizinhos.

A exposição anterior sugere que a ligação positiva entre a televisão dos EE.UU. e a preferência por bens de consumo norte-americanos confirma as previsões da **teoria da dependência**. Além disso, os laços entre a programação mexicana e a preferência por produtos latino-americanos foram significativos e de natureza positiva. Portanto, a preferência do consumidor deve estar relacionada com o tipo de programação mais usada. Em resumo, as escolhas de artigos de consumo parecem ser afetadas de forma significativa pelo conteúdo da televisão. Além disso, a influência

exercida pela televisão no índice de consumismo depende do ambiente em que vive o telespectador.

Conclusão

Esta pesquisa indica que a exposição à televisão dos EE.UU. se correlaciona positivamente com a preferência por produtos dos EE.UU., e negativamente com a preferência por bens de consumo da América Central. Também sugere que nos povoados as pessoas que mais assistem à programação norte-americana tendem a ser as que mais consomem de modo geral. Inversamente, o número de horas gasto com a televisão mexicana correlacionou-se, positivamente com a preferência por produtos centro-americanos, mas não com o consumismo.

O estudo sugere que indivíduos que preferem a televisão norte-americana têm maiores chances de consumir produtos norte-americanos, enquanto que as pessoas que preferem a televisão da América Latina apresentam maior probabilidade de consumir produtos feitos regionalmente.

As tendências descobertas no microcosmos de Belize se assemelham às observações dos estudiosos da dependência. Embora a metodologia deste trabalho seja diferente da análise macroscópica normalmente usada em estudos de dependência, os resultados oferecem uma evidência empírica convincente a favor da teoria. Portanto, esta pesquisa poderá motivar estudos futuros de dependência, usando o indivíduo como a unidade de análise.

Referências Bibliográficas

1. *Abstract of Statistics*. Belmopan, Belize: Central Planning Unit, December, 1981.
2. Beltran, Luis R. "RV Etchings in the Minds of Latin Americans: Conservatism, Materialism, and Conformism." *Gazette* 24 (1978): 61-85.
3. Bodenheimer, Susanne. "Dependency and Imperialism — The Roots of Latin American Underdevelopment." *NACLA-Newsletter* 4 (maio-junho 1970): 18-27.
4. Cardoso, Fernando H. & Falleto, Enzo. *Dependency and Development in Latin América*. Berkeley: University of California Press, 1979.
5. Chaffee, Steven & Izcaray, Fausto. "Mass Communication Functions in a Media-Rich Developing Society". *Communication Research* 2 (outubro 1974): 367-95.

6. Dennis, Everette E. & Merrill, John C. *Basic Issues in Mass Communication*. New York: MacMillan Publishing Co., Inc., 1984.

7. Dos Santos, Theotonio. *Imperalismo y Dependencia.* Mexico: Ediciones Era, 1978.

8. Elliot, Philip & Golding, Peter. "Mass Communication and Social Change." In: **Sociology and Development**, p. 224-54. Editado por E. Kadt, and G. Williams. London: Tavistock, 1974.

9. Falcon, Luis Nieves. "Imperialismo Cultural y Resistencia Cultural en Puerto Rico."*Communicación y Cultura.* 6 (fevereiro 1979): 53-67.

10. Furtado, Celso. *Accumulation and Development.* New York: St. Martin Press, 1983.

11. Janus, Noreene. "Advertising and the Mass Media in the Era of Global Corporations." In: *Communication and Social Change,* p. 287-316. Editado por E. McAnany, et al. New York: Praeger, 1981.

12. Jordan, Mary Kaye. Professor, OPIE, Ohio University, Athens, Ohio, Entrevista Pessoal, 26 de junho de 1984.

13. Katz, Elihu & Wedell, George. *Broadcasting in the Third World.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977.

14. Katz, Elihu. "With What Effects? The Lessons from International Communication Research." In: *Qualitative and Quantitative Social Research,* p. 299-318. Editado por Robert Merton, et al. New York: The Free Press, 1979.

15. Mattelart, Armand. *Agresion Desde El Espacio.* Mexico: Siglo XXI Ediciones, 1978.

16. Mattelart, Armand. *Transnationals and the Third World: The Struggle for Culture.* South Hadley, Mass.: Bergin & Garvey Publishers, Inc., 1983.

17. Muraro, Heriberto. *Neocapitalismo y Comunicación de Masa.* Buenos Aires: Editorial Universitario, 1974.

18. Oliveira, Omar S. "U.S. Satellite Broadcasting in Belize". Trabalho apresentado no Symposium of International Communication, Tecnologico de Monterey, Queretaro, Mexico, outubro, 1983.

19. Satellite Broadcasting System (S.B.S.). *Program Guide.* Corozal Town, Belize. Junho, Julho, Agosto, 1984.

20. Schement, Jorge et al. "Media Flows in Latin America." *Communication Research* 11 (Abril 1984): 305-20.

21. Schiller, Herbert. *Communication and Cultural Domination.* New York: M.E. Sharp Inc., 1976.

22.——————. & Nordenstreng, Kaarle. *National Sovereignty and International Communication*. Norwood, N. J.: Ablex Publishing Corp., 1979.

23.——————. *Who Knows*. Norwood, N. J.: Ablex Publishing Corp., 1981.

24. Serna-Maytorena, Manuel. Professor of Spanish, Ohio University, Athens, Ohio, Entrevista Pessoal, 27 de Junho de 1984.

25. Silva, Rodolfo. Dono, Satellite Broadcasting System, Corozal Town, Belize. Entrevista Pessoal, 27 de julho de 1984.

26. Smith, Anthony. *The Geopolitics of Information*. New York: Oxford University Press, 1980.

27. *Tele-guia*. Edición Nacional. Mexico City, Mexico, August, 1983.

28. Tunstall, Jeremy. *The Media Are American*. New York: Columbia University Press, 1977.

29. UNCTAD. "Technological Dependence." In: *The New International Economic Order*, p. 265-80. Editado por K. Sauvant and H. Hasenpflug. Boulder, Col.: Westview Press, 1978.

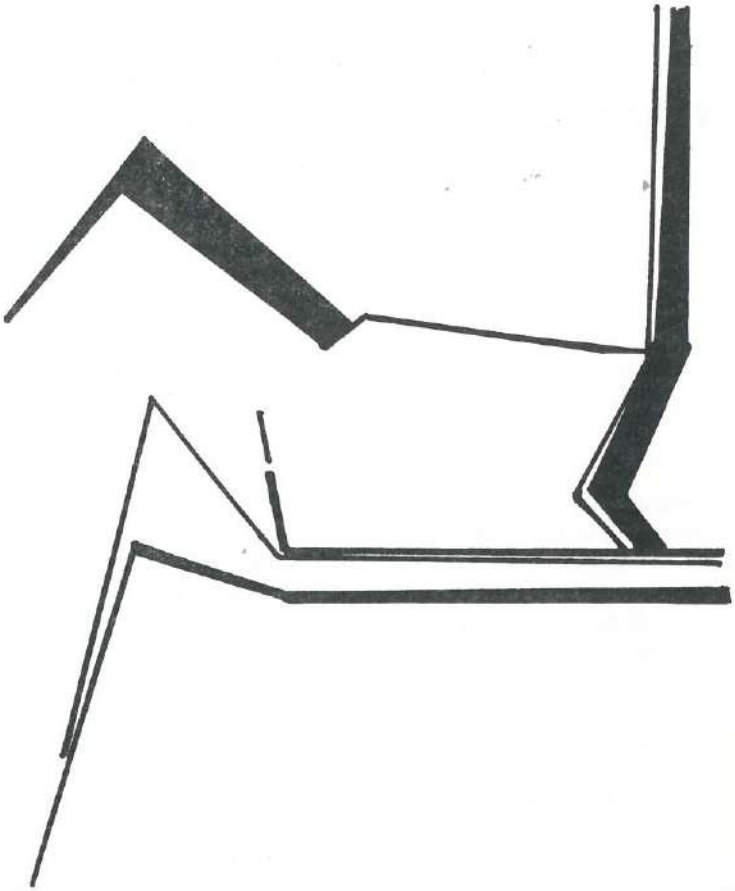
30. UNESCO. "A Feasibility Study Into the Establishment of a Video Production Center Within the Ministry of Education for the Purpose of Producing and Distributing Educacional Programmes." Unpublished paper prepared for the Government of Belize, Belize City, 1982.

31. United Nations. Economic Commission for Latin America, *The Economic Development of Latin America and Its Principal* **Problems.** New York: United Nations, 1950.

32. U.S. Department of State. "Belize." *Foreign Economic Trends and Their implications for the United States*. Washington: Superintendent of Documents, 1984.

33. Varis, Tapio. "The International Flow of Television Programs." *Journal of Communication* 34 (Inverno 1984): 143-52.

34. Wells, Alan. *Picture Tube Imperialism?* New York: Orbis Books, 1972.



INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE PRIVADO NA DIALÉTICA DA OPINIÃO PÚBLICA

Tupã Gomes Corrêa
(Professor da ECA/USP)

Aceitar a soberania do interesse público implica, necessariamente, aceitar a existência do interesse privado. Nas duas situações aflora a questão do **interesse**, como "essência da atenção social", objeto de estudo de Condillac, já nos idos de 1798,[1] que o enfatizava como "uma dicotomia existente entre **atenção latente** e **atenção factual**". Mais tarde aproveitada por James Mill (pai de John Stuart Mill), como base para o início dos estudos acerca das relações entre o indivíduo e a sociedade.[2] Como se percebe, tais relações estabelecem o fulcro da questão: o interesse, a nível do indivíduo, deve começar a ser entendido pelo estudo da atenção sensorial, de Ribot, e segundo o qual "todo interesse decorre da capacidade de exercício de que cada um dispõe para deixar-se, por assim dizer, atrair para assuntos que lhe dizem respeito, sobre eles manifestando-se".[3]

Do mesmo modo que os indivíduos são diferentes entre si, o elenco de seus interesses também é diferente. Contudo, se for enfocado o aspecto da capacidade de atenção entre indivíduos normais, pode-se relacioná-los sob uma condição comum a todos eles. Condição esta que, levando-se em conta a capacidade decorrente de reação a estímulos semelhantes, iguala a todos. É esta capacidade de reação, individual ou conjunta, a que determina a possibilidade de estudo do interesse e da participação do indivíduo na sociedade. Praticamente, há três situações de interesse. Uma do ponto de vista do indivíduo, que evidencia uma situação particularizada do objeto social, na medida dos seus anseios e aspirações pessoais, a que poderíamos denominar de **interesse monolítico.** Outra, relacionada com um conjunto de fatores comuns a grupos restritos de

indivíduos, com base em um interesse mais amplo, e a que poderíamos denominar de **interesse estrutural**. E, finalmente, a última, relacionada com o ponto de vista das relações sociais, no seu aspecto de participação, mediante a qual predomina a função do todo sobre o indivíduo, e a que poderíamos chamar de **interesse político.**

O interesse monolítico enfoca, basicamente, o aspecto psicológico do indivíduo, voltado para o "seu mundo interior", na satisfação de suas necessidades básicas. Krech, Crutchfield e Ballackey[4], em 1962, esboçaram um resumo das teorias desenvolvidas por Maslow e Hoemberg nas décadas de 40 e 50, cujos resultados indicavam a satisfação de necessidades básicas geradas por esse interesse monolítico, como as fisiológicas, as de segurança, as de identidade social, as de afeto, e as de auto-realização. Tal interesse volta a atenção do indivíduo para itens que correspondam ao seu interesse no meio em que vive. Segundo os mesmos autores, a própria "necessidade de poder deve estar relacionada com a necessidade básica de segurança".[5] Desse modo, haveria uma relação entre o caráter individual do interesse monolítico e as causas que o levam a disputar, fora dos objetivos sociais, o controle do poder.

O interesse estrutural, por sua vez, engloba a um só tempo o aspecto psicológico, decorrente do monolítico, o aspecto cultural e, por extensão, o aspecto sociológico das experiências individuais. Seria como que a interrelação das influências recebidas pelo indivíduo, na manifestação de sua identidade, tal como enunciou Soreren Kierkegaard, em explicação derivada de Burber.[6] Essa manifestação de identidade própria, segundo se percebe, determinaria o papel do **ser**, enquanto indivíduo, na estrutura social. De tal sorte que seus interesses, ainda que expressão de uma característica isolada por força de suas necessidades básicas, refletiriam o contexto cultural e social de sua vida. Seria esse o cerne da questão, entendido o interesse individual como uma subordinação inerente às reações do grupo.

O interesse político, por seu lado, conjuga elementos do interesse monolítico e do interesse estrutural. Em outras palavras, significa dizer que a atenção individual, voltada para a auto-preservação, ou subordinada às reações de grupo, interrelacionam-se no manejo das **atenções coletivas**. Isto porque, sob um ponto de vista muito particular, aceitamos a idéia de um princípio de "consciência social", sem perder de linha, é claro, a personificação dos indivíduos que integram a sociedade. Arriscaríamos mesmo dizer que o interesse político correlaciona-se com os aspectos da vida social, cuja natureza implica a atenção simultânea de mais de um grupo de indivíduos. Seria como que um momento em que a atenção individual cede espaço à atenção social.

Kumar e Grossman, que analisam a evolução política americana, em face daquilo a que chamam de "conscientização política dos

cidadãos", mediada pela atenção social dos cidadãos, "contatos diretos entre a Casa Branca e representantes de grupos de pressão, que eram relativamente raros e não planejados há vinte anos, são lugar comum nos anos 80".[7] Nem por isso se pode dizer que a recente experiência nacional, às voltas ainda com as costumeiras reformas econômicas, tenha detonado a participação da sociedade com base em interesses concretos. Essa figura de linguagem, "interesse concreto", não chega a ser um novo conceito mas serve para estabelecer uma característica mais comum a qualquer dos interesses mencionados. Isto porque no caso brasileiro, aparentemente uma questão de envolvimento social em larga escala, deixa dúvidas sobre a origem das mudanças ultimamente promovidas, seus métodos e a ocasião em que aconteceram. Como por exemplo, a própria deflagração do "plano cruzado", estimulando a participação de inúmeros setores da sociedade.

Como sabemos, as modificações na economia foram produzidas até mesmo sem o conhecimento da sociedade. O tempo encarregou-se de atestar que o método adotado pelos centros de decisão do poder, ao assim procederem, não garantiria resultado algum positivo, além de atestar sobre os efeitos que se acumulariam em mais problemas aparentemente insolúveis. E, finalmente, ao anunciarem tais decisões, desviaram a atenção da sociedade para o lado oposto onde, realmente, concentra-se hoje o polo mais carente de discussão, por tratar-se do próprio reflexo de todos os interesses sociais: a reforma constitucional do país.

Como podemos perceber, o caso norteamericano, em caráter permanente, ou o brasileiro, deflagrado recentemente, retratam duas realidades sociais diferentes, em que os interesses políticos determinam a participação da sociedade. Em ambos os casos, a atenção dos indivíduos orienta o engajamento coletivo, identificado por um interesse comum. No primeiro, entretanto, como atestam os autores, instituiu-se o diálogo com representantes da sociedade, como instrumento de mudança política. No segundo, como se evidencia pela realidade local, intenta-se a participação social, posterior à mudança, com propósito de substituir-se o diálogo, inexistente antes do processo, como ato de aprovação política a um ato de duvidosa origem. Ora, a instrumentação do interesse político só ocorre mediante a existência de um fato ou de uma situação, cujas atenções vislumbrem a oportunidade de participação social. Porém, participação ativa, com possibilidade de atuar e modificar a realidade social para melhor. Por isso mesmo, o que se presenciou no caso brasileiro foi o esforço deliberado de cooptação da sociedade por parte do poder, no sentido de fazer homologar uma decisão tomada em nome desta, sem a consulta necessária e com o propósito de, eventualmente, com ela dividir a responsabilidade pelo respectivo fracasso.

Já em 1918, ao abordar a questão da necessidade de envolvimento de toda a sociedade na solução de seus próprios problemas, Lenin

escrevia: "a opinião pública deve ser conclamada a manifestar-se sobre todas as deficiências econômicas que a atingem (...) deve-se dispor de meios adequados para isso (...) é melhor utilizar-se os espaços dos jornais para informar bem o povo, do que para informar os dirigentes".[8] Participação social voltada para a solução de problemas, aliás, tem sido um problema crônico no Brasil. Passados mais de quarenta anos, desde o fim do Estado Novo, o país ainda não encontrou um caminho para alcançar a sua emancipação política legitimada pela sociedade. O curto período de tempo entre a ditadura de Vargas e o recém saído regime militar, não chegou a ser suficiente para o aprendizado social da participação.

Tudo, é claro, porque participação decorre do interesse político despertado na sociedade. E este, por sua vez, resulta da atenção dos indivíduos, voltada para assuntos que se identifiquem com suas aspirações. O tolhimento da liberdade, em alguns momentos da história, induz à iminência da insegurança. Esta, à troca ou substituição de necessidades menos essenciais, pela necessidade básica de auto-preservação ou segurança. Participação deixa de ser uma aspiração, e não participar converte-se numa norma, muitas vezes explorada danosamente pelos que detêm e controlam o poder. Como tudo indica, exatamente o que acabou de ocorrer no Brasil, ao tempo da edição das reformas econômicas. Há quem diga que elas ocorreram em um momento político muito propício, pois teria contribuído para unificar o partido governista em torno do presidente da república, evitando "rachaduras" inconvenientes em época pré-eleitoral, como aconteceu.

O que, sem sombra de dúvida, pode ter contribuído para tanto. Assim mesmo, esse fato ressalta um comportamento governamental típico do Brasil, onde ainda se utilizam os estratagemas para dissimular manobras sem a participação da sociedade. Tanto foi, que no momento em que se desencadeavam as discussões em torno do Congresso Constituinte, agravadas pela crise econômica, lançou-se mão de uma gigantesca reforma, para desviar a atenção da sociedade de sobre o que de fato vem a ser o mais importante para ela: a reforma de suas instituições. Com isto concentrou-se a sua atenção sobre um assunto mais "apelativo", como o **ajustamento da economia**. Seria como tratar tuberculose com aspirina. Ou atacar o efeito da febre sem combater o vírus da doença.

Até onde se pode constatar, a sociedade como o indivíduo também apresenta as suas necessidades básicas. Consideradas as variáveis do comportamento a nível do indivíduo, quer nos parecer óbvio que no todo, em que se estabelece o chamado "episódio social", por exemplo, quando se desencadeia o evento da prática política, o comportamento dos integrantes de um mesmo grupo tende a sintonizar, ou harmonizar, esse comportamento pela identidade de respostas a um mesmo estímulo. Do ponto de vista psicológico, em havendo a ruptura dessa harmonização,

emerge a situação de conflito. Conflito que, em si, pode ser detectado pela distonia de comportamento de um único indivíduo dentro do grupo, ou até mesmo de significativo conjunto de grupos de indivíduos dentro da sociedade. Assim, do mesmo modo que se rompe a harmonia em face do não atendimento à qualquer das necessidades básicas de apenas um indivíduo, de igual modo se pode romper o mesmo equilíbrio, ao verificar-se o não atendimento às necessidades básicas de todo um grupo social. Neste caso, a questão que se põe diz respeito ao estabelecimento do elenco de necessidades básicas, particulares ao corpo social como um todo.

Parece-nos evidente que, a grosso modo, essas necessidades estejam relacionadas às necessidades básicas do indivíduo. Assim, expectativas quanto à alimentação, saúde, fatores biológicos e outras, que constituem as chamadas necessidades fisiológicas, tanto como as de segurança, de afeto, de identidade e de auto-realização, podem ser transferidas para uma única grande necessidade básica social, qual seja a de bem-estar. Parece-nos claro, também, que esta necessidade, convertida em aspiração, ao consumar-se, estará satisfazendo, no todo, à sociedade. Na parte, a cada indivíduo em particular.

Ocorre que o chamado bem-estar social é produto de um outro fenômeno social. Fenômeno este que se desencadeia a partir da constituição de públicos na sociedade e, por decorrência, do estabelecimento da opinião pública. E é por meio dela que se formula o nível da qualidade de vida e se projeta o ideal de bem-estar. Nesse ponto, todavia, ao desencadear-se a projeção em tela, agrava-se o estado das relações sociais, mercê do fato que para atingir-se o bem-estar ideal passa-se, necessariamente, ao estágio da justiça social. Para tanto, como sabemos, tem-se como caminho obrigatório a distribuição de renda. Este assunto, em face da divergência dos interesses de grupos que concentram a renda a ser distribuída, tem sido bojo histórico do maior e mais significativo elenco de conflitos sociais. Tem sido por causa dele também que se detecta outra evidência: os interesses sociais, além de diversos e variados, demonstram que nem todos convergem para o bem comum.

Supomos que a deflagração de um conflito, a nível social, além de indicar a existência de vários segmentos de interesse, estabelece o nascedouro da opinião pública constituída. "A interpretação dos fatos, e não simplesmente a sua ocorrência, é que permite a formação do público e de sua opinião. (...) Com efeito, a opinião pública é a expressão verbal da atitude comum de um público determinado, frente a controvérsias; daí também admitir-se como mais correto o termo 'opinião do público', em lugar de 'opinião pública'..."[9] Tais conclusões, formuladas por Andrade, ao rever os estudos de Handley Cantril e Harwood Childs, de algum modo abrem caminho para o estudo de opinião pública como **identificação social** em torno de interesses comuns, que se revelam na ponte para o interesse público.

Ora, se o conflito social, desencadeado pela divergência de interesses quanto à distribuição de rendas, determina a polarização das opiniões sobre objetos distintos, de igual modo o processo de discussão racional determina a modificação do conflito inicial em um processo de debate convencionalmente aceito. O que nos leva a crer que para cada tipo de conflito, marcado por uma controvérsia específica, há uma alternativa também específica. Essa idéia, por sua vez, faz com que concluamos que nas sociedades capitalistas, principalmente nestas, a opinião pública decorre de pelo menos três origens, ou vertentes, distintas. A primeira delas seria uma vertente fundamentalista, onde os conflitos determinam a solução de opinião pública, limitada por um "fundamento doutrinário", ao qual se reserva pouco espaço para discussão. A segunda seria uma vertente contratualista, em que os conflitos estabelecem uma solução de opinião pública "negociada", e restrita a trocas e contra-partidas, na transformação das discussões em instrumentos de contrato. A terceira, finalmente, seria uma vertente racionalista, ou dialética, tipicamente marcada pela discussão racional, adequando os conflitos de interesse à solução diversa dos previamente alvitrados.

Quando levantamos a questão da distribuição de renda, por exemplo, dependendo da situação, a vertente da opinião pública se modifica. No caso da discussão ocorrer a nível nacional, essa vertente automaticamente se situa no fundamentalismo do modelo econômico vigente limitado por uma doutrina de Estado, em uso. Já no caso da discussão ocorrer a nível de uma negociação salarial, modifica-se a vertente para o seu lado contratual, decorrendo em um pacto negociado, não necessariamente identificado com a situação ideal, mas a possível. Por último, no caso da mesma discussão estar acontecendo a nível acadêmico, a vertente identifica-se com uma situação dialética, norteada pelo racionalismo do debate, mediante o qual se estabelece um consenso lógico em torno das idéias debatidas. Segundo Olea,[10] a prática capitalista desenvolveu uma capacidade de controle das opiniões, de sorte a que elas não comprometam a evolução do sistema.

As divisões dos sistemas econômicos produziu no mundo, ao longo da história, pelo menos duas grandes concepções de divisão de trabalho, que acabou por se caracterizar, segundo a natureza dos sistemas, em modelos de investimento. No sistema socialista a opção de investimento caracteriza-se pela decisão de Estado, tendo por base o planejamento para o desenvolvimento social. No capitalista, esta opção caracteriza-se pela decisão da livre-iniciativa, tendo por base o risco de recuperação do capital investido, na forma de lucro. Enquanto no primeiro praticamente inexiste (pelo menos teoricamente) a acumulação de riquezas, pelo lucro, posto que isto se destina a realimentar o sistema e distribuir, a partir daí, os benefícios na forma de materialização do bem-estar social; no segundo o lucro é peça de fundamental importância, concentrando-se na própria fonte do investimento.

Com isto as gamas de interesse variam em um e outro caso. Porém, agrava-se a geração de conflitos no sistema capitalista, à medida em que o Estado assume, cada vez mais, o papel de árbitro dos investimentos, sem a participação da sociedade e que, em situações de fracasso, também não tem como garantir o ressarcimento dos eventuais prejuízos debitados à conta da sociedade. Aliás, Perroux ressalta que o intervencionismo de Estado no sistema capitalista gera outro tipo de problema: o da "liberdade medida e limitada".[11] Nesses casos, restaria apenas as tentativas citadas por Andrade, "no sentido de determinar o que se poderia chamar de interesse social, ou público". Pois, como ele mesmo afirma, "no mundo econômico a satisfação dos interesses privados constitui a meta de interesse privado".[12] Tem sido em função dessa exótica transformação do capitalismo, possibilitando espaço ao Estado intervencionista, que os conflitos de interesse têm gerado outro tipo de controvérsia. Controvérsia esta que ressalta a ação de grupos de indivíduos não necessariamente alocados na base da sociedade, mas do próprio lado das forças de produção, contra esse intervencionismo. O caso brasileiro, sempre muito rico em exemplos desta natureza, parece bastante claro. De longa data os empresários concentram-se numa esfera de interesse próprio, não apenas reagindo ao papel limitador das liberdades de investimento exercido pelo Estado, como principalmente utilizando-se dos meios de comunicação para fomentar, na sociedade, uma opinião favorável à sua posição. Contudo, as recentes medidas econômicas que desaguaram no plano cruzado, conseguiram momentaneamente neutralizar esse esforço, logrando a ação governamental catalisar as opiniões a um nível em que se pode admitir a adesão social sem a participação do empresariado. Fato, parece, insofismável. Resta-nos saber se essa reação, ainda que aparentemente positiva, pode ser acolhida como legítima. Mais que isto. Saber se tal reação social é uma reação de público, verdadeiramente norteada por um interesse público.

A primeira grande relação que se pode estabelecer no caso das mudanças econômicas, diz respeito ao papel do conflito nos sistemas capitalistas. Desde que se procedeu a divisão da força de trabalho, como uma divisão industrial, e não social, como ocorre nos sistemas capitalistas, a pulverização de interesses e reivindicações dessa força de trabalho tornou-se uma regra habitual. Isto porque, compensada por uma remuneração distanciada da proporção do lucro auferido pelo investidor, o principal interesse converteu-se na reivindicação de uma melhor compensação. Ao passo que de outro modo, mais próximo do que ocorre em sistemas socialistas, de economia integralmente planificada, embora a preocupação de uma remuneração condigna sempre esteja latente, não chega a se converter, por assim dizer, no principal interesse da força de trabalho. Pois, antes deste, há o interesse da eficiência do sistema como um todo, no qual a força de produção torna-se o argumento principal de transformação da riqueza em bem-estar social.

Isto é mais ou menos como enfatiza Engels, ao advertir que no sistema capitalista há uma tendência em diluir-se o verdadeiro papel e a importância da força de trabalho, ressaltando o papel do indivíduo ou do grupo proprietário. O autor chega mesmo a ressaltar, em análise sobre **A Produção da Mais Valia**, quarta parte de **O Capital**, de Karl Marx, que a função da propriedade é mesmo expropriar até mesmo o trabalho alocado à produção de bens, que nem ao "Bem Comum" chega a destinar-se, mas a disseminação do consumo em escala, muitas vezes desnecessários.[13] Está claro que a posição do autor em referência é, no caso, sobre um dos clássicos da filosofia econômica, que também contribuíram para outros tipos de "conflito". Ainda assim, pode-se reputar a pertinência da análise.

De qualquer modo, percebe-se que no sistema de economia capitalista a disseminação do conflito de interesses é virtualmente marcada por uma norma, a qual se manifesta pela perenização de problemas entre indivíduos, guindados por expectativas pessoais, ou identificados por necessidades comuns. E apesar de se observar uma recente necessidade de participação, de organização em grupos de pressão e, até mesmo, de se constatar a evidência de uma sempre emergente manifestação do interesse privado, somos forçados a aceitar a idéia de que conflito nada mais é do que um dos "argumentos" fundamentais do sistema capitalista. Ocorre que, tornando-se regra, o constante envolvimento social, na busca de consenso adequado a todos os segmentos do interesse privado, jamais será logrado o espaço da participação social, universalmente voltada para o atendimento pleno do interesse público.

Tentando esboçar um breve apanhado das idéias até agora apresentadas, podemos dizer que o interesse decorre de uma manifestação atitudinal, caracterizada pela função da atenção sensorial, voltado para necessidades básicas. Este conceito projeta-se sobre o sentido monolítico do ser, enquanto indivíduo voltado para si mesmo. Quando essa realidade o situa num contexto social, suas atitudes, como os interesses para os quais se volta, passam a ser reações interdependentes com o dos demais indivíduos, num encadeamento estruturado. Contudo, os seus interesses, ainda que conjugados no todo, ainda refletem a direção de suas necessidades básicas, muito embora identificadas com o conjunto de influências ambientais que recebe.

Será a partir deste nível que se manifestará o interesse político, despertado não mais por necessidades básicas individuais, mas por uma necessidade básica social, orientada na direção do bem-estar. Como se percebe, esta é a situação fundamental do estudo, de vez que é a partir dela que surgem os caminhos em direção às reivindicações sociais. Desse modo, relacionando-se a reivindicação do bem-estar social às necessidades de distribuição de renda, nota-se que todo o envolvimento do indivíduo na sociedade, a par de ocorrer em função desse postulado, o surgimento de con-

flitos desencadeia no debate permanente. E, se o debate desemboca na formação da opinião pública, o interesse público passa a integrar esse debate como orientador do respectivo processo.

Há algum tempo, em razão talvez do período autoritário atravessado pelo país, ressente-se das condições de participação política existentes, em razão das quais a prática política teria involuído, fazendo desaparecer e não renovar lideranças mais representativas ao nível dos anseios sociais e do interesse público. E, o que é pior, o total desmantelamento do quadro partidário, redundando em agremiações acusadas de não se adequarem aos reais interesses da sociedade.

Seria mais ou menos como dizer que os partidos políticos, tal como se encontram estruturados, sofreram um processo de esvaziamento. Por esse motivo, tanto o conteúdo programático, quanto a atuação de seus representantes, ou as leis que os constituem e regulam o seu funcionamento, encontram-se irremediavelmente incompatibilizados com a realidade social, contemporânea do país. Seria como que dizer que "eles estão sem mensagem..."

Quanto a isto podemos dizer que se experimenta semelhante situação, em decorrência de uma relação de causa e efeito social, onde, na medida correspondente ao enfraquecimento da opinião pública, arrefeceu a participação política da sociedade. Ou seja, quanto mais cerceada esta sociedade, tanto menos participativa ela se tornou e, em conseqüência, mediante o embotamento das questões de interesse social, menor se tornou o interesse público. Como resultado, os conflitos a nível social tenderam a se transferir para o nível do indivíduo, primeiro no seu aspecto monolítico (aumentando as tensões do "ser sobre si mesmo") e, por decorrência, no seu aspecto estrutural, desestabilizando as relações interpessoais.

Com isto a falta de representatividade política aumentou a ingerência do Estado em vários setores da sociedade, ocasionando a decadência das relações sociais legítimas. E, por um fator de equilíbrio e sobrevivência dessas relações, em reação à indesejada ingerência do Estado, reiniciou-se a discussão com base no conflito **Estado-Sociedade**, em que, mediante o questionamento da situação, retomou-se o caminho da opinião pública. Com a retomada deste caminho, restabeleceu-se o equilíbrio social, indicador da retomada das discussões de retorno à normalidade política.

Esta retomada, com a conseqüente emergência da participação política, evidencia opinião pública como um processo. Seria como que afirmar, haver nele um componente de equilíbrio, indispensável à homeostase social, mediante o qual se preservam as relações sociais, impedindo-se a derrocada total da participação política da sociedade em sua auto-preservação.

Do mesmo modo que verificamos uma característica de processo em opinião pública, observamos também que, com relação a interesse público também se pode atribuir característica própria. Esta característica, evidenciada por uma capacidade a que chamaríamos de **duplicidade de manifestação**, confere ao interesse público a condição de ser, a um só tempo, meio e fim. Isto é, tanto pode ser encarado como **objetivo**, atingido mediante o consenso da opinião pública, quanto entendido como **agente**, mediante o qual se inicia o processo de opinião pública.

Neste segundo aspecto, aliás, interesse público deve ser estudado com bastante atenção, de vez que não se deve confundi-lo com sua primeira condição. Pois é somente na segunda que ele se reveste dos atributos inerentes à **catalisação das opiniões**, orientando a ação dos públicos em sua própria direção, com vistas a materializar aspirações comuns a toda a sociedade. É esta mutabilidade de função, enquanto meio e enquanto fim, que torna possível entender interesse público como **fenômeno social.**

Assim, voltando ao assunto das medidas econômicas, intentadas pelo governo brasileiro com vistas à recuperação da economia, verificaremos que é nítida a emergência de um interesse público como fenômeno social. Pois, enquanto toda a sociedade se envolvia no debate, tanto como iniciava uma participação ativa em apoio às medidas, o mesmo interesse público, entendido como um objetivo a ser buscado (na solução dos problemas econômicos) mediante o estabelecimento de um fim em si mesmo, a partir da constituição do processo de opinião pública, era objeto de discussão paralela em círculos que não concordavam com as medidas adotadas.

No mesmo sentido, e concomitantemente, o mesmo interesse público se constituía em meio catalisador das opiniões, fazendo convergir para si todo o debate e, por essa razão, transformando-se no meio de aglutinação da participação social. Seria como que dizer que o fenômeno interesse público, pela razão de conter em si as relações fenomenológicas da realidade, era objetivo comum e agente aglutinador do próprio objetivo.

O mesmo sistema que possibilita o pluralismo da participação voltada para objetivos distintos, também pode ser caracterizado pelas oportunidades de conflito, os quais podem se manifestar permanentemente. Pois o sistema capitalista, embora implique independência e autonomia de investimento de produção, de igual modo, pelo menos em tese, suscita constantes controvérsias quanto aos fins sociais desse investimento. O que vale dizer, no entendimento de Hunt, que, ao discutir a teoria de Thomas Hodskin,[14] enfatiza um certo paradoxo do capitalismo, qual seja o de ser, a um só tempo, sistema de produção de riquezas e sistema agregador de riquezas, ensejando, permanentemente, uma controvérsia sobre si mesmo.

Nesse sentido, se a sociedade como um todo pode atuar livremente, pressionando pela geração de oportunidades de trabalho e exploração de mercado e de usufruto dos resultados de tais oportunidades, ela

mesma acaba se envolvendo em conflitos decorrentes da divergência quanto ao destino daqueles resultados. Mais ou menos o que descreve Napoleoni, ao enfatizar a natureza das relações sociais do ponto de vista crítico, de como se processam os conflitos de classe, em que **tudo** não passa de uma diferença de objetivos entre burguesia e classe trabalhadora.[15] De alguma maneira, é a partir desta idéia, que se fundamenta a tese de que o sistema capitalista suscita a pulverização de conflitos, que dificultam o estabelecimento imediato de um processo de opinião pública voltado para o interesse público comum. Possibilitando também a rápida agregação de interesses privados. Essa relação pode ser expressa pelo exemplo de participação, cada vez mais freqüente em nossos dias, de entidades de classe a nível patronal ou de trabalhadores, que em meio a impraticabilidade de acordos que se direcionem ao bem comum da sociedade como um todo (e por isso mesmo do interesse público), convergem sobre interesses distintos, polarizados em esferas segmentadas.

A partir desta constatação podemos dizer que há uma lei fundamental, reguladora da manifestação do interesse privado: pois, quanto mais conflitante se torna a situação, tanto mais distantes se torna o interesse público, e tanto mais difícil fica o estabelecimento do processo de opinião pública. E, como resultado, emerge o interesse privado, caracterizado pela "resistência à pressão", fortalecido e vitorioso. Talvez residia nessa lei um tipo de contra-argumentação ao questionamento do capitalismo, de que, sendo economia estabelecida à moda de um jogo, engendra a desigualdade como norma. Mas que, segundo Villey, tal questionamento esbarra na liberdade de escolha, possibilitando ao indivíduo, ele mesmo, sobrepor-se às desigualdades, seja pela força de sua opinião, seja pela predisposição para agir em conjunto, em busca da conquista de direitos.[16]

Acreditamos que o assunto, tal como se põe, está ainda a carecer de bases mais específicas no campo da ciência política. Elas são necessárias, sobretudo para facilitar uma reformulação conceitual, as quais possibilitariam o entendimento do papel do interesse público e seus efeitos sobre o interesse privado, tanto como o contrário, com reflexos sobre nas relações sociais. O primeiro passo a ser dado, entendemos, deve ser na direção de uma formulação teórica, com vistas a situar o estudo com absoluta precisão no campo da ciência política. Para tanto é necessário rever o elenco de teorias precedentes, com o apoio de estudos já realizados no campo em que se desenvolveu a conceituação e a teoria fundamental de público. Nesse sentido, pelo menos no Brasil, em face da produção científica de Cândido Teobaldo de Souza Andrade, as fontes documentais são fartas, a nível teórico, ou a nível da experimentação.

Torna-se evidente, contudo, que a revisão metodológica proposta enveredará pelo caminho da ciência política, principalmente pelas teorias psicológicas de comportamento, conquanto as relações e a prática

política está intrinsecamente relacionada a componentes emocionais e racionais, direcionando os respectivos resultados à reação social. Vale lembrar a citação de Andrade,[17] em que ressalta a deliberada prática da dissimulação, em situações típicas de comunicação, quanto, por vezes, "as palavras servem para esconder pensamentos a fim de nada dizerem, ou com o objetivo de serem interpretadas de outra maneira".

A seguir, mediante a incorporação de estudos sobre os efeitos da organização social, no seu aspecto econômico, dever-se-ia desenvolver o segundo pilar da formulação teórica proposta, porquanto tem sido por meio do conflito social, de origem econômica, que o sistema capitalista vem revelando sua capacidade de recomposição. Isto porque, tal como podemos verificar, é ponto básico para o estabelecimento da controvérsia a partida para o aparecimento das opiniões. E, finalmente, o terceiro pilar para uma nova teoria, fundamentado no estudo das relações sociais com base no papel da comunicação, suprimento necessário ao desenvolvimento das opiniões, na direção da emergência de uma opinião pública, voltada para determinado interesse público. É bem verdade que dado o caráter teórico do trabalho proposto, o estudo das relações públicas, em si, em face da natureza funcional específica, merecerá um tratamento também específico, relacionado principalmente com o caráter formal das relações sociais.

Na realidade, o que determina a prática política é a necessidade de busca de objetivos comuns. E, naturalmente, o interesse público sempre constitui-se em um objetivo comum. Decorre, todavia, da possibilidade material para essa busca, a necessidade que os críticos do sistema capitalista evocam como a evidência de uma permanente insatisfação social, implícita no próprio sistema.

Tal aspecto é produto de um ordenamento jurídico que é garantia da liberdade de expressão, por um lado, mas que por outro não garante explicitamente uma liberdade de ação da sociedade, na defesa dos interesses comuns. O mesmo ordenamento, entretanto, que garante a liberdade de expressão, o direito à propriedade, as garantias constitucionais e que, segundo a opinião de Watkins,[18] reflete uma natural defesa aos eventuais assédios do Estado contra as violações do sistema, é hoje um conceito muito antigo e já comprovado como ineficiente. De igual modo, como ressalta Mills,[19] a razão e o sentido da liberdade está em capacitar o indivíduo a ser mais racional. Pois, não só a ruptura do sistema político pelo autoritarismo do Estado intervencionista, como outras forças interagem permanentemente para subtrair essa liberdade, não apenas do indivíduo mas da sociedade como um conjunto. Não sendo esta conseqüência extrema, quando menos, contribuem tais forças para a afloração da alienação, como forma de afastar o indivíduo do interesse público. Tal alienação é um estado de perda abstrata da liberdade.

Para pensar e agir racionalmente, capacitando-se a, pela liberdade garantida, opinar e manifestar-se, inclusive pela ação deliberada de somar-se à sociedade na deflagração da pressão social, o indivíduo necessita interagir em um sistema político compatível. A **liberdade de pensar, de dizer** e **de fazer** não deve ser uma ficção, mas uma prática adotada e convencionada pela sociedade. Em poucas palavras, pode-se dizer que a liberdade continua sendo o exercício pleno da razão. A democracia, termo que, segundo Telles, tornou-se um tanto ambíguo, tem como finalidade essencial a interação social, concentrada em grupos de pressão que, concluindo-se pelo exercício eleitoral, direcionam-se no sentido do interesse público.[20] Acreditamos que toda a ação social deve estar amparada na liberdade dos indivíduos, de maneira harmônica e interdependente. Desse modo, até mesmo a deflagração dos conflitos, com emergência de controvérsias múltiplas, legitimará a participação dos componentes da sociedade, legitimando, inclusive, o processo de opinião pública decorrente. Por outro lado, embora a feição legítima das relações sociais sob essas condições, a imperfeição do sistema econômico, por exemplo, obrigará a permanente prática política. Ocorre, porém, que sendo esta legítima, os caminhos em direção ao aperfeiçoamento do sistema, a busca do bem comum e a prática política nesse sentido também serão legítimas. Como também serão os fatores determinantes dessa prática.

Do modo como há fatores determinantes para a prática política, o que a condiciona são, principalmente, os fatores decorrentes das próprias imperfeições do sistema econômico. Até certo ponto é natural que essas imperfeições, decorrentes de medidas adotadas unilateralmente pelo Estado sem a participação social, resultem em conflitos que determinam, como se acentuou, a busca de soluções norteadas pelo retorno do equilíbrio às relações sociais e à valorização da sociedade na modificação do sistema. Ainda assim, antes de serem importantes como geradores de conflitos, essas imperfeições do sistema representam o cerne do condicionamento do exercício da prática política. Pois depende do desempenho econômico a estabilidade social. E se, de um lado, a busca do interesse público determina a prática política para se chegar até ele, de outro, mercê das insatisfações produzidas por um desempenho econômico improdutivo e ineficiente, é que a prática política fica condicionada.

Marx argumentou que a melhor forma de recuperar o verdadeiro papel do trabalho seria resgatar o sentido da cooperação entre os trabalhadores.[21] Na verdade ele pressentia as insatisfações futuras que, decorrentes das imperfeições do sistema econômico capitalista, determinariam o fracasso das sociedades que não se dispusessem a solucioná-las. A sua sugestão, como podemos perceber, nada mais é do que um incentivo à organização do que se convencionou chamar de "resistência social". Essa resistência, por seu turno, nada mais é do que uma prática política endere-

çada à solução das imperfeições, que se endereçam e se acumulam no sistema econômico ineficiente. Nesse momento a força de trabalho, identificada com o interesse público, assume a força de pressão. Como verificamos, uma prática política previamente condicionada pelo sistema econômico adotado, hoje como no passado, em total desintegração por força de ceder constantemente aos interesses privados, em detrimento ao interesse público.

A liberdade, essencialmente, tem o respectivo gozo e a sua "distribuição" condicionada pela interação dos indivíduos na sociedade, tanto como pela interação dos sistemas que compõem a sociedade. Aliás, o próprio conflito social, sobre cuja origem e desdobramentos desenvolve-se a prática política, é um condicionante do modo como ela se processa. Finalmente, o mesmo acomodamento de interesses, provocados pelo conflito sem importância mais clara, no dizer de Zanden,[22] transforma-se em condicionante do arrefecimento da prática política.

Pode parecer paradoxal que a prática política resulte em um episódio aparentemente relacionado com o seu condicionamento, ou até mesmo com a sua origem. Trata-se da ação dos meios de comunicação, não como fonte de informação e "semente" para germinação das opiniões, mas como conseqüência da prática política. Enquanto possa estar associada à difusão de um fato de interesse público, na origem dessa prática, e até mesmo nos instrumentos de limitação e condicionamento de sua evolução, ainda assim caracteriza-se mais a ação dos meios de comunicação como produto. É o caso, por exemplo, das discussões que se originaram no encaminhamento da Assembléia Nacional Constituinte. Não é difícil notar que os jornais e as redes de emissoras de rádio e televisão têm, como se diz, "linhas". Bastou a introdução do debate sobre o tema, para se verificar as posições adotadas. Até certo ponto, poderíamos dizer, assumindo papéis de aglutinadores de interesses privados.

Essa postura, quanto ao fator de resultado do evento e não necessariamente de origem ou condicionamento, todavia, deve ser entendida como uma evidência específica do processo de prática política. Servirá o estudo dessa matéria para melhor se compreender, por exemplo, uma idéia que começa a tomar corpo entre nós, sobre o verdadeiro papel da imprensa. Principalmente com relação à chamada "linha editorial" de cada meio de comunicação. Sobretudo, os jornais. A idéia, bastante polêmica por sinal, contraria em princípio uma noção que se tem de que os jornais são formadores de "tendências" e geradores de posições, ou opiniões.

Estamos inclinados a aceitar o contrário, posto que em razão das posições nitidamente marcadas pelos fatos de interesse público, os leitores tendem a identificar-se com essas posições, jamais a mudar a sua. Daí porque o assunto da formação ou mudança de posição, em face do

processo de prática política, dificilmente pode sugerir uma conclusão absoluta a respeito.

Finalmente, o aspecto de agente formador ou modificador de posições, tem de ser avaliado de um ângulo muito particular, à margem da prática política voltada ao interesse público. Pois, como supomos, principalmente durante o processo de formulação da opinião pública, em situações particulares e menos conflitantes, aí sim, os meios de comunicação assumem a outra ponta do processo. A que lhes é mais peculiar, enquanto meios de difusão de uma mensagem.

NOTAS

(1) CONDILLAC, Jean — **Traités des Sensations**. Paris: Oeuvres, 1798, p. 60.
(2) MILL, James — **Analysis of the Human Mind**. London: Publishing, 1869.
(3) RIBOT. Théodule — **Psycologie de l'Attention**. Paris: Allan, 1890. p. 13.
(4) KRECH, David; CRUTCHFIELD, Richard S. & BALLACHEY, Egerton L. — **Individual in Society**. New York: Mac-Graw Hill, 1962.
(5) Id., ibid., p. 97.
(6) BURBER, Martin — **Ich und Du**. Hildelberg: Lambert & Schneider, 1958.
(7) KUMAR, Martha Joynt &GROSSMAN, Michael Baruch — "A Presidência e os Grupos de Pressão", in **A Presidência e o Sistema Político Norte-Americano** (Michael Nelson, org.). São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 350.
(8) LENIN, L. V. — "Il Coletivo e l'Opinione Publica", **Sovietica**, 26/27 (out 1971), p. 92.
(9) ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza — **Psico-Sociologia das Relações Públicas**. Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 63-66.
(10) OLEA, Victor Flores — **Política y Dialéctica**. México: UNAM, 1975, pp. 117-165.
(11) PERROUX, François — **O Capitalismo**. São Paulo: DIFEL, 1970, p. 113.
(12) ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza — **Relações Públicas e o Interesse Público** (tese de doutoramento). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 1973, pp. I-II.
(13) ENGLES, Friedrich — **Sobre 'O Capital' de Marx**. Lisboa: Seara Nova, 1977, pp. 89-120.
(14) HUNT, E. K. — The Relation of the Ricardian Socialists to Ricardo and Marx", **Science & Society**, 2 (Summer 1980); p. 189.
(15) NAPOLEONI, Claudio — **Lições Sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx**. São Paulo: Ciênicas Humanas, 1981, pp. 164-173.
(16) VILEY, Daniel — **Economia de Mercado: a Economia do Futuro**. Rio de Janeiro: Expansão, 1978, pp. 37-53.
(17) ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza — "Conceito Psico-Sociológico de Público", **Revista da Escola de Comunicações Culturais** (Universidade de São Paulo), 1 (1967), p. 167.
(18) WATKINS, M. — "Business and the Law", **Journal of Political Economy**, 27 (Apr 1934), p. 16.
(19) MILLS, C. Wright — **The Sociological Imagination**. New York: Grove Press, pp. 165-176.
(20) TELLES, Ignacio da Silva — **A Experiência Democrática Liberal**. São Paulo: Revista dos Tribunais (ed.), 1977, pp. 147-150.
(21) MARX, Karl — **O Capital** (I). Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1945, pp. 322-335.
(22) ZANDEN, James W. Vander — **Sociology (A Systematic Approach)** New York: The Ronald Press, 1965, p. 292.

A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA DE 1816 E O NEOCLASSICISMO NO BRASIL

Yolanda Lhullier dos Santos
(Professora da ECA/USP)

Deixando Lisboa, de onde trazia a lembrança ainda bem viva do luxo e dos faustos acontecimentos, a comitiva real que acompanhava D. João VI veio a sentir-se completamente abandonada na colônia. Além de outras tantas medidas governamentais o príncipe-regente considerou relevante o desenvolvimento das artes e ofícios e, segundo o ministro Conde de Barca, incumbiu o Marquês de Marialva — embaixador extraordinário de Portugal em Paris, junto à corte de Luís XVIII — que recrutasse um grupo de artistas e artesãos e adquirisse obras de arte para, futuramente, fazer uma pinacoteca. A finalidade era incrementar os estudos acadêmicos em nosso país. Novato, entretanto, para a envergadura de tal propósito, o Marquês de Marialva solicitou conselho de A. von Humbolot. Este dirigiu-se a Joachin Le Breton, secretário perpétuo, mas demissionário, da Academia de Belas Artes do Instituto de França que, juntamente com Montigny e Debret — futuros participantes da Missão — já tinham recebido propostas de Cezar Alexandre 1 para prestarem serviços em São Petersburgo. Entretanto os artistas optaram pelo Brasil onde vários fatores influíram e também pela fascinação exercida pelos trópicos...

Vista, como diz, J. F. de Almeida Prado,

"como região de multiforme pitoresco, recoberta de florestas virgens cortada por rios prodigiosos, habitada por índios e fauna incontável e acima de tudo, possuidora de imensas riquezas à disposição de quem quisesse explorá-las"[1].

Em contraposição, obviamente, ao rigoroso inverno russo, e à amenidade oferecida, não só pelos naturais da terra, como pelo clima.

A Missão Lebreton, ou Missão dos Artistas, chegou pelo cargueiro americano Calphe em 1816 no Rio de Janeiro. Logo de sua chegada foi muito bem recebida pelo príncipe-regente mas encontrou, também, atitudes hostis por parte do próprio consul francês — representante oficial de Luís XVIII — que não aceitava a presença de bonapartistas fazendo parte do grupo. Este era constituído por um grupo de artistas, artesões e artífices franceses que, ao longo do tempo, foi cognominada de "colônia artística", "colônia artística francesa", "colônia de artistas de 1816, até incorporar o de Missão Artística Francesa de 1816, embora o nome "missão" deva receber alguns reparos", observa Roberto Pontual, ao destacar trabalhos considerados básicos para a abordagem deste significativo momento, assim como os seus aspectos didáticos, ou seja,

"a da imposição, por vias oficiais, da estética neoclássica ao contexto barroco-rococó da realidade brasileira, que então começava a definir-se. Trata-se mesmo do ponto focal quando se debatem as peripécias, irradiações, ramificações e permanências da missão artística francesa"[2].

Se os artistas vieram por espontânea vontade ou não, a "trama" das idéias contraditórias quanto às atividades que iriam exercer, comprometida posteriormente pela ação dos funcionários do governo, assim como pelos artistas portugueses, já radicados e partidários de uma política contrária aos interesses dos recém-chegados, tudo ajudou a dificultar e a postergar o bom funcionamento do que se estabelecera como meta de trabalho e ação.

A situação se tornou mais crítica pela dispersão do grupo e pelos atritos pessoais, além de desentendimentos entre os integrantes da Missão. Comenta Castro Maya,

"Começaram então as intrigas, a ciumada dos artistas portugueses, qualquer providência era protelada indefinidamente. Parece que diante dessa situação os artistas também se desentenderam entre si, tanto é assim que cada um foi morar no seu canto"... Deduz-se daí que os artistas franceses não mantinham no Rio a união que seria de esperar"[3]

A Missão Artística não chegou, porém, a tomar contato com o que já tínhamos em matéria de arte. Ao contrário, "transplantou" o já vigente na França — O Neoclassicismo — que atingira o auge com David, ainda vivo e renomado pintor da corte napoleônica. Entretanto para o monarca, segundo A. Hauser,

"estava simplesmente seguindo à opinião pública, suas simpatias pessoais pertenciam a Gros, Gérard, Vernet, Prudhon e aos pintores anedotários (chargistas) da sua época"[4].

David, considerado por muitos como o **pintor realista francês** mais conhecido durante o primeiro quarto do século, tornou-se a figura central do ressurgimento do classicismo predicado em Roma pelo ar-

queólogo alemão Winckelmann e pelo compatriota Mengs, que trabalhavam para "reviver" o interesse pela Antigüidade. Eles influenciaram consideravelmente os jovens artistas. David, popular na França no início da Revolução foi eleito pela Assembléia revolucionária como **pintor oficial**. Vai converter-se, dentro da Academia, em "cabeça" de um grupo rebelde que foi considerar "tiranos" os próprios diretores, dentre os quais estava o Conde d'Angiviller, seu antigo protetor e funda, em 1793, uma livre associação democrática de pintores, a **Comuna das Artes**.

Entretanto a arte da Academia de França, que dominou a mentalidade européia das classes governamentais por mais de trezentos anos, surgiu dos esforços de dois pintores, Nicolau Poussin que não pertenceu à Academia, e Charles Le Brun (ídolo de Aichelieu) e que, depois de freqüentar por quatro anos o círculo artístico de Poussin, em Roma, regressou à França conseguindo a proteção de Colbert e funda a Academia com o apoio do todo poderoso Luís XIV[5].

No Brasil, a Academia vai desenvolver-se, em sua plenitude, somente vinte anos após a chegada da Missão tendo, então, suas portas abertas solenemente e o seu currículo reformulado — momento tão ansiado mas que já não contava com a presença de vários componentes que, por motivos pessoais, tinham retornado à Europa. Le Breton falecera em 1819 e a situação do grupo tinha piorado sensivelmente. Um ano depois, por um decreto, era estabelecida a organização de uma Real Academia que, assim como a Escola, iria transitar por vários departamentos sem encontrar uma situação estável. Somente em 1824 é que ela começa a tomar impulso estabelecendo, como obrigatoriedade, a passagem do aluno por cinco longos anos de classes de desenho, feito através do modelo em gesso, ornatos, flores e animais, antes que viesse a optar por qualquer especialização da carreira. Tal aspecto era decorrente da visão bastante "esteriotipada" de alguns mestres, pela influência neoclássica que ajudava o surgimento dos

"pintores de cavalete" como diz Bardi, e que pertencentes à nova geração, "não prosperavam, vivendo mais de outras incumbências como serviços de decoração para os palácios imperiais, as recém-instituídas repartições públicas e as residências particulares; ou como artistas "alegoristas" arranjadores de festas, decoradores de coches, desenhistas de obletos, arranjadores de mesas, restauradores e transformadores de pinturas alheias"[6].

O próprio trabalho da Academia não tinha ido para a frente, postergado por uma série de contratempos! Somando-se a série de divergências de ordem pessoal e administrativa, o atraso do programa pedagógico, artístico e cultural da Missão, acrescido da implantação de um estatuto elaborado segundo a vontade do diretor José Henrique da Silva, fazendo-o ser aprovado pelo monarca, onde em suas disposições haviam incongruên-

cias, como o aluno cursar três anos a seção de desenho (cátedra de diretor), a fim de que fosse comprovada a sua aptidão; ou a dispensa inclusa no regimento interno da Academia aos que completassem 18 anos. Com isto vários deles foram prejudicados e se dispersaram sem dar continuidade aos estudos iniciados.

A modificação dos estatutos deu margem a insanos esforços desenvolvidos por Debret, com a colaboração de A. Porto-Alegre, seu aluno de pintura e elemento de influência na corte — futuro diretor da entidade.

Outros fatores vieram a contribuir para o atraso da implantação das funções da Academia. Dentre eles, o fraco e desalentador comércio do Rio (em termos citadinos), os erários públicos diminutos que levou a demorar muito a construção do edifício para sediar a Academia, a falta de recursos básicos, a partida de D. João VI, somados aos distúrbios nas províncias do Império e suas implicações com os movimentos pró Independência; tudo veio a corroborar para esta demora que se tornou demasiadamente prolongada.

"O Neoclassicismo", já estava dando seus frutos tardios na Europa e desta forma,

"chegava assim ao Brasil não apenas com o encanto da modernidade, mas também com o prestígio de arte oficial. O Brasil iria também neoclassicizar-se, povoando-se de visões da beleza ideal grega, começadas no Rio de Janeiro com as decorações públicas que passaram a ser feitas pelos mestres franceses para as solenidades e festejos oficiais"[7].

Para L. Gomes Machado não chegou, realmente, a ter havido uma influência da Missão e sim,

"um ramo brasileiro de arte francesa" e que, a partir daí, observa, "o funcionamento dum maquinário artístico importando com a mesma frieza com que importam as máquinas industriais, sem qualquer atenção às necessidades duma nacionalidade que começava a definir-se"[8].

Em Paris, Le Brun e Colbert tinham implantado, em 1648, a Académie Royale de Peinture et de Sculpture que serviu de modelo a inúmeras outras instituições européias — como a de Madrid, Lisboa nos Estados Unidos e no Brasil. A Royal Academy foi fundada, em 1768 na Inglaterra e todas elas tinham, como objetivo primordial, treinar artistas, ensinar a discutir a História da Arte e a sua teoria desde a Antigüidade. Em muitas delas realizava-se, anualmente, uma exposição onde eram apresentados os trabalhos dos seus membros, depois de passarem por um rigoroso crivo seletivo.

Normalmente o ensino passava pelos métodos acadêmicos de instrução que recomendavam, além dos exercícios de claro-escuro, o estudo da escultura greco-romana, o conhecimento das leis matemáticas da

perspectiva, dentre os cursos de anatomia, o perfeito conhecimento dos esquemas de composição, vindos dos antigos mestres. Poussin apoiava-se na fórmula que,

"o único objetivo da Pintura era procurar prazer, por meio de uma imitação de linhas e cores, sobre uma superfície plana, das coisas que podem ser-nos reveladas pela luz do sol".

Confirmava, assim, o que já fora proposto por outros que o "desenho é o fundamento, é tudo. Uma coisa bem desenhada, é sempre bem pintada".[9]

Esta norma orientou os mestres e professores formados pela Academia e serviu, também, de critério de julgamento na seleção dos trabalhos que eram ali produzidos. Sem dúvida seguia-se uma **lei geral** pois,

"O dirigismo neoclássico não se restringe, porém, aos processos materiais da técnica e aos valores subjetivos da expressão. Completa-se com a imposição de convenções também a temática das obras, especialmente na escultura e na pintura. A liberdade dos temas eram também limitada", como observa C. Cavalcanti[10].

Doze anos após a chegada da Missão, **O Diário Fluminense** publica, em 12 de janeiro de 1828, um artigo onde levantava dúvidas a respeito da vinda dos franceses afirmando não terem sido eles convidados. Entrou na polêmica A. de Escragnole Taunay confirmando que a própria vinda do grupo de artistas não era bem clara, pelo fato da intenção do governo português em não querer se comprometer. Providência essa que, de certa forma, toma um caráter diplomático face à contingência da política européia com respeito a Napoleão e suas implicações políticas com Portugal.

Entretanto, em 1827 a Academia entra numa fase normal de funcionamento[11] com sessões se processando num ritmo normal.

"Nas gélidas aulas da Academia, gélidas de idéias naturalmente, o jeito local foi, com completo, posto de lado. Como em Paris, os exercícios para os alunos eram deste teor: "Templo Jônico nas margens do Ilyssus", "Elevação geometral e plano de um elegante hospital, com comodidades para os dois sexos", "Cornija do palácio Strozzi em Florença", e mais adiante, descrevendo a folha de palmeira,observa Bardi, "estilizada ao modo neoclássico tornou-se elemento decorativo de moda, e através de Montigny também o Brasil teve sua ração destas folhinhas, aliás aqui não estranhas; mas os decoradores as transformaram em penachos de índios"[12]

Enquanto isto, nas suas salas de aula, os mestres procuravam estabelecer uma metodologia que substituía o empirismo com a introdução de novas técnicas; no conhecimento de um rigoroso traçado da composição, no emprego cromático, assim como num maior conhecimento da perspectiva, do claro-escuro e das sombras; além do estudo do nu da anato-

mia, da natureza, da paisagem e da marinha. Há uma freqüente polêmica entre os que optam por uma análise da situação criada pela estrutura acadêmica quanto à falsa substituição dos verdadeiros sentimentos e pensamentos coloniais, impedindo o verdadeiro e efetivo florescimento da arte brasileira, e onde as raízes jesuítico-barrocas teriam perdido a sua força e sua seiva realmente criadora. Observa assim Antonio Cândido que,

"Não se ignora o papel que a arte primitiva e o folclore, a etnografia tiveram na definição das estéticas modernas, muito atentas aos elementos arcáicos e populares comprimidos pelo academismo. Ora, no Brasil as culturas primitivas se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, no fundo, mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles"[13].

Os moldes neoclássicos mantiveram-se bastante firmes e rígidos e, em 1829, tem lugar a exposição oficial pública da 1ª Exposição Nacional de Belas Artes — que seria o passo inicial da instalação dos Salões em algumas capitais e cidades do interior — iniciando-se, também, o interesse do público para freqüentar exposições, o que era uma novidade entre nós. Na inauguração ordenada pelo estadista — ocupando o cargo de ministro, José Clemente Pereira — apresentaram-se quarenta e sete trabalhos de pintura histórica, o dobro em estudos de arquitetura, alguns bustos em gesso e quatro paisagens de N. A. Taunay. Os jornais noticiaram o evento dando aproximadamente, como público visitante, o montante de duas mil pessoas.

Em 1830 o governo tentou instalar, nas acomodações da Academia, a Repartição dos Correios porém, não atingindo o objetivo proposto cedeu metade do edifício para a Typographia Nacional. Fato que desgostou muito Debret e o faz retornar a sua terra natal, apesar das infrutíferas tentativas de Porto Alegre para a sua permanência.

Na arquitetura, Montigny,

"... delineia folhas de acanto gregas sem sequer pensar que um capitel floreado de bicos-de-papagaio teria sido uma maravilha", observa Bardi e conclui,

"não se verificou nenhuma reelaboração no estilo que ia servir ao Império" já que a temática estava condicionada aos temas bíblicos e históricos — todos dentro dos rígidos ditames do neoclassicismo —. No cenário feito para o Teatro Real de São João, cujos trabalhos de Debret eram para dignificar a apoteose de D. João VI, aparece a figura do monarca aclamado por um guerreiro medieval siginificativamente representando a Europa, uma figura com turbante para a Ásia e para a América a figura alegórica de um índio. Todos encontram-se rodeados por figuras mitológicas dos grandes deuses.[14]

Por ocasião dos festejos realizados em homenagem às bodas do príncipe D. Pedro I, no Campo de Sant'Ana, homenagens majestosas foram feitas. Assim, descreve L. Gonçalves, em suas **Memórias**,

"Entrava pelo arco triunfal o "magnífico e lindo carro d'América cuja aparição enche toda a praça de sumo prazer... formado por uma imensa concha de madrepérola atrelada a dois cavalos marinhos governados por Netuno, este coroado e amantado de carmesim dourado e prateado. Sobre a concha, golfinhos de ouro cujas caudas ostentavam as armas reais, eram como hipocampos borrifando água. No centro, entre arranjos de "flores do país feitos com muito artifício..." A América sustentava o estandarte do Reino Unido numa das mãos, e na outra os símbolos das origens: arco e flechas".[15]

Entretanto as discordâncias continuavam vigentes dentro dos muros da Academia. Assim tinha se dado a partida para a terra natal de alguns artistas franceses, vindos com a Missão, a morte de Henrique da Silva e o cargo, ficando livre, foi ocupado por Emile Taunay. É o momento de novas idéias e atividades; um grupo de artistas vai endereçar seus estudos à exploração da paisagem, a figura humana e temas históricos com o desenvolvimento da "pintura de cavalete". O primeiro brasileiro nato a dirigir a Academia foi Araujo Porto-Alegre, juntamente com José Correia de Lima. Ambos tinham sido ingressantes da turma inaugural e traziam reformas onde a metodologia propugnava um estudo particularmente volvido à anatomia artística, estudos de matemática aplicada, estudos arqueológicos, estética e história das artes.

Funda-se então a Pinacoteca, assim como se organizam os documentos a respeito da pintura e sua trajetória no campo das Artes Plásticas. Entretanto, nesta regulamentação do ensino na Academia, aparecem alguns "hiatos" — motivo de preocupação por parte de Émile Taunay. Ele dedica-se com ingentes esforços em prol do futuro dos jovens estudantes, já que a conclusão do curso não lhes permitia ocupar qualquer cargo administrativo. A regulamentação do concurso para prêmio de viagem, criado em 1845, após os trabalhos e a dedicação de A. Porto-Alegre, veio a ter uma decisiva influência na orientação acadêmica posterior dos jovens que iam aperfeiçoar seus estudos na Europa, assim como funcionou para a regulamentação da instalação dos **salões de arte**, no ano de 1840.

As Exposições Nacionais de Belas Artes, surgindo em 1829, tiveram, nos anos seguintes, várias interrupções; já que não eram regularmente realizadas, e sim marcadas oportunamente (e a critério) do diretor da Academia.

Segundo Teodoro Braga,

"Talvez, por não comportar o nosso meio artístico de então a produção de obras de arte inéditas e de valor, em número suficiente para

um certame anual; isso, pelo menos, até meados do reinado de Pedro II, pois só daí em diante, como se sabe, o desenvolvimento artístico, entre nós, começou a se fazer sentir de um modo realmente notável"[16].

Observa o autor que não há uma seqüência regular, pois novas interrupções ocorrem e, em 1894, tem lugar o certame de Arte Brasileira, com a instituição do Salão Nacional; indo ter continuidade anualmente até a 29º, quando é substituído de acordo ao programa da Comissão Executiva do Centenário da Independência em 1922; instituindo-se a Exposição de Arte Contemporânea, anexa à Exposição Internacional, comemorativa do Centenário. Entretanto elas não estavam imunes às críticas pois houve até ministros que manifestaram suas idéias quanto ao encerramento das atividades da Escola,

... "não por uma atitude anti-acadêmica, pois suas intenções derivavam das carências da Fazenda", e conta-se que um deles fez a seguinte declaração:

"Quando a gente quer quadros, basta ir à Rua do Ouvidor, lá se acha vários lindos e variados, sem que a nação, esteja despendendo tanto dinheiro"[17].

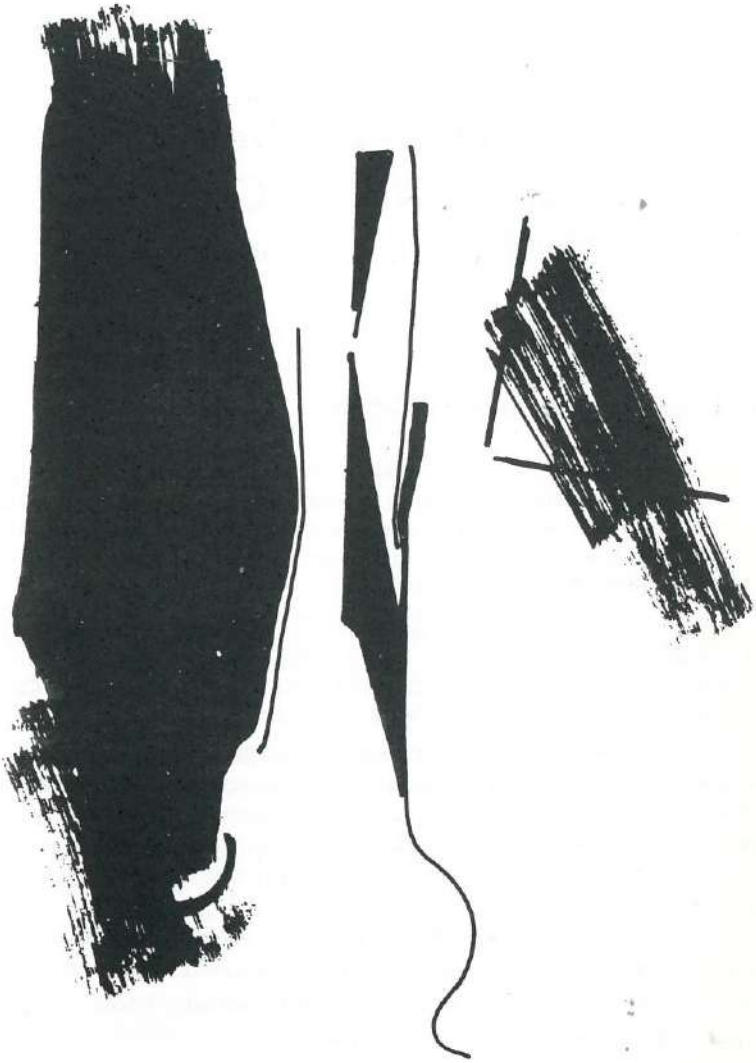
Ao mesmo tempo ocorriam exposições — mostras — individuais ou coletivas — em locais públicos do Rio de Janeiro.

Porém a **arte oficial** era ministrada na Academia e assim os jovens artistas que partiam para a Europa, com bolsas de estudo, eram aqueles que tinham passado por ela e sob a égide do Neoclassicismo e tornaram-se os mais representativos e conceituados artistas durante o século XIX e primeiras décadas do século XX.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Prado, J. F. de Almeida. **Jean Baptiste Debret.** São Paulo, Comp. Edit. Nac. e Edit. Univ. São Paulo, Brasiliana, 1973.
(2) Pontual, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas no Brasil.** Rio de Janeiro. Edit. Civilização Brasileira, 1969.
(3) Maya, R. O. de Castro. **A floresta da Tijuca.** Rio de Janeiro. Edit. Bloch, 1967.
(4) Hauser, Arnold. **The Social History of Art.** London. Routledge and Kegan Paul. Vol. 2º. 1951.
(5) As primeiras academias oficiais foram a Academia del Disegno de Vasari e a Academia di San Lucca, de Muciano, fundadas em Roma, respectivamente, em 1563 e 1593. Até fins do séc. XVIII e inícios do XIX, a Academia não dispensava a aprendizagem em oficinas particulares, como as que mantinham os Carracci, em Bolonha.
(6) Bardi, P. Maria. **História da Arte Brasileira.** São Paulo, Melhoramentos.
(7) Cavalcanti, Carlos. O predomínio do Academismo Neoclássico in **Dicionário das Artes Plásticas**, op. cit.
(8) Machado, L. Gomes. **Revista Acadêmica**. Rio de Janeiro, 1946.
(9) Stites, R. S. **Las Artes y el Hombre.** Barcelona, Edit. Revert. S.A. 1951.

(10) Cavalcanti, op. cit.
(11) O nome da Escola encontra-se mencionado oficialmente com diversas nomenclaturas. Tem-se, assim:
1º) Academia de Belas Artes.
2º) Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Decreto Real de 12-8-1816.
3º) Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura e Arquitetura Civil. Decreto Real de 12-10-1820. Neste mesmo ano recebeu o nome de Academia de Artes, segundo modelo congênere existente em Londres.
(12) Bardi, P. M. op. cit.
(13) Cândido, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira** (1750-1836). Vol. 1º. São Paulo. Edit. Martins, 1969.
(14) Bardi, P. M. op. cit.
(15) Cit, in Bardi.
(16) Braga, Teodoro. (organizador). **Artistas Pintores do Brasil.** São Paulo. São Paulo Edit. Ltda. 1942.
(17) Bardi, op. cit.



PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

*Os Órgãos de Defesa do Consumidor em Campinas: Um Estudo Exploratório**

Delimitação do assunto e objetivos

As sociedades de consumo de massa caracterizam-se pela existência de uma grande parcela da população com uma **renda discricionária**[1], que permite satisfazer muitos anseios e necessidades, que são por sua vez estimulados e aumentados com o auxílio de meios de comunicação, como o rádio, a televisão, a revista, o cinema e o jornal.

A primeira sociedade deste tipo formou-se nos Estados Unidos e atingiu o seu apogeu nos anos 50. Hoje, a sociedade de consumo de massa é uma realidade em grande número de países, a exemplo do Canadá, Inglaterra, França, Japão, Alemanha e Austrália, entre outros.

Apesar de suas profundas disparidades regionais, o Brasil tem experimentado o recente desenvolvimento do comércio e da publicidade, chegando a sociedade de consumo, "onde 'adquirir' passou a ser considerado um fator indispensável à manutenção do processo de crescimento econômico, independente de qualquer satisfação das necessidades dos indivíduos.[2]"

A intensificação do consumo tem como um dos seus efeitos a consciência da necessidade de proteção ao consumidor, da mesma forma que se adotou medidas para a proteção do trabalhador frente aos abusos e desmandos cometidos pelos empresários.

(*) Síntese do relatório da pesquisa: "Estudos sobre a Defesa do Consumidor junto à Classe B de Campinas", realizada pelos alunos do 2º ano do Curso de Comunicação Social — habilitação em Relações Públicas (período matutino), como trabalho de aproveitamento da disciplina Teoria e Método da Pesquisa em Comunicação, no 2º semestre de 1988, sob a supervisão do professor J. B. Pinho.

O consumidor é, assim, o destinatário dos produtos que a empresa produz e o comércio distribui. Para Marilena Lazzarini, consumir é um conceito mais amplo: "Desde aquilo que você compra diretamente com o seu salário até o que adquire indiretamente, pagando na forma de impostos. Então tem toda a parte de serviços públicos e aí a coisa fica mais abrangente porque incorpora a questão da qualidade de vida mesmo."[3]

Os riscos enfrentados pelo consumidor brasileiro são variados: as fraudes nos pesos e medidas, nos contratos de financiamento com taxas de juros abusivas, nos preços de mercadorias e serviços, nas indicações de rótulos e embalagens, na publicidade com falsas promessas e supostas vantagens de produtos e serviços.

A causa da defesa do consumidor ensejou a criação de organismos de proteção por parte do governo: a SUNAB — Superintendência Nacional de Abastecimento, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, o PROCON, os Centros de Saúde, o Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal e o SEDECON — Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, este último em Campinas.

Na capital, existem duas entidades particulares: A ADECON — Associação de Defesa do Consumidor da Cidade de São Paulo e a Associação das Donas-de-Casa do Brasil.[4] Outra sociedade civil destinada a promover a defesa do consumidor foi constituída em 23 de julho de 1987, com o nome de Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, presidida por Marilena Lazzarini, que obteve grande projeção quando atuou como diretora da Delegacia Regional da SUNAB em São Paulo.[5]

Foram os seguintes objetivos deste estudo:

1) levantar o nível de conhecimento que o consumidor da classe B, com idade igual ou superior a 15 anos, de ambos os sexos, tem dos órgãos de defesa do consumidor instalados em Campinas; e

2) levantar o número de consumidores que foram lesados na compra de produtos e serviços, o tipo ou forma de dano sofrido, bem como as providências adotadas ou não para o ressarcimento dos eventuais prejuízos.

Metodologia e Amostra da Pesquisa

No estudo foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados, devido à sua versatilidade e adequação aos propósitos da pesquisa.

O universo da pesquisa foi constituído pelas pessoas pertencentes à classe B(10 a 20 salários mínimos de renda familiar), residentes

na zona urbana de Campinas, com idade igual ou superior a 15 anos, de ambos os sexos, no qual foi utilizada a técnica de amostragem estratificada.

Tem-se que a população urbana de Campinas é de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Segundo o manual **Mídia no Brasil**, da Salles Inter-Americana, 21% da população pertence à referida classe B, totalizando 210 mil pessoas. Dessa parcela, foram retirados os 62,9% da população que, segundo o manual, têm idade igual ou superior a 15 anos, resultando em 132.090 pessoas.

A técnica de amostragem estratificada consiste na divisão do universo em sub-universos (ou estratos) que o compõem, sendo considerados em nosso estudo o sexo do entrevistado e as faixas etárias.

A amostra da pesquisa foi estabelecida inicialmente em 264 pessoas, em razão da distribuição diferenciada por sexo e faixas etárias, evitando-se que alguma sub-amostra ficasse com um número de entrevistados pequeno (ou não representativo).

Quadro 1. Composição da Amostra (por sexo)

Sexo	Amostra planejada		Amostra realizada	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Masculino	131	49,7	143	49,6
Feminino	133	50,3	145	50,4
TOTAL	264	100,0	288	100,0

A amostra realizada, porém, totalizou um número de 288 entrevistados, sendo que 143 do sexo masculino e 145 do sexo feminino, guardando a mesma proporção na sua distribuição.

Quadro 2. Composição da Amostra (por faixas de idade)

FAIXAS DE IDADE	Amostra planejada		Amostra realizada	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
15 até 19 anos	48	18,3	52	18,0
Mais de 19 até 29 anos	78	29,5	85	29,5
Mais de 29 até 39 anos	52	19,8	54	18,8
Mais de 39 até 49 anos	38	14,3	43	15,0
Mais de 49 até 59 anos	28	10,5	33	11,4
Mais de 59 anos	20	7,6	21	7,3
TOTAL	264	100,0	288	100,0

Entre as entrevistas planejadas e as efetivamente realizadas, segundo as diferentes faixas de idade, observa-se que a distribuição apresentou variações irrelevantes para o âmbito do estudo.

Trabalho de Campo

O trabalho de campo foi realizado também pelos próprios estudantes. Anteriormente, foi efetuado um pré-teste para que os alunos, além de treinarem a aplicação do questionário, verificassem no decorrer do mesmo as possíveis falhas. Com isto, o pré-teste possibilitou a reformulação do questionário, ficando este mais claro, objetivo e confiável em relação aos resultados pretendidos.

O período estipulado para as entrevistas foi de suas semanas, cobrindo de 13 a 26 de setembro de 1988. No total, foram realizadas 288 entrevistas pessoais divididas entre os alunos em cotas por sexo e faixa de idade dos entrevistados, cuja localização ficou a critério de cada entrevistador.

Achados da pesquisa

Os principais achados da pesquisa são agora apresentados na forma de quadros analíticos, obtidos a partir da tabulação dos questionários.

Quadro 3. "Você/ O Sr./A Sra. já adquiriu algum produto estragado, quebrado ou com defeito?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL %
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	
Sim	74,1	69,6	73,0	77,6	83,3	60,5	60,6	57,1	71,9
Não	25,9	30,4	27,0	22,4	16,7	39,5	39,4	42,9	28,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE*	143	145	52	85	54	43	33	21	288

(*) BASE = número de respondentes, por categoria.

Dos entrevistados, 71,9% responderam que já adquiriram produtos estragados contra 28,1% que não tiveram esta experiência. Entre os entrevistados com idade superior a 59 anos, o percentual de pessoas que adquiriram produtos estragados é menor do que total geral: 57,1%.

Quadro 4. "Qual foi a falha ou defeito que este produto apresentou?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Produto alimentício deteriorado/diferença de preço	55,6	53,4	47,3	50,0	55,5	46,1	75,0	83,3	54,5
Artigo para vestuário com defeito	10,3	21,7	18,4	18,1	17,7	19,2	5,0	–	15,9
Produto eletrônico com defeito de fabricação	21,6	7,9	18,4	16,6	15,5	19,2	5,0	–	14,9
Eletrodoméstico com defeito/quebrado	14,1	6,9	7,8	6,0	15,5	3,8	25,0	16,6	10,6
Produto de consumo com defeito	4,7	5,9	5,2	3,0	4,4	15,3	–	8,3	5,3
Brinquedo quebrado	1,8	2,9	2,6	4,5	–	3,8	–	–	2,4
Mobiliário com defeito	2,8	0,9	–	1,5	4,4	3,8	–	–	1,9
Produto de toilete com defeito	0,9	1,9	2,6	1,5	2,2	–	–	–	1,4
OUTROS*	1,8	1,9	2,6	–	4,4	–	–	8,3	1,9
TOTAL**	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM
BASE***	106	101	38	66	45	26	20	12	207

(*) O item OUTROS inclui produtos farmacêuticos e bicicletas.
(**) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0%.
(***) BASE = número de respondentes que afirmaram já terem adquirido algum produto estragado, quebrado ou com defeito.

As principais falhas ou defeitos, segundo os entrevistados, foram: produtos alimentícios deteriorados ou com diferença de peso (54%), e eletrodomésticos com defeito ou quebrados (10,6%).

Quadro 5. "Você/o Sr./A Sra. tomou alguma providência para resolver esta falha ou defeito?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL %
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	
Sim	65,1	64,1	71,0	63,6	60,0	84,6	60,0	33,3	64,7
Não	34,9	35,6	29,0	36,4	40,0	15,4	40,0	66,7	35,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE:	106	101	38	66	45	26	20	12	207

(*) BASE = número de respondentes que afirmaram já terem adquirido algum produto estragado, quebrado, ou com defeito.

Entre os entrevistados que afirmaram terem adquirido produtos com problemas, 64,7% tomaram providências no sentido de reparar as falhas, ao passo que 35,3% não o fizeram. Na faixa de pessoas com mais de 59 anos, os valores guardam grande diferença com aqueles do total geral.

Quadro 6. "Que providências você/o Sr./A Sr., tomou para resolver o problema?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Trocou o produto defeituoso por outro	65,2	70,7	85,1	71,4	62,9	59,0	50,0	50,0	67,9
Devolveu o produto	20,2	16,9	7,4	16,6	14,9	27,2	41,6	25,0	18,6
Reclamou no local da compra	10,1	9,2	3,7	2,3	22,2	9,0	16,6	25,0	9,7
Chamou a assistência técnica da loja	4,3	3,0	7,4	4,7	–	–	8,3	–	3,7
Reclamou junto ao Sedecom/Sunab	–	3,0	–	2,3	–	4,5	–	–	1,4
OUTROS*	4,3	–	–	4,7	–	4,5	–	–	2,2
TOTAL**	RM	RM	RM	RM	100	RM	RM	100,0	RM
BASE***	69	65	27	42	27	22	12	4	134

(*) O item OUTROS inclui: ofereceu um produto menor pelo produto, escreveu para a empresa responsável, e não voltou mais a usar o produto.
(**) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0 %.
(***) BASE = número de respondentes que afirmaram terem tomado alguma providência para resolver a falha ou defeito do produto.

As providências tomadas pelos entrevistados para resolver os problemas foram: troca do produto defeituoso por outro (67,9%), devolução do produto (18,6%), e reclamação no local da compra (9,7%). Note-se que os índices de troca do produto defeituoso por outro lado diminuem à medida que aumenta a faixa de idade (de 85,1% para 50,0%).

Quadro 7. "Você/o Sr./A Sra. já teve problemas com os serviços prestados por empresas de prestação de serviços?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Sim	47,6	34,5	38,5	51,8	44,4	30,2	33,3	28,6	41,0
Não	52,4	65,5	61,5	48,2	55,6	69,8	66,7	71,4	59,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE *	143	145	52	85	54	43	33	21	288

(*) BASE = número de respondentes, por categoria.

A percentagem das pessoas que já tiveram problemas com empresas de prestação de serviços foi de 40,0% contra 59,0% que os tiveram. Os problemas com estes serviços foram menores do que a média geral, nas faixas de 39 até 49 anos (30,2) e de mais de 59 anos (28,6%).

Quadro 8. "Que tipos de problemas você/o sr./a Sra., teve com estes serviços prestados?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino	Feminino	15 a 19 anos	+ de 19 até 29	+ de 29 até 39	+ de 39 até 49	+ de 49 até 59	+ de 59 anos	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Serviços de restaurantes deficientes	35,2	34,0	60,0	31,8	33,3	23,0	9,0	50,0	34,7
Erros de lançamento do Banco	33,8	26,0	15,0	27,3	25,0	46,1	54,5	50,0	30,5
Atendimento pessoal do Banco	8,8	20.0	20,0	15,9	12,5	7,6	9,0	–	13,5
Serviços de detetização e limpeza	10,2	18,0	5,0	11,4	4,2	23,0	36,3	33,3	13,5
Seguradoras com serviços falhos	7,3	2,0	–	4,5	8,3	7,6	–	16,6	5,0
Serviços de consertos eletrônicos deficientes e demorados	4,4	–	5,0	–	8,3	–	–	–	2,5
Serviço de lavanderia deficientes	1,4	4,0	5,0	2,3	4,2	–	–	–	2,5
Débito em conta lançado com erro	1,4	2,0	–	–	–	7,6	9,0	–	2,5
OUTROS*	5,8	4,0	–	6,8	4,2	15,3	–	–	5,0
TOTAL**	RM	RM	RM	100	100	RM	RM	RM	RM
BASE***	68	50	20	44	24	13	11	6	118

(*) O item OUTROS inclui: serviço de manutenção de eletrodoméstico muito demorado, aplicação de sinteko mal executada, serviço de instalação de antena de TV não cumpriu especificações, conta de luz veio com valor incorreto.

(**) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0 %.

(***) BASE = número de respondentes que afirmaram já terem tido problemas com serviços prestados.

Os principais problemas levantados pelos entrevistados, com relação aos serviços prestados, foram: serviços de restaurante deficientes (34,7%); erros de lançamento do Banco (30,5%); atendimento pessoal falho no Banco (13,5%); serviços de impermeabilitação, dedetização e limpeza de esgoto deficientes (13,5%).

Entretanto, os serviços mais problemáticos são os relacionados com os bancos: somando-se os eros de lançamento e as falhas no atendimento, encontramos 44,0% dos entrevistados descontentes com a área bancária.

Quadro 9. "Você/o Sr./A Sra. tomou alguma providência para resolver estes problemas?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Sim	80,9	82,0	70,0	79,5	87,5	84,6	81,8	100	81,3
Não	19,1	18,0	30,0	20,5	12,5	15,4	18,2	—	18,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE *	68	50	20	44	24	13	11	6	118

(*) BASE = número de respondentes que afirmaram terem tido problemas com serviços prestados por empresas.

Dos entrevistados, 81,3% tomaram providências para resolver os problemas causados por serviços prestados contra 18,7% que não tomaram nenhuma atitude.

Quadro 10. "Que providências foram estas que você/o Sr./a Sra. tomou?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Reclamou na empresa responsável	72,7	73,1	71,5	74,3	71,4	63,6	77,8	83,3	72,9
Solicitou nova execução do serviço	12,7	17,0	21,4	5,7	23,8	27,2	–	16,6	14,5
Não efetuou o pagamento do serviço	5,4	4,8	–	5,7	4,7	–	11,1	16,6	5,2
Fez uma reclamação através de carta	5,4	2,4	–	2,8	4,7	–	11,1	16,6	4,1
Encerrou a conta no banco	5,4	–	–	5,7	4,7	–	–	–	3,1
Entrou com processo na justiça	1,8	4,8	7,1	–	–	18,1	–	–	3,1
Fez reclamação junto ao Banco Central	1,8	–	–	2,9	–	–	–	–	1,0
TOTAL:	RM	RM	100,0	100,0	RM	RM	100,0	RM	RM
BASE **	55	41	14	35	21	11	9	6	96

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0 %.
(**) BASE = número de respondentes que afirmaram terem tomado alguma providência para resolver os problemas causados por empresas de prestação de serviços.

A principal providência tomada foi a reclamação, na empresa responsável pelo serviço prestado, conforme afirmaram 72,9% dos entrevistados. Em seguida, foi de solicitar nova execução do serviço pela empresa, apontada por 14,5% das pessoas.

Quadro 11. "Você/o Sr./A Sra. já teve problemas com os serviços prestados por órgãos públicos?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Sim	38,5	24,8	25,0	31,8	40,7	18,6	45,4	28,6	31,6
Não	61,5	75,2	75,0	68,2	59,3	81,4	54,6	71,4	68,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE *	143	145	52	85	54	43	33	21	288

(*) BASE = número de respondentes, por categoria.

Em relação aos problemas com os serviços prestados por órgãos públicos, vemos que 31,6% dos entrevistados já os tiveram, enquanto 68,4% não. Diferentemente desta tendência, encontramos percentuais diversos nas faixas etárias de 39 a 49 anos e de mais de 49 a 59 anos, em que afirmaram terem tido problemas com os órgãos públicos 18,6% e 45,4% das pessoas, respectivamente.

Quadro 12. "Que problemas foram estes causados por serviços prestados pelos órgãos públicos?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Péssimo atendimento ao público	32,7	27,7	38,4	22,2	22,7	37,5	46,6	33,3	30,7
Coabrança irregular do serviço	23,6	38,8	30,7	22,2	40,9	50,0	13,3	33,3	29,6
Demora na execução de serviço	21,8	19,4	30,7	7,4	18,1	12,5	6,6	16,6	20,8
Serviço mal executados	12,7	13,8	7,6	7,4	13,6	12,5	20,0	33,3	13,1
Burocracia nos serviços	10,9	13 8	–	14,8	13,6	12,5	20,0	–	12,0
Tentativa de extorsão por um serviço	1,8	–	–	–	–	–	–	16,6	1,0
TOTAL:	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM
BASE **	55	36	13	27	22	8	15	6	91

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0 %.

(**) BASE = número de respondentes que afirmaram já terem tido problemas com serviços prestados por órgãos públicos.

Em relação aos tipos de problemas causados por serviços prestados pelos órgãos públicos, os mais apontados foram: o péssimo atendimento ao público (30,7%), a cobrança irregular dos serviços (29,6%), e a demora na execução dos serviços (20,8%).

Quadro 13. "Você/o Sr./A Sra. tomou alguma providência para resolver estes problemas?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL %
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	
Sim	63,6	63,9	38,5	63,0	68,2	75,0	66,7	83,3	63,7
Não	36,4	36,1	61,5	37,0	31,8	25,0	33,3	16,7	36,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE *	55	36	13	27	22	8	15	6	91

(*) BASE = número de respondentes que afirmaram já terem tido problemas com serviços prestados por órgãos públicos.

Entre os entrevistados que manifestaram terem tido problemas com os serviços prestados pelos órgãos públicos, a maioria (63,7%) tomou providências para saná-los, enquanto 36,3% não tomaram nenhuma medida. Nas faixas de 15 a 19 anos e de mais de 59 anos, os percentuais são diferenciados em relação ao total geral: 38,5% e 83,3%, respectivamente, manifestaram terem tomado alguma providência para resolver os problemas.

Quadro 14. "Que providências Você/o Sr./A Sra. tomou?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Reclamou junto ao órgão	85,7	100,0	100,0	94,1	80,0	100,0	90,0	100,0	91,3
Abriu um processo	8,5	4,3	–	5,8	13,3	–	10,0	–	6,8
OUTROS*	8,5	–	–	5,8	6,7	–	10,0	–	5,1
TOTAL**	RM	RM	100,0	RM	100,0	100,0	RM	100,0	RM
BASE ***	35	23	5	17	15	6	10	5	58

(*) O item OUTROS inclui: ameaçou denunciar publicamente o problema, não pagou o serviço e desistiu do serviço.

(**) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0%.

(***) BASE = número de respondentes que afirmaram terem tomado alguma providência com respeito a problemas causados por serviços de órgãos públicos.

Em sua maioria (91,3%), os entrevistados tomaram como medida principal reclamar junto ao órgão prestador do serviço.

Quadro 15. "Você/o Sr./A Sra. conhece algum órgão de defesa do consumidor estabelecido em Campinas?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL %
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	
Sim	53,1	53,8	46,2	55,3	46,3	60,5	51,5	71,4	53,5
Não	46,9	46,2	53,8	44,7	53,7	39,5	48,3	28,6	46,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE *	143	145	52	85	54	43	33	21	288

(*) BASE = número de respondentes, por categoria.

O conhecimento de algum órgão de defesa do consumidor foi manifestado por 53,5% dos entrevistados. Esse percentual é ainda mais significativo entre as pessoas com mais de 59 anos (71,4%).

Quadro 16. "Quais os órgãos de defesa do consumidor de Campinas que Você/O Sr./A Sra. conhece?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
SEDECON	44,7	60,2	62,5	46,8	60,0	42,3	52,9	60,0	52,5
PROCON	46,0	33,3	20,8	36,1	44,0	46,1	52,9	46,6	39,6
SUNAB	22,3	24,3	45,8	29,7	8,0	23,0	17,6	–	23,3
TOTAL*	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM	RM
BASE**	76	78	24	47	25	26	17	15	154

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100,0%.

(**) BASE = número de respondentes que afirmaram conhcer algum órgão de defesa do consumidor estabelecido em Campinas.

O órgão de de defesa do consumidor mais conhecido em Campinas é o SEDECON (52,5%), seguido pelo PROCON (39,6%) e pela SUNAB (23,3%). Entre os entrevistados do sexo masculino, a ordem de conhecimentos dos órgãos variou: o PROCON é omais conhecido (46,0%), a seguir o SEDECON (44,7%) e a SUNAB (22,3%).

Quadro 17. "Você/o Sr./A Sra. acredita que os órgãos de defesa do consumidor podem ajudar na solução dos possíveis problemas surgidos na compra de produtos e serviços?"

Respostas	Sexo		Faixas etárias						TOTAL GERAL
	Masculino %	Feminino %	15 a 19 anos %	+ de 19 até 29 %	+ de 29 até 39 %	+ de 39 até 49 %	+ de 49 até 59 %	+ de 59 anos %	%
Sim	26,6	31,0	26,9	32,9	25,9	27,9	30,3	23,8	28,8
Não	37,8	37,2	40,4	28,2	38,9	41,9	42,4	47,6	37,5
Às vezes/depende do caso	35,6	31,8	32,7	38,9	35,2	30,2	27,3	28,6	33,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
BASE:	143	145	52	85	54	43	33	21	288

(*) BASE = número de respondentes, por categoria.

Para 28,8% dos entrevistados, os órgãos de defesa podem ajudar na solução de possíveis problemas surgidos na compra de produtos e serviços, enquanto 37,5% não acreditam e 33,7% afirmam que depende do caso.

Conclusões

A partir dos dados levantados, vamos sumarizar as conclusões do estudo tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Em primeiro lugar, verificamos que 71,9% dos entrevistados já adquiriram algum produto estragado, quebrado ou com defeito. As falhas ou defeitos mais comuns foram: produtos alimentícios deteriorados ou com diferença de peso (54,5%), artigos para vestuário com defeito (15,9%), produtos eletrônicos com defeito de fabricação (14,9%), e eletrodomésticos com defeito ou quebrados (10,6%). Os produtos que apresentam maior índice de problemas são os alimentícios, possivelmente pela sua perecibilidade. Das pessoas lesadas, 64,7% tomaram providências para resolver o problema, sendo que a faixa que mais apresentou essa preocupação foi a de mais de 39 até 49 anos, representando 84,6%. A troca de produto defeituoso por outro (67,9%) e a devolução do produto (18,6%) foram as medidas tomadas mais comumente.

As empresas de prestação de serviços causaram problemas para 40,9% dos entrevistados. Os restaurantes estão em primeiro lugar (34,7%) devido ao serviço deficiente; em segundo lugar, estão os erros de lançamento dos bancos (30,5%); e em terceiro lugar está o atendimento falho dos bancos, juntamente com os serviços de impermeabilização, dedetização e higiene de esgostos considerados deficientes (13,5%). Entretanto, nota-se que os serviços bancários apresentam maiores deficiências, pois as reclamações somam 48,2 %,conforme manifestaram os entrevistados. Grande parte dos respondentes (81,3%) tomaram providências para resolver tais problemas, seja reclamando na empresa responsável pelo serviço (72,9%) ou solicitando nova execução do serviço pela empresa (14,5%).

Quanto aos órgãos públicos, verificou-se que 31,6% dos entrevistados tiveram problemas com seus serviços, devido ao péssimo atendimento prestado ao público (30,7%), à cobrança irregular dos serviços (29,6%) e à demora na execução do serviço (20,8%). Dessas pessoas, 63,7% tomaram providências para resolver estes problemas, principalmente reclamando junto ao orgão (pessoalmente, por carta ou por telefone), conforme declararam 91,3% dos respondentes prejudicados por tais serviços.

Com relação ao conhecimento dos órgãos de defesa do consumidor estabelecidos em Campinas, 53,5% dos entrevistados conhecem algum órgão, contra 46,5% que não conhecem nenhum. Como organismo mais conhecido está o SEDECON (52,5%), seguido pelo PROCON (39,6%) e pela SUNAB (23,3%).

A credibilidade dos órgãos de defesa do consumidor é baixa: 28,8% acreditam que tais órgãos podem ajudar na solução dos possíveis problemas surgidos na compra de produtos e serviços, contra 37,5% que

não acreditam em seu auxílio e de 33,7% dos respondentes que afirmaram que depende de cada caso a possibilidade de ajuda dos mesmos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Renda discricionária é o dinheiro que sobra depois de satisfeitas todas as necessidades básicas — alimentação, vestuário, moradia, saúde e transporte. O consumidor pode gastá-lo à sua discrição, daí a denominação **renda discricionária**. Ver: Francisco GRACIOSO. **Marketing: uma experiência brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1971, p. 26.
(2) Norberto Antonio de Campos LUCIETO. Proteção ao consumidor: a importância das associações privadas de consumidores. **Marketing**, São Paulo, nº 113, março 1983, p. 39.
(3) Luís Sérgio BORGNETH. Entrevista: Marilena Lazzarini. **Meio & Mensagem**, São Paulo, nº 267, 27 jul. 1987, p. 6.
(4) Zuleica Seabra FERRARI. **Defesa do consumidor**. São Paulo, Loyola, 1981, p. 161.
(5) Luís Sérgio BORGNETH, **op. cit.**, p. 5.

II Encontro Iberoamericano de Editores de Revistas de Comunicação e Cultura

DOCUMENTO FINAL

O II Encontro Iberoamericano de Editores de Revistas de Comunicação e Cultura, realizado em Florianópolis (Santa Catarina – Brasil), nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1989, durante o XII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação organizado pela INTERCOM, reafirma, através de seus participantes, a necessidade de consolidação da "Rede Iberoamericana de Revistas de Comunicação e Cultura", cujo principal objetivo é promover o intercâmbio de informação e a integração dos países iberoamericanos. Neste sentido, os abaixo-assinados propõem:

1. Ratificar o acordo segundo o qual se estabelece o intercâmbio gratuito das publicações integrantes da Rede;

2. Ratificar o acordo segundo o qual as publicações integrantes da Rede se comprometem a incluir como crédito, em sua revista, a legenda "Integrante da Rede Iberoamericana de Revistas de Comunicação e Cultura";

3. Declarar que consideram altamente positivo e recomendam:

a) criar seções especiais para divulgação de resenhas das publicações integrantes da Rede; sugere-se que essas resenhas sejam enviadas junto com as edições correspondentes a todas as revistas integrantes da Rede;

b) facilitar a reprodução de textos publicados pelas revistas integrantes da Rede, sempre que houver solicitação dos interessados;

c) manter comunicação periódica entre os editores, inclusive registrando o envio e/ou recebimento das respectivas revistas;

d) implementar acordos bilaterais entre as publicações integrantes da Rede, visando sobretudo a troca de informações e de listas de correio (mailing list);

4. Criar o Comitê Coordenador da Rede Iberoamericana de Revistas de Comunicação e Cultura, constituído por José Marques de Melo (INTERCOM — Revista Brasileira de Comunicação — Brasil), Jöelle Hullebroeck (Revista Corto Circuito — França), Enrique Bustamante (Revista Telos — Espanha), Verónica Valenzuela (Revista sobre las Culturas Contemporaneas — Mexico) e Roberto Enrique Bulacio (Revista Medios Educación Comunicación — Argentina), cujas tarefas serão as seguintes:

4.1 Elaborar e enviar a todas as publicações integrantes da Rede um questionário destinado a coletar maiores informações sobre as revistas de comunicação e cultura;

4.2 Elaborar e divulgar periodicamente uma relação das publicações integrantes da Rede;

4.3 Estudar critérios de incorporação à Rede e apresentar esse documento no próximo encontro de editores para aprovação em Assembléia;

4.4 Buscar apoio junto aos órgãos competentes para a realização do III Encontro Iberoamericano de Editores de Revistas de Comunicação e Cultura, em um período máximo de dois anos, a partir de 1989;

4.5 Propor à nova diretoria da ALAIC que estude a possibilidade de contribuir efetivamente para a criação de um banco de dados sobre as publicações periódicas de comunicação e responsável pela indexação dos artigos nelas publicados. Salienta-se que essa iniciativa pode contar com o apoio das seguintes entidades: FUNDESCO, UNIÓN LATINA; INTERCOM.

5. Eleger a INTERCOM, no Brasil, como sede do Comitê, até a realização do III Encontro.

6. Estabelecer que as publicações periódicas da área de comunicação e cultura interessadas em integrar a Rede encaminhem à sede provisória do Comitê documento descritivo das suas características editoriais para posterior avaliação.

Finalmente, os representantes das revistas, abaixo-assinados vêm, por meio deste Documento, agradecer à INTERCOM por mais esta oportunidade de debate e reflexão em torno de problemas relacionados com as publicações de comunicação e cultura.

Florianópolis, 09 de setembro de 1989

Dario Luis Borelli
Secretário

Subscrevem este Documento:

Jesús Maria Aguirre (Revista Comunicación: Estudios Venezolanos – Venezuela), Ana Maria Lalinde (Revista Signo y Pensamiento – Colombia), Roberto Enrique Bulacio (Revista Medios Educación Comunicación – Argentina), Manuel Alonso (Revista CINCO – Espanha), Sonia Virgina Moreira (Revista de Comunicação – Brasil), Rafael Roncagliolo (Materiales para la Comunicación Popular – IPAL – Perú). Jöelle Hullebroeck (Corto Circuito – UNION LATINA – França), José Luis Vera (Revista Candela – Uruguai), Rubens Weyene (Revista de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS, Brasil), Alice Mitika Koshiyama (Cadernos de Jornalismo e Editoração ECA-USP – Brasil), Jeanne Marie Machado de Freitas (Revista Comunicação e Artes – ECA-USP – Brasil), Obdulio Martin Bernal e Enrique Bustamante (Revista TELOS – Espanha), Eucléa Bruno (Cadernos INTERCOM – Brasil), José Marques de Melo (INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação – Brasil), Ricardo Barreto (Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil), Dario Luis Borelli (INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação e Boletin ALAIC – Brasil), Patricia Uvilla (Tecnologia y Comunicación Educativas – México) e Enrique Sanches Ruiz (Comunicación y Sociedad – México).

BIBLIOTECA DE COMUNICAÇÃO

Estrutura da Comunicação Radiofônica, por Emílio Prado. Summus Editorial, S. Paulo, 1989. 101 páginas.

Jornalista e professor da Universidade Autônoma de Barcelona, Emilio Prado escreveu um livro — "Estrutura da Informação Radiofônica" — traduzido para o português e que integra, como volume 31, a série "Novas Buscas em Comunicação", da Summus Editorial, de S. Paulo.

O prefácio foi escrito por Heródoto Barbeiro, nome dos mais respeitáveis nos meios radiofônicos mas que, surpreendentemente, nenhuma referência fez ao texto do seu colega espanhol. Discorrendo sobre a importância do jornalismo radiofônico, algumas de suas afirmações são seguras e apoiadas na sua grande e invejável experiência, como quando lembra que hoje, no rádio, prevalece o noticiário local e regional, ficando para a televisão as cadeias de integração nacional.

Heródoto Barbeiro foge porém à realidade, ao dizer que "as técnicas do radiojornalismo não foram devidamente divulgadas no Brasil, quer em publicações, quer nas escolas de comunicação", pois "os cursos superiores existentes não dividem convenientemente a carga horária curricular, de acordo com a opção do aluno". Suas críticas sem fundamento não param aí. Continuam no mesmo teor: "De uma forma geral ensinam apenas o jornalismo impresso. (...) Os novos profissionais saem das escolas superiores sem condições de atuar no radiojornalismo. Não lhes foi ensinado que o rádio tem linguagem própria, que não se confunde nem com o jornal, nem com a televisão".

As Faculdades, Escolas e Cursos de Jornalismo têm incluído em seus currículos o jornalismo radiofônico e mantém estúdios-laboratórios para o ensino das várias disciplinas ligadas a essa área. Emissoras do interior e mesmo das capitais, transmitem programações produzidas

pelos universitários e, ao final do ano, cedem espaço para a divulgação dos "projetos experimentais", obrigatórios no último semestre, como uma das condições para a obtenção do diploma.

O rádio tem, realmente, reportagem própria, redação própria, linguagem própria, enfoques próprios e edição própria. Os locutores não se limitam a ler recortes de jornais do dia (ou da véspera), praticando o condenável "método gilete-press", porque as equipes se movimentam para dar a notícia em primeira mão. Pouquíssimos segundos de antecipação ou de atraso na irradiação de uma nota dão prestígio ou podem abalar o conceito de uma emissora.

Outro lapso do prefaciador é o de entender que as técnicas de radiojornalismo não foram divulgadas em publicações. Além dos excelentes artigos da Revista Intercom e dos Cadernos de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USO, dois excelentes livros, pelo menos, são de utilidade e valor imenso. Um, "O Texto na TV – Manual de Telejornalismo", de Vera Iris Paternosto (Editora Brasiliense, 1987, 104 páginas) e outro, em segunda edição, o "Manual de Radiojornalismo Jovem Pan", de Maria Elisa Porchat (Editora Ática, Série Fundamentos, Volume 65, 1989, 206 páginas).

O livro do professor Emilio Prado mereceria mais do que uma simples tradução. Embora as teorias jornalísticas possam ser universais, o texto foi escrito para um público-alvo espanhol. Os exemplos citados, de noticiário, além de terem sido elaborados em 1981, apresentam características tipicamente provincianas. Uma das notas sobre a inauguração da autopista do Atlântico, entre Pontevedra e Vigo, fala em "escalextrix" (página 52)... A editoração do livro também deixa a desejar, pois as notícias citadas pelo autor ora estão em letras menores e, outras vezes, se confundem com a narrativa, pois não há diferenciação dos tipos. Faltaram notas (ou rodapés) com esclarecimentos e adaptação das lições ao linguajar brasileiro e às situações por aqui vividas.

Um bom autor na Espanha, foi prejudicado por não ter sido melhor cuidada a edição brasileira. Uma falha lamentável, que põe a perder bons ensinamentos.

Mário L. Erbolato

Linguagem Autoritária (Televisão e Persuasão), por Maria Thereza Fraga Rocco, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1989. 200 páginas.

Líder de audiência aos domingos, o Programa Sílvio Santos, da TVS, é uma das poucas opções, para os telespectadores, não pela qualidade dos vários quadros e cenas, mas pelo fato de as outras emissoras terem a

mesma rotina dos outros dias da semana. Sílvio Santos (pseudônimo que se projetou de tal forma a tornar esquecido o nome próprio) tem o seu estilo pessoal. Anima. Conduz. Domina o auditório. Abraçá-lo ou simplesmente vê-lo em pessoa, é sonho de humildes moças dos bairros paulistanos e de senhoras-avós, que viajam centenas de quilômetros à noite e pela madrugada, integrando caravanas que irão disputar uma poltrona no auditório, durante as gravações.

A professora Maria Thereza Fraga Rocco gravou várias emissões do SBT e, a partir de amplos estudos desse material, escreveu a sua tese de livre-docência, defendida na Faculdade de Educação da USP em 1988, agora publicada pela Editora Brasiliense (SP) com o título **Linguagem Autoritária – TV e Persuasão.** Ao analisar o quadro "Porta da Esperança", a autora destaca que a entrada do apresentador se faz em clima apoteótico, dirigindo-se "a todo o Brasil e ao auditório", a quem conclama, como se fosse uma ordem, a aplaudir e a demonstrar carinho na recepção ao primeiro entrevistado: um menino de onze anos.

Para captar as atenções, estabelece-se um diálogo entre o animador e o garoto, que gira em torno do óbvio, com o objetivo também de causar efeito. A primeira pergunta é: "Você já entrou, Francisco? " A resposta, evidentemente, só pode ser: "Já! Já!" E no culto à própria personalidade o locutor indaga: "Você já me conhecia pessoalmente? " A seqüência obedece a uma conversa conduzida pelo titular do programa que vai obtendo confissões do convidado/sorteado, que pretende ganhar uma geladeira, um fogão ou uma bicicleta. As histórias não variam: a mãe (que trabalha fora e sai de casa todos os dias pela madrugada) é separada (brigou com o marido, que "sumiu") e o aluguel da casa "leva quase todo o salário".

Maria Thereza Fraga Rocco analisa estruturalmente os diálogos. Na "Porta da Esperança" a solicitação é feita porque o candidato é pobre, na família só há uma pessoa que ganha para o sustento de todos, um filho assumiu o lugar do pai e, naquele momento, conseguir receber o que foi pedido pela (ou na) carta, representa o maior sonho da vida do entrevistado.

Se o desejo é satisfeito, surge o macrocomercial. Entre abraços, beijinhos e lágrimas, o refrigerador é entregue. Sílvio Santos conversa com o representante da firma, um filme é projetado, mostrando as instalações da loja e o apresentador faz várias perguntas de rotina. "Onde fica a empresa? ", "Qual o nome dela? ", "Quantos refrigeradores vende por ano? ", "Qual o preço da oferta que vocês fizeram ao menino? " Demonstrando não entender algumas das respostas, as perguntas são renovadas, para que as informações sejam repisadas. Os telespectadores que as ouçam...

A tese **Linguagem Autoritária, TV e Persuasão** admite que Sílvio Santos tem "inegável domínio sobre os auditórios, que são por ele

manipulados e manobrados". Para obter os efeitos que deseja, usa a primeira pessoa do plural e utiliza esquemas de repetição, valorizadores das idéias que expõe e recorre a verbos no imperativo. Uma das conclusões do livro é que "Sílvio Santos explora todas as possibilidades do verbal e conseqüentemente detém o domínio da interlocução. Os diálogos são, na verdade, chapas-clichês, compostas por perguntas que não mudam e por relatos simplórios. Jamais por opiniões".

O livro não é o primeiro a analisar um programa de televisão, mas tem observações profundas e deve ser recomendado a quem queira penetrar um pouco nos bastidores de um dos mais discutidos meios de comunicação social, presente, diariamente, na maioria dos lares.

Mário L. Erbolato

OPINIÃO E DEBATE

Igreja e Comunicação

A Campanha da Fraternidade 89 destinou-se a suscitar a reflexão em torno da Comunicação Social, em especial sobre "A Comunicação para a Verdade e a Paz". Sob a inspiração dessa campanha, o Instituto de Artes e Comunicações, o Instituto de Teologia e Ciências Religiosas e a Pastoral Universitária da PUCCAMP reuniram esforços para promover, nos dias 01 e 02 de junho de 1989, o I Fórum de Debates Interdisciplinares da Comunicação, realizado no Salão Paroquial da Basílica de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, SP. Participaram sociólogos, teólogos, religiosos, estudantes e professores do Instituto de Artes e Comunicações e do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, que tiveram a oportunidade de debater o tema central: "Igreja e Comunicação", objetivando aprofundar o exame das relações entre a Igreja e os meios de comunicação social.

O I Fórum de Debates Interdisciplinares da Comunicação foi viabilizado na forma de dois painéis, com os sub-temas "Os discursos proibidos" e "Os discursos alternativos". No primeiro, os painelistas foram os professores Dr. Mauro Wilton de Souza, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e o Dr. João Ribeiro Júnior, do Instituto de Artes e Comunicações da PUCCAMP. No segundo, apresentaram suas exposições o jornalista Dermi Azevedo, do jornal **Folha de S. Paulo** e da AGEN-Agência Ecumênica de Notícias, e o prof. Pe. Luiz Roberto Benedetti, da Pastoral Universitária da PUCCAMP.

Nesta edição, **Comunicarte** publica na íntegra as considerações de dois painelistas, deixando as outras contribuições para um segundo momento. No texto "Os discursos proibidos", o prof. Dr. João Ribeiro Júnior aborda a questão da liberdade de expressão nas sociedades democráticas e faz um confronto com algumas medidas de natureza limitadora tomadas pela Igreja, em nome da defesa de certos valores e princípios. No documento "Os discursos alternativos", o prof. Pe. Luiz Roberto Benedetti discute em seguida as possibilidades da mensagem religiosa como discurso alternativo a nível da sociedade e da própria Igreja.

Os Discursos Proibidos

João Ribeiro Júnior
(Professor do IAC – PUCCAMP)

Discursos Proibidos e Liberdade de Expressão

Quando alguém nos pergunta o que são discursos proibidos, a primeira coisa que nos vem à mente é justamente o seu contrário, a liberdade de expressão. É a partir da liberdade de expressão que definimos os discursos proibidos. Assim, quando falamos em discursos proibidos queremos dizer que não temos liberdade de explorar, liberdade de descobrir, liberdade de coordenar, liberdade de divulgar aquilo que conhecemos, pensamos ou sentimos.

Com esta perspectiva, não existe razão lógica para que a liberdade de expressão não possa constituir um valor em qualquer tipo de sociedade. Mas, de fato, só nas sociedades democráticas atribui-se-lhe um valor positivo, positivamente proibido em muitas sociedades não democráticas.

E qual o motivo disso?

Aqui se define democracia como uma forma de governo onde as normas e diretrizes do comportamento decidem-se, em última análise, por alguma forma de regra da maioria. Desde que os cidadãos são fundamentalmente responsáveis por elaborar ou participar de tais decisões, devem possuir a informação concernente a estas, inclusive as opiniões dos demais. Donde ser absolutamente essencial a uma sociedade democrática a liberdade de expressão a respeito não só de assuntos políticos, mas de tudo o mais.

Não pode haver sociedade desprovida de um senso de interesse comum, e uma das justificativas do método democrático de elaboração decisória da sociedade, é a de que um indivíduo terá tanto maior sentido de identificação com o interesse comum quanto mais auxiliar a formá-lo. Admite-se também que este não é algo que difira dos interesses dos indivíduos da sociedade, de modo que eles devem ser sempre consultados. Em suma, a determinação do interesse comum (a que Jean-Jacques Rousseau chamaria a "vontade geral") é matéria de debate nacional, donde a necessidade da liberdade de expressão.

As formas não democráticas de governo, naturalmente, não confiam em decisões tomadas pela maioria dos cidadãos. Elas são tomadas por um indivíduo ou por um grupo relativamente pequeno. Enquanto a liberdade de expressão pode

ser um direito para o legislador ou legisladores, sem dúvida não o é para o resto da sociedade. Mesmo que seja tolerada, não é protegida por lei; assim, aquele que a assume o faz com grande risco. Nos casos mais extremos, que se observam em sociedades totalitárias, a liberdade de expresão é positivamente proibida. Com freqüência, a justificativa de tal política de restrição da liberdade de expressão é a de que o interesse comum é algo superior aos interesses de cada indivíduo. Em tais casos, o interesse comum deve ser determinado de modo diferente; talvez, na visão ou consciência de um líder todo-poderoso, ou então, na sabedoria coletiva de um partido único, ou nas páginas de um livro sagrado.

Além disso, e o mais importante, o sentido de um interesse comum é incutido na sociedade pelo fato de não se permitir discussão das decisões dos líderes. O debate de qualquer espécie, solaparia a sociedade. Em suma, considera-se a liberdade de expressão como uma ameaça à sua existência. É então que os discursos proibidos se instalam.

A liberdade de expressão, portanto, não é apenas um valor positivo dentro das sociedades democráticas, mas também essencial. As sociedades democráticas têm grande confiança no consenso e, de modo ideal, tendem a evitar o uso da coerção, mesmo legal, exceto em situações muito sérias. O consenso é o resultado de dar e receber. Onde se destrói a comunicação, o mesmo acontece ao consenso.

A liberdade de expressão, como oposto dos discursos proibidos, é um dos lubrificantes da vasta maquinaria da descoberta e da construção do consenso. A liberdade universitária, neste sentido, é um dos importantes exemplos de liberdade de expressão, proporcionando um forum não só para se discutir os pensamentos já existentes, sem censura, mas também para pesquisar e descobrir a natureza humana. Enfim, já que o consenso acha-se em contínua construção, assemelhando-se ao crescimento de uma cidade não planejada, preferencialmente a uma edificação com planta determinada, uma sociedade democrática tem maior aptidão para incorporar o que é novo. Apenas para uma filosofia política que se julga infalivelmente correta poderiam as democracias parecer ineficientes.

Proibir a liberdade de expressão, criando os discursos proibidos, é pretender a infalibilidade de alguém!

A "fala-ideal"

Como se pode falar em discursos proibidos uma vez que a atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, omitiu-se quanto à censura?

A Nova Carta não contempla a censura, nem para atualizá-la nem para impedí-la. Se certos atos, a pretexto do exercício do direito de livre expressão do pensamento, podem assumir uma feição até mesmo delituosa, não se vê como esteja o Estado em condições de prevenir e reprimir essa criminalidade. Falta ao Estado a previsão constitucional para o exercício formal da censura.

Isto significa que hoje estamos numa situação de **"fala-ideal"**, como entende Jürgen Habermas, que a caracteriza pela ausência quer de influências externas contingentes, quer de coerções resultantes da própria estrutura da comunicação. A situação de **"fala-ideal"** (discurso não proibido) exclui a distorção sistemática da comunicação: nela impera exclusivamente a força do melhor argumento, que é caracterizado por uma singular isenção de violência e que dá ao exame metódico de afirmações a oportunidade de intervir com conhecimento do assunto, podendo motivar racionalmente a decisão de questões práticas.

Não havendo censura, pode-se tematizar e criticar, livre e igualmente, toda e qualquer opinião.

Contudo, hoje, apesar dessa estrutura ideal de comunicaçao livre de censura, ela se encontra sistematicamente mutilada, posto que submetida a

coações, veladas ou não. Especificamente, essa opressão da dimensão comunicativa é efetuada pelo Estado, e em certos casos, pela Igreja, estabelecendo medidas limitadoras, para se acreditar ideologicamente que a organização racional da vida em comum e a sua própria felicidade dependem diretamente da proibição de certos discursos, para a defesa de certos valores da sociedade, que, afinal, sempre acaba a serviço da sustentação política e ideológica de grupos dominantes.

Aqui cabe lembrar André Maurois em seu **Sentimento e Costumes**, quando diz: "Aos homens falta sempre o senso de medida: porque a liberdade é um bem, saciam-se dela até a anarquia. Descobrindo, então, que a desordem torna a vida social impossível, apelam para a autoridade. Mas assim como se haviam embriagado de liberdade, embriagam-se de autoridade. O remédio seria parar no ponto morto, mas o impulso é forte e o pêndulo continua a sua oscilação. É o que chamamos história".

As manifestações do pensamento e da opinião são essenciais à existência da sociedade democrática. Elas se apresentam através da imprensa, do livro, do filme, das peças teatrais, dos veículos de comunicação de massa mais importantes, como o rádio e a televisão, e também, pelas reuniões, comícios e debates públicos. Em todas essas formas, o pensamento, a opinião, a expressão livre, se manifestam atingindo público de dimensões variadas, e funcionando, portanto, como componentes da rede de comunicação social. A liberdade que se manifesta pelos meios indicados se exerce no que há de mais característico da vida de relação, e na sociedade organizada, constitui instrumento de controle público da vida e dos atos de administração.

Ora, o exercício de qualquer direito é acompanhado do risco do abuso. O abuso do direito é fato comum na ordem jurídico-social e, diante dele, a sociedade estabelece remédios diversos, prevenindo o seu controle, a sua correção e sua punição. O controle estatal, como forma superior de controle da sociedade, manifesta-se por duas formas básicas: a preventiva, que tem um aspecto principalmente psicológico, pelo temor às conseqüências legais do abuso; e a repressiva, **post facto**, pela qual se punem os que abusam das liberdades e dos direitos assegurados na ordem jurídica, mediante instrumentos corretivos.

A nova Constituição, a Censura e a Igreja

Contudo, hoje, esse mecanismo de prevenção e repressão aos abusos da liberdade acha-se tolhido pelo artigo 220 da atual Constituição que diz: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição". ((Note-se: "não sofrerão qualquer restrição"). Em outros termos: o Estado, ou a Igreja, ou qualquer outra Instituição, não pode ser levado a extremos que permitam, sob o pretexto de se coibir o abuso, o cerceamento da liberdade naquilo que ela tem de fundamental e justo e, principalmente, o exercício da liberdade de expressão, de opinião e de crítica.

Mas, passemos para um caso concreto: um mesmo filme se apresenta como liberado pelo Estado, pois não há mais censura, e proibido pela Igreja. Apesar da diferença entre a censura estatal, que era de caráter proibitivo, dirigido a todos que estão no território nacional (a um público pluralista), afetando a todos sem distinção, — e a proibição eclesiástica, que é muito mais qualificação do que censura propriamente dita, e em assim sendo, não pode impedir a projeção do filme, pois que tem caráter normativo, não preceptivo; neste sentido, a Igreja se acha obrigada, por sua própria lógica e constituição internas, a "proibir" para proteger os fiéis; — apesar dessa diferença, uma e outra ferem a Constituição. E isto porque não há mais censura de espécie alguma.

Cabe aqui uma pergunta: Se os fiéis, por princípio, tem a obrigação de acatar as restrições da Lei Canônica em

matéria de escolha, pela simples razão de ser grave o propósito da lei, ou seja, preservar o dogma e a moral cristãos, será que os não-fiéis estão também enquadrados neste poder de coerção da legislação eclesiástica, que, segundo a Igreja, define e especifica as obrigações já existentes devido à lei moral natural, que alcança a todos, fiéis e não fiéis, uma vez que essa lei requer aceitação de todos para boas relações sociais, para se viver em sociedade?

A Constituição obriga a todos os membros da sociedade, precisamente por ser legislação maior, que tem em vista o bem comum. E é a partir desse bem comum, que ela estabelece a liberdade de pensamento, de criação, de expressão e de informação, sem quaisquer restrições. A Igreja também visa o bem comum, mas ela entende que tem o direito de qualificar, de tornar os discursos proibidos para salvaguardar a fé e a moral. Em sua visão é melhor restringir a liberdade do indivíduo do que permitir a cada um constituir uma lei para si próprio, pois tal processo estabeleceria o caos social. Mas, será que com isso a Igreja não estaria em desacordo com o texto constitucional, proibindo e não proibindo?

Entendo essa situação da seguinte maneira: os programas televisivos, os filmes, as peças teatrais, os livros devem estar sempre a serviço do indivíduo, considerado esse em todas as suas dimensões, incluindo seu tríplice desejo natural à **verdade** (aquilo que não se pode modificar), ao **bem** (aquilo que é agradável, útil, o que se aprova, o que se aprecia, em que se reconhece um valor objetivo) e à **beleza** (aquilo que agrada universalmente e sem pré-conceitos, como representação sensível perfeita, sem defeitos). Deste modo, os meios de comunicação social devem ser qualificados como positivos, quando ajudam ao indivíduo, e negativos, quando em vez de ajudar, tornam-se empecilhos para seu desenvolvimento. Deste ponto de vista, o abuso da liberdade de expressão, de criação, etc., poderia causar um grave dano ao indivíduo e à sociedade, mas não porque existe uma coerção social, política, econômica ou religiosa, senão porque vai de encontro ao próprio direito natural do indivíduo à verdade, ao bem e à beleza. Essa qualificação é estritamente pessoal, não depende de imposições exteriores de quaisquer instituições. E isto está consagrado em nossa Lei Maior.

Neste ponto, isto é, no limite ante o qual deve estacar a interferência do Estado e/ou da Igreja, reside, obviamente, toda a complexidade do problema dos discursos proibidos.

Para concluir

Em decorrência da vida coletiva, nenhuma liberdade pode ser ilimitada. Todo direito, por mais elementar que seja, sofre restrições em benefício da coletividade. Encontrar o justo limite destas restrições constitui questão extremamente delicada; impedir que este limite, uma vez fixado, seja ultrapassado, é tarefa das mais difícieis em sociedades complexas e pluralistas, como a nossa.

Talvez, devessemos aplicar a fórmula da Declaração Francesa de 1789, atraente por sua simplicidade: "A liberdade" — diz-se no art. 4º — "consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos."

Ultrapassada a faixa dos princípios gerais, das regras meramente programáticas, a simplicidade desaparece, e os discursos tornam-se proibidos. E então, a inteligência se petrifica no estreito círculo da intolerância.

Os Discursos Alternativos

Pe. Luiz Roberto Benedetti
(Pastoral Universitária – PUCCAMP)

Não vou falar muito do discurso alternativo. Eu vou colocar algumas premissas teóricas, levantar alguns problemas que possibilitem responder à seguinte pergunta: É possível um discurso alternativo a nível de sociedade, e de forma mais específica, a nível de Igreja? Mas, esta mesma pergunta é até certo ponto mais abrangente: A própria mensagem religiosa pode ser um discurso alternativo? São problemas que estão implícitos em tudo o que eu vou falar, tomando alguma coisa da situação histórica do país e alguma coisa da Teoria da Comunicação. Vou tentar trabalhar mais no campo teórico.

Olhando a sociedade brasileira, nós vemos que a mudança decisiva, mais marcante, ocorre nos anos 70, com aquilo que nós podemos chamar de modernização do capitalismo brasileiro. A sociedade brasileira passa paulatinamente nos anos 60 e nos anos 70, de forma mais segura, mais pertinente, a ser uma sociedade de massas. O que importa a gente ter presente é que esta modernização do capitalismo coloca o discurso da Igreja em questão; coloca em questão o papel ideológico desempenhado pela Igreja no interior da sociedade civil. A sua experiência com as massas urbanas é praticamente nula, a Igreja pouco trabalhou ou raramente trabalhou com o problema urbano. Por isso mesmo, a visão tradicional da Igreja é que o mundo urbano desestrutura, que o mundo urbano é nefasto, porque coloca todos os valores em questão. Essa modernização do capitalismo nos anos 60 obriga a Igreja a repensar a sua forma e os modelos de atuação junto à sociedade.

De um lado, a Igreja perde a capacidade de organizar a vida coletiva, é um primeiro dado. Viver na sociedade de massa, na sociedade urbana, para uma instituição que sempre mexeu no mundo rural e no mundo da cidade pequena, é algo complicado.

Mas há um segundo dado. Ela enfrenta um competidor ideológico muito mais forte, muito mais organizado, que é a indústria cultural. Portanto, temos estes dois pólos: uma incapacidade estrutural de trabalhar o problema urbano e enfrentar, no próprio terreno que ela pisa, um adversário que é a indústria cultural.

Aos anos 70 literalmente transformam o Brasil num mercado e transformam a comunicação. Estruturam o próprio sistema de comunicação como um mercado industrial, no sentido de que produz bens culturais. Nesse sentido, é significativo o crescimento, por exemplo, da Rede Globo, a primeira no Brasil,

a quarta no ranking mundial. E há a Editora Abril. Isso só para citar duas indústrias de comunicação, duas indústrias que produzem bens culturais.

Essas indústrias vão definir os padrões éticos de convivência social, exatamente o terreno em que a Igreja emite a sua mensagem, no terreno em que ela fala e é ouvida. Por outro lado, há uma lógica industrial que estrutura a produção cultural. Ela obedece à mesma lógica de qualquer outro produto industrial. A cultura não é um produto distinto dos outros produtos, enquanto inserida numa indústria cultural. De outro lado, existe um problema ligado à própria lógica interna da Igreja Católica. Se tomarmos a concepção de Gramsci de sociedade civil — ele entende por sociedade civil todos os organismos privados que difundem a cultura — a Igreja enquanto uma sociedade civil dentro de uma sociedade civil, na expressão dele, há uma série de problemas que devem ser levantados quando se pensa na possibilidade de um discurso alternativo, de um discurso senão de contestação, pelo menos de diferença com relação ao discurso da indústria cultural.

Vamos por etapas. Primeiro: a definição do conteúdo da mensagem, o que vai ser dito, está fora das mãos dos grupos religiosos. O primeiro problema que isso levanta é que os meios de comunicação de massa sempre foram utilizados como meios de evangelização e de conversão a nível bastante rudimentar. Sempre foram utilizados, sobretudo o rádio, mas o foram (e são) sobretudo por grupos pentecostais. No caso da Igreja Católica, há o exemplo mais típico da Rádio Aparecida. Existe um estudo empírico muito bem feito sobre a Rádio Aparecida que mostra como há certas contradições estruturais que dificultam para a Igreja a missão de uma mensagem alternativa.

De um lado, para que a Igreja (usando a mídia) seja ouvida — exemplificando com o caso da Rádio Aparecida — ela tem que manter um discurso mais tradicional, ela tem que manter o discurso que sempre falou, ou seja, ela tem que se pôr contra qualquer modernização da sociedade. A Rádio Aparecida mostra isso muito claro. A própria CNBB, nesta pesquisa da Rádio Aparecida, aparece com boletins, com notícias, mas ela não é, na sua postura pastoral, o enfoque que a Rádio Aparecida privilegia na sua atuação como meio de comunicação de massa. Quer dizer, a CNBB é uma notícia na Rádio Aparecida, não é o elemento coagulante do seu sistema de comunicação. O que a sua programação visa é manter a clientela tradicional, ela visa manter a devoção a Nossa Senhora e visa sobretudo manter as peregrinações. O programa mais ouvido é exatamente o programa que é voltado para a divulgação das peregrinações, onde são entrevistados peregrinos, onde eles mandam mensagens, falam da alegria de estar lá. Os peregrinos são quase todos migrantes, ou mesmo gente do meio rural e são pessoas ou grupos religiosos que praticam aquilo que nós chamamos o catolicismo rural brasileiro, o catolicismo das devoções.

Neste sentido, o que ocorre? A Rádio pode até ser moderna, mas ela se insere, ela é reinterpretada num quadro totalmente tradicional. O que eu quero dizer é que a Rádio Aparecida é uma extensão do Santuário, é uma extensão de Nossa Senhora Aparecida. Se a gente quiser usar a Teoria da Comunicação do McLuhan, que diz que a roda é a extensão do pé, a gente pode dizer que a Rádio Aparecida é a extensão da imagem de Nossa Senhora. O meio de comunicação, moderno, é tradicionalizado, é posto como extensão do tradicional, portanto difunde e dá força ao tradicional.

Nesse sentido, a própria Rádio Aparecida é menos técnica e muito mais mágica, ou seja, os peregrinos falam e ouvem com muita reverência sobre os milagres de Nossa Senhora, os milagres que esperam obter e tudo isso faz com que a Rádio Aparecida acabe sendo mais um instrumento mágico do que um instrumento técnico. Com isso quero dizer que há uma certa contradição entre a modernidade do meio e a sua, digamos assim, transformação num instrumento

dos mais tradicionais. Ele se transforma, mesmo culturalmente, numa extensão técnica do tradicional.

Isso de um lado. De outro, a Igreja tem uma vocação universal. A sua vocação específica não é ficar presa a grupos. Por definição sociológica, a Igreja se abre a todos os grupos, a todas as classes, ela tem que falar para toda a nação, ela tem que falar para toda humanidade. Ora, o que acontece? É que ela tem que emitir um discurso que atinja os setores mais modernos, ela não pode ficar presa ao tradicional. Por isso ela precisa redefinir a sua linguagem e precisa, fazendo isso, competir com a indústria cultural. Isso quer dizer que quem vai definir as regras do jogo que orientam o campo da produção de idéias, valores, comportamentos é um campo estranho à vida religiosa católica.

Estou apenas pondo o problema, embora eu não esteja totalmente de acordo com essa maneira de o colocar. Eu vou fazer uma crítica disso daqui a pouco. Eu não acho que a Igreja deva competir com a indústria cultural, porque a própria indústria cultural tem uma série de limites e é dentro desses limites, dessas limitações, que a Igreja — não só a Igreja, todos aqueles que estiverem interessados numa programação alternativa — devem se colocar.

Bem, aqui começa um problema. Deve a Igreja realmente disputar com a indústria cultural? Primeiro: o ato religioso tem uma realidade muito específica, muito própria e mais especificamente ainda dentro da Igreja Católica. Por quê? Porque para a Igreja Católica o ritual religioso não é uma metáfora, o ritual religioso não é um símbolo, é uma realidade. Traduzí-lo para a linguagem televisiva significa transformá-lo num bem cultural como qualquer outro. Se vocês quiserem, significa transformar o ritual religioso numa mercadoria como qualquer outra.

Claro, há uma diferença muito grande que deve ser preservada entre a indústria cultural e a Igreja. Pode-se falar de uma mercantilização da religião, pode-se falar que os próprios cultos pentecostais de periferia, as casas de cura divina (que parecem uma coisa assim tão espontânea, tão efervescente, tão imune a qualquer modernidade) obedecem a uma lógica de mercado. Há uma pesquisa que mostra isso muito claramente, mostra como toda uma estratégia de **marketing** governa a ação do pastor e de todos aqueles que o acompanham[1].

Por mais que se fale disso, porém, é indevido aproximar Igreja (ou religião) e mercado, por mais evidente que possa parecer essa presença de técnicos de mercado na difusão de bens religiosos. É claro que as categorias da economia — e que governam a indústria cultural — são diferentes das categorias das religiões, das Igrejas, de um modo geral. Agora, não se pode negar que o mundo urbano é um mundo da concorrência entre visões de mundo diferentes, cada agência tentando impor sua visão de mundo. Só que assimilar a Igreja, os credos, à empresas da indústria cultural, é fazer uma passagem demasiadamente forçada. Primeiro, porque as empresas da indústria cultural não visam à cultura, elas fazem da cultura um bem que se vende para se obter lucro, ou seja, os bens culturais são produzidos, são difundidos, são vendidos, dentro dos princípios que orientam qualquer empresa. E o princípio que orienta qualquer empresa é o lucro; o bem simbólico não se distingue de qualquer outro bem. Quando eu planejo uma novela de televisão ou qualquer outro programa, eu penso sempre em termos do retorno que ele pode dar, em termos de audiência, porque neles eu posso medir quanto posso obter com os produtos que serão anunciados; esse é o único critério.

O que as empresas religiosas querem não é o lucro, pelo contrário. As empresas religiosas, os grupos religiosos, as Igrejas, podem até perder muito dinheiro, desde que elas tenham mais fiéis, desde que aumente o número de adeptos, ou seja, o propósito é outro.

(1) Cfr. Douglas Teixeira Monteiro, Igrejas, Seitas e Agências — Aspectos de uma ecumenismo popular **Deogenes**, 2, 1982 UnB, p. 5-26.

De uma forma ou de outra, a gente tem que fazer uma série de perguntas e eu vou agora sistematizar um pouco essas perguntas. Primeiro: a Igreja deve ser uma concorrente da indústria cultural? Tem que encarar isso como uma meta? Segundo lugar: ela deve utilizar a indústria cultural para manter ou para angariar adeptos? Ou cabe à Igreja ser uma comunicação, ser um discurso alternativo independente da cor política, se é que é possível isso?

Vou tentar discutir as várias possibilidades que se abrem. Uma delas é a seguinte: É possível um discurso alternativo dentro da própria Igreja? Quer dizer, a Igreja tem peculiaridades, ela tem um controle muito rígido sobre a mensagem que ela emite nas várias instâncias de emissão. Esse é um problema, um complicador a mais, que não pode ser esquecido. Em primeiro lugar, aqui a gente daria de frente com um descompasso. Quer dizer, você tem uma modernização da sociedade, você tem a indústria cultural respondendo a esta modernização e você tem uma Igreja que tem muita dificuldade em entender os novos padrões de convivência urbana; mais especificamente, todo este novo **ethos** ligado à sexualidade, ligado ao matrimônio (exatamente as áreas em que a Igreja se julga guardiã dos valores morais, dos valores éticos). As Igrejas não têm medo de recorrer até à censura, de exigi-la para preservar aquilo que elas julgam ser o seu campo de atuação.

Há uma pergunta: é se o novo padrão de vida, o novo modo de ver o mundo, difundido pela televisão, se ele muda realmente as consciências. É uma questão a ser discutida até que ponto a visão religiosa de mundo não é reafirmada quando novos padrões são impostos. Eu posso me fechar mais ainda no meu universo. Eu assisto a novela, eu vejo o divórcio, troca de casais, acho que está tudo bem. Mas eu não faço nada disso; pelo contrário, eu reafirmo meus valores religiosos. Não se pode dizer que a televisão passa como um trator; ela pode ter o efeito contrário.

A nível de Igreja "de esquerda", o que ela privilegia? A Igreja de esquerda privilegia o grupo; a forma fundamental de comunicação alternativa é a organização grupal como espaço crítico.

Como pensar tudo isso? Vamos pegar um pouco de Teoria da Comunicação. Uma posição bem radical na Teoria da Comunicação é a de um teórico canadense, que é o McLuhan. Ele diz o seguinte: A indústria cultural, a informação, a indústria da comunicação, não é um instrumento para produzir bens econômicos, mas ela é o principal dos bens. Ele quer dizer com isso que a questão do poder hoje não passa tanto ou só pelo controle dos meios de produção. Você pode ter Forças Armadas, você pode ter todo o empresariado a seu lado, se você não tiver o controle dos meios de comunicação ou da produção da comunicação você não terá condições de manter o poder. Ele diz que os meios de comunicação, a nível mundial, produziram a "aldeia global". Quer dizer, hoje você revive em escala mundial aquilo que era a população isolada do resto do mundo. Hoje, o mundo é uma imensa aldeia. E, diz ele, produz um proletariado novo, novo porque é um proletariado onde também patrões são proletários, nessa nova forma de organização da sociedade. Por quê? Porque, diz ele, mesmo que os meios de comunicação passassem para as mãos do povo, a situação continuaria a mesma, porque todos se sujeitariam do mesmo modo. Na realidade, o raciocínio dele obedece a seguinte lógica: os meios dão o que a sociedade quer, o que os segmentos sociais querem, o que as várias classes sociais querem; enfim, o que o público quer. O público se satisfaz, porque a televisão, o rádio, os sistemas de comunicação dão o que ele quer e há, portanto, uma espécie de homogeneidade perversa. Porque a comunicação dá o que se quer, aquele que comunica se satisfaz porque tem retorno, e aquele que ouve também se satisfaz. E aquele que emite a mensagem, também já está condicionado por uma série de fatores que ele não consegue controlar. Ele dá o exemplo de um jornalista: quando alguém deve escrever diariamente um número "x" de notícias

em um espaço determinado, dirigidas a um público de gosto, classe social e instrução diferentes, em todo o território nacional, a liberdade de quem escreve já terminou. O conteúdo da mensagem não depende mais do autor, mas da determinação técnica e da determinação sociológica do **mídia**. Quer dizer, quem escreve já tem espaço delimitado e já tem um público para quem escreve. Ele não escreve o que ele quer, escreve o que ele pode, ele escreve o que permitam que o faça.

Ora, paradoxalmente, a interpretação de McLuhan, que é um pouco "de direita" (sem precisar o termo), e a da Escola de Frankfurt (uma interpretação "de esquerda"), os dois concordam nessa apreciação. Os "discursos alternativos" aparecem como impossíveis para McLuhan e para a Escola de Frankfurt. Por quê? Porque para os dois o grande problema é que os meios de comunicação não veiculam ideologias, eles são ideologia, eles são por si uma ideologia. Eles dizem, em síntese: o indivíduo é bombardeado de todos os lados por toda sorte de meios de comunicação que lhe vêm de vários canais ao mesmo tempo. O conteúdo passa a um segundo plano; o que importa é que esse bombardeamento continuado de mensagens diferentes, por meios diferentes, atingindo todos os sentidos ao mesmo tempo, faz com que o indivíduo passe a um estado de passividade narcótica, ou seja, ele simplesmente nivela tudo que recebe e se sente incapaz de reagir a este conjunto de informações; e isso é ideologia. Quer dizer, a construção do mídia como mídia, os próprios meios de comunicação como conjunto são ideologia, não produzem ideologia. Nesse sentido, quando triunfam os meios de comunicação, o homem morre. Esta é a postura da Escola de Frankfurt, dizendo que nós não temos saída, porque nós estamos num mundo que é pura ideologia.

McLuhan diz o mesmo, mas diz o mesmo fazendo uma avaliação muito positiva. Ele diz o seguinte: Não morre o homem, morre um tipo de homem. Morre o **homem de Gutemberg**, o homem da imprensa escrita, mas nasce um novo homem, um homem marcado por uma nova forma de percepção do real. Quer dizer, a grande vantagem dos meios de comunicação, para McLuhan, é que eles criam um homem que percebe o mundo de uma outra forma, que interpreta o mundo de uma outra forma. Se você tinha a tradição oral, depois a linguagem escrita, hoje você tem — chamemos assim — a linguagem sensorial total, onde você percebe o mundo como uma imensa mensagem que o atinge por inteiro.

Bom, diante disto como pensar o discurso alternativo? De um lado, a gente continua um pouco ingênuo, um pouco simplista. É aceitar que a mensagem pode tudo, que é possível mudar a consciência. Se o anúncio for um pouco mais honesto, se as transmissões televisivas tiverem um pouco mais de cuidado com a verdade dos fatos, se a notícia na coluna do jornal for um pouco mais exata, é possível, dizem, mudar as consciências.

Há os que dizem não, e aí vai tanto a Escola de Frankfurt como McLuhan. O meio é a mensagem, quer dizer, não há uma mensagem específica, não há produção de uma mensagem específica, tudo fala ao homem ao mesmo tempo e ele é impotente e incapaz de reagir a isso.

Assim, onde é que está o discurso alternativo? Onde é que fica o discurso de resistência, onde é que fica o discurso de contestação? Bom, ele não tem nenhuma possibilidade de existir, se a gente pensar assim.

Mas acontece que a sociedade é contraditória, a sociedade é conflito de interesses, e por mais que a gente batalhe pelo nivelamento e pela homogeneização, a mensagem sempre cai num terreno contraditório, ela sempre será interpretada de formas diferentes. Ao contrário do que a gente pensa, o que ocorre não é a invariabilidade das interpretações, é a variabilidade das interpretações. As mensagens partem de uma fonte que sabe o que quer, mas que não consegue controlar totalmente o campo onde esta mensagem vai cair. Este campo é o campo das contradições sociais.

O problema maior de quando se pensa o discurso alternativo, de quando se pensa o discurso contestador, é que tanto teólogos — no nosso campo — quanto cientistas sociais, quanto políticos, quanto educadores, pensam em modificar ou agir apenas num elo da cadeia. Se a gente pegar a cadeia que começa pelo emissor, envia um sinal através de um canal que leva até o receptor; o receptor ao receber este sinal o transforma numa mensagem. A tendência sempre é a de agir sobre o canal, o canal-emissor. A gente pensa que mudando de dono a Rede Globo, por exemplo, vai controlar a mensagem. Não é por aí, que a gente tem que agir. Para elaborar um possível discurso de resistência é preciso agir a nível do código, ou seja, a gente tem que imaginar — a palavra é essa mesma, imaginar — sistemas de comunicação complementares, que possibilitem atingir grupos humanos isolados. Talvez seja aqui o lugar do discurso alternativo, ou seja, a gente vai ter que dar lugar de novo à Escola, a gente vai ter que dar lugar de novo ao panfleto, vai ter que dar lugar de novo ao jornal alternativo e até — embora possa não se gostar, como eu pessoalmente não gosto — aos **grafitti** nos muros.

Atrás eu disse que nesse aspecto a Igreja da Libertação privilegia o grupo como forma de comunicação legítima. Aqui há um problema: a organização grupal, dentro dessa visão, seria o **locus**, o lugar, o mundo de onde brotariam mensagens alternativas. Os grupos, chamemos assim, conscientes, produziriam mensagens que seriam um instrumento de conscientização. O problema é que quando pensamos assim, nós o fazemos da mesma forma que nos anos 60. Nos anos 60, todo projeto cultural se definia em termos de luta política. Vocês olham música, teatro, cinema dos anos 60 é uma produção cultural de conteúdo eminentemente político, eu diria quase que puramente político, ou seja, interessava a produção cultural como meio para a política. Quer dizer, a expressão cultural enquanto expressão cultural ficava no segundo plano, ela era apenas um instrumento de consciência política.

Ocorre hoje uma mudança. O professor Ralph Della Cava vê uma mudança sob esse aspecto: o artista hoje não se preocupa com a política, ele se preocupa em ser competente no seu trabalho. Ele acha que a política já foi substituída pela competência. Penso que isso é questionável. Ele vê a Igreja Católica num beco sem saída porque ainda está na Idade da Pedra com relação à Rede Globo. Como é que ela vai sair disso? Mas, ele foi bastante contestado, quando apresentou uma comunicação em Campos do Jordão. Foi contestado porque se disse a ele: A força da Igreja nunca residiu na televisão, a força das religiões nunca residiu numa transformação continuada dos meios de difundir a mensagem. Pelo contrário, consistiu sempre nos meios mais toscos, se a gente quiser pensar em termos técnicos, mas eficazes por levarem à reflexão. Uma comunidade de base, por exemplo, faz muito mais pelo Brasil do que a Rede Globo e se a Igreja competir com a Rede Globo, ela vai perder até o pouco que ela tem, a nível de criar uma consciência crítica. Eu acho que a questão passa por aí também.

Segundo lugar: é preciso desmistificar — eu já falei disso mas vou reafirmar agora — a gente precisa desmistificar a onipotência da mensagem televisiva. A mensagem televisiva é "auto-destrutiva", ou seja, a força da mensagem televisiva vem do caráter efêmero, do caráter passageiro da sua forma de se transmitir. Ou seja, ela nunca leva à reflexão, ela só é eficaz se nós quisermos, porque ela é passageira, porque ela se auto-destrói. No momento seguinte, ela já foi esquecida. Ela exige para ser aceita que o indivíduo não pense, então ela sofre, no meu ponto de vista, de uma contradição interna. E a contradição interna está exatamente nisso: ela convence pela redundância. Claro, ela se transforma num instrumento de verdade, isso é trágico, é como o sujeito que vê o por-do-sol, que é muito bonito, é uma coisa linda de morrer, e diz: Meu Deus, que coisa linda, parece uma fotografia! Quer dizer, é sério isso, a televisão passa a ser critério de verdade, é verdade porque a televisão falou. Mas a

mensagem não se fixa por muito tempo, porque exatamente não leva o homem a pensar; pelo contrário, só é eficaz na medida em que deixa de lado o pensamento.

Em segundo lugar, retomando McLuhan, é importante um fato para o discurso alternativo: quanto mais sentidos são atingidos, menos eficaz é a mensagem. Nun certo sentido, a televisão atinge todos: ouvidos, olhos, tato, e tenta, o paladar. Então, a mensagem se esgota em si mesma, ela não é introjetada através de uma reflexão, por mínima que seja. Aqui é que a gente vai colocar a questão do discurso alternativo. Por quê? Porque a capacidade de suscitar reflexão caminha em sentido inverso à técnica. Quanto mais técnica no campo da comunicação, menos reflexão. Assim, é importante aquilo que Umberto Eco propõe: é preciso fazer uma guerrilha semiológica. Ele diz isso falando que é preciso recuperar, frente à onipotência que se crê seja real dos meios de comunicação, recuperar a guerrilha.

O que é guerrilha? Vamos pegar o exemplo de um filme (acredito que muita gente aqui assistiu) de Miguel Litlin — "Actas de Marusia": é uma história sobre uma greve nas minas de salitre no Chile, mas é muito bonito o filme porque um dos seus pontos fundamentais é que toda resistência se organiza a partir da boca falando para um ouvido. São as mulheres do povoado que vão falando uma para outra. É bonito porque num certo sentido todo o contexto social capta uma mesma mensagem no boca-a-ouvido. Quer dizer, é preciso recuperar este tipo de guerra de guerrilha. Este é o espaço do discurso alternativo.

É pouco isso? É claro que é pouco. É pouco, mas a gente tem que levar em conta aquilo que eu falei há pouco, agora um pouco mais sistematizado. A sociedade é uma realidade dialética, ou seja, quanto mais a cultura oficial se impõe, tanto mais se aguça a curiosidade pelo discurso alternativo. É até um dado da psicologia e um dado da realidade social. Quando você é bombardeado por uma mensagem produzida, padronizada, niveladora, o alternativo tem chance de chamar mais atenção.

Segundo lugar: aqui, porém, há complicações. Como eu dizia, Gramsci diz que a Igreja é uma sociedade civil dentro da sociedade civil, ou seja, dentro desse conjunto de aparelhos privados de produção da ideologia, a Igreja tem seus próprios aparelhos de produção de ideologia e sabe utilizá-los bem. Enquanto produtora de ideologia, a Igreja utilizou muito bem contra ela a sua comunicação. Isso a gente tem que reconhecer.

Mas hoje o que ocorre é que a Igreja retoma cada vez mais em suas mãos a produção e o controle de uma cultura católica oficial. Todas as intervenções do Vaticano — é meu ponto de vista — visam uma única coisa: controlar os teólogos, controlar a produção de pensamento, a produção de uma cultura.

Quais são as chances de um discurso alternativo dentro da Igreja? Paradoxalmente — quem está dentro da Igreja vê que não é tão paradoxal assim — num certo sentido a Igreja se associa àqueles que destróem sua mensagem. É o caso, por exemplo, do Padre Terra, Bispo em Recife, utilizar o jornal **O Estado de S. Paulo** para servir a própria Igreja. Quer dizer, **O Estado de S. Paulo** está pouco ligando, ele quer ser o porta-voz da classe dominante, se a Igreja é destruída ou não, ele está pouco ligando, mas ele sabe utilizar a Igreja e a Igreja sabe utilizar seu serviço. Não é a religião que interessa a ele, é a política. Quando ele dá cobertura ao bispo, ele destrói a religião "por dentro" no sentido de que quer fazer apenas política. O próprio Cardeal do Rio, que critica as novelas da Globo, tem missa, tem uma hora gratuita todo domingo na Rede Globo.

O outro problema que eu quero chamar atenção é o seguinte: Até que ponto — é para discutir — a cultura cató-

lica de esquerda está produzindo seus intelectuais? O que eu quero dizer é que ao invés de se ensinar a refletir, a fazer Teologia, a gente está criando intelectuais que repetem idéias prontas, com uma visão política de caráter imediatista. Por que isto me preocupa? Porque os cristãos, que estão na linha de frente hoje, aqueles que representam uma cultura católica progressista, são os mesmos dos anos 60. A esquerda não está produzindo ninguém, a direita está, através da "Opus Dei", do "Comunhão e Libertação". Eles estão produzindo gente de valor, gente que sabe o que quer. Este problema é para mim muito sério. O imediatismo político do discurso alternativo, a médio e curto prazo, é suicídio. Eu acho que, neste aspecto, o discurso alternativo passa por inventar formas de comunicação, mas passa também pela competência, e, sobretudo, pela capacidade de "produzir" intelectuais dignos do nome.

Estatização e Televisão

Eduardo de Melo Ferreira
(Professor do IAC – PUCCAMP)

Falar de democratização da comunicação de massa é ao mesmo tempo fácil demais e muito complicado. Fácil quando se pensa de maneira simplista ("não há solução", "basta estatizar tudo", "como está, está ótimo" etc). Difícil demais quando se tem interesse em que as coisas mudem mas não se consegue colocar o problema de maneira racional.

Trata-se de pensar aqui fatos atuais e de se levantar hipóteses visando a algumas poucas mudanças no quadro da comunicação televisual no Brasil. Inicialmente **constatamos** que o fluxo de mensagens da telecomunicação é quase que integralmente o produto do trabalho dos profissionais de comunicação — não há espaço para a amadorismo. Constatamos ainda que praticamente tudo que circula no fluxo televisual é feito por empresas.

Portanto, para se democratizar um pouco a comunicação televisual neste país, a meu ver é necessária a satisfação de pelo menos duas exigências primárias:

— o profissional de comunicação tem que se conscientizar de sua responsabilidade social enquanto membro de uma classe trabalhista;

— a sociedade civil tem que propiciar condições políticas para que se opere uma diluição do poder de decisão dentro de pelo menos uma empresa de televisão de grande porte.

Em outras palavras, um caminho para a democratização do fluxo televisual estaria aberto se a sociedade civil decidisse politicamente no sentido de entregar o poder último de decisão dentro da empresa sobre investimentos e sobre conteúdos aos profissionais da empresa.

Para que a sociedade civil acredite na justeza da decisão de entregar poder ao profisional é preciso que os jornalistas, editores, atores, grafistas, técnicos, sejam capazes de provar que somente eles podem assumir legitimamente o poder nas grandes empresas de comunicação de massa.

Os profissionais podem apresentar uma prova a favor desta hipótese caso eles se mostrem unidos e conscientes enquanto classe, com propostas e exigências exeqüíveis, de maneira que a sociedade civil perceba concretamente a possibilidade de uma gestão cristalina, pautada por um conteúdo produzido num debate amplo dentro da proposta mais ampla de democratização geral da sociedade.

Assim, estou falando da necessidade de decisões políticas que mexam de alguma forma na estrutura de **poder** da empresa de comunicação. Estas decisões podem ser baseadas numa concepção do social que assuma que os meios de comunicação de massa têm hoje um papel semelhante ao que, supostamente, tinha a praça pública na antiga Grécia: um lugar onde os cidadãos vão discutir e se informar para poderem participar da gestão do estado.

O problema é que hoje poucas pessoas controlam esta praça, puseram-lhe cercas e o número de pessoas que querem entrar cifra-se aos milhões e milhões. O embate entre os vários setores do social se dá portanto pelos **cargos** situados na hierarquia organizacional das empresas que produzem e veiculam o fluxo televisual. Se queremos uma sociedade democrática, queremos uma sociedade onde o povo participe das decisões tomadas nas grandes empresas de comunicação. Mas constatamos hoje no Brasil que meia dúzia de famílias e empresários (Globo-Marinho, Manchete-Bloch, SBT-Santos, OESP-Mesquita, FSP-Frias, Abril-Cívita, por exemplo) decidem sozinhos sobre os rumos da comunicação no país, algo que atinge cotidianamente mais de 60% da população. Onde, e isto é que estamos considerando o mais grave, decidem a portas fechadas, sem que o público tenha qualquer tipo de acesso direto.

Imaginemos a situação negativa seguinte — numa grande empresa de televisão o dono decide veicular uma programação visando denegrir a imagem de um certo partido político. Para tanto este dono de empresa; discretamente, ordena a seu diretor de programação que operacionalise uma tal programação. Imaginemos ainda que o diretor de programação aceite tal tarefa e aja discretamente. Todo o panorama político, caso isto ocorra, estará tendencialmente influenciado contra este partido. A única via que ele (a vítima) teria para agir no sentido de se proteger contra tal agressão seria o tribunal, a Justiça. Tem que processar, tem que provar má fé, isto leva meses, a justiça brasileira é lenta.

Imaginemos agora a situação positiva seguinte — a grande empresa em questão **nunca** decide denegrir a imagem de determinado partido porque ela é democraticamente gerida.

Façamos uma hipótese pela transparência pensando na possibilidade de se dividir o capital de uma empresa de televisão em ações que dão direito a voto (ADVs) e ações que dão direito a dividendos (ADDs), como ocorre por exemplo atualmente no jornal francês Le Monde.

As ações que dão direito a voto seriam privativas em 70% dos trabalhadores regulares da empresa. Elas dariam a seus detentores o poder de eleger o presidente dá empresa (mais ou menos como ocorre hoje nas universidades federais). Trata-se portanto de se entregar o poder executivo da empresa ao trabalhador da empresa. A somatória das ADVs daria direito a 15% dos dividendos, no intuito de se garantir a otimização da produtividade.

As ações que dão direito a dividendo continuariam nas mãos ou da iniciativa privada ou do estado (trata-se de intervenção em empresa já existente), o que faria que **não haveria alteração fundamental na propriedade da empresa.** A somatória das ADDs daria poder sobre 15% das ADVs, portanto a pelo menos alguns cargos de diretoria. Os detentores das ADDs teriam poder de veto sobre decisões do executivo que engajassem mais de 5% do orçamento anual da empresa.

No caso de certas questões estratégicas as decisões do presidente e da diretoria estariam sujeitas a revisão e veto de um **Conselho Político.** Este conselho político seria uma espécie de parlamento composto por mais de vinte membros, indicados por setores representativos da sociedade civil (sindicatos, igreja, governo federal, senado, associações de consumidores, por exemplo). O Conselho Político teria principalmente um caráter consultivo, emitindo pareceres sobre questões de ética, sigilo, direito de resposta etc. Além disso o conselho opinaria, automaticamente, sobre qualquer questão envolvendo gastos e investimentos que movimentassem 1% ou mais do orçamento anual da empresa. Sobre estas questões o conselho política teria poder de veto caso sua deliberação tivesse no mínimo dois terços dos votos, ou seja, o conselho teria poder de veto nos casos em que seus membros chegassem a alguma forma de "unanimidade".

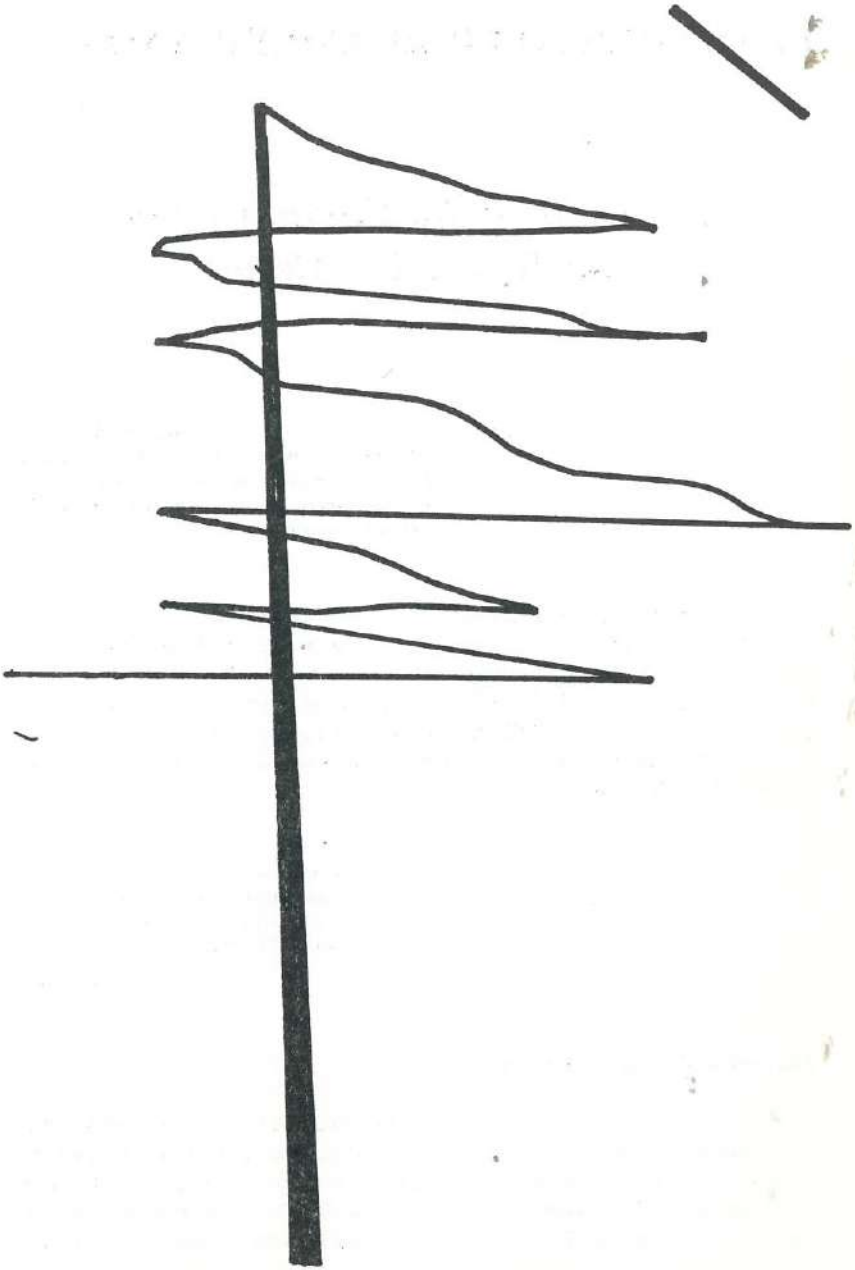
Nos casos de conflito entre um parecer favorável a uma decisão D por parte, por exemplo, do Conselho Político, e um parecer contrário a D por parte dos donos a decisão ficaria a cargo do presidente da república.

Retomemos a idéia básica — democratizar a comunicação de massa. Outra justificativa se poderia dar a favor da proposta de a sociedade civil entregar o poder executivo real de algumas empresas enormes de comunicação ao comunicador social. Trata-se do fato concreto que a comunicação de massa hoje não é, e nem será tão logo, um processo interativo (o feedback se dando através de níveis de audiência, pesquisas de opinião pública etc). Ora temos portanto uma situação de fato em que uns poucos milhares de pessoas produzem bem ou mal informação e diversão baratas para milhões de pessoas. Se este estado de coisas não vai mudar tão logo então é importante lembrar que quem conhece de perto a maior parte dos problemas da comunicação é o editor que está lá no laboratório todo dia editando, é o artista todo dia diante das câmeras, por exemplo. Estas pessoas vivem intensamente os problemas da comunicação e para elas as soluções existem e elas também estão preocupadas com a melhoria do fluxo.

É evidente que todo mundo não pode influir diretamente todo dia na produção das mensagens do fluxo. Neste sentido é preciso atentar para o fato de que o profissional de comunicação é basicamente um assalariado que foi treinado para produzir um produto que responda adequadamente às demandas do social, principalmente via a universidade, que é um lugar onde, nem que seja minimamente, as pessoas aprendem o que é responsabilidade profissional e social.

Além disso é preciso atentar para o fato de que as **dimensões** do fluxo são exígüas e sua elasticidade não é muito grande. Assim o espaço no fluxo é valioso e denso demais para o amadorismo. Ele é hoje, de fato, ocupado, tecnicamente, pelo profissional de comunicação. Mas a consciência profissional e social do comunicador esbarra corriqueiramente com a **ordem** vinda do poder executivo da empresa. É simples entender isto — muitas vêzes o profissional quer a mensagem perfeita, e muitas vêzes o dono quer uma megafazenda na Amazônia...

Vemos portanto que não seria irresponsabilidade política entregar-se o poder último de decisão em certas empresas de comunicação aos comunicadores sociais. Pelo contrário, esta seria uma ação necessariamente democrática precedida de amplo debate e referendada em lei.



PENSAMENTO IBERO-AMERICANO III

Filosofía de La Comunicación
En Torno a Los Medios

Francisco Sierra G.
(Doctor en Filosofia Professor de Filosofía de la Comunicación en la Facultad de Comunicación Social de la Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia)

Este trabalho, apresentado ao V Congresso Internacional de Filosofia Latinoamericana, realizado em julho de 1988, em Bogotá foi publicado por **Signo y Pensamiento**, nº 13, órgão oficial da Facultad de Comunicación Social da Pontificia Universidad Javeriana, correspondente ao segundo semestre de 1988. **Comunicarte** prossegue, assim, divulgando o pensamento dos integrantes da Rede Ibero-Americana de Revistas de Comunicação e Cultura.

> El pensamiento ha de estar muy avanzado para que cada quien tire su revólver al suelo y se siente a discutir tan pronto comprende el significado de la palabra civilización.
>
> **Eric Weil**

Filosofia Y Comunicacion

Filosofía y comunicación se encuentran emparentadas desde los propios comienzos: Parménides, Heráclito, Sócrates, Platón, Aristóteles, Agustín. De un modo más explícito con el giro filosófico hacia el lenguaje en la Hermenéutica, la Filosofía Analítica, el Pragmatismo, la Teoría Crítica de la Sociedad. Empero, no es este el lugar ni la ocasión

para exponer tal parentesco de modo más completo. La pretensión filosófica de construir un discurso absolutamente coherente y razonable, una vez ha optado por la razón frente a la violencia, pasa necesariamente por la discusión, el diálogo, el debate de razones; en una experiencia comunicativa que permite constituir el horizonte ontológico, moral y político de la empresa filosófica.

A su vez, la intención de lograr un acuerdo en el discurso y el anhelo de establecer la coherencia absoluta entre Ser, Verdad, Libertad, exigen de la experiencia comunicativa una constante reorientación que permita empapar su espontaneidad vital y funcional con estos intereses básicos de toda comunidad razonable. La reflexión crítica sobre la comunicación permite liberar a ésta del mercantilismo y la dominación, para exigirla y reclamarla como práctica imprescindible en el conocimiento y la acción con el mundo de la naturaleza exterior, con el universo de nuestras relaciones culturales y sociales, con el universo de nuestra interioridad[1].

Comunicacion e Incomunicacion

Comunicación e incomunicación se encuentran en una misma cuerda en tensión como fuerzas opuestas. Desde la incomunicación y la violencia que esta conlleva aparece la fuerte exigencia de optar por la comunicación razonable; sólo desde la comunicación se identifica la violencia de la incomunicación, se aprecia su enseñanza negativa y se reafirma en su posibilidad la opción por compartir el sentido de modo razonable. He allí su constitución mutua que ha de acompañarles siempre.

Así como no existe un acuerdo transcultural plenamente establecido[2] tampoco existe como estado permanente el uso de la violencia ciega y muda: ésta acude al sofista de turno para que desde el discurso y la comunicación pervertidos arroje 'legitimidad' a su fatal empresa. Por otra parte, la realización de una comunicación total, conduciría quizás al silencio de la presencia en la verdad y la libertad.

Incomunicación, porque en el encuentro interpessoal sólo revelamos lo poco que conocemos de nosotros mismos. **El quantum** de comunicación varía según el status, la clase social, las culturas, las ocupaciones, las edades, etc. El universo que habitamos, el que cada uno crea y en el cual cree es ilimitado. La habituación a determinados mensajes, medios, formas de hablar y temas de los cuales hablar, genera incomunicación con otros que no comparten dicha homogenización[3].

Incomunicación en el silencio, lo desconocido, el secreto, la intimidad; con ella expresamos y reconocemos las insalvables diferencias entre nosotros; la libertad de sentimiento, pensamiento y acción inédita en

uno y en los otros; la irreductibilidad de la complejidad y musicalidad de la vida a estándares y analogías funcionales; existe pues, una asimetría constitutiva de la experiencia comunicativa.

Podríamos perguntarnos al unísono con la intervención del Dr. Bello si las instituciones de la televisión, la radio, entre otras, reconocen la tensión y las implicaciones de la opción por la comunicación, o cabalgan el potro del 'imperativo tecnológico'y la dominación. En el ruido de su omnicompetencia pervasora, ¿ son posibles, aún por una parte, el silencio y, la interioridad y por otro, la acción comunicativa válida?

Naturaleza de La Accion Comunicativa[4]

La acción comunicativa se entiende como una acción social orientada a compartir el sentido mediante la experiencia, el entendimiento, el acuerdo y las decisiones mutuas, en torno al mundo de la naturaleza externa, a nuestro mundo interior e individual.

Acción social que ha de validarse si hablante/oyente, escritor/lector, optan por, reconocen, se exigen mutuamente y logran satisfacer (1º) exigencias de verdad y argumentación racional, cuando se refieren a los hechos en actitud objetivante y cognitiva; (2º) exigencias de auto-corrección y justificación, cuando se refieren al espacio de relaciones culturales que comparten contextualmente en actitud interactiva; y (3º) exigencias de veracidad, confiabilidad, confidencialidad, cuando en actitud expresiva comparten el universo de su experiencia interna e individual. Acción social presente en las prácticas comunicativas cotidianas donde las dimensiones de la validez de la verdad proposicional, la justicia normativa y ka autenticidad subjetiva se encuentran ya entrelazadas.

Acción social en el contexto de la cultura entendida de un modo más semiótico que hegemónico, como un texto actuado, como las redes de significación y valoración que los mismos hombres han construido y que deben analizarse no con los métodos de la ciencia experimental que busca establecer leyes reduciendo las hipótesis a un mínimo, sino mediante procesos hermenéuticos, históricos y dialécticos que, al modo de las 'descripciones densas' (G. Ryle, **The Concept of Mind**) amplían los horizontes de lectura y apropiación de las diversas mediaciones simbólicas de las diversas culturas[5].

Cultura que es pública porque el sentido lo es; porque descansa en las relaciones de intersubjetividad espontánea de cooperación o trabajo, lenguaje o comunicación, toma de decisiones o poder[6]; relaciones que subsisten y resisten a la decadencia de las instituciones y, relaciones desde ls cuales es preciso gestar nuevas organizaciones y mediaciones más compatibles con su dinamismo y libertad.

Cultura que no ha de entenderse como un factor extraño que ejerce poderes causales sobre otros elementos, sino como contexto que engloba las relaciones humanas, aún sin establecer un consenso total y haciendo imposible la existencia de un yo sub-cultural[7].

Mass Media En La Cultura

Susan Bennetten: "Mass Media Education: Defining the subject"[8], distingue cuatro tradiciones en la investigación sobre los medios masivos: la investigación funcionalista o de los efectos; la investigación sobre usos y gratificaciones; la investigación de análisis crítico de las estructuras sociales y la investigación semiótica de las ideologías que los medios expresan, a las cuales ha hecho referencia el Dr. Bello.

Pero, los investigadores se han percatado de la debilidad de las categorías de 'evolución', 'impacto', 'causa y efecto' para dar cuenta de la complejidad del fenómeno. La cultura tampoco es una caja donde se encuentra algo así como 'la tecnología', ni tampoco esta es una fuerza independiente 'allá-afuera-ahora" que se aplica sobre una estructura social estática e independiente[9].

Como bien anota el conferencista, este mito 'hipodérmico' oculta con conocimiento de causa o no, que los medios y las tecnologías que comportam son resultado de procesos culturales e históricos donde han operado valores y decisiones humanas. Los Medios Masivos surgieron en el interior de una experiencia económico-política que despolitizó la esfera de lo público y lo popular para acosarla bajo el término 'massa' y su connotación de multitud informe e ignorante. De esta forma, su génesis se hace **elitista** al invalidar lo popular y su diversidad; **moralista**, al proponer sólo su cultura e impedir los contagios con la masa y, se hace **imperialista** al desarrollar el poder de su estructura ideológica con la omnicompetencia con sobre el populacho[10].

Por fortuna, las mismas investigaciones han revelado que "la TV no cambia por sí sola un voto" y, como enseña repetidamente J. Martín: televidentes, oyentes, espectadores, son sujetos humanos creativos, dinámicos, que transforman, ridiculizan y redisponen a su antojo los mensajes a través de los aparatos, renunciando a ser "usuarios receptores puros".

Los Mass Media, sus discursos e instituciones que los legitiman han de someterse, entre otras, a las exigencias de validez propuestas por Habermas para constituir una experiencia comunicativa propiamente dicha. Su historia, configuración institucional y régimen de propiedad no permiten hablar de una acción social abierta a establecer el consenso y el acuerdo mutuos plenamente. Su interés, marcadamente técnico e instru-

mental, cierra las puertas a la idea de una emancipación de la comunidad viviente, y su modo de comunicación queda abierto o latentemente dirigido a la manipulación, donde oyente, lector, espectador, no conocen los fines ni los medios, ni han expresado su consentimiento en torno a dicha acción; éstos, aún menos, participan en la propiedad y la producción de sentido. Habría que añadir más cosas si fuéramos a analizar estas exigencias inherentes a la comunicación estableciendo diferencias entre cada uno de los Medios Masivos.

La cara iluminada de la luna de los Medios en la cultura, paradójicamente sólo comienza a ser conocida. Los Medios Masivos, el más popular de ellos, la televisión, desempeña una función mítica y narrativa esencial en la identidad de los seres humanos. Todos somos hacedores de mitos y cuentos populares, en la medida en que somos constructores de la historia con sentimientos, intenciones, aspiraciones y valores. Mientras los cuentos populares buscan entretener con el suspenso y la narrativa de ficción, y se meten con el hombre corriente, los mitos, con sus héroes artequetípicos, buscan responder a necesidades humanas más profundas en torno al sufrimiento., la pobreza, la muerte; conllevan significaciones sagradas e implican para su vivencia, rituales y creencias cósmicas.

Si bien, la mayoría de los productores presta oído a la sirena de la explotación de los gustos populares y los desgastan en estereotipos, agrandando sus ingresos publicitarios, ciertamente existen unos pocos que halan el polo de la razonabilidad mostrando la tensión profundamente humana entre la bestialidad y el anhelo de un bien supremo. Recogen y recrean colectivamente mitos, símbolos, héroes nacionales, tradiciones, reconfigurándolos en lenguajes poéticos apropiados, haciendo sentir a la comunidad que "puede realizar otra vez" la épica de sus ancestros. (Por ejemplo, ocurre una liberación del sentimiento de grandeza y autoposesión cuando con las transmisiones de ciclismo y fútbol en nuestro país decimos a grito pleno: "hemos vencido a Europa y al mundo entero") [11]. El discurso televisivo, si no cae en el interés manipulatorio puede desempeñar en la cultura un papel de intérprete y vigilante[12] de los conflictos sociales, concretando en héroes y villanos los valores y los horizontes de sentido vagamente definidos en el imaginario social[13].

Para Bernice Martin[14] y Víctor Turner[15], antropólogos, ir a teatro, ver TV., leer periódico, son rituales colectivos para el hombre de hoy. Estos rituales se caracterizan no sólo por su repetitividad, sino porque permiten crear, cambiar, hacer transiciones e incursiones en espacios liminales de nuestra vida individual y social. Un texto de TV., por ejemplo, afirma Robert A. White, se asume como un producto cultural colectivo y como una reflexión del dinamismo de producción cultural del sentido en una sociedad[16].

Educacion

Entendemos la educación como un modo de comunicación abierto, en el interior de la diversidad, el pluralismo cultural y generacional de las comunidades humanas, que se orienta, en última instancia, a los fines políticos de una vida social organizada; esta, se hace posible y se mantiene, por la discusión y la acción participativa en torno a la tradición, a la concepción y a la realización autónoma de su destino histórico.

Su función en el contexto cultural consiste en realizar el proceso de autoreflexión y constitución que su desenvolvimiento histórico demanda, a fin de que la cultura adquiera su punto de vista superior[17] siendo consciente de las acciones que la conduzcan a su libertad. Pretende hacer pasar a la cultura de su espontaneidad inmediata, mediante la ortopraxis educativa, a una nueva espontaneidad inmediata enriquecida y plasmada con nuevos sentimientos, valores, deseos y acciones que expresan y reconocen su auténtica identidad.

Así, **toda educación es política y toda política es educativa**, como afirma E. Weil, ya que la educación tiene por objeto ofrecer al individuo y a la comunidad una actitud correcta en su interacción con los otros individuos y comunidades, permitiéndole esclarecer las estructuras del universo con miras a la realización personal y social de su libertad razonable. Y'toda política es educación' porque la política se orienta a la acción razonable y universal que posibilitará el acuerdo de a especie consigo misma a la luz de la luz de la razón-historia[18].

Finalmente, con A. REGENBRECHT[19], entendemos **la Pedagogia** como una **ciencia práctica**, cuyo objeto no es propiamente un objeto entre otros, sino el **proceso de objetivación, el proceso de actuar bien del hombre** — tan càro a Aristóteles —, **el proceso de darle sentido a su vida personal, a su vida en comunidad, al universo en que habita**. Su objeto lo constituyen las acciones humanas en que el hombre se auto-determina mediante decisiones libres. Su **criterio** es la relación mutua, **la liberación por el diálogo** — tan caro a Sócrates y Platón —; relación que no puede reglamentarse desde el exterior a voluntad del educador ni quedar a merced de los caprichos de los educandos. Relación filosófica radical: Estudiante y profesor en cuanto filósofos.

Con base en estos lineamientos podemos apreciar evaluativamente cómo — por lo menos en nuestro país — algunos se empeñan en impedir la participación política de los educadores, otros despolitizan las universidades; otros muchos se acogen a la tabla salvadora de la tecnología educativa (ya bien despolitizada) o se aferra a un individualismo cognitivista cubierto con el ropaje de la informática y la automatización y, sólo algunos pocos, hacen de la educación una experiencia colectiva y cultural, una formación de una nueva comunidad histórica.

Con respecto a **los medios y sus instituciones**, es necesario educar en los lenguajes, los procesos, las técnicas de los mismos de modo diferencial. No sólo valernos de ellos como herramientas que apoyan el proceso educativo, sino poder producir nosotros mismos dichas herramientas, poder develar los intereses egoístas de las empresas radiales, televisivas, publicitarias; asumir unas prácticas modestas pero críticamente fundadas que nos permitan ir más allá de posturas moralizantes o repulsiones sensibleras.

Educar desde el interior de los tejidos culturales, desde su experiencia, con el fin de identificar, tematizar, reorientar y generar su significación propia y libre.

Educación grupal que incluya la familia, las empresas; que no haga de las destrezas cognitivas individuales un paradigma del saber, sino que favorezca el crecimiento grupal e individual en la autonomía. Que logre, con los medios técnicos apropiados, reconocer la especificidad epistemológica de los diversos universos del sentido y la acción humanos, renunciando a la fatídica unidimensionalidad[20].

Violencia En Los Mass Media[21]

Podríamos concluir cerrando el círculo de nuestra reflexión que iniciábamos con la tensión del "animal razonable" entre violencia y razón, con una breve nota sobre esta problemática que, por más de cincuenta años, ha preocupado a los investigadores y que ha llevado, hace pocos días, a una toma de posición por varios medios de comunicación en el país.

El debate público sobre la violencia en los medios se enfocó en los comienzos desde la teoría funcionalista de los efectos. Sus resultados, no siempre concluyentes, favorecieron sólo el debate sobre la necesidad de la censura; (debate tan viejo como el deseo de Platón por sacar a la Poesía de su Utopía, por corromper las emociones).

"Sólo a algunos, a veces sí y a veces no", tal es la conclusión de los investigadores sobre los efectos. Actualmente la investigación se enruta más hacia los contextos sociales que generan violencia, yendo más allá de las reglamentaciones externas y las censuras; ahora se comienza a ver implicaciones, supuestos morales y políticos, más allá del 'mito hipodérmico' previo.

Pero, retomando a Sócrates, a Aristóteles y a Kant, con el investigador William Fore[22], podríamos sostener que, antes que podamos hacer algo para confrontar el problema de la violencia en los medios, se encuentra la discusión pública que nos conduzca a acuerdos y decisiones

compartidas en torno a qué tipo de sociedad queremos realmente tener y, qué tipo de organización de los medios contribuye a este tipo de sociedad.

A la luz de ese parámetro consensualmente establecido sí podrían encuadrarse normas y reglamentaciones propias a cada uno de los medios, reconociendo su especificidad.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Weil, Eric. **Logique de la Philosophie**, Paris, J. Vrin, 1974. Nos inspira también B. Lonergan, **Method in Theology**, Herder and Herder, N. York, 1972, Cap. 1 y 14. J. Habermas, **Teoria de la Acción Comunicativa**, Ts. I-II, Taurus, Madrid, 1987.
(2) Geertz, Clifford. **The Interpretation of Cultures**, Basic Books, N. York, 1973, pp. 43-51.
(3) Castilla del Pino, Carlos. **La Incomunicación**, Península, Barcelona, 1983, 11ª Ed.
(4) Habermas, J. **Op. cit.**
(5) Geertz, Cl. **Op. cit.** Y Ricoeur, Paul, **Temps et Récit**, Ts. I-III, Ed. du Seuil, París, 1984.
(6) Lonergan, B. **Op. cit.** Cap. 3 Meaning, pp. 57-99.
(7) Geertz, Cl. **Op. cit.**
(8) En **Screen Education**, Spring, 1976, pp. 15-21.
(9) **Communication Trends**, Vol. 6 (1985), Nº 4, "Media Education: Growth and Controversy", Keval J. Kumar, Issue Editor.
(10) Martín B., Jesús. **De los Medios a las Mediaciones**, G. Gili Ed., Bogotá, 1987. III Parte.
(11) **Communication Trends:** Vol. 8 (1987), Nº 1, "T. V. as Myth and Ritual", Robert A. White, Editor.
(12) Habermas, J. **Conciencia Moral y Acción Comunicativa**, Península, Barcelona, 1985.
(13) Ricoeur, P. "El Imaginario Social" en Hermenéutica y Acción, Docencia, B. Aires, 1985, pp. 95-114.
(14) Martín, Bernice. **A Sociology of Contemporary Cultural Change**, Brasil Blackwell, Oxford, 1981.
(15) Turner, Víctor. **From Ritual to Theatre, The Human seriousness of Play**, Performing Arts Journal Publications, N. York, 1982.
Ver además: Silverstone, Roger. **The Message of Television, Myth and Narrative in contemporary Culture**, Heinemann Educational Books, London, 1981.
(16) **Communication Trends:** Vol. 8, Nota 11.
(17) Lonergan, B. **Op. cit.**, pp. 57-99.
(18) Weil, E. **Philosophie Politique**, Paris, J. Vrin, 1956.
Philosophie et Realité, Beauchesne, Paris, 1982, pp. 297-310.
(19) Regenbrecht, A. "El Objeto de la Ciencia Pedagógica", en **Universitas**, Vol. XXV, 1987, Oct., pp. 17-22.
(20) Sierra, F. "De qué se ocupa la Filosofía". en **Cuadernos de Filosofia Latinoamericana**, USTA, Bogotá, 1980, pp. 48-50.
(21) **Communication Trends:** Vol. 5 (1984), Nº 4, Robert A. White and John Sheehan, Edts.

NOTÍCIAS

Brasil Escolhido para Sediar ALAIC: Diretor da ECA-USP é o Novo Presidente

A Assembléia Geral da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação — ALAIC — reunida em Florianópolis, no dia 8 de setembro, durante o Congresso INTERCOM 89, decidiu por unanimidade transferir sua sede para o Brasil. Foi eleito para presidir a ALAIC o Prof. Dr. José Marques de Melo, Diretor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, instituição que sediará a entidade latino-americana durante o próximo triênio.

A reunião foi presidida pelo Diretor do IPAL — Instituto para a América Latina — o peruano Rafael Roncagliolo e secretariada pela presidente da INTERCOM — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — a brasileira Margarida Kunsch. Usou da palavra na abertura do evento a colombiana Patrícia Anzola (presidente da ALAIC no último triênio) que fez um relato sobre as atividades recentes da Associação.

Participaram da assembléia representantes de 12 países — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, México, Nicaragua, Peru, Porto-Rico, Venezuela e Uruguai. Estiveram presentes à sessão de abertura representantes de entidades estrangeiras vinculadas à pesquisa em comunicação: o inglês James Halloran (presidente da Associação Internacional de Pesquisadores da Comunicação — IAMCR), o francês François Huttin (dirigente da Associação Francesa de Ciências da Comunicação e da Informação), a belga Joelle Hullebroeck (dirigente da União Latina), o cubano Ernesto Vera (vice-presidente da Organização Internacional dos Jornalistas), o brasileiro Armando Rollemberg (presidente da Federação Latino-Americana de Jornalistas) e o mexicano Luiz Suarez (secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas — FELAP).

As principais decisões da reunião estiveram relacionadas com a mudança de estatutos da associação, que, a partir de agora, congregará não apenas as associações nacionais de pesquisadores, mas passará a incluir também os centros de pesquisa e os pesquisadores autônomos, sobretudo naqueles países onde não existe organização nacional ou regional dos profissionais da área. Outra deliberação refere-se a uma maior presença da América Latina nos foruns internacionais da pesquisa em

comunicação, além de um trabalho de estímulo à pesquisa e aos pesquisadores dos países e regiões onde o estudo da comunicação ainda não adquiriu sedimentação acadêmica. Decidiu-se ainda preparar o I Congresso Latino-Americano de Pesquisadores da Comunicação, que deverá se realizar em São Paulo, em Setembro de 1992, juntamente com o XVIII Congresso Mundial de Pesquisadores da Comunicação (International Conference of IAMCR).

A nova diretoria da ALAIC está integrada pelos seguintes pesquisadores: Presidente — José Marques de Melo (Brasil), 1º Vice-Presidente — Javier Esteinou Madrid (México), 2º Vice-Presidente — Diego Portales (Chile), 1º Suplente — Margarida Kunsch (Brasil), 2º Suplente — Enrique Sanchez Ruiz (México).

A sede da entidade será instalada no edifício da Escola de Comunicações e Artes da USP — Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 — Bloco A — Sala 3 — Cidade Universitária — São Paulo (Brasil) — Telefone: 814-4764, Telex: 80629 UVSI-BR, Telefax: 815-4272.

No seu discurso de posse, o Prof. Marques de Melo, novo presidente da ALAIC, comprometeu-se a "revitalizar a pesquisa latino-americana de comunicação, dando-lhe maior projeção internacional, mas ao mesmo tempo libertando-a da dependência externa e da subordinação aos modelos forâneos". Concluiu afirmando: "Queremos intensificar a cooperação internacional dentro de padrões marcados pela bilateralidade e pela reciprocidade acadêmica".

INTERCOM Realiza Congresso Anual de Pesquisadores em Florianópolis

A INTERCOM-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e o Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina promoveram o XII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA COMUNICAÇÃO em Florianópolis (SC), no período de 6 a 10 de setembro de 1989. O XII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, evento principal do Congresso, teve como tema central "Indústrias culturais: os desafios da integração latino-americana".

Frente ao crescimento nos últimos anos da produção cultural em vários países do continente, cuja indústria se lança à busca de mercados internacionais, constata-se que a conquista do mercado latino-americano para os produtos gerados na própria região, continua a empenhar grandes desafios políticos, econômicos e culturais. Nesse contexto, o XII Congresso INTERCOM oferece um espaço para a indispensável contribuição dos pesquisadores da comunicação com seus estudos e reflexões para superar as barreiras existentes, dentro dos parâmetros traçados pelos subtemas:

1 — Mercado Comum Latino-Americano: exportação e consumo dos produtos culturais.

2 — Identidade cultural: popular e massivo, nacional e transnacional.

3 — Políticas de Comunicação e Cultura: estratégias de cooperação intraregional.

Eventos paralelos

Os eventos paralelos do XII Congresso INTERCOM cobrem as mais diferentes áreas da Comunicação, conforme programação apresentada a seguir.

1 – SESSÕES DE COMUNICAÇÕES SOBRE PESQUISA NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Abertas à participação dos pesquisadores iniciantes e seniors que expuserem seus trabalhos individuais relacionados com o tema central ou com a área de Comunicação Social, bem como grupos de pesquisadores, compostos por um máximo de 4 pessoas, que apresentarem trabalhos sobre um mesmo segmento temático.

Coordenadores: Dilma de Melo e Silva (ECA-INTERCOM). Luiz Roberto Alves (IMS = INTERCOM), Antonio Gonçalves (INTERCOM) e Hélio Schuch (UFSC)

2 – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS (FELAP-FENAJ)

Coordenadores: Francisco Karam (UFSC), Armando Rolemberg (FENAJFELAP), Manuel Carlos da Conceição Chaparro (INTERCOM-ECA/USP)

3 – II ENCONTRO IBEROAMERICANO DE PESQUISADORES DA COMUNICAÇÃO

Coordenadores: José Marques de Melo (ALAIC-INTERCOM-ECA/USP), Maria Immacolata Vassalo de Lopes (INTERCOM-ECA/USP), Fernando Perrone (INTERCOM-ECA/USP), Luis Nuñez (Coneicc-México) e Sérgio Weigert (UFSC)

4 – II ENCONTRO IBEROAMERICANO DE EDITORES DE REVISTAS DE COMUNICAÇÃO

Coordenadores: Walter Neira (FELAFACS), Dario Luis Borelli (INTERCOM) e Ricardo Barreto (UFSC)

5 – II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Coordenadores: Maria Helena Weber (INTERCOM-UFRGS), Ana Maria Fonseca (UFRGS), Ricardo Schneider da Silva (UFRGS) e Luis Scotto de Almeida (UFSC)

6 – SEMINÁRIO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores: Francisco Assis M. Fernandes (INTERCOM-ECA/USP), J. B. Pinho (INTERCOM-PUCCAMP) e Paulo Brito (UFSC)

7 – SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

Coordenadores: Omar Souki (INTERCOM-UFMG) e Beatriz Wagner Miranda (UFSC)

8 – II SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL

Coordenadores: Miguel Angelo da Silveira (EMBRAPA/Campinas), Laércio Nunes e Nunes (Universidade Federal de Pelotas) e Neila Bianchim (UFSC)

9 – III ENCONTRO BRASILEIRO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Coordenadores: Alceu Antonio da Costa (INTERCOM-TELESP/SP), Carlos Eduardo Moraes Dias (INTERCOM-UFAL) e Henrique Finco (UFSC)

10 – ASSEMBLÉIA DE RECONSTITUIÇÃO DA ALAIC-ASSOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN

11 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA INTERCOM

12 – EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL LATINO-AMERICANA

PUBLICAÇÕES INTEGRANTES DA REDE IBERO-AMERICANA DE REVISTAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

Biblioteconomia e Comunicação

Publicação semestral da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Correspondência:

Biblioteconomia e Comunicação
Rua Jacinto Gomes, 540
90.000 — Porto Alegre — RS
BRASIL

Cadernos de Jornalismo e Editoração

Publicação trimestral do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Correspondência:

Cadernos de Jornalismo e Editoração
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Cidade Universitária — Butantã
05508 — São Paulo
BRASIL

Comunicação e Linguagens

Publicação semestral do Centro de Estudos de Comunicações e Linguagens (CECL).

Correspondência:

CECL
Departamento de Comunicação Social
Avenida de Berna, 24
1000 — Lisboa
PORTUGAL

Comunicação e Sociedade

Publicação semestral editada pelo Mestrado em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS).

Correspondência:

Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social
IMS – Revista de Comunicação e Sociedade
Rua Sacramento, 230 – Rudge Ramos
09720 – São Bernardo do Campo (SP)
BRASIL

Comunicación America Latina

Publicação quadrimestral da Asociación Católica Latinoamericana para la Radio y la Televisión.

Correspondência:

Comunicación America Latina
Estados Unidos 2057
1227 Buenos Aires
ARGENTINA

Comunicación y Cultura

Publicação semestral do Departamento de Educación y Comunicación, División de Ciencias Sociales y Humanidades da Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco

Correspondência:

Revista Comunicación y Cultura
Calzada del Hueso 1100
Col. Villa Quietud 04960
MÉXICO

Comunicarte

Publicação semestral do Instituto de Artes e Comunicações da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Correspondência:

Revista Comunicarte
Rodovia Dom Pedro I, km 112
Caixa Postal 317
13100 – Campinas (SP)
BRASIL

Dia-Logos

Publicação semestral da Federação Latino-Americana de Associações de Faculdades de Comunicação Social (FELAFACS).

Correspondência:

FELAFACS
Apartado Postal 18-0371
Lima 18
PERU

Intercom — Revista Brasileira de Comunicação

Publicação semestral da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — INTERCOM — com o apoio do Programa MCT CNPq/FINEP.

Correspondência:

INTERCOM — Revista Brasileira de Comunicação
Caixa Postal 20.793
01498 — São Paulo
BRASIL

Leopoldianum — Revista de Estudos e Comunicações

Publicação quadrimestral da Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Correspondência:

Leopoldianum — Revista de Estudos e Comunicações
Rua Euclides da Cunha, 241
11060 — Santos (SP)
BRASIL

Signo y Pensamiento

Publicação semestral da Facultad de Comunicación Social da Pontifícia Universidad Javeriana.

Correspondência:

Facultad de Comunicación Social
Pontifícia Universidad Javeriana
Carrera 7º Nº 43-82
7º Piso — Edificio Angel Valtierra — Bogota
COLOMBIA

Institutions interested in exchange of publications are requested to address to * **Las instituciones interesadas en el cambio de publicaciones son invitadas a dirigirse a** * Les institutions que désirent établir un échange de de publications sont priées de s'adresser à * **Le Istituzioni che vogliano ricevere questa publicazione in forma di cambio fare la richiesta.**

COMUNICARTE

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campus I — Rodovia "D. Pedro I, km 112
Caixa Postal 317 — Telefone (PABX) 52-0899 — CEP 13100
CAMPINAS (Brasil)

COMUNICARTE

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campus I — Rodovia "D. Pedro I", km 112
Caixa Postal 317 — Telefone (PABX) 52-0899 — CEP 13100
CAMPINAS (Brasil)